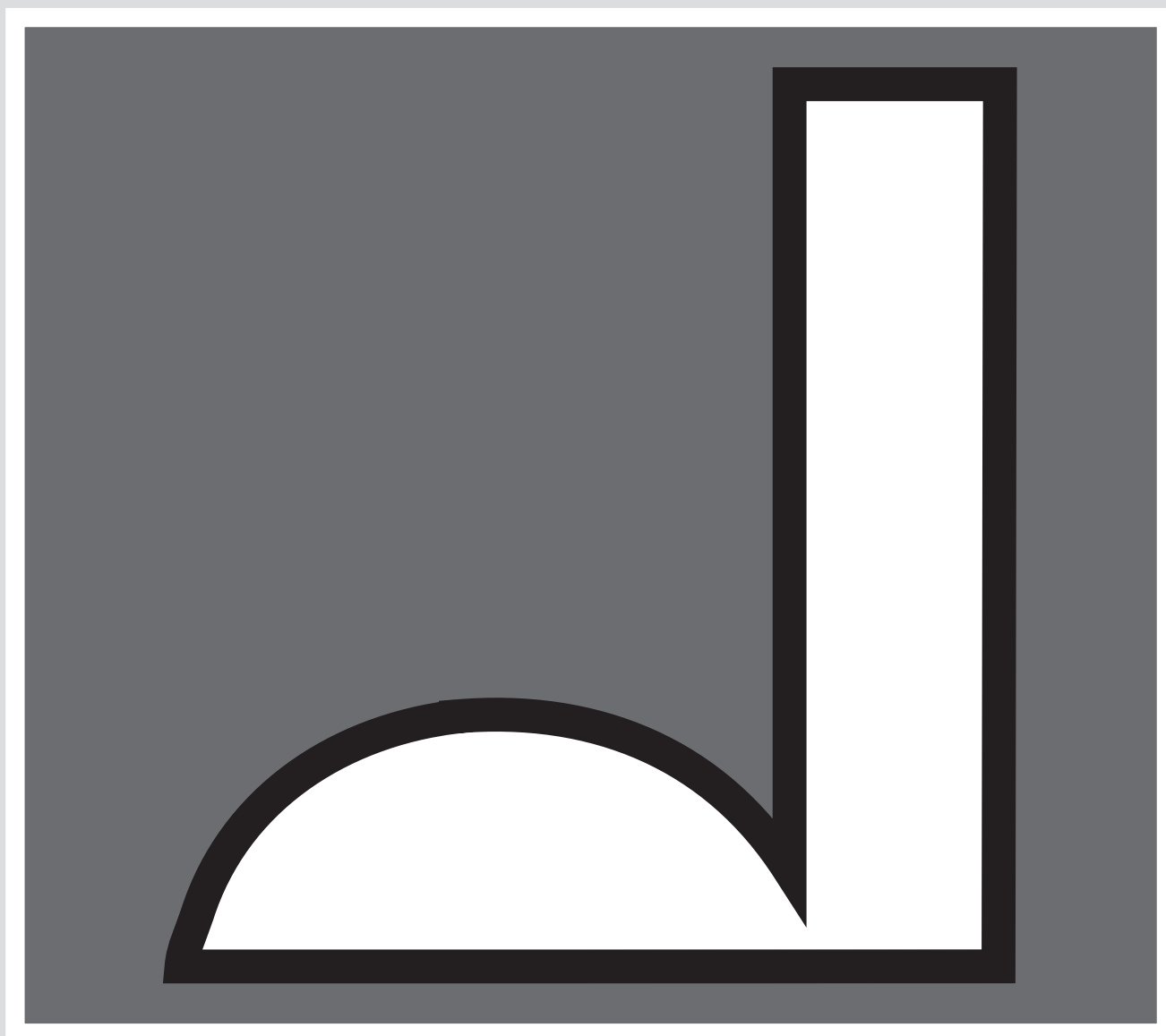




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVI - Nº 037 - SEXTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2011 - BRASÍLIA-DF**

---

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**  
 José Sarney - (PMDB-AP)  
**1ª VICE-PRESIDENTE**  
 Marta Suplicy - (PT-SP)  
**2ª VICE-PRESIDENTE**  
 Wilson Santiago - (PMDB-PB)  
**1º SECRETÁRIO**  
 Cícero Lucena - (PSDB-PB)  
**2º SECRETÁRIO**  
 João Ribeiro - (PR-TO)

**3º SECRETÁRIO**  
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
 Ciro Nogueira - (PP-PI)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)  
 2º - João Durval - (PDT-BA)  
 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)  
 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

**LIDERANÇA**

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30</p> <p><b>Líder</b>  <b>Humberto Costa - PT</b>            .....</p> <p><b>Líder do PT - 15</b>  <b>Humberto Costa</b>            Vice-Líderes do PT            Gleisi Hoffmann            João Pedro            Lindbergh Farias            Walter Pinheiro            Wellington Dias</p> <p><b>Líder do PR - 5</b>  <b>Magno Malta</b></p> <p><b>Líder do PDT - 4</b>  <b>Acir Gurgacz</b>            Vice-Líder do PDT            Cristovam Buarque</p> <p><b>Líder do PSB - 3</b>  <b>Antonio Carlos Valadares</b>            Vice-Líder do PSB            Lídice da Mata</p> <p><b>Líder do PC DO B - 2</b>  <b>Inácio Arruda</b></p> <p><b>Líder do PRB - 1</b>  <b>Marcelo Crivella</b></p>	<p><b>Bloco Parlamentar</b> (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 19</b>  <b>Renan Calheiros</b>            Vice-Líderes do PMDB            Vital do Rego            Eduardo Braga            Gilvam Borges            Waldemir Moka            Ricardo Ferraço            Casildo Maldaner</p> <p><b>Líder do PP - 5</b>  <b>Francisco Dornelles</b>            Vice-Líder do PP            Ana Amelia</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b>  <b>Eduardo Amorim</b></p> <p><b>Líder do PMN - 1</b>  <b>Sérgio Petecão</b></p> <p><b>Líder do PV - 1</b>  <b>Paulo Davim</b></p>	<p><b>Bloco Parlamentar.</b> (PSDB/DEM) - 15</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 10</b>  <b>Alvaro Dias</b></p> <p><b>Líder do DEM - 5</b>  <b>Demóstenes Torres (3,4)</b></p> <hr/> <p><b>PTB - 6</b>  <b>Líder</b>  <b>Gim Argello - PTB</b>            Vice-Líderes            João Vicente Claudino            Mozarildo Cavalcanti</p>
<p><b>PSOL - 2</b>  <b>Líder</b>  <b>Marinor Brito - PSOL</b></p>	<p><b>PPS - 1</b>  <b>Líder</b>  <b>Itamar Franco - PPS</b></p>	<p><b>Governo</b>  <b>Líder</b>  <b>Romero Jucá - PMDB</b>            Vice-Líderes            Gim Argello            Benedito de Lira            João Pedro            Lídice da Mata            Jorge Viana            Vital do Rego</p>

**Notas:**

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.

Expediente	
<b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 126, de 2011 .....	07182
<b>2 – ATA DA 29ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE MARÇO DE 2011</b>	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
<b>2.2.1 – Parecer</b>	
Nº 42, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2010. ....	07184
<b>2.2.2 – Leitura de projetos</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o Código Penal para aumentar as penas cominadas aos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em Geral. ....	07190
Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra a pessoa ou considerado hediondo. ....	07194
Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, que institui o dia 13 de março como “Dia da Batalha do Jenipapo”. ...	07195
Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2011, de autoria do Senador José Pimentel, que altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, para ampliar o conceito de atividade de advocacia, atividade jurídica ou prática forense, para fins de habilitação em concurso público. ....	07196
Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2011, de autoria do Senador José Pimentel, que altera o art. 366 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para permitir que o servidor da Justiça Eleitoral exerça atividade político-partidária e ocupe mandato eletivo. ....	07198
Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2011, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para dispensar a exigência de guarda judicial na caracterização, para fins do Imposto de Renda da Pessoa Física, da relação de dependência entre o avô-contribuinte e o neto, no caso em que o avô relacione o filho como	
dependente, e para que os dependentes a que se referem os incisos III e V do art. 35 da mencionada norma continuem a ser assim considerados quando maiores até 26 anos de idade. ....	07198
Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar entre as moléstias a cujos portadores é concedida isenção de imposto de renda da pessoa física sobre proventos de aposentadoria ou reforma. ....	07201
<b>2.2.3 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 233, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 30 do corrente seja dedicado a homenagear o pugilista Éder Jofre. ...	07203
Nº 234, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, solicitando informações ao Ministro de Estado do Esporte. ....	07205
<b>2.2.4 – Comunicações</b>	
Da Liderança do PSOL no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ( <b>Ofício nº 85/2011, de 17 do corrente</b> ). <i>Designação do Senador Randolfe Rodrigues, para compor, como suplente, a referida Comissão.</i> ....	07205
Do Presidente em exercício da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da eleição, como Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão, para o Biênio 2011-2012, da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi, respectivamente. ( <b>Ofício nº 3/2011, de 17 do corrente</b> ) .....	07205
<b>2.2.5 – Comunicação da Presidência</b>	
Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008, aprovado terminativamente naquela comissão. ( <b>Ofício nº 2/2011, de 16 do corrente</b> )	07205
<b>2.2.6 – Leitura de proposta de emenda à Constituição</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Inácio	

Arruda, que dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil. ....	07206	ao Presidente Barack Obama, reivindicando o fim do bloqueio econômico imposto à Cuba.....	07234
<b>2.2.7 – Discursos do Expediente</b>		<b>2.3 – ORDEM DO DIA</b>	
SENADOR GILVAM BORGES – Congratulações à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica pela organização de mutirão, em 30 de março próximo, para promover a reconstrução mamária de pacientes vitimadas pelo câncer; e outros assuntos.....	07212	<b>2.3.1 – Item extrapauta (incluído na pauta nos termos do Requerimento 235, de 2011, lido e aprovado nesta oportunidade)</b>	
SENADOR JOÃO PEDRO – Reflexão e posicionamento acerca da visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil no próximo sábado.....	07214	Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2010 (nº 1810/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005. <b>Aprovado</b> , tendo usado da palavra os Senadores José Agripino, Alvaro dias, Walter Pinheiro, a Senadora Ana Amelia e o Senador Magno Malta. À promulgação.....	07236
SENADORA MARTA SUPLICY – Considerações sobre a visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil no próximo sábado; e outros assuntos. ....	07215	<b>2.3.2 – Apreciação de matéria</b>	
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Cumprimentos à Presidente Dilma Rousseff pela sanção, ontem, da lei que amplia a Bolsa Atletas e altera a Lei Pelé.....	07217	Consulta nº 2, de 2011, de autoria do Senador Renan Calheiros, anunciada em sessão anterior. <b>Aprovada</b> . À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ....	07237
SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Considerações sobre o afetamento de uma usina nuclear pelo grave acidente climático que acometeu o Japão e sobre a segurança das usinas nucleares brasileiras. ....	07219	<b>2.3.3 – ORDEM DO DIA (continuação)</b>	
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Reflexão sobre a importância da visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil no próximo sábado. ...	07221	<b>2.3.4 – Item 1</b>	
<b>2.2.8 – Fala da Presidência (Senador Paulo Davim)</b>		Medida Provisória nº 508, de 2010, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de novecentos e sessenta e oito milhões, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais, para os fins que especifica. <b>Rejeitada</b> . Usaram da palavra os Senadores Alvaro Dias, Romero Jucá, Walter Pinheiro, Itamar Franco, Vital do Rego, Marcelo Crivella, José Agripino e a Senadora Gleisi Hoffmann. ....	07238
Esclarecimentos prestados ao Senador Alvaro Dias relativamente às providências adotadas quanto à comunicação de Acórdão nº 2.926/2010 proferido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). ....	07222	<b>2.3.5 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados</b>	
<b>2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)</b>		Nº 19, de 2011, submetendo à apreciação desta Casa o Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2011, que altera a Lei nº 11.688, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal (proveniente da Medida Provisória nº 509, de 2010). ....	07245
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários acerca da matéria publicada na revista <b>IstoÉ</b> intitulada “A TV de 40 milhões de reais”, que trata da TV Senado.....	07223	<b>2.3.6 – Apreciação de matérias</b>	
SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Relato de episódio que motivou S. Exª a apresentar dois projetos de lei em benefício dos portadores de Linfangioleiomiomatose Pulmonar.....	07228	Requerimento Nº 168, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado</b> . ....	07245
SENADOR INÁCIO ARRUDA – Considerações sobre os investimentos destinados à realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil. ....	07228	Requerimento Nº 170, de 2011, de autoria do Senador Ana Amélia e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado</b> . ....	07245
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Considerações sobre o planejamento do Plano Nacional de Banda Larga. ....	07230	Requerimento Nº 177, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado</b> . ....	07246
SENADOR CYRO MIRANDA – Análise do cenário econômico internacional e das relações entre Brasil e os Estados Unidos, ao ensejo da visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao País.....	07232	Requerimento Nº 178, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado</b> . ....	07246
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Leitura de mensagem da Associação Nacional Cubana dos Residentes no Brasil José Martí encaminhada		Requerimento Nº 179, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado</b> . ....	07246
		Requerimento Nº 180, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado</b> . ....	07246



Requerimento Nº 181, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07246	dia 28/04/2011, tendo usado da palavra os Senadores Lindbergh Farias e Inácio Arruda. ....	07249
Requerimento Nº 182, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07246	<b>2.3.10 – Item 4</b>	
Requerimento Nº 183, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07246	Requerimento nº 171, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta de onze membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de noventa dias, tendo como objetivo propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro. <b>Aprovado</b> , tendo usado da palavra o Senador Casildo Maldaner.....	07251
Requerimento Nº 184, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07246	<b>2.3.11 – Comunicação da Presidência</b>	
Requerimento Nº 185, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07246	Esclarecimento de que o prazo de 45 dias para apreciação do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2011, encontra-se esgotado, e o de sua vigência foi prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional e esgotar-se-á em 23 do corrente. A matéria será incluída na Ordem do Dia da presente sessão. ....	07251
Requerimentos Nºs 186 e 187, de 2011, respectivamente, de autoria do Senador Alvaro Dias e da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Srs. Senadores, lidos em sessão anterior. <b>Aprovados.</b> .....	07247	<b>2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA</b>	
Requerimento Nº 188, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07247	<b>2.4.1 – Leitura de requerimentos</b>	
Requerimento Nº 189, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07247	Nº 237, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e cinco membros suplentes, com o objetivo de realizar visita <i>in loco</i> à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico a Usina de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo. ....	07277
Requerimento Nº 190, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07247	Nº 238, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2006. ....	07277
Requerimento Nº 191, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07247	Nº 239, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006. ....	07280
Requerimento Nº 192, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07247	Nº 240, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003. ....	07283
Requerimento Nº 194, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07247	Nº 241, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim e outros Srs. Senadores, solicitando a destinação do Período do Expediente da sessão do dia 03 de agosto de 2011 para homenagear os 25 anos de falecimento de Luís da Câmara Cascudo. ....	07286
Requerimento Nº 198, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta, lido em sessão anterior. <b>Aprovado.</b> .....	07247	Nº 242, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de congratulações ao Governador do Estado de Sergipe e à Diretoria Executiva do Banco do Estado de Sergipe. ....	07287
<b>2.3.7 – ORDEM DO DIA (continuação)</b>		Nº 243, de 2011, de autoria do Senador Sérgio Petecão, solicitando informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. ....	07287
<b>2.3.8 – Item 2</b>			
Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e de outros Senhores Deputados), que <i>dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.</i> <b>Aprovado.</b> À Câmara dos Deputados.....	07247		
<b>2.3.9 – Item 3</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que <i>dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.</i> <b>Discussão adiada</b> , nos termos do <b>Requerimento nº 236, de 2011</b> , lido e aprovado nesta oportunidade, para o			

Nº 244, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 5, de 2007. ....	07288	SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Homenagem à cidade de Aracaju/SE pelo transcurso dos seus 156 anos de existência.....	07316
<b>2.4.2 – Discursos</b>		SENADOR RENAN CALHEIROS – Comemoração pelos 21 anos de criação do Código de Defesa do Consumidor. ....	07317
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Comentários sobre os dados divulgados hoje sobre a geração de empregos em fevereiro último; e outros assuntos. ....	07290	2.5 – ENCERRAMENTO	
SENADOR WALTER PINHEIRO – Considerações sobre a utilização de fontes alternativas de energia.....	07292	2.6 – Discurso proferido pelo sr. Senador Casildo Maldaner, na sessão do dia 3 de março de 2011, que, retirado para revisão pelo orador, ora se publica .....	07319
SENADORA ANGELA PORTELA – Relato da audiência pública realizada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a qual contou com a presença do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo; e outros assuntos ..	07295	<b>3 – EMENDAS</b>	
SENADOR VITAL DO REGO, como Líder – Explicações a respeito do Programa Minha Casa Minha Vida; e outros assuntos.....	07297	Nºs 1 a 22, apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 2011-CN (Mensagem nº 15, de 2011-CN – nº 49/2011, na origem).....	07321
SENADORA ANA RITA – Solidariedade ao povo do Espírito Santo, vitimado pelas chuvas no Estado; e outros assuntos. ....	07300	<b>4 – PARECER</b>	
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Relato da reunião de que participou S. Exª e representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a questão dos planos de saúde para os servidores federais dos ex-territórios... ..	07304	Nº 1, de 2011-CN, da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 10/2006-CN.....	07345
SENADORA ANA AMELIA – Repercussão às denúncias de fraudes envolvendo o processo licitatório para instalação de lombadas eletrônicas em rodovias brasileiras.....	07304	<b>5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 17.3.2011</b>	
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Lamento pelo deslizamento de terras no litoral do Paraná, e registro da apresentação de projeto de lei de S. Exª que prevê o atendimento de agricultores familiares pelo Fundo Especial para Calamidades Públicas – Funcap.....	07307	<b>6 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO</b>	
SENADOR WALDEMIR MOKA – Registro de reunião, ontem, da bancada do Mato Grosso do Sul com o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, para discutir a situação da agricultura do Mato Grosso do Sul. ....	07310	6.1 – TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	
SENADOR WELLINGTON DIAS – Apelo à presidente Dilma Rousseff relativo aos já aprovados em concursos públicos, em face do decreto presidencial que impede a contratação de concursados.....	07311	Nº 1, de 2011 .....	07351
SENADOR CASILDO MALDANER – Considerações sobre a autossuficiência do Brasil na produção de petróleo, destacando a viabilidade da instalação de uma refinaria no Estado de Santa Catarina. ....	07313	<b>SENADO FEDERAL</b>	
<b>2.4.3 – Fala da Presidência (Acir Gurgacz) – Referência ao Dia Mundial da Água.</b>		<b>7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>	
<b>2.4.4 – Discursos encaminhados à publicação</b>		<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>	
SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Homenagem pelo transcurso, hoje, dia 17 de março, do 156º aniversário da cidade de Aracaju, capital de Sergipe. ....	07316	<b>9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>	
		<b>10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b>	
		CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
		CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
		CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
		CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	
		CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
		CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
		CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
		CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	
		CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	
		CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	
		CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	
		<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>	
		Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	
		Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)	

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

## **CONGRESSO NACIONAL**

### **12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, DE 2011

Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de março de 2011.

Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

# Ata da 29ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 17 de março de 2011

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Paulo Davim, Inácio Arruda, da Sra. Angela Portela, e dos Srs. Eunício Oliveira, Vital do Rego, Sérgio Petecão e Acir Gurgacz

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 14 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

29ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14 HORAS

Período : 17/3/2011 07:03:11 até 17/3/2011 20:30:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X		P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X		PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PT	ES	ANA RITA	X		PMN	AC	SÉRGIO PETEÇÃO	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X		PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X		PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X		PMDB	MS	WALDEDIR MOKA	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X		PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X		PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X						
PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X						
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X						
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X						
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X						
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	X						
PP	RO	IVO CASSOL	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
FSB	BA	LÍDICE DA MATA	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X						
PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PT	SP	MARTA SUPLICY	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PV	RN	PAULO DAVIM	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						

**Compareceram: 74 Senadores**



**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, parece que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 42, DE 2011**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2010 (PDC nº 1.810/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.**

Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann**

#### **I – Relatório**

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 56, de 3 de fevereiro de 2006, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, firmado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após análise pelas comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Cabe registrar que na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem foi alvo de voto em separado pela sua rejeição, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que não foi acolhido e cujo teor será abordado na parte analítica deste parecer.

O referido projeto de decreto legislativo recebeu a chancela do Plenário da Câmara dos Deputados em 4 de fevereiro de 2010.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 29, de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e designada para ser relatada pelo então Senador Marco Maciel, em 30 de novembro de 2010. Não tendo sido apreciada na Co-

missão até o final da legislatura, a proposição foi redistribuída para a Relatora signatária em 1º de março de 2011. O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

#### **II – Análise**

Cuida-se aqui de um importante acordo entre Brasil e Estados Unidos, que além de fortalecer o intercâmbio comercial entre os dois países, reforçará os laços de amizade entre os dois povos, conscientes da importância de seu papel na consolidação do mercado continental e de sua responsabilidade com o desenvolvimento recíproco e da região.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, o comércio Brasil Estados Unidos alcançou a cifra de US\$46,2 bilhões em 2010. Deste valor, cerca de US\$34,72 bilhões foi realizado por via marítima. O valor do comércio por navio havia alcançado o montante de US\$37,94 bilhões em 2008, que se reduziu nos dois anos seguintes depois da crise financeira de 2008/2009. Em termos de tonelagem, o Brasil importou dos Estados Unidos 21,86 milhões de toneladas em 2010 e exportou 19,82 milhões de toneladas no mesmo ano. Este expressivo valor de transporte por via marítima está a clamar por um tratamento livre e aberto, por meio de normas e medidas administrativas.

Apesar da imensa tonelagem de produtos transportados em navios, os transportadores de bandeira nacional dos dois países respondem apenas por uma pequena parcela desse transporte, o que, por esse aspecto, também justifica a adoção do Acordo, para impulsionar a frota mercante do Brasil a partir de maior acesso ao mercado. Com os dados de dez anos atrás, os transportadores brasileiros responderam por 17,5% do total das receitas de fretes, enquanto os transportadores de bandeira estadunidense, por 14,0%. A participação da frota mercante brasileira no transporte de cargas globalmente estava em cerca de 10% em 2006, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

O pacto internacional em tela visa, justamente, a definir as bases sobre as quais se desenvolverá o transporte marítimo entre o Brasil e os Estados Unidos da América, regulamentando as relações bilaterais de transporte marítimo em relação ao tráfego internacional de longo curso de cargas, excluídas as cargas a granel e cargas transportadas entre portos ou pontos do território de qualquer das partes, conforme o Artigo I do acordo.

As medidas legislativas e administrativas buscam permitir o funcionamento normal dos fluxos de comércio internacional por via marítima, bem como proporcionar a redução dos custos e a obtenção de melhores condições de competitividade nesse intercâmbio aos transportadores de bandeira nacional de ambas as Partes. Com isso, busca-se aumentar o percentual da participação dos armadores de bandeiras brasileira e norte-americana, para benefício recíproco nesse imenso filão de comércio internacional.

O objetivo do acordo é a liberalização do tráfego marítimo e das operações comerciais associadas. Isso significa, de acordo com seu texto, o acesso igual e não discriminatório às chamadas “cargas reservadas” da outra parte (aquelas que têm algum incentivo do Governo).

Ficam excluídas do acordo todas as cargas a granel (petróleo, cereais, minérios) e a navegação de cabotagem (entre os portos nacionais), o transporte de material militar e as cargas de assistência agrícola.

O acordo tem vigência de cinco anos, com renovação automática por períodos sucessivos de um ano. Existe a possibilidade de desistência, a qualquer momento, por iniciativa de qualquer uma das partes.

O Acordo envolve basicamente os seguintes conceitos, objetivos e regras:

**a)** oferta de oportunidades justas e não discriminatórias aos transportadores de bandeiras nacionais de ambas as partes;

**b)** concessão por cada uma das Partes de idêntico acesso, em condições não discriminatórias às operações comerciais dos transportadores de bandeiras nacionais de ambas as partes quanto às cargas consideradas reservadas da outra parte, para o transporte em embarcações próprias ou afretadas (excluídas as cargas de natureza militar ou aquelas denominadas de assistência agrícola);

**c)** definição de “carga reservada” como sendo a carga, no todo ou em parte, que a legislação de uma das Partes reserva para transporte em navios de sua bandeira;

**d)** celeridade na emissão das autorizações para o transporte de cargas reservadas;

**e)** concessão de tratamento justo e não discriminatório às operações comerciais dos transportadores de cada Parte, inclusive quanto ao estabelecimento de escritórios comerciais, a propriedade e operação de instalações marítimas, a movimentação intermodal de carga e

ao estabelecimento de quaisquer outras instalações julgadas necessárias a uma condução eficiente dos serviços marítimos;

**f)** não imposição de restrições ao transbordo de mercadorias ou reposição de carga;

**g)** isonomia tributária e fiscal, concedida por ambas as Partes às embarcações que arvorarem bandeiras dos dois países; e

**h)** intercâmbio de informações entre as Partes a respeito do tráfego marítimo bilateral de cargas reservadas, com discriminação do valor e da tonelagem, por bandeira e tipo de embarcação, bem como sobre as alterações que venham a ocorrer na sua legislação interna sobre o assunto.

A principal restrição oferecida pelo Deputado Jair Bolsonaro em seu voto em separado refere-se à questão da abertura para as cargas reservadas. Considera o parlamentar que a reserva de carga constitui uma política pública que visa a proteger o transportador nacional e que sua abertura frente a uma parte contratante tão forte como os Estados Unidos seria contrário ao interesse nacional.

A instituição de reserva de carga foi criada pelo Decreto-Lei nº 666, de 2 de julho de 1969. O art. 2º deste instrumento determina que:

Será feito, obrigatoriamente, em navios de bandeira brasileira, respeitado o princípio da reciprocidade, o transporte de mercadorias importadas por qualquer órgão da administração pública federal, estadual e municipal, direta ou indireta inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como as importadas com quaisquer favores governamentais e, ainda, as adquiridas com financiamento, total ou parcial, de estabelecimento oficial de crédito, assim também com financiamentos externos, concedidos a órgãos da administração pública federal, direta ou indireta.

Ou seja, a previsão de reserva era estipulada apenas para as cargas compradas ou vendidas pela administração pública direta e indireta. Ela não envolve, até porque implicaria restrição da liberdade de contratar, cargas privadas. E mesmo para o setor governamental, as regras de mercado têm prevalecido em detrimento desse instituto.

É importante ressaltar que o próprio Decreto-Lei nº 666/69, depois desse dispositivo, já apresenta diversas hipóteses de não aplicação da obrigatoriedade da



reserva, o que pode, inclusive, levar a uma interpretação extensiva do presente Acordo como mais uma dessas hipóteses.

Sobre o aspecto da reserva, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o volume das cargas reservadas caiu muito nos últimos anos, assim como o número de navios de bandeira norte-americana. Assim, não se vislumbra temor de que o acesso da frota de bandeira estadunidense às cargas reservadas brasileiras significará perdas de fretes para as empresas brasileiras de navegação. Ainda segundo a Antaq, como há regularidade de empresas brasileiras fazendo o comércio marítimo bilateral, há possibilidade de que venha a haver benefício nacional no acesso às cargas restritas norte-americanas.

Como vimos, a reserva de cargas governamentais foi criada para mitigar os efeitos da concorrência internacional sobre a saúde financeira e solidez econômica das empresas nacionais de navegação. Passados mais de 40 anos da edição do Decreto-Lei nº 666/69, pode-se observar empiricamente que a medida não surtiu os resultados esperados. Observando-se a evolução da tonelagem bruta das embarcações da frota mercante brasileira empregada no transporte marítimo de longo curso nos últimos 40 anos, é possível distinguir-se claramente dois períodos: o que vai do começo dos anos 1970 até meados dos anos 1980, em que houve crescimento significativo da capacidade de carga dos navios nacionais, e o posterior, daquele marco até o presente, em que houve decréscimo constante da tonelagem. De acordo com a Antaq (com dados para 2006), as empresas brasileiras de navegação respondem por apenas cerca de 10% do mercado de fretes marítimos internacionais, gerados por importação e exportação brasileiras. Além disso, atuam, majoritariamente, com embarcações estrangeiras afretadas.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, o diretor da (Antaq), almirante Murillo Barbosa, afirmou que o Acordo não cria privilégios para os Estados Unidos. A lei brasileira já permite a atuação de empresas de capital estrangeiro no comércio marítimo e nas operações portuárias, desde que elas estejam estabelecidas no País, em decorrência da Emenda nº 7/95, que tirou, da Constituição, dispositivos sobre o transporte de granéis e a predominância de armadores nacionais.

Segundo a Antaq, o caminho para a recuperação da competitividade da frota brasileira é o fortalecimento da navegação de cabotagem. A capacidade de participação brasileira no transporte marítimo de longo curso é limitada, cabendo ao País, buscar usufruir das van-

tagens nas tarifas portuárias que os Estados Unidos concedem em função do acordo.

Acrescente-se que esse Acordo não tem a finalidade de revogar a reserva de cargas globalmente, mas apenas para o tráfego marítimo entre Brasil e Estados Unidos, e ainda assim pelo prazo do Acordo, que é de cinco anos (renovados automaticamente se não for denunciado por qualquer das Partes). Além do que, já há outras possibilidades na legislação de isenção da reserva que são habitualmente praticadas.

Ainda em tópico correlato, é importante ressaltar que a Marinha do Brasil, consultada pelo Itamaraty, conforme referido no parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, não apresentou oposição à assinatura do Acordo, inclusive porque o mesmo não diz respeito a cargas de natureza militar.

Não há, ademais, quaisquer constrangimentos à soberania nacional decorrentes do Acordo. O Artigo 2 prevê que “as Partes consultarão sobre alterações que venham a ocorrer nas suas legislações internas que possam interferir na aplicação do presente Acordo”, conteúdo em que não se exige que, para modificar a legislação interna, os governos tenham que obter anuência da outra Parte. Exige-se apenas que, havendo intenção de alteração nas respectivas legislações internas que afetem, de alguma forma, a implementação do instrumento, as Partes realizem consultas mútuas sobre o tema, a fim de avaliarem a forma como tais alterações possam afetar o cumprimento do acordo.

Por fim, é de se registrar que o Acordo não apenas revela vantagens insuspeitas para o contribuinte brasileiro, por possibilitar a contratação de serviços mais rápidos, seguros e baratos, como também, se insere em um novo patamar das relações bilaterais setoriais com os Estados Unidos, inaugurados com a assinatura do Acordo pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, e fortalecidas agora com a nova condutora das relações internacionais do Brasil, Presidente Dilma Rousseff.

### III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2010.

Sala da Comissão, 17 de março de 2011. – Senadora **Gleisi Hoffmann**, Relatora.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 29, DE 2010:ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 17/03/2011, AS SENHÓRAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Ferr</i>	
RELATOR: SENADORA GLEISI HOFFMANN <i>Gleisi</i>	
TITULARES	
SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - WALTER PINHEIRO (PT)
JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Crístovam</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>Jarbas</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i>	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
LUCIA VÂNIA (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RÂNDOLFE RODRIGUES	VAGO <i>Randolfe</i>

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....  
DECRETO-LEI Nº 666, DE 2 DE JULHO DE 1969

**Institui a obrigatoriedade de transporte em navio de bandeira brasileira e dá outras providências.**

.....  
Art. 2º Será feito, obrigatoriamente, em navios de bandeira brasileira, respeitado o princípio da reciprocidade, o transporte de mercadorias importadas por qualquer órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, direta ou indireta inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como as importadas com quaisquer favores governamentais e, ainda, as adquiridas com financiamento, total ou parcial, de estabelecimento oficial de crédito, assim também com financiamento externos, concedidos a órgãos da administração pública federal, direta ou indireta.

.....  
**DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO**

**RELATÓRIO**

Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann**

**I – Relatório**

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 56, de 3 de fevereiro de 2006, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, firmado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após análise pelas comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Cabe registrar que na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem foi alvo de voto em separado pela sua rejeição, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que não foi acolhido e cujo teor será abordado na parte analítica deste parecer.

O referido projeto de decreto legislativo recebeu a chancela do Plenário da Câmara dos Deputados, em 4 de fevereiro de 2010.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 29, de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exterior e Defesa Nacional e designada para ser relatada pelo então Senador Marco Maciel, em 30 de novembro de 2010. Não tendo sido apreciada na Comissão até o final da legislatura, a proposição foi redistribuída para a Relatora signatária em 1º de março de 2011. O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

**II – Análise**

Cuida-se aqui de um importante acordo entre Brasil e Estados Unidos, que além de fortalecer o intercâmbio comercial entre os dois países, reforçará os laços de amizade entre os dois povos, conscientes da importância de seu papel na consolidação do mercado continental e de sua responsabilidade com o desenvolvimento recíproco e da região.

Nos termos da Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a mensagem veiculadora do Acordo, do total de US\$20 bilhões exportados pelo Brasil aos Estados Unidos em 2004, US\$15 bilhões, equivalentes a 30 milhões de toneladas, foram pela via marítima. Do total de US\$11 bilhões importados pelo Brasil naquele ano, US\$6 bilhões (12 milhões de toneladas) foram trazidos pelo mar. São dezenas de milhões de toneladas comercializadas entre Brasil e EUA pela via marítima que estão a clamar por um tratamento livre e aberto, por meio de normas e medidas administrativas.

Da imensa tonelage de produtos transferidos em navios entre os dois países, em 2000, os transportadores brasileiros responderam por 17,5% do total das receitas de fretes, enquanto os transportadores de bandeira estadunidense, por 14,0%.

O pacto internacional em tela visa, justamente, a definir as bases sobre as quais se desenvolverá o transporte marítimo entre o Brasil e os Estados Unidos da América, regulamentando as relações bilaterais de transporte marítimo em relação ao tráfego internacional de longo curso de cargas, excluídas as cargas a granel e cargas transportadas entre portos ou pontos do território de qualquer das partes, conforme o artigo 1 do acordo.

As medidas legislativas e administrativas buscam permitir o funcionamento normal dos fluxos de comércio internacional por via marítima, bem como proporcionar a redução dos custos e a obtenção de melhores condições de competitividade nesse intercâmbio aos transportadores de bandeira nacional de ambas as partes. Com isso, busca-se aumentar o percentual da participação dos armadores de bandeiras brasileira e norte-americana, para benefício recíproco nesse imenso filão de comércio internacional.

O Acordo envolve basicamente os seguintes conceitos, objetivos e regras:

**a)** oferta de oportunidades justas e não discriminatórias aos transportadores de bandeiras nacionais de ambas as Partes e aos transportadores de bandeiras de outros países;

**b)** concessão para cada uma das partes de idêntico acesso, em condições não discriminatórias as operações comerciais dos transportadores de bandeiras nacionais de ambas as partes quanto às cargas consideradas reservadas da outra Parte, para o transporte em embarcações próprias ou afetadas (excluída as cargas de natureza militar ou aquelas denominadas de assistência agrícola);

**c)** definição de "carga reservada" como sendo a carga, no todo ou em parte, que a legislação de uma das Partes reserva para transporte em navios de sua bandeira;

**d)** celeridade na emissão das autorizações para o transporte de cargas reservadas;

**e)** concessão de tratamento justo e não discriminatório as operações comerciais dos transportadores de cada Parte, inclusive quanto ao estabelecimento de escritórios comerciais, a propriedade e operação de instalações marítima, a movimentado intermodal de carga e ao estabelecimento de quaisquer outras instalações julgadas necessária a uma condução eficiente dos serviços marítimos;

**f)** não imposição de restrições ao transbordo de mercadorias ou à reposição de carga;

**g)** isonomia tributária e fiscal, concedida por ambas as Partes às embarcações que avorarem bandeiras dos dois países; e

**h)** intercâmbio de informações entre as Partes a respeito do tráfego marítimo bilateral de cargas reservadas, com discriminação do valor e da tonelagem, por bandeira e tipo de

embarcação, bem como sobre as alterações que venham a ocorrer na sua legislação interna sobre o assunto.

A principal restrição oferecida pelo Deputado Jair Bolsonaro em seu voto em separado refere-se à questão da abertura para as cargas reservadas. Considera o parlamentar que a reserva de carga constitui uma política pública que visa a proteger o transportador nacional e que sua abertura frente a uma parte contratante tão forte como os Estados Unidos seria contrário ao interesse nacional.

Sobre esse aspecto, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o volume das cargas reservadas caiu muito nos últimos anos, assim como o número de navios de bandeira norte-americana. Assim, não se vislumbra temor de que o acesso da frota de bandeira estadunidense às cargas reservadas brasileiras significará perdas de fretes para as empresas brasileiras de navegação. Ainda segundo a ANTAQ, como há regularidade de empresas brasileiras fazendo o comércio marítimo bilateral, há possibilidade de que venha a haver benefício nacional no acesso às cargas restritas norte-americanas.

A reserva de cargas governamentais foi criada para mitigar os efeitos da concorrência internacional sobre a saúde financeira e solidez econômica das empresas nacionais de navegação. Passados mais de 40 anos da edição do Decreto-Lei nº 666/69, pode-se observar empiricamente que a medida não surtiu os resultados esperados. Observando-se a evolução da tonelagem bruta das embarcações da frota mercante brasileira empregada no transporte marítimo de longo curso nos últimos 40 anos, é possível distinguir-se claramente dois períodos: o que vai do começo dos anos 1970 até meados dos anos 1980, em que houve crescimento significativo da capacidade de carga dos navios nacionais, e o posterior, daquele marco até o presente, em que houve decréscimo constante da tonelagem. De acordo com a ANTAQ (com dados para 2006), as empresas brasileiras de navegação respondem por apenas cerca de 10% do mercado de fretes marítimos internacionais, gerados por importação e exportação brasileiras. Além disso, atuam, majoritariamente, com embarcações estrangeiras afetadas.

Acrescente-se que esse Acordo não tem a finalidade de revogar a reserva de cargas globalmente, mas apenas para o tráfego marítimo entre Brasil e Estados Unidos, e mesmo assim pelo prazo do Acordo, que é de cinco anos (renovados automaticamente se não for denunciado por qualquer das partes). Além do que, já



há outras possibilidades na legislação de isenção da reserva que são habitualmente praticadas.

Ainda em tópico correlato, é importante ressaltar que a Marinha do Brasil, consultada pelo Itamaraty, conforme referido no parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, não apresentou oposição à assinatura do Acordo, inclusive porque o mesmo não diz respeito a cargas de natureza militar.

Não há, ademais, quaisquer constrangimentos à soberania nacional decorrentes do Acordo. O Artigo 2 prevê que “as Partes consultarão sobre alterações que venham a ocorrer nas suas legislações internas que possam interferir na aplicação do presente Acordo”, conteúdo em que não se exige que, para modificar a legislação interna, os governos tenham que obter anuência da outra Parte. Exige-se apenas que, havendo intenção de alteração nas respectivas legislações internas que afetem, de alguma forma, a implementação do instrumento, as Partes realizem consultas mútuas sobre o tema, a fim de avaliarem a forma como tais alterações possam afetar o cumprimento do acordo.

Por fim, é de se registrar que o Acordo não apenas revela vantagens insuspeitas para o contribuinte brasileiro, por possibilitar a contratação de serviços mais rápidos, seguros e baratos, como também se insere em um novo patamar das relações bilaterais setoriais com os Estados Unidos, inaugurados com a assinatura do Acordo pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, e fortalecidas agora com a nova condutora das relações internacionais do Brasil.

### III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2010.

Sala da Comissão, – Senadora **Gleisi Hoffmann**, Relatora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº92, DE 2011

**Altera o Código Penal para aumentar as penas cominadas aos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em Geral.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 312 a 326 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

#### “Peculato

Art. 312. ....  
Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.

#### Peculato culposo

§ 2º .....  
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.

.....” (NR)

#### “Peculato mediante erro de outrem

Art. 313. ....  
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.” (NR)

#### “Inserção de dados falsos em sistema de informações

Art. 313-A. ....  
Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.” (NR)

#### “Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações

Art. 313-B. ....  
Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

.....” (NR)

#### “Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento

Art. 314. ....  
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, se o fato não constitui crime mais grave.” (NR)

#### “Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Art. 315. ....  
Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.” (NR)

#### “Concussão

Art. 316. ....  
Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

#### Excesso de exação

§ 1º .....  
Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 2º .....

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.” (NR)

**“Corrupção passiva**  
 Art. 317. ....  
 Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.  
 .....  
 § 2º .....  
 Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.” (NR)

**“Facilitação de contrabando ou descaminho**  
 Art. 318. ....  
 Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.” (NR)

**“Prevaricação**  
 Art. 319. ....  
 Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.” (NR)  
 “Art. 319-A. ....  
 Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.” (NR)

**“Condescendência criminosa**  
 Art. 320. ....  
 Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.” (NR)

**“Advocacia administrativa**  
 Art. 321. ....  
 Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.  
 Parágrafo único. ....  
 Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.” (NR)

**“Violência arbitrária**  
 Art. 322. ....  
 Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.” (NR)

**“Abandono de função**  
 Art. 323. ....  
 Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, e multa.  
 § 1º .....  
 Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.  
 § 2º .....  
 Pena – detenção, de dois a três anos, e multa.” (NR)

**“Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado**  
 Art. 324. ....  
 Pena – detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, e multa.” (NR)

**“Violação de sigilo funcional**  
 Art. 325. ....  
 Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.  
 .....  
 § 2º .....  
 Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.” (NR)

**“Violação do sigilo de proposta de concorrência**  
 Art. 326. ....  
 Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### Justificação

Matéria jornalística recentemente publicada no jornal **Folha de São Paulo** noticiou que “de cada 5 presos que a Polícia Federal enquadra por corrupção, peculato e fraude contra o tesouro pelo menos um é servidor público”.

Esse dado revela, por si só, que as penas cominadas em abstrato para os crimes próprios dos funcionários públicos não estão sendo suficientes para a prevenção geral desses crimes.

Releva lembrar que todo funcionário público conhece bem os tipos penais descritos no Capítulo I do Título XI da Parte Especial do Código Penal brasileiro, além de perceber remuneração que o coloca em patamar distinto dos assalariados em geral. Então, alguns deles praticam crimes contra a Administração Pública porque acreditam que seja compensador. Em outras palavras, as penas cominadas abstratamente não inibem a conduta delituosa do servidor.

Observamos que as penas máximas cominadas para os crimes próprios dos servidores públicos já é bastante elevada, mas as penas mínimas, onde certamente ficam a maioria das condenações, são muito brandas.

Necessário, então, que o Poder Legislativo endureça a resposta penal para os crimes praticados por funcionários públicos. Esse é o objetivo do projeto de lei que ora apresentamos, onde se propõe a elevação dos patamares mínimos das penas cominadas.

Pelo exposto, rogamos aos nobres Pares que votem pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

**TÍTULO XI****Dos Crimes****Contra A Administração Pública****CAPÍTULO I****Dos Crimes Praticados Por Funcionário Público  
Contra A Administração Em Geral****Peculato**

Art. 312 – Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º – Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

**Peculato culposo**

§ 2º – Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano.

§ 3º – No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

**Peculato mediante erro de outrem**

Art. 313 – Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

**Inserção de dados falsos em sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)**

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000))

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

**Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)**

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

**Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento**

Art. 314 – Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

**Emprego irregular de verbas ou rendas públicas**

Art. 315 – Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

**Concussão**

Art. 316 – Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.

**Excesso de exação**

§ 1º – Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa.

§ 2º – Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

**Corrupção passiva**

Art. 317 – Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.



§ 1º – A pena é aumentada de um terço, se, em conseqüência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º – Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

### **Facilitação de contrabando ou descaminho**

Art. 318 – Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334):

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

### **Prevaricação**

Art. 319 – Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo:

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

### **Condescendência criminosa**

Art. 320 – Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

### **Advocacia administrativa**

Art. 321 – Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único – Se o interesse é ilegítimo:

Pena – detenção, de três meses a um ano, além da multa.

### **Violência arbitrária**

Art. 322 – Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

Pena – detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.

### **Abandono de função**

Art. 323 – Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

§ 1º – Se do fato resulta prejuízo público:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 2º – Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

Pena – detenção, de um a três anos, e multa.

### **Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado**

Art. 324 – Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso:

Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

### **Violação de sigilo funcional**

Art. 325 – Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem:

I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública;

II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

### **Violação do sigilo de proposta de concorrência**

Art. 326 – Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena – Detenção, de três meses a um ano, e multa.

### **Funcionário público**

Art. 327 – Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º – Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade para-estatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

§ 2º – A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2011

### **Estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra a pessoa ou considerado hediondo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei trata da identificação genética dos condenados por crime praticado com violência contra a pessoa ou considerado hediondo.

Art. 2º Serão submetidos à identificação genética obrigatória, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor, os condenados por crime praticado com violência contra a pessoa ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Art. 3º A identificação genética será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Art. 4º A autoridade policial, federal ou estadual poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação genética.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

O presente projeto de lei vem para reforçar um processo já em andamento no Brasil. Nosso País deverá contar, em breve, e já tardiamente, com um banco de perfis de DNA nacional para auxiliar nas investigações de crimes praticados com violência. O sistema, denominado CODIS (*Combined DNA Index System*) é o mesmo usado pelo FBI, a polícia federal dos Estados Unidos, e por mais 30 países. O processo para a implantação do CODIS começou em 2004. O banco de evidências será abastecido pelas perícias oficiais dos Estados com dados retirados de vestígios gené-

ticos deixados em situação de crime, como sangue, sêmen, unhas, fios de cabelo ou pele.

O CODIS prevê ainda um banco de identificação genética de criminosos, que conteria o material de condenados. Todavia, a sua implantação depende de lei. É do que trata o presente projeto. De fato, uma coisa é o banco de dados operar apenas com vestígios; outra é poder contar também com o material genético de condenados, o que otimizará em grande escala o trabalho investigativo.

A determinação de identidade genética pelo DNA constitui um dos produtos mais revolucionários da moderna genética molecular humana. Ela é hoje uma ferramenta indispensável para a investigação criminal.

Evidências biológicas (manchas de sangue, sêmen, cabelos etc.) são frequentemente encontradas em cenas de crimes, principalmente aqueles cometidos com violência. O DNA pode ser extraído dessas evidências e estudado por técnicas moleculares no laboratório, permitindo a identificação do indivíduo de quem tais evidências se originaram. Obviamente que o DNA não pode por si só provar a culpabilidade criminal de uma pessoa ou inocentá-la, mas pode estabelecer uma conexão irrefutável entre a pessoa e a cena do crime. Atualmente os resultados da determinação de identificação genética pelo DNA já são rotineiramente aceitos em processos judiciais em todo o mundo.

O DNA pode ser encontrado em todos os fluidos e tecidos biológicos humanos e permite construir um perfil genético individual. Além disso, características moldadas ao longo da história evolutiva dos seres vivos adaptaram o DNA para ser uma molécula informacional com baixíssima reatividade química e grande resistência à degradação. Essa robustez da molécula faz com que o DNA seja ideal como fonte de identificação resistente à passagem do tempo e às agressões ambientais frequentemente encontradas em cenas de crimes.

A determinação de identidade genética pelo DNA pode ser usada para muitos fins hoje em dia: demonstrar a culpabilidade dos criminosos, exonerar os inocentes, identificar corpos e restos humanos em desastres aéreos e campos de batalha, determinar paternidade, elucidar trocas de bebês em berçários e detectar substituições e erros de rotulação em laboratórios de patologia clínica.

Julgamos tratar-se de medida necessária e urgente, para a qual peço o apoio dos meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.

### Mensagem de veto

**Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

II – latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

III – extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

IV – extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

V – estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VI – estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VII – epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

VII-A – (VETADO) (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 20.8.1998)

VII-B – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 20.8.1998)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

.....  
Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **Fernando Collor; Bernardo Cabral.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 26.7.1990

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2011

**Institui o dia 13 de março como “Dia da Batalha do Jenipapo”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a data de 13 de março como “Dia da Batalha do Jenipapo”.

*Parágrafo único.* Anualmente, no Dia da Batalha do Jenipapo deverão ser realizadas, com a presença de representantes do Governo Federal, ações educativas e comemorativas em alusão ao evento histórico ocorrido no ano de 1823, no Estado do Piauí, com concessão da “Medalha Batalha do Jenipapo”, para até cinco pessoas, civis ou militares, que se destacaram por relevantes serviços prestados ao povo brasileiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### Justificação

Não obstante a história oficial destaque o caráter pacífico e conciliador do povo brasileiro, não nos faltam exemplos de atos de bravura em que se destacaram personagens dignos de serem chamados de heróis nacionais. Nossa Independência, a unidade territorial e a estruturação dos principais valores que informam a Nação devem muito à ação resoluta de brasileiros, homens e mulheres, e de fatos históricos que nem sempre são lembrados com a devida reverência.

Fortalecer a memória acerca da nossa história e do difícil processo de construção da Nação Brasileira é valorizar a identidade nacional. E a identidade de um povo é a base de sua ação, de sua vontade de seguir lutando por uma sociedade melhor, mais fraterna e democrática.

Nesse sentido, a proposição legislativa que trago à discussão com meus pares do Congresso Nacional tem o propósito de valorizar um episódio que, nos manuais de história, não costuma figurar com a im-

portância que realmente possui. Refiro-me à Batalha do Jenipapo, ocorrida no dia 13 de março de 1923, na região em que se situa atualmente o Município de Campo Maior, no Piauí.

A Proclamação da Independência, em 7 de setembro 1822, ensejou ações de Portugal no sentido da preservação de sua antiga colônia. Em consequência, em diversos pontos do território da nova nação ocorreram conflitos, em que se pode verificar o já consolidado espírito nativista e a consciência de um povo na luta pela consolidação de sua autonomia.

A Batalha do Jenipapo foi um dos mais importantes capítulos da consolidação da Independência do Brasil. Ali, sob o comando de José da Cunha Fidié, tropas portuguesas enfrentaram os independentistas, que estavam decididos a não aceitar o retrocesso que a ex-metrópole lhes pretendia impor. Foi uma batalha sangrenta, em que dois mil e quinhentos camponeses piauienses e cearenses, sem treinamento militar nem armamentos adequados, mas com muita garra e fé no futuro da Nação, enfrentaram combatentes portugueses liderados por um militar experiente.

Não obstante os portugueses tenham saído vitoriosos nessa batalha desigual, os prejuízos causados pelos valentes brasileiros forçou o líder militar Fidié a conduzir suas tropas para o Maranhão.

Por sua relevância e por simbolizar a capacidade de luta do povo brasileiro diante das adversidades, não importando sua dimensão, o episódio merece ser lembrado. Por essa razão, propomos a instituição do Dia da Batalha do Jenipapo como data comemorativa nacional.

Tendo em vista o exposto, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Wellington Dias**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2011

**Altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, para ampliar o conceito de atividade de advocacia, atividade jurídica ou prática forense, para fins de habilitação em concurso público.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 3º .....  
.....

§ 3º Considera-se, ainda, como atividade de advocacia, atividade jurídica ou prática forense, para fins de habilitação em concurso público, o cumprimento de estágio de Direito reconhecido por lei e o desempenho, pelo bacharel em Direito, de cargo, emprego ou função, de nível superior, de atividades eminentemente jurídicas.

§ 4º Nos concursos públicos para ingresso na carreira da Magistratura ou na carreira do Ministério Público, aplica-se o disposto no § 3º deste artigo, à exceção do cumprimento de estágio de Direito reconhecido por lei, que não será considerado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O presente projeto de lei objetiva considerar como atividade de advocacia, atividade jurídica ou prática forense, para fins de habilitação em concurso público, o cumprimento de estágio de Direito reconhecido por lei e o desempenho de cargo, emprego ou função, de nível superior, de atividades eminentemente jurídicas.

A alteração de dispositivo conceitual, genérico, que trata da atividade de advocacia, em diploma legal não marcado pela cláusula de reserva da iniciativa – Lei nº 8.906, de 1994 -, é a alternativa mais adequada a padronizar a matéria e a estender a visão ampliada do conceito de atividade jurídica aos concursos públicos que, eventualmente, não a adotem.

Uma norma que admita a contagem do tempo de estágio não pode, contudo, ser aplicada nos concursos de ingresso na Magistratura e no Ministério Público.

É que o art. 93, inciso I, e o art. 129, § 3º, da Constituição Federal, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, exigem que o bacharel em Direito demonstre o exercício de, no mínimo, três anos de atividade jurídica.

Nesse sentido, foi necessária a apresentação de regra específica no § 4º que se propõe acrescer ao art. 3º da Lei nº 8.906, de 1994.

O debate sobre a real abrangência das expressões *atividade de advocacia*, *atividade jurídica* ou *prática forense*, há tempos já foi submetido ao Poder Judiciário.

Pacífica e recorrente é a jurisprudência, tanto do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quanto do Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de conferir interpretação ampliada e extensiva às mencionadas expressões.

Nesse contexto, o Poder Judiciário brasileiro considera como tempo de efetivo exercício de advocacia,



de atividade jurídica ou de prática forense, para fins de habilitação em concurso público para carreiras jurídicas, o tempo decorrido no exercício de cargos privativos de bacharel em Direito, ou em cargos que, ainda que não privativos, propiciem aos seus ocupantes experiência e aprofundamento jurídico, seja no âmbito do processo administrativo, seja no âmbito do processo judicial.

Tão flexível tem sido a exegese do Poder Judiciário nessa matéria, em especial, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), órgão máximo de análise da legislação infraconstitucional, que até o tempo referente ao estágio forense é considerado.

Cuida-se, pois, de buscar, com o presente projeto, mecanismos legais que assegurem tratamento isonômico nos concursos públicos jurídicos que, em grande medida, são muito atraentes em face das responsabilidades, destaque profissional e remuneração.

Restringir o conceito de atividade jurídica àqueles que militam na advocacia privada significa punir levas numerosas de jovens que desde cedo veem no setor público a forma ideal de ingressar no mercado de trabalho e de obter meios de prover suas subsistências e de suas famílias.

São esses jovens, que se esforçam e que buscam evoluir profissionalmente se candidatando a outros cargos e carreiras mais atrativos, os grandes prejudicados por uma interpretação restritiva do conceito de atividade jurídica.

Assim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, submeto o presente projeto ao crivo de Vossas Excelências, aguardando que as propostas isonômicas nele contidas sejam debatidas e, ao final, aprovadas.

Sala das Sessões, – Senador **José Pimentel**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994.

#### **Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### TÍTULO I Da Advocacia

#### CAPÍTULO I Da Atividade de Advocacia

Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

§ 2º O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, pode praticar os atos previstos no art. 1º, na forma do regimento geral, em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste.

Art. 4º São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.

Parágrafo único. São também nulos os atos praticados por advogado impedido – no âmbito do impedimento – suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia.

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

“Art.129. ....

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2011**

**Altera o art. 366 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para permitir que o servidor da Justiça Eleitoral exerça atividade político-partidária e ocupe mandato eletivo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 366 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 366. É facultado ao servidor da Justiça Eleitoral exercer atividade político-partidária, ressalvada a ocupação de cargo em órgão de direção de partido.

Parágrafo único. Aplicam-se ao servidor da Justiça Eleitoral as regras sobre filiação partidária, desincompatibilização, licença para atividade política e afastamento para exercício de mandato eletivo relativas aos demais servidores públicos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Nosso regime constitucional consagra os direitos políticos como direitos fundamentais. As restrições impostas pela lei a esses direitos devem observar o princípio da razoabilidade. De acordo com esse princípio, em situações de potencial conflito entre direitos ou valores constitucionais – como o direito à participação política e a imparcialidade e lisura do pleito – as limitações a um direito devem justificar-se pela necessidade de proteção ao direito concorrente. Isto é, limita-se um direito para preservar outro. Assim, a previsão legal de uma total vedação ao exercício da atividade político-partidária por parte do servidor da Justiça Eleitoral teria que se revelar como medida indispensável à salvaguarda da imparcialidade das eleições.

Todavia, isso está longe da realidade. Os servidores da Justiça Eleitoral desempenham atividades administrativas, as quais, em sua grande maioria, são praticadas por meio de atos vinculados. Os processos são, salvo raras exceções, de interesse público. Quando se encontram envolvidos com a prestação jurisdicional, os servidores estão em posição de mero assessoramento. Os atos decisórios são de competência de magistrados, sob o crivo do Ministério Público. Por tudo isso, parece suficiente, do ponto de vista da preservação da lisura das eleições, aplicar aos servidores da Justiça

Eleitoral as mesmas regras previstas para os demais ocupantes de cargos na administração pública.

Dessa forma, oferecemos o presente projeto, que altera o Código Eleitoral de 1965, para permitir a filiação, a candidatura e o exercício de mandato eletivo por parte de servidores da Justiça Eleitoral, desde que observados os prazos mínimos de desincompatibilização previstos na Lei de Inelegibilidades. A proposição veda apenas a participação desses servidores em órgãos de direção partidária, o que, a nosso ver, mostra-se incompatível com o seu mister. É que a relação dos partidos com a Justiça Eleitoral ultrapassa o período das eleições, envolvendo a distribuição de recursos do fundo partidário, o julgamento das contas de campanha e do partido, o acesso à rádio e TV para propaganda partidária, e assim por diante.

Assim, diante da injustificável vedação do exercício de atividade político-partidária por servidores da Justiça Eleitoral, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto.

Sala de Sessões, 17 de março de 2011. – Senador **José Pimentel**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

Legislação Eleitoral

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965.

**Texto compilado****Institui o Código Eleitoral.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, caput, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

Art. 366. Os funcionários de qualquer órgão da Justiça Eleitoral não poderão pertencer a diretório de partido político ou exercer qualquer atividade partidária, sob pena de demissão.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2011**

**Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para dispensar a exigência de guarda judicial na caracterização, para fins do Imposto de Renda da Pessoa Física, da relação de dependência entre o avô-contribuinte e o neto, no caso em que o avô relacione o filho como dependente, e para que os dependentes a que se referem os incisos**

**III e V do art. 35 da mencionada norma continuam a ser assim considerados quando maiores até 26 anos de idade.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido de parágrafo com a seguinte redação:

“Art. 35. ....

.....  
 § 5º No caso de neto que seja filho das pessoas arroladas no inciso III do *caput* deste artigo, não se aplicam as seguintes condicionantes previstas no inciso V do *caput* deste artigo:

- I – falta de arrimo dos pais;
- II – detenção da guarda judicial.” (NR)

Art. 2º O § 1º do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. ....

.....  
 § 1º Os dependentes a que se referem os incisos III e V deste artigo poderão ser assim considerados quando maiores até 26 anos de idade, se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de ensino médio.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação oficial.

**Justificação**

A legislação tributária em vigor (art. 35, inciso V, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995) exige que os avós detenham a guarda judicial do neto para considerá-lo dependente para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Essa exigência decorre do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), cujo art. 1.631 atribui aos pais o poder familiar. Para retirá-lo dos pais, o art. 1.635 impõe a decisão judicial.

Ocorre que a relação de dependência para fins do IRPF tem natureza econômica, podendo a lei tributária relaxar os rigores da lei civil sem lhe ofender o espírito. É o caso em que o avô dá arrimo aos netos e tem como dependente o filho, a filha, o enteado ou a enteada, cujos filhos são os netos sustentados pelo referido avô-contribuinte.

Ora, se a lei tributária reconhece uma relação de dependência entre o avô e seu filho e este não consegue gerar rendimentos para dar arrimo ao próprio

filho, é evidente que o neto também terá uma relação de dependência econômica com o avô. A exigência de que o avô detenha a guarda judicial do neto se torna burocrática.

A alteração do § 1º do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que estende de 24 para 26 anos de idade a condição de dependente daqueles a que se referem os incisos III e V do citado art. 35, se mostra necessária e salutar, especialmente para atender o real espírito da norma vigente nos casos não raros de estudantes de cursos como o de medicina que exigem um mínimo de 6 anos de estudo para graduação.

A desburocratização da relação de dependência entre avô e neto e a extensão por apenas dois anos para os casos de dependentes estudantes ora propostas acarretarão insignificante queda na arrecadação do imposto de renda. Esclarecemos, entretanto, que a proposição não dá causa a renúncia de receita, nos termos definidos pelo § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Efetivamente, segundo enuncia o dispositivo, a renúncia compreende modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. No presente caso, o benefício é geral e irrestrito a todas as pessoas físicas. Assim, são desnecessárias as medidas acautelatórias de caráter orçamentário-financeiro previstas na LRF.

Contamos com o apoio dos ilustres Pares à aprovação dessa relevante matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Gilvam Borges**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
 DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I**

**Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

.....



## Seção II Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

.....  
Art. 75. Revoga-se a [Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999](#).

Brasília, 4 de maio de 2000. – 179º da Independência e 112º da República, **Fernando Henrique Cardoso; Pedro Malan; Martus Tavares**.

.....  
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

### Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### PARTE GERAL

#### LIVRO I Das Pessoas

#### TÍTULO I Das Pessoas Naturais

#### CAPÍTULO I Da Personalidade E Da Capacidade

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

## CAPÍTULO V Do Poder Familiar

### Seção I Disposições Gerais

Art. 1.630. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.

Art. 1.631. Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.

Art. 1.632. A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.

Art. 1.633. O filho, não reconhecido pelo pai, fica sob poder familiar exclusivo da mãe; se a mãe não for conhecida ou capaz de exercê-lo, dar-se-á tutor ao menor.

### Seção II Do Exercício do Poder Familiar

Art. 1.634. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

- I – dirigir-lhes a criação e educação;
- II – tê-los em sua companhia e guarda;
- III – conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;
- IV – nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;
- V – representá-los, até aos dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;
- VI – reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;
- VII – exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.

### Seção III Da Suspensão e Extinção do Poder Familiar

Art. 1.635. Extingue-se o poder familiar:

- I – pela morte dos pais ou do filho;
- II – pela emancipação, nos termos do art. 5º, parágrafo único;

- III – pela maioria;
- IV – pela adoção;
- V – por decisão judicial, na forma do artigo 1.638.

.....  
 Art. 2.046. Todas as remissões, em diplomas legislativos, aos Códigos referidos no artigo antecedente, consideram-se feitas às disposições correspondentes deste Código.

Brasília, 10 de janeiro de 2002 – 181º da Independência e 114º da República, **Fernando Henrique Cardoso; Aloisio Nunes Ferreira Filho.**

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

**Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

**Disposições Preliminares**

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 1996 o imposto de renda das pessoas físicas será determinado segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta Lei.

.....  
 Art. 35. Para efeito do disposto nos arts. 4º, inciso III, e 8º, inciso II, alínea c, poderão ser considerados como dependentes:

- I – o cônjuge;
- II – o companheiro ou a companheira, desde que haja vida em comum por mais de cinco anos, ou por período menor se da união resultou filho;
- III – a filha, o filho, a enteada ou o enteado, até 21 anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- IV – o menor pobre, até 21 anos, que o contribuinte crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial;
- V – o irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até 21 anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- VI – os pais, os avós ou os bisavós, desde que não auferam rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal;

- VII – o absolutamente incapaz, do qual o contribuinte seja tutor ou curador.

§ 1º Os dependentes a que se referem os incisos III e V deste artigo poderão ser assim considerados quando maiores até 24 anos de idade, se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.

§ 2º Os dependentes comuns poderão, opcionalmente, ser considerados por qualquer um dos cônjuges.

§ 3º No caso de filhos de pais separados, poderão ser considerados dependentes os que ficarem sob a guarda do contribuinte, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente.

§ 4º É vedada a dedução concomitante do montante referente a um mesmo dependente, na determinação da base de cálculo do imposto, por mais de um contribuinte.

.....  
 Art. 42. Revogam-se as disposições em contrário e, especialmente, o [Decreto-Lei nº 1.380, de 23 de dezembro de 1974](#), o [art. 27 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988](#), o [art. 26 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991](#), e os [arts. 8º a 20 e 23 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995](#).

Brasília, 26 de dezembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República, **Fernando Henrique Cardoso; Pedro Pullen Parente.**

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2011**

**Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar entre as moléstias a cujos portadores é concedida isenção de imposto de renda da pessoa física sobre proventos de aposentadoria ou reforma.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º .....

.....  
 XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia pro-

fissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida e forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

### Justificação

O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, concede isenção do imposto de renda da pessoa física (IRPF) sobre os proventos de aposentadoria ou reforma percebidos pelos portadores de algumas doenças ou agravos à saúde. A isenção é concedida em virtude da gravidade dos danos à saúde ou das sequelas provocadas pelas doenças e agravos especificados no mencionado inciso. O projeto que submetemos à apreciação dos nobres Parlamentares tem por finalidade estender o benefício aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar (LAM).

Essa doença acomete principalmente mulheres, geralmente ainda jovens, em idade reprodutiva. São raros os casos de portadores do sexo masculino. É rara, com prevalência estimada em um caso por um milhão de habitantes. Portanto, é provável que apenas cerca de duzentos brasileiros e brasileiras sejam portadores dessa doença.

A evolução lenta, mas contínua, faz com que a LAM se torne grave alguns anos após o início dos sintomas. São acometidos principalmente os pulmões, mas outros órgãos, a exemplo dos rins, dos gânglios linfáticos e outros, também podem ser comprometidos. A dificuldade respiratória e a tosse seca são os seus principais sintomas. O pneumotórax espontâneo, que é o rompimento do pulmão e o enchimento da cavidade torácica com ar, figura como uma das mais graves complicações da doença.

Não existe tratamento medicamentoso eficaz contra a LAM. Daí o inevitável agravamento da doença, que frequentemente exige o uso de oxigênio e, como medida extrema, o transplante de pulmão e a nefrectomia, que é a retirada do rim comprometido. A

incapacidade para os trabalhos que demandam esforços físicos, conseqüente a esse agravamento, exige a aposentadoria ou a reforma precoce do doente.

A diminuição dos rendimentos, conseqüente à aposentadoria ou à reforma precoce, somada à necessidade de medicamentos e de outras medidas de atenção à saúde, nem sempre disponíveis nos serviços públicos, representam um encargo considerável para os doentes e suas famílias, o que justifica a isenção proposta.

Em vista do reduzido número de portadores da doença, a renúncia fiscal decorrente da medida proposta é insignificante. Entretanto, para os seus beneficiários, a isenção representa significativo alívio das dificuldades por eles enfrentadas no tocante a despesas com medicamentos e outros cuidados com a saúde.

Pelos motivos expostos, estamos convictos de que conceder isenção do IRPF às portadoras e aos portadores da forma incapacitante da LAM é uma medida socialmente justa. Essa convicção leva-nos a contar com o apoio dos Parlamentares de ambas as Casas do Congresso Nacional para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Davim**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004)

*(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **REQUERIMENTO Nº 233, DE 2011**

Requeremos, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão do dia 30 de março de 2011 seja dedicado a homenagear o maior pugilista brasileiro de todos os tempos, Éder Jofre.

### **JUSTIFICATIVA**

Éder Jofre foi o primeiro campeão mundial brasileiro de boxe. Em 18 de novembro de 2010, o Brasil comemorou os 50 anos da primeira grande conquista do boxe nacional. Foi nessa data que Éder derrubou o mexicano Eløy Sanchez, conquistando o cinturão de Campeão Mundial da AMB (Associação Mundial de Boxe), na categoria Peso Galo.

Nascido no bairro do Peruche, em São Paulo, Éder Jofre iniciou sua carreira no boxe em 1953, com a conquista do tradicional torneio amador Forja dos Campeões. De pugilista desconhecido a grande nome do esporte brasileiro, foram poucos anos.

Os títulos mundiais, conquistados na Categoria Galo, renderam a Eder Jofre o apelido de “Galinho de Ouro”.

Ícone para futuras gerações, Éder Jofre até hoje é apontado por especialistas como o maior pugilista brasileiro de todos os tempos.

O Galinho de Ouro alcançou os seguintes títulos:

Campeão da Forja de Campeões (amador) – 1953  
Campeão Latino-Americano (Montevideu) – 1956  
Campeão Brasileiro dos galos – 1958  
Campeão Sul-americano dos galos – 1960  
Campeão Mundial da AMB (Associação Mundial de Boxe) dos galos – 1960

Campeão Unificado (títulos pelas federações americanas e européias) dos galos – 1962

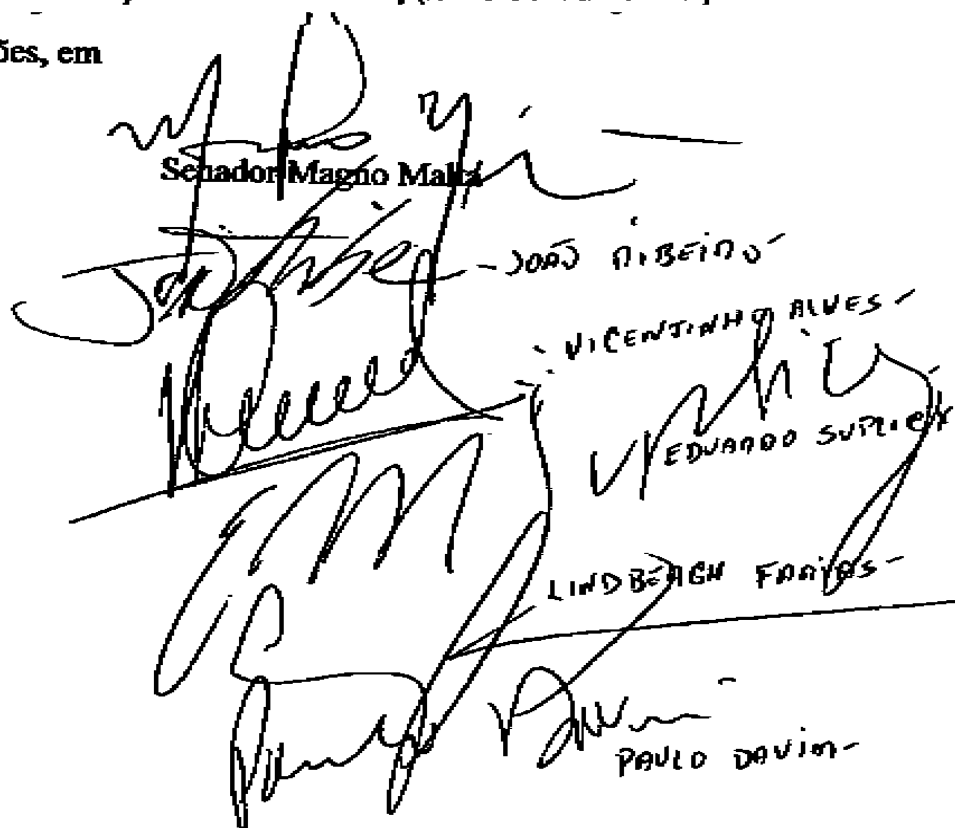
**Campeão Mundial dos penas pelo CMB (Conselho Mundial de Boxe) – 1973.**

E obteve ainda as seguintes premiações e honrarias:

- Melhor “peso galo” do mundo – 1963.
- Melhor “peso galo” de todos os tempos Conselho Mundial de Boxe (CMB) – 1983, na ONU.
- Melhor na categoria de peso na América Latina – Imprensa da República Dominicana.
- Pugilistas que defenderem com sucesso o seu cinturão nos galos ganham o “Troféu Eder Jofre”.
  
- Indicado para o “Hall da Fama” do boxe – 1992.
- Nono melhor pugilista dos últimos cinquenta anos – Revista norte-americana “The Ring” – 2002 (Ao lado de monstros do esporte como Sugar-Ray Robinson, Muhammad Ali, Julio Cesar Chavez, Sugar Ray Leonard, Roberto Duran, Carlos Monzón).

Por ser símbolo desportivo nacional, primeiro pugilista brasileiro a ser campeão mundial, com título conquistado há 50 anos, transcorridos em 18 de novembro passado, e vários outros que justificam seu apelido: Galinho de Ouro, Eder, que completa 75 anos no dia 26 de março, merece essa reverência e esse presente de aniversário do Senado da República.

Sala das Sessões, em



Senador Magno Malta

JOÃO RIBEIRO

VICENTIANO ALVES

EDUARDO SUPRICK

LINDBERGH FARIAS

PAULO DAVIM



**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 234, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno, e com respaldo na atividade fiscalizatória do Parlamento Brasileiro (Art. 49, X) requeiro sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Esporte, as seguintes informações:

Informações no tocante **às metas estipuladas pela “Fédération Internationale de Football\* - FIFA, a serem atendidas por cada um dos Estados e Municípios brasileiros, escolhidos como cidades-sede da “Copa do Mundo de 2.014”**.

Como é de conhecimento público, essas metas referem-se à aspectos técnicos relativos à obras viárias, de mobilidade urbana, adequações aeroportuárias, estrutura de comunicação, bem como fixam um cronograma para que essas atividades sejam implementadas a tempo e a contento.

Sendo o Ministério do Esporte representante específico do Executivo Federal, co-responsável pela realização do importante evento, também dever ter sido instado, pela FIFA, a acompanhar os trabalhos dos outros entes (Estados e Municípios), motivo pelo qual deve deter as informações em tela.

Finalmente, vale acentuar que somente após o esclarecimento da totalidade das metas exigidas pela FIFA é que este Senado Federal poderá ter condições reais de acompanhar se tais exigências estão sendo cumpridas, seja no aspecto técnico, seja no aspecto temporal. Essas informações interessam às Bancadas dos Estados, bem como a várias Comissões da Casa, pelo que solicito o compartilhamento das informações com todos os Senadores, assim que respondidas, já que devem estar especificadas por “cidades-sede”.

Sala das Sessões – Senador **Pedro Taques**.

(À Mesa para decisão)

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Senador Randolfe Rodrigues para integrar, como suplente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do **Ofício SF/GSMB nº 0085/2011**, encaminhado pela liderança do Partido Socialismo e Liberdade.

É o seguinte o Ofício:

Ofício SF/GSMB nº 85/2011

Brasília, DF, 17 de março de 2011

Assunto: Indicação Suplente.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, informo que, como líder do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, tenho a satisfação de indicar o Senador Randolfe Rodrigues, para compor a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na qualidade de suplente, na vaga destinada ao nosso partido.

Atenciosamente, – Senador **Marinor Brito**, Líder do PSOL.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 3/2011-CI

Brasília, 17 de março de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 17 de março do ano em curso, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para o Biênio 2011-2012, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Blairo Maggi, respectivamente.

Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente em exercício da Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 2, de 2011**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 2/2011 – PRES/CAS

Brasília, 16 de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou em turno único o Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008, que “Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e ao regime de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria e dá outras providências”, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

A matéria será incluída em pauta da próxima reunião para aprovação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência ao ofício lido, a Presidência comu-

nica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2011**

**Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil.**

**As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:**

**Art. 1º O Título V da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de Capítulo IV e art. 144-A, com a seguinte redação:**

### **“CAPÍTULO IV**

#### **Da Defesa Civil**

**Art. 144-A.** O sistema nacional de defesa civil, estruturado por lei federal, terá por objetivo planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil no território nacional, compreendidas como o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social.

*Parágrafo único.* Lei federal disporá sobre a estruturação da carreira dos agentes de defesa civil, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

**Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.**

### **JUSTIFICAÇÃO**

As freqüentes tragédias causadas por grandes períodos de estiagem, comum na região Nordeste, por enchentes e deslizamentos de encostas por todas as regiões do País, expõe uma realidade dura, mas que precisa ser enfrentada: o Brasil não está preparado para enfrentar adequadamente situações de emergência e de calamidade pública. Esse quadro é resultado de décadas de desatenção para com as atividades de defesa civil em todas as esferas da Federação.

Os fatos se impõem a toda argumentação ou justificativa. A ocupação urbana em áreas de risco é muito mais usual nas cidades brasileiras do que o mais simples senso comum admite e do que as autoridades responsáveis conseguem reconhecer. A fórmula é de uma simplicidade cruel: imprevidência, falta de planejamento, omissão do poder público e eventos climáticos extremos geram mortes e prejuízos econômicos.



Ao contrário do que pode transparecer da atuação do Estado brasileiro em situações de emergência e de calamidade pública, as ações de defesa civil não se restringem ao socorro às vítimas após a ocorrência do desastre. Prevenção, preparação, resposta e reconstrução precisam ser efetivamente articuladas e integradas ao cotidiano dos órgãos responsáveis por essas ações.

O auxílio federal e a liberação de verbas públicas para a resposta ao desastre – ou seja, para o socorro às vítimas da tragédia – costuma ser, como de fato deve ocorrer, ágil e em boa quantidade. Entretanto, o mesmo não pode ser dito quando se pensa em prevenção, preparação e, até mesmo, reconstrução. A solução desses problemas passa, necessariamente, pela estruturação de um sistema eficiente de defesa civil em âmbito federal.

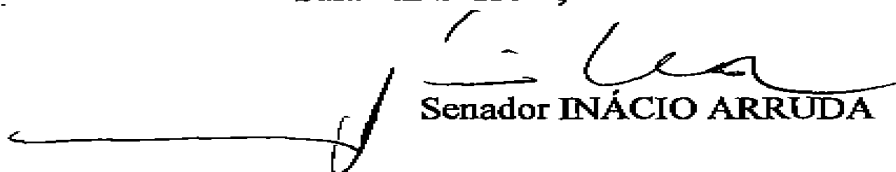
É preciso reconhecer que houve recente evolução na regulação da matéria, com a edição da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, resultante da conversão da Medida Provisória nº 494, de 2 de julho de 2010. Mas entendemos que o tema, por sua relevância, merece alcançar previsão constitucional, de forma a tornar perene o planejamento e a coordenação das ações de defesa civil no território nacional.

Contudo, embora mencionado em dispositivos esparsos de seu texto (arts. 21, XVIII; 22, XXVIII; e 144, § 5º), a Constituição Federal não prevê a estruturação de um sistema nacional de defesa civil, que permita a integração efetiva e eficaz dos esforços dos diversos entes da Federação.

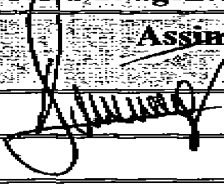
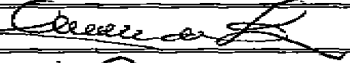



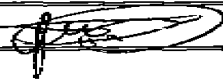
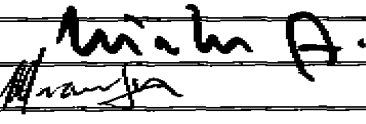

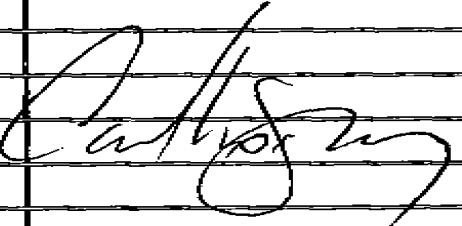
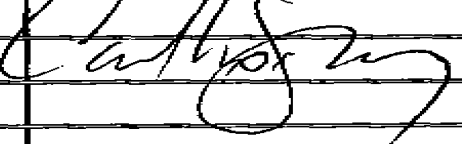



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que ora se propõe ; cumpre esse objetivo, que deve vir necessariamente associado com a criação da carreira de agente de defesa civil. Para tanto, a proposta prevê a edição de lei federal que disporá sobre a estruturação da carreira de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos de sua atuação, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.


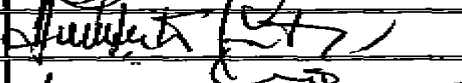
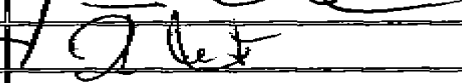

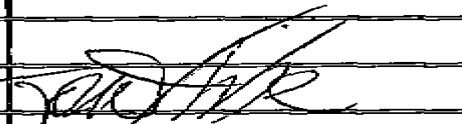

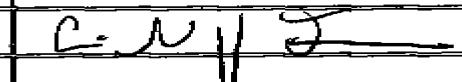
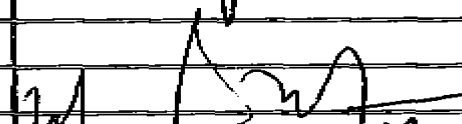
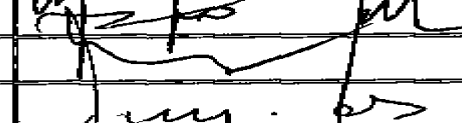

Assim, temos a convicção de que a aprovação desta proposta representará importante passo na estruturação da defesa civil no Brasil, o que muito contribuirá para a prevenção, preparação e, se for o caso, recuperação de áreas atingidas por desastres, assim como para minorar suas consequências para a população. Contamos, portanto, com a colaboração dos Pares para aprovação desta proposta e sua conversão em Emenda Constitucional.


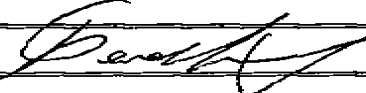


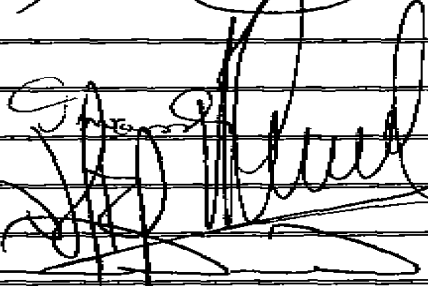

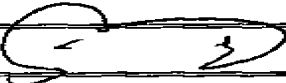
Sala das Sessões,



Senador INÁCIO ARRUDA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2011			
Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil			
Nome	Partido	UF	Assinatura
1. Acir Gurgacz	PDT	RO	
2. Aécio Neves	PSDB	MG	
3. Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP	
4. Alvaro Dias	PSDB	PR	
5. Ana Amelia	PP	RS	
6. Ana Rita	PT	ES	
7. Angela Portela	PT	RR	
8. Anibal Diniz	PT	AC	
9. Antonio Carlos Valadares	PSB	SE	
10. Armando Monteiro	PTB	PE	
11. Benedito de Lira	PP	AL	
12. Blairo Maggi	PR	MT	
13. Casildo Maldaner	PMDB	SC	
14. Cícero Lucena	PSDB	PB	
15. Ciro Nogueira	PP	PI	
16. Clésio Andrade	PR	MG	
17. Cristovam Buarque	PDT	DF	
18. Cyro Miranda	PSDB	GO	
19. Delcídio do Amaral	PT	MS	
20. Demóstenes Torres	DEM	GO	
21. Eduardo Amorim	PSC	SE	
22. Eduardo Braga	PMDB	AM	
23. Eduardo Suplicy	PT	SP	
24. Eptácio Cafeteira	PTB	MA	
25. Eunício Oliveira	PMDB	CE	
26. Fernando Collor	PTB	AL	
27. Flexa Ribeiro	PSDB	PA	
28. Francisco Dornelles	PP	RJ	
29. Garibaldi Alves	PMDB	RN	
30. Gilvam Borges	PMDB	AP	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2011			
Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil			
Nome	Partido	UF	Assinatura
31. Gim Argello	PTB	DF	
32. Gleisi Hoffmann	PT	PR	
33. Humberto Costa	PT	PE	
34. Inácio Arruda	PC DO B	CE	
35. Itamar Franco	<del>PPS</del>	MG	
36. Ivo Cassol	PP	RO	
37. Jarbas Vasconcelos	PMDB	PE	
38. Jayme Campos	DEM	MT	
39. João Alberto Souza	PMDB	MA	
40. João Durval	PDT	BA	
41. João Pedro	PT	AM	
42. João Ribeiro	PR	TO	
43. João Vicente Claudino	PTB	PI	
44. Jorge Viana	PT	AC	
45. José Agripino	DEM	RN	
46. José Pimentel	PT	CE	
47. José Sarney	PMDB	AP	
48. Kátia Abreu	DEM	TO	
49. Lídice da Mata	PSB	BA	
50. Lindbergh Farias	PT	RJ	
51. Lobão Filho	PMDB	MA	
52. Lúcia Vânia	PSDB	GO	
53. Luiz Henrique	PMDB	SC	
54. Magno Malta	PR	ES	
55. Marcelo Crivella	PRB	RJ	
56. Maria do Carmo Alves	DEM	SE	
57. Marinor Brito	PSOL	PA	
58. Mário Couto	PSDB	PA	
59. Marisa Serrano	PSDB	MS	
60. Marta Suplicy	PT	SP	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2011			
Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil			
Nome	Partido	UF	Assinatura
61. Mozarildo Cavalcanti	PTB	RR	
62. Paulo Bauer	PSDB	SC	
63. Paulo Davim	PV	RN	
64. Paulo Paim	PT	RS	
65. Pedro Simon	PMDB	RS	
66. Pedro Taques	PDT	MT	
67. Randolfe Rodrigues	PSOL	AP	
68. Renan Calheiros	PMDB	AL	
69. Ricardo Ferraço	PMDB	ES	
70. Roberto Requião	PMDB	PR	
71. Rodrigo Rollemberg	PSB	DF	
72. Romero Jucá	PMDB	RR	
73. Sérgio Petecão	PMN	AC	
74. Valdir Raupp	PMDB	RO	
75. Vanessa Grazziotin	PC DO B	AM	
76. Vicentinho Alves	PR	TO	
77. Vital do Rego	PMDB	PB	
78. Waldemir Moka	PMDB	MS	
79. Walter Pinheiro	PT	BA	
80. Wellington Dias	PT	PI	
81. Wilson Santiago	PMDB	PB	

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador João Pedro.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, gostaria que V. Exª me inscrevesse para fazer uma comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador João Pedro, V. Exª está inscrito.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Srª Presidente, peço a palavra.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio Nunes.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, Srª Presidente, peço minha inscrição.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Aloysio, é que o Senador João Pedro, eu e o Senador Eduardo Suplicy chegamos aqui muito cedo. Foi essa a ordem de chegada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – São três os oradores que têm direito a essa inscrição.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – É muita coisa inadiável, não é, Srª Presidente? Então, estamos todos aqui.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu também gostaria de me inscrever.

Aqui, há uma norma, prezado Senador Aloizio Mercadante: costuma-se respeitar a ordem de chegada e de levantamento do microfone. E, normalmente, os que chegam primeiro são testemunhas dos que chegam logo após. Então, estavam aqui presentes quando cheguei, às 13h45, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Pedro.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço-lhe, Senador. Apenas faço uma retificação: meu nome é Aloysio Nunes Ferreira, não Aloizio Mercadante.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Desculpe-me. De maneira alguma, quis ofendê-lo. Estou acostumado a falar Aloizio Mercadante. Eu me sinto muito honrado, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de contar com sua companhia, ao meu lado direito.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente, peço a palavra.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Exª.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, o que o Senador Eduardo Suplicy acaba de dizer parece que tem sido o procedimento adotado pela Casa. Segue-se a ordem de chegada. Quando cheguei aqui, o Senador João Pedro já estava presente, com o microfone levantado. Cheguei eu e, na sequência, o Senador Eduardo Suplicy. Na sequência, chegou aqui o Senador Aloysio Nunes Cardoso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Aloysio Nunes Ferreira.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Eu queria ver se o Senador estava atento. Fiz de propósito. Chamei-o duas vezes, e S. Exª não me atendeu. Eu só queria ver, se eu trocasse o seu nome, se S. Exª estaria atento à minha fala. Eu já havia chamado o Senador duas vezes. É brincadeira! Estamos aqui brincando, neste clima de extrema cordialidade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada pelo esclarecimento, Senadora Vanessa Grazziotin.

O primeiro inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador João Pedro; o segundo, a Senadora Vanessa; o terceiro, o Senador Suplicy, seguindo a ordem de chegada e de levantamento do microfone.

Agora, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, por dez minutos, o Senador Gilvam Borges.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG) – Srª Presidente, peço a palavra.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra V. Exª, Senador Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu vinha para esta Casa e me deparei com um quadro muito triste. Quando cheguei ao Senado em 1975, havia a Comissão do Distrito Federal, e era obrigação nossa cuidar do que vou relatar agora rapidamente para a Srª Presidente. Passei pelo viaduto que fica ao lado da antiga rodovia, e havia seis pessoas desabrigadas, deitadas, mal cobertas. Não me estou referindo a isso em função do fato de que, amanhã, o Presidente americano virá aqui. Estou me referindo a uma questão de fraternidade, de humanidade. Não é possível que o Governador do Distrito Federal ou o encarregado do setor social não cuide dessas pessoas, não as leve para um abrigo, não lhes dê banho e roupas, não identifique o Estado de que elas pessoas são provenientes. É desumano deixá-las ali!



Fui prefeito, e, todas as noites, tínhamos de recolher os pobres coitados que dormiam nas ruas. Na época, o Presidente do Senado era o Senador Wilson, e eu vim aqui e comuniquei a ele que havia um casal e três crianças deitados na rua. Como tínhamos de cuidar disso pela Comissão do Distrito Federal, ele imediatamente tomou providências. Hoje, há uma Assembleia Legislativa e um Governador.

Sr<sup>a</sup> Presidente, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza que me está proporcionando, permito-me fazer um apelo ao Governador do Distrito Federal ou a quem de direito: por favor, vamos recolher essas pessoas, vamos dar abrigo a elas, vamos saber de onde elas são, o que está acontecendo!

Era o que tinha a dizer, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a intervenção, Senador Itamar Franco. Compartilho da sua preocupação. Tive o mesmo choque, nesta semana, no centro de São Paulo. No Largo do São Francisco, na frente do São Francisco, também há um número gigantesco de mendigos – falo a palavra como tem de ser. São moradores de rua abandonados à própria sorte. E compartilho dessa preocupação. Como fomos prefeitos, sabemos que o prefeito deve ter a postura de retirar essas pessoas das ruas, de dar-lhes abrigo, de acolhê-las, de dar uma solução para essa questão, o que é possível.

Agradeço-lhe sua manifestação e dela compartilho. Digo isso também pelo fato de que haverá a visita do Presidente Obama. Não é uma questão de higienização, o que seria muito distante do seu procedimento ou do meu. Mas o relaxamento em relação a essa questão, a falta de políticas públicas em relação a essa questão acaba gerando, além da tristeza nessas pessoas ali abandonadas, um desconforto muito grande para nós todos brasileiros que estamos na Capital da República.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG) – Muito obrigado. Fico muito feliz em contar com sua presença na Presidência, porque conheço a sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup> para esses assuntos. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, por dez minutos.

**O SR. GILVAM BORGES** (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadoras, a capital de nosso País viverá, no dia 30 de março deste ano, uma experiência das mais valorosas, das mais sensíveis, das mais humanas de que se tem notícia nos últimos tempos no que se refere à saúde da mulher. É um acontecimento tão especial que merece aqui o

nosso registro não apenas pelo louvor, mas pelo desejo sincero de que a iniciativa seja reproduzida em outras cidades brasileiras.

Estou me referindo a um mutirão de cirurgias de reconstrução de mama em favor das mulheres humildes, vitimadas pelo câncer e que hoje vivem em estado de mutilação depois de se submeterem à mastectomia, ou seja, a retirada parcial ou total dos seios.

É a primeira vez que um mutirão de cirurgia reparadora dessa natureza será realizado na capital de todos os brasileiros. A notícia quem nos dá é o Dr. Ognev Cosac, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e que já esteve à frente de iniciativas similares no Estado do Pará, só que cuidando da situação das mulheres vítimas de escarpelamento, um drama lamentavelmente ainda comum também no meu Amapá, com seus inúmeros rios navegáveis.

Vanessa, Senadora dos cabelos loiros e dos olhos verdes se manifesta corporalmente, manifestando desejo de me apartear. Se assim for, espero que se manifeste verbalmente.

**A Sr<sup>a</sup> Vanessa Grazziotin** (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. É muito bom ver um Senador da República subir à tribuna e falar a respeito de um programa tão importante inserido em um programa maior, que é a saúde da mulher. Parabéns, Senador Gilvam. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não apenas eu, mas várias Parlamentares, Deputadas e Senadoras, apresentam emendas parlamentares com frequência para viabilizar esse tipo de ação em seus respectivos Estados. Assim eu o fiz no meu Estado do Amazonas, porque é muito importante que uma mulher, que sofre agressão porque já tem uma doença grave como o câncer, não sofra a segunda – e permanentemente –, que é a perda e a falta da mama. Então, é dever do Estado, sim, garantir à mulher a reparação, a reconstrução da mama perdida por uma doença tão grave. E aproveito o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> – já vou concluir – apenas para dizer que a nossa querida Presidenta Dilma estará, na próxima terça-feira, Senadora Marta, na cidade de Manaus, na minha querida cidade, lançando o Programa Nacional de Combate ao Câncer de Mama e de Colo de Útero. Ou seja, em toda a programação em relação às mulheres neste mês de março, na próxima terça-feira, ela estará lançando esse, que é um programa nacional, na minha querida Manaus. Certamente, estarei, como toda a bancada do meu Estado, acompanhando nossa querida Presidenta, que vai pela primeira vez ao Estado, depois de ter recebido sua maior votação no Brasil. Parabéns, Senador Gilvam. V. Ex<sup>a</sup> me sensibiliza e sensibiliza a todas as mulheres com o seu pronunciamento. Muito obrigada.

**O SR. GILVAM BORGES** (Bloco/PMDB – AP) – Agradeço penhoradamente o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Vanessa, que, sem dúvida, é uma aguerrida e combativa defensora das causas femininas e dos grandes projetos sociais. Além da sua competência intelectual, V. Ex<sup>a</sup> é de uma sensibilidade extraordinária.

E, até aproveitando a ida da Presidenta Dilma – V. Ex<sup>a</sup> aparteu em um momento tão importante –, acredito eu que se a assessoria da Presidenta Dilma tiver a oportunidade de contatar todos esses médicos que estarão mobilizados aqui em Brasília para o dia 30 de março, quem sabe não tenhamos um grande encontro em Manaus, Vanessa, quando a Presidenta Dilma poderá entrar em contato com essa equipe que estará em Brasília, nesse grande mutirão, no dia 30 de março. Seria importante que uma delegação desses médicos, a convite da Presidenta, chegasse a Manaus para uma programação efetiva e um grande mutirão em defesa da saúde da mulher. Seria muito interessante. Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que faça contato com a Presidenta Dilma, para que ela fique atenta a esse grande mutirão que ocorrerá em Brasília. Esses médicos estarão reunidos em Brasília para fazer cirurgias na população de baixa renda. Seria muito oportuno, além dos grandes projetos que a Presidenta levará, um programa também para as mulheres.

Agora, os mesmos médicos, junto com especialistas vindos de todas as partes do Brasil, se preparam para participar, no dia 30 de março de 2011, desse grande mutirão de reconstrução mamária. A iniciativa, de louvável apelo social, será o ponto culminante da Jornada Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, aqui em Brasília, cujo tema, este ano – é muito importante – é justamente a mama.

Estão mobilizados para tanto membros do Departamento de Assistência Social da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, agentes da Secretaria de Saúde do DF, Hospital das Forças Armadas, Hospital Universitário de Brasília e alguns hospitais privados.

Cirurgiões plásticos do Distrito Federal e de todo o Brasil estão sendo convocados, visando a atender o maior número possível de mulheres. Os cirurgiões plásticos irão operar gratuitamente pacientes que ainda não fizeram a reconstrução e também as que aguardam vaga para reparos finais, como reconstrução de auréolas ou simetrização de mamas já reconstruídas. As pacientes mastectomizadas poderão se inscrever, sem qualquer custo, para uma entrevista de seleção no site da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Regional Brasília. Cada caso será avaliado dentro da sua complexidade e necessidade e, após selecionadas, as pacientes deverão pronunciar o exames preparatórios indicados.

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidenta, quero me congratular com iniciativa tão nobre. A partir da Capital da República e com esse grande mutirão formado por profissionais cirurgiões plásticos, podemos atender a uma grande quantidade de mulheres.

Acredito que o esforço do mutirão seja decisivo no alavancamento das forças, para mostrar que quando todos nós nos juntamos é possível fazer bem e melhor. Fazer bem e melhor dentro da disposição desses profissionais que se aglutinam numa operação aqui no Centro-Oeste, com inúmeros profissionais vindos de todo o Brasil para, no dia 30 de março, aqui na Capital Federal, estarem mobilizados.

E aí, como disse a Vanessa: siga, vá adiante. Como a Presidenta Dilma vai a Manaus com o mesmo intuito, de um programa lançado para a saúde da mulher, que possamos nos associar, ter um proveito melhor e ampliar esses tipos de ações para o atendimento de mulheres carentes e sem acesso à saúde ou a uma reparação estética, que é fundamental para suas vidas.

*(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. GILVAM BORGES** (Bloco/PMDB – AP) – Sr<sup>a</sup> Presidente, sem dúvida, gostaria muito de registrar isso, como já registrei, e gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me dispusesse mais três minutos porque queria agradecer ao Dr. Pagot, Ministro dos Transportes, a disposição com que o Ministério e o Dnit se mobilizam a fim de trabalhar a pavimentação do trecho sul da BR-156 e também a preparação do projeto para a grande BR-210.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Três minutos, então, para encerrar.

**O SR. GILVAM BORGES** (Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Excelência. Esses projetos são muito importantes para o desenvolvimento do nosso Estado.

Ontem, estive com o Presidente do Basa. Estamos trabalhando grandes projetos: três hidrelétricas que já estão sendo construídas no Estado, o Linhão de Tucuruí chegando e a inauguração da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

No País, salvo as fronteiras com países irmãos da América Latina, temos uma fronteira especial, que é lá no Amapá, minha Presidenta. Lá no Amapá, fazemos fronteira com a Europa, porque é com a Guiana Francesa. Uma viagem de ida e volta de Caiena a Paris custa R\$1.000,00. Milhares de turistas haverão de adentrar o Amapá, com toda essa infraestrutura que está sendo preparada, porque até Caiena é vôo doméstico. Estamos muito entusiasmados com os grandes projetos que estão sendo tocados pelo Governo

Federal, com o apoio decisivo do Presidente Lula e agora, na continuidade, com a Presidenta Dilma.

O Amapá já tem sua transferência das terras. É um Estado muito jovem, é um bebê. Viemos com a Constituinte de 1988 e estamos lá dando os primeiros passos nos grandes projetos de infraestrutura. A Bancada Federal se mobiliza muito na busca dessas infraestruturas para que possamos alçar o grande desenvolvimento econômico. Acreditamos que o Amapá, dentro em breve, com seu parque industrial, com sua malha rodoviária, com a hidrovía,... Estamos trabalhando a hidrovía Marajó. É um grande projeto em que já estamos trabalhando e que encurtará a distância entre Macapá e Belém, e também estaremos mais próximos de Manaus, Rondônia, Acre e Roraima.

Para finalizar, como sempre, dinheiro na conta é o que interessa a um Estado que tanto necessita de investimento. Ordem Bancária nº 2011OB801834; emitente: Fundação Nacional de Saúde; Banco do Brasil, Conta nº 6825X, Agência nº 3575. O dinheiro já está depositado: R\$450 mil para sistema de abastecimento de água.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GILVAM BORGES** (Bloco/PMDB – AP) – Que a Assembleia Legislativa, o Ministério Público e o próprio Governo do Estado já se organizem para a apresentação do projeto imediato, para que se possa iniciar essa execução na área de saneamento.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidenta.

Concluo, dizendo que a Presidente Dilma deverá, junto com Vanessa, que, com certeza, irá no avião com ela, já levar essa delegação de médicos, a diretoria, para, quem sabe, mobilizar uma grande ação nos Estados da Amazônia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Gilvam Borges.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desejo registrar a visita dos Vereadores de Ji-Paraná Joziel, do PMDB, e Jessé, do PDT, e do Presidente da Câmara de Vereadores de Ji-Paraná, Vereador Nilton César.

Agradeço a visita dessas ilustres lideranças do meu Estado, do meu Município de Ji-Paraná.

Muito obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Acir Gurgacz. São muito bem-vindos os representantes do seu Estado.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador João Pedro.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nesta sessão, nestes minutos da comunicação inadiável, quero refletir e, ao mesmo tempo, externar minha opinião, como Senador da República, acerca da visita do Presidente Barack Obama ao nosso País no próximo sábado.

Evidentemente, Srª Presidente, a vinda de um presidente norte-americano ao Brasil guarda expectativas e tem um grande simbolismo nessa relação norte-sul, nessa relação social, política e econômica dos Estados Unidos com a América Latina.

Quero lembrar aqui o processo que elegeu Barack Obama nos Estados Unidos. Ele foi um candidato do Partido Democrata, depois de oito anos de um Governo republicano dirigido pelo Sr. Bush, um presidente marcado pela intervenção militar, marcado pelo autoritarismo. Isso fez com que com que os democratas do mundo todo apoiassem a candidatura de Barack Obama, advogado, Senador, negro.

Quero lembrar aqui este corte na postura da candidatura de Barack Obama: o fato de não receber recursos, para sua campanha, de empresas, de pessoas jurídicas. Barack Obama fez uma campanha diferenciada e mexeu, principalmente, com uma população que vive nos Estados Unidos, a população latino-americana, o que fez com que esse Presidente carregasse uma expectativa. E, nessa viagem ao Brasil, quero encontrar-me com essa expectativa. E já se vão dois anos de mandato de Barack Obama e de promessas de um presidente norte-americano que ganha relevância por conta da hegemonia militar, da política externa americana de tentar controlar o mundo de forma militar, com a presença militar, com seus porta-aviões, com seu exército, com sua marinha. Bandeiras foram esquecidas.

Espero, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, que essa chegada de Barack Obama ao Brasil e que esse encontro com uma mulher Presidenta do Brasil, que acabou de sair das urnas e que lidera um projeto importante para a América do Sul e para nós, brasileiros, sirvam, fundamentalmente, para lembrar as promessas de Barack Obama na eleição de 2008, principalmente a da mudança na relação dos Estados Unidos com a América Latina. Foi bandeira de campanha de Barack Obama uma relação mais humana e mais respeitosa com os latino-americanos. É preciso



retomar essa pauta. Que os Estados Unidos venham aqui, mas que esse encontro seja marcado também pelo respeito soberano dos países!

O Brasil tem um projeto. O Brasil de hoje, Senador Aloysio, é reconhecido internacionalmente, por conta das proposituras não somente da liderança do Governo, mas também de setores importantes que compõem a sociedade civil. Sr<sup>a</sup> Presidenta, o Brasil, hoje, é reconhecido internacionalmente pelas suas políticas em direitos humanos, pela economia externa, pelo respeito à soberania, pela busca de construir uma relação com os países da América Latina.

Aqui, destaco, nestes minutos que faltam, que é inconcebível, nessa vinda de Barack Obama ao Brasil, não considerar que é a vinda do Presidente dos Estados Unidos à América Latina. Que ele mude a postura dos Estados Unidos com a América Latina!

Lembro-me aqui de um país da América Latina: Cuba. É inconcebível que essa política trazida da Guerra Fria continue a penalizar o povo cubano com uma legislação internacional econômica e comercial e com uma postura política retrógrada por parte dos Estados Unidos de continuar com esse bloqueio. O bloqueio contra Cuba fere os direitos humanos, tira a comida do povo cubano, continua a amedrontar todos os países que querem construir, com suas próprias pernas, seu destino, sua autonomia, sua soberania. Ou seja, se há uma lição para Cuba, pode haver uma lição para outros países. É preciso mudar essa postura.

Pedimos ainda o fim das guerras que Barack Obama, que os Estados Unidos mantêm, por exemplo, no Afeganistão e no Iraque. Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, há mais de um milhão de afegãos exilados, vivendo fora do seu País por conta dessa guerra estúpida! Agora mesmo, nesse conflito do povo líbio – espero que o povo árabe encontre o melhor caminho e que este se dê pela democracia –, os Estados Unidos e outros aliados já sinalizam uma intervenção militar. É inconcebível tratar as questões sociais políticas com esse olhar, com essa postura militarizada.

Então, que o calor brasileiro, que o calor do povo carioca da Cinelândia desperte Barack Obama, para lembrá-lo de suas promessas de campanha.

Quanto à relação com o Brasil, lamentavelmente, a precursora de Barack Obama, até agora, não quis acertar uma agenda acerca dos interesses do Brasil. Isso é lamentável, Sr. Presidente! Precisamos de uma agenda que reafirme a soberania e a liderança do Brasil.

Que possa haver um recomeço na relação norte/sul dos Estados Unidos com os países, com os irmãos, com o povo da América Latina. Afinal de contas, todos nós somos americanos! Afinal de contas, o Brasil

ganhou uma liderança por conta de respeitar, fundamentalmente, a soberania dos povos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. João Pedror, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Marta Suplicy, quero fazer um registro de que se encontra aqui, na Tribuna de Honra do Senado, dois irmãos de Santa Catarina, o irmão Chico Pereira e José Luiz, que são membros atuantes da Maçonaria.

Concedo, portanto, a palavra à Senadora Marta Suplicy, do PT de São Paulo.

**A SRA. MARTA SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Boa tarde, Senador Mozarildo Cavalcanti, caros colegas Senadores e Senadoras, quero tratar da visita que o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, fará ao Brasil. O mandatário da economia, da nação mais forte do mundo, que representa, assim como o ex-presidente Lula e a Presidenta Dilma, a chegada simbólica das minorias ao poder, vem ao nosso País para que reafirmemos nossos compromissos diplomáticos e também para conhecer um pouco parte da nossa realidade.

Mas, ao que tudo indica, essa visita parece incomodar parte da imprensa brasileira, entidades representativas e também algumas lideranças políticas, inclusive do PT.

O Brasil tem dado mostras, e nisso Lula foi mestre, da nossa soberania. A chegada de Barack Obama ao nosso País, pela representação desse líder para milhões de pessoas negras no mundo e pelo seu discurso diferenciado por um novo caminho para a América do Norte, torna essa visita muito especial para milhões de brasileiros. Inclusive porque inverte a praxe de que seria a Presidenta Dilma que deveria visitar primeiro o presidente americano. Só esse gesto já mostra um novo momento e simboliza uma nova fase, da qual os povos do mundo e o povo brasileiro muito esperam do governo norte-americano.

A Presidenta Dilma foi transparente na entrevista de hoje do jornal *Valor Econômico*, dizendo que o Brasil pretende manter parcerias estratégicas com vários países, inclusive com os Estados Unidos. A Presidenta quer realizar estudos conjuntos em tecnologias de satélites para evitar tragédias climáticas e apostar na formação de profissionais no exterior, já que, segundo palavras dela, “todos os países que deram um salto

apostaram na formação de profissionais no exterior e, por esse motivo, o Governo brasileiro quer fazer um intercâmbio de conhecimento”.

A Presidenta disse textualmente na entrevista de hoje.

Acho que tanto para nós quanto para os Estados Unidos o grande sumo disso tudo, o que fica, é a progressiva consciência de que o Brasil é um país que assumiu o seu papel internacional e que pode, pelos seus vínculos históricos com os Estados Unidos e por estarmos na mesma região, ser um parceiro importantíssimo.

Está dado o recado! Então eu faço aqui um chamamento para que deixemos nossas divergências maiores com essa nação e tenhamos a grandeza de apoiar a Presidenta neste momento, garantindo a ela tranquilidade para receber o Presidente Barack Obama.

Agora, mudando de assunto, na manhã de ontem, quarta-feira, foi realizada, no Palácio do Planalto, uma audiência do Governador de São Paulo Geraldo Alckmin, com a Presidenta Dilma Rousseff.

O encontro fortaleceu o Pacto Federativo ao dispensar tratamento igualitário ao Estado de São Paulo, como já vinha fazendo o Presidente Lula, e ao debater com responsabilidade as suas demandas prioritárias, visando estabelecer parceria entre a União e o Governo estadual, especialmente nas questões de infraestrutura e logística.

O Trem de Alta Velocidade foi um dos temas da reunião. O projeto prevê a ligação entre as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, usando uma tecnologia experimentada e testada em diversos países e que oferece benefícios reais, disputando com os modais de transporte rodoviário e aéreo em distâncias médias, onde os custos de operação e as tarifas são competitivos.

Reitero aqui o meu apoio à iniciativa do Governo Federal de promover o TAV, o Trem de Alta Velocidade, comumente conhecido como trem-bala, por entender que são inúmeros os benefícios do projeto, desde a solução do problema de transporte de passageiros entre grandes cidades, passando pela melhoria na qualidade de vida e mobilidade das regiões beneficiadas; pelo desenvolvimento da indústria de componentes ferroviários e pela transferência de tecnologia e o aumento da concorrência entre os modais de transporte. Todos esses fatores somados geram, por fim, maior benefício ao consumidor e induzem o desenvolvimento econômico local ao longo da linha.

Por isso, creio que o apoio do Governador de São Paulo ao Trem de Alta Velocidade contradiz mui-

tas críticas. Na entrevista coletiva à imprensa, após a agenda com a Presidenta Dilma, o Governador Geraldo Alckmin declarou:

Eu sou favorável. Precisamos integrar os modais. O TAV integra o Aeroporto de Viracopos, Guarulhos e São José dos Campos, cidades importantes do Rio de Janeiro até o Galeão. A integração de modais é importante. O Governo de São Paulo será parceiro, vai colaborar, cooperar, agilizar o que puder.

Da parte do Governo Federal, São Paulo continuará recebendo o apoio, por exemplo, para a conclusão do Rodoanel Metropolitano, particularmente o Trecho Norte, que contará com cerca de R\$1,5 bilhão em recursos da União, o que corresponde a um terço do valor total da obra. O Rodoanel é uma obra rodoviária extremamente importante para São Paulo, porque vai fazer a interligação das 10 principais rodovias estaduais e federais que chegam à capital, retirando da região metropolitana a maior parte dos veículos pesados e aliviando os congestionamentos que são terríveis na cidade de São Paulo.

Outros dois assuntos importantes abordados na reunião, e que estão fortemente relacionados, foram a realização da Copa do Mundo 2014 e os investimentos no setor aeroportuário do Estado.

Quero lembrar que São Paulo contará com recursos da Infraero para obras nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos no montante de aproximadamente R\$2 bilhões. Além disso, projetos importantes para a realização do evento esportivo serão apoiados.

Portanto, ressaltamos o respeito ao princípio federativo, que tem caracterizado a relação da Presidenta Dilma com todos os governadores e a percepção do Governador Alckmin da importância do Trem Bala (TAV) para o Estado de São Paulo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra agora, para uma comunicação inadiável, ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> para me inscrever pela Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito.

Como não está presente o Senador Eduardo Suplicy, convido o Senador Alvaro Dias a usar da palavra neste momento.



**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quero destacar e aplaudir a sanção pela Presidente Dilma Rousseff, no dia de ontem, com publicação no *Diário Oficial* de hoje, do projeto aprovado recentemente nesta Casa que amplia o Bolsa Atleta e altera a legislação do desporto no País, legislação mais conhecida como Lei Pelé.

Fui Relator dessa proposta no Senado e tive oportunidade de apresentar cerca de 11 emendas. Quase todas elas foram acolhidas inicialmente pela Câmara dos Deputados, mas houve a rejeição de uma delas que, no retorno ao Senado Federal, reincluímos, tivemos a aprovação unânime do Senado e, posteriormente, também da Câmara, bem como a sanção da Presidente da República.

Essa emenda diz respeito à formação de atletas olímpicos e paraolímpicos pelos clubes sociais do País, que terão, a partir de agora, o benefício da lei, sendo contemplados com recursos oriundos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal. A avaliação que se faz é a de que os recursos alcançarão a cifra de R\$ 38 milhões a R\$ 48 milhões anualmente, distribuídos para os clubes que apresentarem projetos na direção da preparação de atletas olímpicos e paraolímpicos.

Além dessa emenda, que consideramos da maior importância, pois esses clubes são formadores, mas nunca tiveram o apoio oficial e nunca puderam se valer de recursos públicos da lei do incentivo ao esporte olímpico no País, a chamada Lei Piva repassa ao Ministério do Esporte recursos que são distribuídos entre Estados e Municípios. Dos 2/3 que ficarão com o Ministério do Esporte para essa distribuição, para esse repasse a Estados e Municípios, 1/3 estará destinado a clubes sociais formadores de atletas olímpicos e paraolímpicos no País.

Considero uma medida importante, já que aqueles que se dedicam à formação desses atletas olímpicos e paraolímpicos recebem um estímulo significativo para a continuidade desse trabalho, que é importante para o País, por tratar-se inclusive de um trabalho de inclusão social já que se prioriza o esporte na periferia, nas grandes cidades ou mesmo no interior do País.

Das outras emendas que foram aprovadas, eu destacaria duas delas, que dizem respeito à comunicação. Uma delas dá possibilidade agora a que todos os cronistas esportivos possam ter acesso livre em todas as praças de esporte do País e que possam ter localidades adequadas para o exercício de sua profissão.

Um país que está se preparando para a Copa do Mundo e que está se preparando para as Olimpíadas tem que reservar esse espaço competente para os

profissionais da imprensa que promovem a grandeza do espetáculo.

A outra emenda de nossa autoria, que foi também acolhida, isenta as emissoras de rádio do País de terem de pagar para transmitir os espetáculos esportivos. A proposta que chegou ao Senado, aprovada pela Câmara, incluía as emissoras de rádio. Da mesma forma com que se estabelece a legislação para as emissoras de tevê, que pagam pela transmissão do espetáculo esportivo, as emissoras de rádio também deveriam pagar. Nós apresentamos uma emenda extinguindo, suprimindo esse dispositivo e, dessa forma, as emissoras de rádio no Brasil poderão continuar trabalhando, divulgando, promovendo o esporte, transmitindo os espetáculos esportivos sem o ônus de terem de pagar pela transmissão.

Creio que é fazer justiça, já que o rádio promove o espetáculo. Ninguém promove mais o espetáculo do que o rádio, todo dia e durante todo o dia. Certamente, muitos comparecem aos estádios, às praças esportivas e pagam ingressos motivados pela promoção do rádio, e, dessa forma, há uma contribuição notável dos comunicadores de rádio para a grandeza do esporte em nosso País.

Destaco que as alterações à Lei Pelé tiveram como essência o objetivo de valorizar os clubes formadores, estabelecendo normas mais rigorosas para assegurar o retorno do investimento realizado por eles na descoberta de talentos que, muitas vezes, muito cedo acabam indo embora do País.

As novas normas estabelecidas nessa proposta que relatamos no Senado e que agora é sancionada pela Presidente Dilma Rousseff assegura aos clubes formadores o retorno, com a definição de uma regulação que oferece a eles segurança. Considera, por exemplo, nulos de pleno direito todos os contratos que foram celebrados com atletas menores. Esse fato significava uma desproteção. Os clubes formadores investiam e muitas vezes perdiam os talentos que descobriam. Se nós não podemos impedir que atletas deixem o País e rumem para o exterior, elaboramos uma legislação que estimula a permanência deles por mais tempo no País, assegurando o primeiro contrato de cinco anos e a prioridade para renovação por mais três anos, a fim de que os clubes possam ter segurança de que o investimento terá retorno.

Sr. Presidente, eu apenas pediria... a Senadora Gleisi está pedindo um aparte. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu quero lamentar, mas o Regimento não contempla apartes em comunicação inadiável nem de

Liderança. Por isso, eu gostaria de ter a compreensão da Senadora.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Está bem, Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Então, peço a compreensão da Senadora Gleisi. Seria um prazer conceder a ela o aparte.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que tivemos esse período de experiência com a aplicação dos dispositivos da Lei Pelé e verificamos que os clubes poderiam ser valorizados com alterações consequentes. Essas alterações foram promovidas, e nós esperamos que realmente isso possa significar a valorização dos clubes, assegurando a eles o estímulo ao investimento na formação, agora tanto de atletas profissionais de futebol como de atletas olímpicos e paraolímpicos através dos clubes sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra agora, como orador inscrito, ao Senador Delcídio do Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não. Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria apenas de registrar, diante do pronunciamento do Senador Alvaro Dias, a minha concordância e também parabenizá-lo pelo trabalho que fez a essa tão importante lei. E também à Presidenta Dilma. Então, era uma oportunidade de concordância com a nossa bancada do Estado.

Queria fazer este registro, porque, de fato, esse projeto, como foi sancionado, vai ser um incentivo muito grande aos nossos atletas e um estimulador para preparar os nossos atletas para as Olimpíadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra, o Senador Delcídio do Amaral.

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, venho aqui para falar um pouco sobre esses tristes acontecimentos no Japão, em função do terremoto que ocorreu, seguido de um *tsunami*, e mais especificamente falar sobre a usina nuclear que foi diretamente afetada por esse grave acidente climático e que tem trazido muitas preocupações para toda a comunidade internacional e também para população brasileira, até porque nós temos duas usinas nucleares em operação em Angra: a usina Angra I, com *know-how* Westinghouse, e a usina Angra II, com *know-how* KWU/Siemens, uma

americana e outra alemã. Além dessas, temos a usina Angra III, em fabricação.

É importante fazermos esse debate aqui, no Senado. E queria, primeiro, fazer alguns registros acerca do acidente ocorrido em Fukushima antes de fazer uma abordagem sobre o projeto nuclear brasileiro, mais especificamente sobre as nossas usinas, as medidas de segurança tomadas, a tecnologia adotada.

Bom, a primeira coisa a fazer é um histórico do que efetivamente aconteceu. O sismo do Japão atingiu 8,9 graus na escala Richter, ou seja, 0,7 acima do sismo de projeto da usina. Como a escala Richter tem caráter logarítmico, isso quer dizer que o evento foi sete vezes mais intenso do que o projeto previa.

É importante registrar que 8,2 na escala Richter não é mole não, e era essa a intensidade prevista pelo projeto.

Sr. Presidente, quando houve o sismo, o sistema saiu do ar, desligou. E, aí, o que aconteceu, especialmente numa central como essa? Entraram em operação os geradores a diesel, que, acionando as bombas, resfriam o núcleo do reator.

O que aconteceu, Senador João Pedro, depois disso? Veio um *tsunami* menos de uma hora depois do tremor. Com o *tsunami*, a usina perdeu os grupos diesel de emergência e ficou numa situação extremamente preocupante sob o ponto de vista de resfriamento do núcleo do reator.

E é fundamental registrar, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, que, mesmo desligando o reator, nós precisamos refrigerar o núcleo, porque o processo de fissão continua, só que numa escala menor. Em função do que aconteceu no Japão, com a falta do resfriamento, naturalmente o núcleo começou a aquecer, e o vapor d'água aumentou a pressão no vaso do reator. E o que os técnicos que operavam a usina fizeram? Preocupados com a possibilidade de explosão desse vaso, que é uma campânula de aço que cobre o núcleo do reator, eles fizeram um alívio desse vapor para a casa, para aquele prédio retangular que vemos na televisão, de maneira a poupar a proteção maior de aço que guarda o núcleo do reator da usina.

Com esse alívio, o vaso de contenção do reator foi aliviado, as pressões foram reduzidas, o vapor se expandiu naquele prédio de concreto e estrutura metálica. Só que, em função dessa operação, com o vapor a 550 graus dentro daquele prédio de concreto, houve a dissociação de hidrogênio do oxigênio. É importante registrar que o hidrogênio, numa mistura com mais de 4%, a energia de um interruptor, de uma lâmpada, de um contador, explode a mistura. E foi isso o que aconteceu.

Os técnicos japoneses aliviaram a pressão no vaso do reator, e esse vapor, a 550 graus, foi para o prédio de concreto. Houve a dissociação do hidrogênio do oxigênio. O hidrogênio, com mais de 4% na mistura, explodiu. Foi por isso que o prédio explodiu. Os outros prédios também. Foi a mesma manobra, Presidente Mozarildo, a mesma manobra.

Isso se repetiu nos outros reatores. Tentaram, inclusive, proteger o núcleo do reator com água do mar – fizeram, na verdade, muito provavelmente, uma gambiarra para tentar proteger o núcleo do reator. Agora, a realidade é que a situação lá na usina é crítica hoje, é muito preocupante.

A explosão daquele prédio retangular é do jogo. A preocupação é se o vaso do reator ficou danificado. Aí, sim, os riscos de nós nos defrontarmos com radioatividade intensa é absolutamente preocupante. Então, é um caso grave, um caso sério, inclusive reconhecido por várias comissões nucleares de países que têm a tecnologia nuclear intensamente voltada para a geração de energia, como a França. Isso, sim, inspira preocupações em toda a comunidade internacional e, evidentemente, na população japonesa, que tanto sofre, mas com dignidade, estes momentos tão difíceis. Isso, efetivamente, foi o que aconteceu.

Eu ouvi alguns discursos – e legítimos – manifestando preocupação com as nossas usinas Angra I e Angra II, inclusive com sugestões de paralisação da construção da usina de Angra III.

Primeiro, Sr. Presidente, é importante registrar: a usina do Japão é de água fervente. Ela tem só um circuito, é o circuito primário. O circuito serve para resfriar o núcleo do reator e gerar vapor para rodar a turbina, que vai gerar energia elétrica.

As usinas de Angra I e Angra II são PWR, são usinas de alta pressão de água. A água circula em alta pressão, e são dois circuitos separados. O reator japonês tem um circuito só. Nós temos, em Angra, um circuito primário, que não só resfria o reator, mas aquece a água do circuito secundário, que vai gerar o vapor e que vai rodar a turbina. Consequentemente, em função até da tecnologia adotada em Angra I e Angra II, mesmo numa situação complexa de falta de resfriamento do núcleo do reator, nós temos não só o circuito secundário para resfriar e para proteger o núcleo do reator, mas também poderíamos suprir, através da estação de tratamento de água de Angra, que tem cem metros de altura, o núcleo do reator danificado.

Portanto, são situações muito diferentes. A tecnologia dos dois reatores, Presidente Mozarildo, é absolutamente diferenciada. E é fundamental registrar também que as nossas usinas... Em Angra I, por exemplo, a bomba não é movida a motor elétrico, ela

é movida a vapor, portanto, ela independe de energia elétrica para fazer circular a água. E Angra II tem quatro bombas alternativas. E é importante registrar, Senador Ciro, que os grupos de emergência de Angra estão fora, num outro prédio, num prédio estanque a inundações. Ou seja, são conceitos diferentes, são tecnologias diferentes; nós não podemos acreditar, Presidente Mozarildo, que as duas coisas são iguais. Não são iguais, não são iguais.

É importante destacar também, Presidente Mozarildo, que num acidente desses é claro que o mundo todo compreende e vai aprender, porque essa é uma lição muito dura para as pessoas. Também é claro que os programas nucleares de vários países vão estudar com profundidade o que aconteceu, exatamente para buscar os aperfeiçoamentos e melhorias tecnológicas para evitar uma nova ocorrência. Isso não acontece só na área nuclear, mas também em outras formas de geração de energia também. E aí os técnicos, as pessoas vão analisar o que aconteceu para desenvolver ainda mais a tecnologia.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

#### **O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, peço um pouco de paciência a V. Ex<sup>a</sup> só para eu tentar fazer uma exposição um pouco mais ampla sobre isso, porque o momento é delicado, mas não podemos condenar os programas nucleares instalados em vários países simplesmente por causa desse acidente. Nós temos que aprender a lição e ver o que isso implica na geração de energia em outros países, através da energia nuclear. Mas nós não podemos radicalizar. Nós temos que ter equilíbrio na avaliação dessas questões.

Eu quero aqui registrar que a França gera 82% de energia com reatores nucleares. A França talvez seja o país onde se deu efetivamente escala à produção nuclear. E outros países também pelo mundo.

Então, o momento é um momento de preocupação, mas, acima de tudo, de equilíbrio, de aprendizado, de entendimento onde estão as falhas, não só operacionais, mas as falhas de gestão.

Sr. Presidente, outro detalhe que eu também gostaria de destacar é que as usinas de Angra consideram terremotos acima de 6 na escala Richter, e inclusive *tsunamis*. Elas foram projetadas para isto: ondas de sete metros. Foram projetadas para isso.

Agora, não podia deixar de destacar, Sr. Presidente. Tenho aqui um mapa mostrando as famosas placas tectônicas. Essas placas se encontram muito próximas do território japonês. E elas, pelo próprio movimento da calota terrestre, interagem em sentidos opostos. Ou seja, elas se atritam. O Brasil está distante des-



se encontro de placas. E mesmo na costa da África, onde isso acontece, as placas atuam em sentido contrário. Portanto, o risco de sismos do porte desse do Japão, no caso do Brasil, está absolutamente fora de qualquer contextualização técnica e baseado em tudo aquilo que já se trabalhou, se difundiu e se estudou, principalmente em fenômenos desse tipo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente, também não poderia deixar de destacar as providências com relação às emergências que existem em Angra. Não vou me ater a isso, até para não me estender no tempo, mas Angra tem uma série de rotinas, Sr. Presidente, que gostaria de registrar aqui, associadas ao Plano de Emergência Externa.

Primeiro, em toda a região de Angra um sistema de som transmite alertas e informações e isso é testado todo dia 10 de cada mês, às 10 horas, para não confundir os moradores. As estações locais de rádio e TV também fazem parte do plano e estão preparadas para divulgar instruções no caso de necessidade. Campanhas de esclarecimento junto à população são permanentemente implementadas com a distribuição anual de mais de 50 mil calendários de casa em casa, com instruções sobre como os moradores devem agir em situações de emergência.

É importante, Sr. Presidente, registrar que, nos anos pares, os exercícios de emergência, no caso parcial, são testados considerando, entre outras ações, a eficácia da cadeia de comunicações e a eficiência da ativação dos centros de emergência. Nos anos ímpares, são realizados exercícios de emergência geral, quando são postas em prática e testadas todas as ações revistas no plano, inclusive a capacidade de mobilização de meios em pessoal e material, a disseminação de informações ao público e à imprensa, a ativação de alguns abrigos e até mesmo a simulação de evacuação de voluntários residentes em um raio de três e cinco quilômetros das usinas, embora a possibilidade de remoção da população circunvizinha à central nuclear seja uma hipótese muito pouco provável.

Sr. Presidente, são com esses motivos e essas considerações que eu entendo que esses tristes acontecimentos ocorridos no Japão merecem uma reflexão intensa nossa, uma reflexão também do nosso programa nuclear, mas não radicalizando em função do que aconteceu, não partindo para comportamentos ou leituras que não correspondem à realidade que nós vivemos hoje, não só sob o ponto de vista geológico no Brasil, mas sob o ponto de vista tecnológico das usinas e das providências especialmente voltadas a essas emergências.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Delcídio do Amaral?

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu queria pedir ao Senador Lindbergh, já que o orador está quase com o dobro do tempo regimental, que fosse realmente muito breve para que pudéssemos dar sequência.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Porque é o tema do dia, é o tema da semana, talvez o tema do mês.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Por mais que seja relevante, o Regimento limita em dez minutos, e o Senador Delcídio já está com quase 20 minutos.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Eu vou esperar o momento para falar, porque tenho muitas dúvidas, Senador Delcídio do Amaral. Falo aqui como leigo, não como especialista, como V. Ex<sup>a</sup>, que é um engenheiro. Mas acho que o mundo inteiro está pensando seus programas nucleares. Nós temos que repensar aqui, temos que discutir, temos que visitar. O problema no Japão começou com o sistema de refrigeração daquela usina. E falo: na verdade, o que mais me preocupa – e disso temos que entender a diferença do Japão – é que no Japão há um sistema de prevenção...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – contra catástrofes muito estruturado, e nós temos que admitir. Hoje, vamos ter uma discussão sobre o requerimento aqui. O nosso sistema de prevenção no País, Senador Delcídio, infelizmente, é muito frágil. Temos de construir. Eu, sinceramente, temo muito. Quero ir a Angra, quero discutir a situação *in loco*. Estou apresentando um requerimento para uma comissão externa. Na próxima semana, este Senado tem de entrar no assunto. Foi aprovado hoje um requerimento que eu apresentei na Comissão de Infraestrutura. Sei que já tinha sido apresentada à Comissão de Meio Ambiente, Senador Mozarildo, a convocação do Presidente da Eletronuclear, o que é importante, mas, na verdade, vamos fazer uma junção da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Ciência e Tecnologia. Mas temos de escutar opiniões divergentes. Este é o momento de o País parar. A minha preocupação é grande, Senador Delcídio. Eu quero saber. Não estou aqui com nenhuma opinião formada, mas eu sei que os riscos...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Lindbergh, eu vou conceder mais

um minuto, mas já são 20 minutos, o dobro do tempo regimental.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Peço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, porque acho que esse é um assunto importante hoje. Hoje, os temas das comissões...

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Regimento não prevê tolerância, prevê cumprimento. É isso que estou querendo fazer.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Eu ouvi o Senador Mozarildo reclamando do rigor da Senadora Marta Suplicy, mas, ao assumir a Presidência... Vou ser breve e vou concluir. Só quero dizer, Senador Delcídio, que há preocupações. Eu não sei se, com a fragilidade desse sistema de prevenções, desse sistema de defesa civil, na hipótese de acontecer o pior naquela região de Angra dos Reis, estamos preparados. Eu acho que agora é hora de pensar como todo mundo está pensando. Mais do que defender, temos de abrir, de pensar, sem opiniões preconcebidas. Eu acho que é com esse espírito que este Senado tem que entrar na próxima semana. Estou convencido de que, com esses depoimentos, com esses debates que vamos ter neste Senado Federal, podemos estar indo no caminho correto, que é de analisar, que é de ir em cada ponto, ver debilidades e fragilidades.

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, só para concluir, nossa posição não diverge, Senador Lindbergh, porque o que eu estou ponderando aqui é o equilíbrio, é uma análise crítica e cuidadosa dos fatos, como todos os países estão fazendo, mas procurando mostrar as diferenças do sítio geográfico de Angra, do Brasil, da tecnologia de Angra, que é diferente da tecnologia dos reatores de Fukushima; e, mais do que nunca, legitimamente entendendo que esta Casa tem um papel fundamental para fazer esse debate e promover os aperfeiçoamentos necessários, porque em ocorrências como essa temos que ter humildade para ver o que pode ser melhorado, o que pode ser alterado, porque, acima de tudo, é a preservação da vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência e tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero esclarecer ao Senador Lindbergh que o que não faltou aqui foi tolerância, porque o orador ocupou por vinte e dois minutos a tribuna; portanto, mais do que o dobro do tempo regimental. Como há consenso de que queremos fazer um ordenamento dos trabalhos, lamentavelmente estou presidindo no momento e sou escravo do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inclusive aqueles que já se pronunciaram hoje, o Senador João Pedro e a Senadora Marta Suplicy trataram da visita tão importante, que vai se realizar neste próximo sábado e domingo, do Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, à Presidenta Dilma e ao Brasil.

Será oferecido um almoço no Itamaraty pela Presidenta Dilma e pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Também serão realizadas atividades no Rio de Janeiro, no domingo, quando o Presidente Barack Obama, com sua família, vai visitar o Corcovado e ter a visão que tantos de nós brasileiros tivemos, a oportunidade de apreciar a Cidade Maravilhosa. Sua esposa e filhas farão uma visita ao Jardim Botânico, enquanto ele percorrerá a Cidade de Deus, visitando uma das favelas do Rio de Janeiro de maior problemática, mas onde avançam as Unidades de Pacificação e também as diversas iniciativas para fazer com que diminua significativamente a criminalidade, para que haja oportunidade de todos ali sobreviverem com muita dignidade.

Mas quero aqui fazer uma reflexão àqueles companheiros, inclusive do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores. Reuniram-se ontem, diz o jornal *O Globo*, 150 líderes de centrais sindicais, para lhes transmitir que acredito, por tudo aquilo que é a história do Presidente Barack Obama...O Senador João Pedro aqui, no início de sua fala, mencionou o significado de sua eleição, das forças que estiveram em torno dele e de como arregimentaram-se forças e esperanças extraordinárias com vistas à possibilidade de, pela primeira vez na história dos Estados Unidos da América, eleger-se um presidente negro. Mais do que isso, que também pudesse estar levando adiante as esperanças daquele pronunciamento tão belo de Martin Luther King Jr., feito em 28 de agosto de 1963, diante de 200 mil pessoas, no dia em que se comemoravam os 100 anos de abolição da escravidão. Martin Luther King Jr. disse o quão importante é que possamos todos estar nos sentando juntos à mesa da fraternidade, tendo direitos iguais. Martin Luther King Jr. disse que ele esperava que, um dia, pudessem todas as pessoas negras e as suas próprias crianças jamais serem julgadas pela cor de sua pele, mas, sobretudo, pela força e natureza de seu caráter. Então, eu tenho a convicção de que devemos todos dar as boas-vindas ao Presidente Barack Obama.

Hoje, o companheiro de Partido Emir Sader sugeriu que as pessoas fossem à praia tomar sol e não assistissem ao discurso de Barack Obama.



Eu transmiti ao Emir Sader que eu tenho a esperança e a expectativa de que, como o próprio Presidente Lula tantas vezes falou – e certamente a Presidente Dilma deverá falar sobre isso –, é muito importante que nós possamos, nas próprias palavras do Presidente Barack Obama, acabar com os muros que separam os que muito têm dos que pouco têm e pessoas de todas e quaisquer origens e religiões. Por isso, será importante que possamos encorajá-lo a acabar com o muro que separa os Estados Unidos do México e de toda a América Latina e que possa, sobretudo, acabar com o embargo, com o bloqueio junto a Cuba.

Esse bloqueio ocorre praticamente desde 1962 e está na hora de acabar. Com praticamente 60 anos de bloqueio, isso não está contribuindo para aquilo que é uma aspiração de todos os povos: maior democracia, maior respeito aos direitos humanos. Portanto, se acabar esse bloqueio, certamente os Estados Unidos da América...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...vão poder assistir ao (fora do microfone) povo cubano, que vem avançando, pois o próprio governo do Presidente Raúl Castro, nesses últimos tempos, tem dado maior liberdade às pessoas, inclusive a dissidentes que saíram das prisões.

Espero que possa haver...Inclusive recentemente a própria blogueira Yoani Sánchez pôde ter o seu *blog* liberado, para que todos possam lê-lo, através da Internet, inclusive em Cuba e não apenas em outros países.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de convidar aqueles que estavam preocupados com a visita de Barack Obama, que possam ir à Cinelândia, ouvir e aplaudir uma eventual decisão que eu espero possa acontecer, que o Presidente Barack Obama diga que vai acabar com o bloqueio a Cuba.

Sr. Presidente, quero aqui dizer da esperança enorme que tenho de que, nesse encontro da Presidente Dilma, que quer tanto dar prioridade à erradicação da pobreza absoluta e à promoção da justiça e da igualdade, possa, no diálogo com o Presidente Barack Obama, juntar-se a ele para que avancem de tal maneira que, um dia, do Alasca à Patagônia, possamos ter instrumentos tais como a renda básica de cidadania, que deem direito a todos e a possibilidade, com maior homogeneização de direitos sociais, de escolhermos onde viver em qualquer País das Américas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui registrar a presença do Vereador Vento Levou, Eivaldo Leite Oliveira, de Colatina, que aqui nos visita.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Suplicy.

Sr. Vereador, seja bem-vindo a esta Casa!

Em atenção à solicitação de esclarecimento formulada pelo Senador Alvaro Dias, na sessão de ontem, acerca das providências adotadas quanto à comunicação do Acórdão nº 2.926/2010, proferido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), esta Presidência esclarece que:

1º – o citado Acórdão foi encaminhado a esta Casa por meio do Aviso nº 1.917, CSES, TCU, Plenário, que foi lido em plenário, na sessão do dia 16 de novembro de 2010, e publicado em sua íntegra no Diário do Senado Federal no dia posterior, às folhas 50, 516 e seguintes;

2º – nessa mesma ocasião, a Presidência exarou despacho, encaminhado a matéria à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, sendo o referido Expediente protocolizado no dia 17 de novembro de 2010, na citada Comissão;

3º – a Presidência determinou ainda a devida comunicação à Câmara dos Deputados, realizada por meio do Ofício nº 467– CN, encaminhado à Presidência daquela Casa, conforme protocolo no mesmo dia, 17 de novembro de 2010.

São esses os esclarecimentos a serem prestados no âmbito de competência desta Presidência.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito das informações, cabe-me informar à Casa que vou elaborar um projeto de decreto legislativo, pretendendo sustar os efeitos do decreto presidencial, já que, conforme relata o Tribunal de Contas da União, houve a apropriação indevida de recursos para abatimento da dívida pública interna.

Além do projeto de decreto legislativo, vou sugerir ao Presidente Sérgio Guerra, do PSDB, estudos para verificar a viabilidade de apresentação de uma

Ação Direta de Inconstitucionalidade relativamente ao decreto do Presidente da República.

Sr. Presidente, era o que tinha a informar a V. Ex<sup>a</sup> e à Casa, agradecendo-lhe os esclarecimentos prestados por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Mozarildo, que disporá de dez minutos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Davim; Srs. Senadores; Sr<sup>as</sup> Senadoras, nesse fim de semana, a revista *IstoÉ* publicou reportagem sobre a TV Senado intitulada “A tevê de R\$ 40 milhões”. A matéria, escrita pelo jornalista Sérgio Pardellas, tenta demonstrar que, “mesmo com a única e exclusiva missão de cobrir o que acontece na Câmara Alta do Parlamento, a emissora do Senado Federal conta com uma estrutura semelhante a das maiores TVs do País”. Essas palavras são do jornalista.

Quero lembrar, no entanto, Senador Davim e Senador Inácio Arruda, que, quando a TV Senado foi criada, em 1996, a intenção era a de aproximar o Congresso do cidadão, tarefa a que os servidores e terceirizados da TV Senado se dedicaram desde então e na qual, na minha opinião, obtiveram total sucesso.

Nos últimos quinze anos, os brasileiros puderam acompanhar, de perto e ao vivo, tudo o que aconteceu nas comissões e no plenário desta Casa. Neste momento, por exemplo, este discurso pode ser acompanhado, em tempo real, por brasileiros das mais distantes regiões do Brasil. Em Roraima, no meu distante Estado, no extremo norte do País, não existe a TV Senado em sinal aberto, mas os eleitores do meu Estado acompanham de perto tudo o que acontece aqui. A TV Senado está disponível a qualquer brasileiro que tenha uma televisão em casa. Mesmo que ele não more em uma das grandes cidades do País, basta que tenha uma parabólica para capturar os debates e as discussões diretamente do satélite. Constato isso quando vou ao interior do meu Estado, nas regiões mais distantes, nos assentamentos, nas vicinais. As pessoas dizem que me viram e me ouviram falando sobre temas de interesse do Brasil, do meu Estado e da Amazônia.

Senador Inácio Arruda, nos últimos quinze anos, a TV Senado ajudou a democratizar o acesso à informação sobre os destinos do Brasil, que são discutidos diariamente nesta Casa. Qual o custo disso? Qual o preço da democracia e da transparência? A revista *IstoÉ* informa que a TV Senado conta com um quadro de 340 funcionários, entre terceirizados e servidores,

e que custa cerca de R\$40 milhões por ano. Diz que esses números são exorbitantes e aumentaram muito entre 2005 e 2009, mas se esquece de informar ao leitor que, apenas entre 2005 e 2009, a produção legislativa desta Casa aumentou em quase 60%. Dados da TV Senado mostram que, no ano de 2005, o Senado da República somou 996 horas de sessões plenárias e 658 horas de reuniões de comissões. Em 2005, a TV Senado levou ao telespectador um total de 1.654 horas de pronunciamentos, de debates e de votações. Em 2009, esse número aumentou para um total de 2.633 horas. Tudo isso foi transmitido pela TV Senado, que está no ar, em sinal aberto, em onze capitais brasileiras, em dez milhões de antenas parabólicas, nas empresas de TV por assinatura e também na Internet, onde são veiculados, ao mesmo tempo, até quatro reuniões de comissões.

Quando isso acontecia? Não falo do que acontecia muito longe, não! Não vou falar do tempo de Rui Barbosa, não. Vou falar de poucos anos atrás. Falou-se aqui de 1996 para trás. Fui Deputado Federal em 1982 e fui reeleito em 1986. Qual era a possibilidade de um cidadão ver um deputado ou um senador falar? Só no programa Voz do Brasil, numa minúscula notinha na Voz do Brasil, pela rádio.

Tudo isso que a TV Senado faz está gravado nos arquivos da TV e, em um futuro não muito distante, vai se transformar numa fonte de pesquisas para historiadores que queiram contar a história do Senado da República.

A revista informa que a audiência média da TV não chega normalmente sequer a um ponto do Ibope, mas não diz que aqui não há novela, Big Brother, nada nesse sentido. Mas a revista mostra também que, em momentos fundamentais desta Casa, como nas investigações das CPIs do Mensalão e dos Correios, a TV Senado alcançou algumas de suas maiores audiências. Foi por meio da TV Senado que o cidadão brasileiro acompanhou o desenrolar dessas CPIs, e, muitas vezes, foi por intermédio da TV Senado que outras emissoras puderam e podem mostrar tudo o que acontece nas comissões e no plenário.

A TV Senado não mede o retorno que obtém com seu trabalho por meio de telespectadores por minuto – isso interessa a empresas comerciais, o que é lógico e justo –, mas, sim, por cidadania e transparência, princípios, infelizmente, intangíveis, mas extremamente caros à democracia.

Vamos falar agora dos custos da TV Senado, que a revista considera exorbitantes.

Em 2009, a TV Senado produziu 2.633 horas de programas ao vivo e 425 horas de programas grava-

dos. A soma disso quantifica a produção da TV Senado em 3.058 horas, no ano de 2009, a um custo de cerca de R\$40 milhões, conforme a revista diz. Isso significa que cada hora da programação levada ao ar pela TV Senado custou R\$13 mil. Apenas a título de comparação, utilizando o mesmo veículo com que a revista compara a TV Senado, ressalto que cada capítulo das novelas produzidas tem um custo aproximadamente de US\$200 mil. Vejam a diferença: R\$13 mil é o custo para a TV Senado; US\$200 mil é o que custam as novelas, tão apreciadas pela população.

Os dados que mencionei são de uma reportagem publicada pela revista *Veja* em novembro de 2008. É claro que não se compara o trabalho da TV Senado com o que é desenvolvido pela Rede Globo – aliás, não há semelhança, não guarda similitude –, que é uma das maiores e mais prestigiadas emissoras de televisão de todo o mundo, até porque a TV Senado, com seus 340 funcionários, é responsável pela produção de mais de 90% do que leva ao ar nas 24 horas do dia, enquanto a TV Globo de Brasília, por exemplo, que a revista comparou, produz pouco mais de duas horas diárias de programação jornalística.

A TV Senado não pode ser comparada com emissoras privadas, porque tem um objetivo completamente diferente do delas. As grandes redes de televisão, os grandes jornais têm como objetivo final a conquista de mercado, em busca de lucros que lhes permitam seguir em frente na defesa da liberdade de imprensa e de seus leitores e telespectadores, enquanto a TV Senado busca apenas dar transparência à instituição e fortalecer a democracia. Por meio da estrutura de comunicação do Senado e especialmente da TV Senado, o cidadão tem acesso a debates, votações, projetos e proposições, de forma universal e democrática.

A imprensa é companheira da TV Senado nesse trabalho de fortalecimento da democracia, mas, por suas características, jornais e emissoras privadas não podem dar o espaço necessário à informação desejada pelo cidadão, para que ele tenha o verdadeiro conhecimento sobre tudo o que acontece no Congresso.

Atualmente, conforme informa corretamente a revista **IstoÉ**, que publicou essa matéria, a TV Senado conta com aproximadamente 340 funcionários, um terço deles concursados. Cerca de 240 são terceirizados e contratados mediante licitação, a um custo atual de cerca de R\$13 milhões por ano. As licitações e os contratos são públicos e fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União. A revista, no entanto, erra ao dizer que a TV Senado tem um quadro de funcionários comparável ao da TV Globo em Brasília. Segundo o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, a Rede

Globo possui, em Brasília, cerca de 450 funcionários, além de terceirizar outros 150 funcionários, perfazendo um total de 600 pessoas para uma produção infinitamente menor que a produção da TV Senado, cuja sede, aliás, é em Brasília.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, como eu disse no início do discurso, a TV Senado permite que este pronunciamento seja acompanhado ao vivo por qualquer cidadão brasileiro. Graças a ela, é possível que pessoas do povo possam me ouvir, possam comigo concordar ou de mim discordar, possam me apoiar ou criticar, possam combater as ideias que defendo aqui, no Congresso Nacional. É essa realidade que parece ter levado a revista a reconhecer, ao final da reportagem, que a TV Senado é um veículo “bastante democrático”.

A TV Senado tem, entre seus objetivos, cumprir a missão estabelecida no Planejamento Estratégico elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação Social, à qual é subordinada e que diz que seu papel é “contribuir para o exercício pleno da cidadania por meio de uma comunicação inovadora, interativa, democrática e transparente do Senado e do Congresso com a sociedade”.

Encerro meu discurso, Senador Inácio Arruda, discordando, mais uma vez, da revista.

A TV Senado já cumpriu sua missão de nos aproximar, nós, Parlamentares, dos cidadãos brasileiros de todas as ideologias. É por meio dela que conversamos, diariamente, com nossos eleitores. É por causa dela que recebemos, diariamente, elogios, críticas, sugestões sobre as ideias que defendemos e sobre os projetos que apresentamos. É junto com a TV Senado que estamos construindo um País mais democrático de todos os brasileiros.

Ao final, Senador Inácio, eu queria pedir a V. Ex<sup>a</sup> também a transcrição, na íntegra, da matéria publicada pela revista *IstoÉ*, para que, nos Anais da Casa, ela fique disponível para quem quiser pesquisá-la.

Quero dizer que, ao contrário do tempo de Rui ou ao contrário do tempo anterior a 1996, se hoje qualquer cidadão das capitais e do interior do Brasil pode assistir aos debates e, portanto, fazer o seu juízo de valor, isso, realmente, não pode ser medido nos termos comerciais que a revista quis mostrar, lamentavelmente, com dados matemáticos equivocados.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# ISTOÉ - Independente

• • Brasil | Edição: 2157 | 11.Mar.11 - 21:00 | Atualizado em 17.Mar.11 - 14:24

## A tevê de R\$ 40 milhões

**Mesmo com a única e exclusiva missão de cobrir o que acontece na Câmara Alta do Parlamento, a emissora do Senado Federal conta com uma estrutura semelhante à das maiores tevês do País**

*Sérgio Pardellas*

### **DINHEIRO**

*Orçamento da TV Senado cresceu quatro vezes em seis anos*

*Criada em 1996 com o objetivo de aproximar o Parlamento do cidadão comum, a TV Senado ainda não cumpriu sua missão, mesmo com uma estrutura de grandes dimensões montada para tal empreitada. Com índices inexpressivos de audiência, quase clandestina, a emissora tem à sua disposição funcionários, equipamentos e recursos que não devem nada às maiores emissoras do País. A TV Senado conta com um quadro de 340 funcionários, equivalente ao da sucursal da Rede Globo em Brasília, dez vezes maior do que o da Rede TV! e quatro vezes mais robusto que o da Rede Record na capital federal. Seu orçamento quadruplicou em seis anos, saltando de R\$ 10 milhões em 2005 para R\$ 40 milhões este ano. O valor é exorbitante, uma vez que quase 70% dos programas são feitos ao vivo, com a cobertura diária das sessões plenárias e das reuniões das comissões. Mas a audiência média não alcança sequer um ponto no Ibope.*

*O índice não passa de 1.331 telespectadores por minuto no País, enquanto o jornal local da Rede Globo registra no horário menos concorrido – o das seis horas da manhã – cerca de sete pontos de audiência, o que equivale a 1,3 milhões de pessoas em São Paulo. “É uma estrutura gigantesca e ainda há proposta para aumentá-la. E tudo ocorre sem nenhum acompanhamento ou fiscalização. Temos que corrigir”, brada o senador Pedro Simon (RS), um dos defensores de uma ampla reforma administrativa na Casa.*



*“Produzimos muito. Desde documentários até programas culturais”, rebate o diretor adjunto da TV Senado, Aluizio Oliveira. Mas, como ocorre em todos os setores do Senado, o custo-benefício acaba se tornando alto, levando-se em consideração os excessos e o retorno dado ao contribuinte. Desde o ano passado, a TV Senado transmite sua programação para todo o País por meio de cabo e antenas parabólicas, e abriu sinal para 11 capitais, sendo duas – Brasília e São Paulo – com qualidade digital. Entre os exageros está a contratação de servidores terceirizados, como operadores de câmeras, técnicos de áudio e vídeo e diretores de arte. Do total de 340 funcionários, apenas um terço é formado por servidores concursados. A contratação dos terceirizados acontece mediante licitação. Esse processo é um terreno fértil para o compadrio e desvios de toda ordem praticados pelos senadores.*

*Durante a gestão do ex-senador Efraim Morais (DEM-PB) na primeira secretaria da Casa, o contrato da TV Senado com a empresa Ipanema, orçado em R\$ 30 milhões por ano, virou alvo de investigação do Ministério Público. Na planilha de custos, verificou-se superfaturamento nos salários dos operadores de vídeo de quase 600%. No auge dos escândalos envolvendo o Senado em 2009, o então senador e sucessor de Efraim, Heráclito Fortes (DEM-PI), providenciou a troca da Ipanema pela Plansul Planejamento e Consultoria Ltda. A iniciativa, porém, não inibiu os abusos. À época, servidores vinculados à Plansul, encarregados de prestar serviços à TV Senado, foram flagrados trabalhando no gabinete de parlamentares.*

*A TV Senado já deu mostras de que é possível operar bem com uma estrutura mais enxuta. O recorde de sua audiência ocorreu em 2005, quando dispunha de um orçamento quatro vezes menor e a metade da equipe atual. Em julho daquele ano, nas transmissões das CPIs do Mensalão e Correios, a TV Senado chegou a ocupar o 23º lugar no ranking do Ibope dos canais mais vistos com 14.644 telespectadores por minuto no horário nobre, ficando à frente de canais como Band News, ESPN Internacional, National Geographic, Telecine Emotion e HBO2. A TV Senado fazia a cobertura de cada CPI com apenas duas câmeras, operadas por um cinegrafista e um assistente. Mesmo assim, seu logotipo frequentou quase diariamente todos os telejornais. “As televisões convencionais entravam em rede com a gente. E mostravam as imagens geradas por nós”, relembra Aluizio Oliveira.*

*Do ponto de vista jornalístico, uma das vantagens da programação majoritariamente ao vivo é que ela “democratiza” o acesso à visibilidade dos senadores e diminui a margem de pressão dos parlamentares interessados em aparecer com mais destaque. Mesmo assim, as tentativas de ingerência são constantes. “Existem pressões, mas não cedemos. Temos a regulamentação na nossa mão. Estou há 13 anos aqui e posso garantir que a pressão na iniciativa privada é maior”, diz o diretor adjunto da emissora. A regra determina que, independentemente de quem estiver depondo em uma CPI, a prioridade de entrar ao vivo é sempre das sessões em Plenário, onde todos os senadores podem discursar e aparecer. Nessa questão específica, a TV Senado é bastante democrática. É muito pouco, porém, para justificar sua grandiosa estrutura.*



**340** funcionários  
(mais do que dobrou  
em cinco anos)

Quadro de servi-  
dores equivalente  
ao da Rede Globo  
em Brasília,  
que possui uma  
equipe de 400  
pessoas

**113** concursados  
(1/3 do total)

A Rede Record  
em Brasília  
dispõe de 80  
profissionais

**227** terceirizados

A Rede TV! reúne  
30 funcionários  
na capital federal

## ORÇAMENTO

R\$ 40 milhões,  
quatro vezes mais  
do que o de 2005

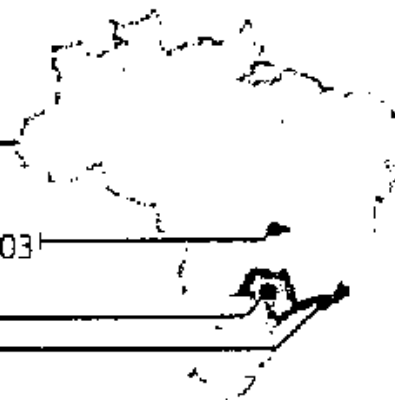
Está 24h no ar e  
transmite para todo  
o País por tvê a  
cabo, antenas pa-  
rabólicas e em sinal  
aberto em 11 capitais,  
sendo duas – Brasília  
e São Paulo – em  
tvê digital

## AUDIÊNCIA

Média:  
1.331 telespectadores  
no horário nobre

Pico de audiência registrado em 2005  
durante a CPI dos  
Correios: 14.644  
telespectadores  
no horário nobre

De acordo com o Ibope,  
um ponto de audiência  
em Brasília equivale a 7.303  
telespectadores,  
em São Paulo 192.178  
e no Rio 116.140



*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.*

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e quero dizer que será atendido, nos termos do Regimento.

V. Ex<sup>a</sup> conta com o apoio da Mesa desta Casa e da Presidência que ora encaminha os trabalhos, especialmente, porque a TV Senado não é somente uma tevê democrática, como as demais tevês: TV Câmara, TV do Judiciário. Nós temos vários instrumentos, hoje, que permitem à população acompanhar, diretamente, o que acontece nos principais Poderes da República.

Concedo a palavra, no tempo da Liderança, ao Líder do Partido Verde, Senador Paulo Davim, do Estado do Rio Grande do Norte, nosso conterrâneo.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uso o horário da Liderança, na tarde de hoje, para contar uma história curtiinha, que ensejou uma iniciativa parlamentar minha neste Senado.

Há cinco anos, eu desenvolvia o mandato de Deputado Estadual no Rio Grande do Norte e chegou ao meu gabinete uma jovem senhora de 40 anos de idade, puxando um carrinho com uma bala de oxigênio. Ela foi me pedir ajuda para viajar para o Rio Grande do Sul, na tentativa de um transplante pulmonar, pois tinha o diagnóstico firmado de uma doença rara, tipicamente feminina, de nome linfangioleiomiomatose pulmonar.

O que essa doença faz? Essa doença dificulta a hematose, ou seja, a difusão dos gases no pulmão, levando a paciente a um estágio progressivo de grande dificuldade de respiração, a um pneumotórax espontâneo, ruptura do pulmão. É uma doença incurável e progressiva.

O tratamento para essa paciente era o transplante pulmonar, que, felizmente, ela conseguiu, no mesmo ano, na Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre, com a equipe do professor Dr. José de Jesus Camargo.

Pois bem, nós conseguimos viabilizar a ida dessa jovem paciente para Porto Alegre, para o seu transplante, mas o problema que angustiava também, adicionalmente, essa paciente era que ela não conseguia se aposentar, porque a linfangioleiomiomatose não estava no rol das doenças incapacitantes que lhe dessem o direito à aposentadoria.

Eu fiquei extremamente preocupado com aquilo e entrei em contato com um Senador lá da terra, do Rio Grande do Norte, para que ele viabilizasse um projeto de lei incluindo essa doença no rol das doenças incapacitantes. O fato é que as coisas não aconteceram.

Hoje, estou aqui no Senado, por ironia do destino, dando entrada em dois projetos de lei. Um deles, que inclui a linfangioleiomiomatose pulmonar como doença incapacitante, vai permitir que essa paciente e mais 350 mulheres, no Brasil – porque é uma doença tipicamente feminina –, possam requerer suas aposentadorias, já que não conseguirão trabalhar. O outro modifica a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, concedendo isenção de Imposto de Renda às pessoas, às mulheres portadoras da linfangioleiomiomatose pulmonar.

Eu acho justo, acho uma postura humanitária, acho necessário, até porque entendemos o problema da Previdência Social no Brasil e no mundo, mas, por se tratar de uma doença rara, de caráter grave e progressivo, e a sua raridade limita esse contingente, que, no Brasil, de acordo com a Lambra, a Associação das Portadoras de *Linfangioleiomiomatose Pulmonar*, calcula em torno de 350 mulheres. Portanto, acho plausível, acho justo e o Governo tem condição, sim, de conceder aposentadoria a essas mulheres que padecem, que carregam atrás de si uma bala de oxigênio porque não conseguem respirar com o ar ambiente, que são incapazes de conseguir trabalhar, de exercer suas profissões. Essa paciente que me procurou, com 40 anos de idade, é pedagoga, mas não conseguia mais trabalhar em função da sua doença pulmonar, incapacitando-a respirar sem um suporte de oxigênio. Tudo isso é muito caro, tudo isso é muito difícil, sobretudo para as pessoas que têm origem em uma família carente, humilde, por este Brasil afora.

Portanto, tomamos a iniciativa de apresentar a esta Casa esses dois projetos de lei. Tenho a absoluta certeza de que estamos corrigindo uma injustiça que acomete esse grupo pequeno de mulheres portadoras da *Linfangioleiomiomatose Pulmonar*.

Era só, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Convido a Senadora Angela Portela, de Coreau, para presidir os trabalhos enquanto eu me pronuncio em defesa do meu Brasil e do meu Estado.

Eu vi que a conversa estava muito boa entre o PTB e o PT, então resolvi fazer uma pequena cisão.

Senador, o próximo orador inscrito será V. Ex<sup>a</sup>, em permuta com a Senadora Ana Rita.

*O Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ângela Portela.*

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com a Mesa devidamente comandada pelo Estado de Roraima do

ponto de vista de sua representação, mas com uma cearense no comando, primeiro, quero agradecer a todos Senadores e Senadoras os votos de pesar pelo falecimento de meu pai, que viveu uma longa vida de batalhador do povo brasileiro, pessoa simples, sertaneja e trabalhador de serviços gerais, que, com muita dedicação e dignidade, formou os seus filhos também para lutarem em defesa da vida, da solidariedade e da comunhão. Talvez por isso eu parei no Partido Comunista, pelo fato da comunhão entre os homens.

Mas quero tratar, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, rapidamente de dois grandes movimentos a que estamos assistindo no Brasil. Um, Copa do Mundo e Olimpíadas, dois eventos extraordinários, há pouco tratados, inclusive, pela Senadora Marta Suplicy.

A Copa criou o PAC da Copa. São investimentos que envolvem as 12 cidades-sede que chegam a alcançar R\$33 bilhões. Então, é um investimento de grande impacto que vai movimentar intensamente a economia brasileira e que vai alterar a face dessas cidades contempladas com a presença dos jogos da Copa do Mundo.

Em seguida, já com a Presidente Dilma, assistimos agora, no início do mês de fevereiro, ao lançamento do PAC da Mobilidade Urbana. Significa investimentos da ordem de R\$18 bilhões que irão contemplar 24 cidades brasileiras. São as 24 maiores cidades brasileiras, as capitais especialmente, Municípios de regiões metropolitanas e raramente algum Município que, isoladamente, tenha essa população – é o caso de Campinas, no Estado de São Paulo, que tem população, e é o caso de Guarulhos, que não está na região metropolitana, mas é o caso especificamente de Campinas, que não está na região metropolitana de São Paulo, mas tem uma população superior 700 mil habitantes.

É um investimento de grande impacto. Estamos no prazo da apresentação das propostas. São 24 cidades, e inclui quase todas as capitais, e mais as cidades que alcançam até 700 mil habitantes.

Com esse índice, está contemplado o Estado do Ceará, porque tem uma cidade com mais de 700 mil habitantes e, no caso, uma cidade com mais de 2,5 milhões de habitantes.

Com essa população, nossa cidade pode receber investimentos da ordem de R\$2,4 bilhões dentro deste Programa. É um investimento significativo, de grande importância, que mexe com a nossa cidade e que precisa ser discutido. A nossa cidade e o nosso Estado, claro, o Brasil inteiro pode se movimentar, porque 24 cidades, incluindo capitais e regiões metropolitanas, movimentam a economia do País inteiro, mas a minha opinião é que nós devemos discutir, debater ali na nos-

sa cidade qual projeto é o mais importante, ou quais, porque pode ser apresentado mais de um projeto para atender a essa proposta do PAC da Mobilidade.

Sendo assim, posso levantar algumas ideias para os nossos governantes, para o nosso Governador Cid Gomes, do Estado do Ceará, para a nossa Prefeita Luizianne Lins, lá da nossa capital, Fortaleza, porque podem atuar em conjunto. Pode ser o Município de Fortaleza, pode ser o Estado do Ceará em concordância com o Município de Fortaleza, sempre com a sua anuência, e isso pode ter uma boa combinação que permita, por exemplo, ampliar a rede de metrô que está em construção na cidade; fazer o ramal leste, que atende a uma parte significativa do deslocamento de trabalhadores, que vão para a parte mais rica da cidade, atende a parte mais rica da cidade, mas, sobretudo, a demanda de trabalhadores que circulam nesse trecho de Fortaleza,

*(Interrupção do som.)*

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – ... – agradeço a V. Ex<sup>a</sup> – ou ampliar as vias que estão na região oeste da nossa cidade; do centro de Fortaleza para a região oeste. É a região mais pobre da nossa cidade. É a que exige mais investimentos em infraestrutura, para que possa participar da dinâmica econômica, porque senão, como é a lógica de que a água dos rios corre para o mar, ou para um grande lago, também os recursos correrão para a região mais rica da cidade, em detrimento das regiões mais carentes e mais pobres.

Temos grandes obras possíveis de serem realizadas nessa região, que atendem à ampliação do acesso da população a um sistema de transporte coletivo de boa qualidade. Poderíamos enumerar onde fazer essa intervenção, como mexer na cidade adequadamente.

Eu proponho, para que não caia aqui no detalhe do que fazer diretamente, como proposta que poderíamos apresentar, proponho que o Município de Fortaleza, a nossa Prefeita, o Governador, os Vereadores, os arquitetos e engenheiros, a comunidade, as associações de moradores, se debrucem, mesmo no espaço curto de tempo, porque como o Brasil quer pressa, não podemos fazer debates, debates e debates; mas podemos ouvi-la, podemos consultá-la. É justo que chamemos a população para que possa opinar sobre um investimento que pode chegar a R\$2,4 bilhões na cidade de Fortaleza.

Em tempos de ajuste fiscal, inflação em alta, juros em alta, dólar desvalorizado e moeda apreciada, investir 2,4 bilhões na cidade de Fortaleza é um resultado muito importante para nós.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Pedindo desculpas pelo abuso do tempo, nós queremos discutir, debater com a nossa cidade. Vamos garantir esses recursos. Se eles estão postos para nossa cidade, não podemos perder nenhum centavo deles. Nenhum centavozinho desses 2,4 bilhões nós podemos deixar de ver investido na capital dos cearenses, uma cidade muito importante para o Brasil. E se esses recursos forem aplicados ali, estaremos ajudando o Ceará. Mas ajudando o Ceará, vamos ajudar o nosso País, o nosso Brasil.

Muito obrigado, minha cara Presidenta Angela Portela, pelo tempo adicional, em função do peso dos investimentos, que eu tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> observou. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Com certeza, Senador Inácio Arruda. Muito obrigada.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Aloysio Nunes, em permuta com a Senadora Ana Rita.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup>. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna esta tarde para tratar de tema que é de grande atualidade e foi objeto de declarações, ainda ontem, nesta Casa, do Senhor Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. É o programa do Governo de tornar disponível, para a grande massa dos brasileiros, a banda larga de alta velocidade.

Começo lembrando, para a alegria do Senador Cristovam Buarque, o mestre Norberto Bobbio, que nos ensinou: “mundo já se dividiu em nações ricas e pobres, fortes e fracas e, agora, vai-se dividir entre as que sabem e as que não sabem”. Ele escreveu isso no seu livro *O Tempo de Memória*, que é uma espécie de seu testamento intelectual.

O Governo brasileiro se dispõe a colocar à cidadania um instrumento extraordinário de acesso e de produção do conhecimento: a internet em banda larga. Dispõe-se a promover, por meio de ação reguladora, ampla infraestrutura de telecomunicações que possibilite o tráfego de informações de maneira contínua e ininterrupta e com suficiente capacidade para as aplicações que são mais comuns e socialmente relevantes de dados, voz e imagem.

Para esses propósitos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nós todos só temos aplausos. No entanto, eu só gostaria de discutir com o Senado algumas questões, algumas preocupações que o anúncio do programa me traz. É que, no final do ano passado, foi atribuída à Telebrás a incumbência de operacionalizar a banda larga, que, aliás, inflou o valor de suas ações no mercado, com

ganhos bastante substanciais para investidores especialmente argutos.

Recentemente, o Ministro Paulo Bernardo, das Comunicações, declarou que a Telebrás não é mais a responsável pela implementação desse programa, alegando, para isso, que lhe cabe cuidar do lado fiscal. Diz o Ministro: – “Não nos cabe investir pesadamente em banda larga. Tinha gente até dentro do Governo que achava que o Governo poderia botar alguns bilhões e fazer a infra-estrutura do Plano Nacional de Banda Larga. Nós não vamos fazer isso. Aliás, quero lembrar o seguinte: nós privatizamos o serviço. Então não dá para cobrar que o Governo faça essa infra-estrutura.

Ora, não carecia o Senhor Ministro nos lembrar que o Brasil já havia promovido uma ampla privatização do serviço de telecomunicação; o povo brasileiro tomou conhecimento dele, inclusive através de uma campanha terrível, tremenda do PT – quando era oposição – contra o programa que foi coordenado pelo saudoso Ministro Sérgio Motta e que tantos benefícios trouxe ao povo brasileiro.

Então era a Telebrás, agora não é mais a Telebrás, porque temos preocupações fiscais. Então, qual foi o sentido de atribuir, há tão pouco tempo, à Telebrás essa missão?

Ora, será que o Governo desconhecia que na época já era necessário um ajuste fiscal? Afinal, o atual Ministro de Telecomunicações era o Ministro do Planejamento, do Governo anterior. E o seu Secretário de Tecnologia e Informação, no momento em que se discutia a reativação, a reanimação da Telebrás, o Sr. Rogério Santana, é hoje Presidente da empresa, era seu subordinado.

Então o fato era perfeitamente conhecido de ambos: a situação fiscal e a situação da Telebrás. Agora, na opção proposta pelo Governo, as empresas de telefonia veem a possibilidade de serem elas que vão promover todas as condições para a expansão da banda larga, com a oportunidade de negócios promissores.

Isso porque hoje temos cerca de 20% dos domicílios brasileiros com os serviços de internet, e o Plano Nacional de Banda Larga prevê que cheguemos até 68% das residências brasileiras. Ele pretende tornar disponível conexões a 512 Kbps, (kilobytes por segundo), o que significa poder baixar um arquivo de DVD, de 4 gigabytes, em aproximadamente 18 horas.

Ora, o padrão que o mundo vem adotando, para caracterizar a velocidade da banda larga é de 1,5 megabytes, de acordo com a União Internacional de Telecomunicações, que consumiria para baixar o mesmo arquivo ao invés das 18 horas, 6 horas.

O próprio Ministro, é bom que se diga, reconheceu no programa Bom Dia Ministro, do dia 7 de março, que



a velocidade de acesso do Plano Nacional de Banda Larga é baixa, e nem é considerada banda larga nos padrões universalmente aceitos.

Disse o Ministro no jornal *Folha de São Paulo*, em 24 de fevereiro: “Hoje você compra um computador a R\$800,00, paga a prestação, mas tem que arcar com uma Internet a R\$80,00, o que fica muito caro. O governo trabalha para que as empresas forneçam banda larga por R\$35,00”.

Altamente meritório, banda larga com incentivo fiscal anunciado pelo Ministro, também numa iniciativa meritória de promover o entendimento no Confaz, para tirar o ICMS da banda larga. Mas o fato é que, vamos nos fixar num valor apontado pelo Ministro, em R\$35,00 de mensalidade para uma banda larga de 512 kilobits por segundo – R\$35,00 com imposto ou R\$29,00 sem ICMS –, aquele que gasta um dia e meio para baixar um arquivo.

Ora, o mercado já está disponibilizando programas, alguns deles até mais vantajosos para o consumidor do que esse anunciado pelo governo. Não quero citar o nome da empresa, porque não quero fazer propaganda de uma empresa privada neste plenário e para os nossos telespectadores da TV Senado, mas todos podem comprovar os anúncios que são fartamente veiculados pela televisão e pelos jornais. Enquanto o Governo Federal propõe meio mega a R\$35,00, considerando ainda o imposto ICMS, a empresa “A” está oferecendo um mega por R\$29,80, o dobro da capacidade da banda larga alardeada pelo governo, a empresa “B” cinco megas por R\$ 49,90 e a empresa “C” 20 megas por R\$58,00, consumindo apenas 27 minutos para baixar o arquivo que na banda larga do governo consumirá um dia e meio.

Então, me pergunto: será que não é o caso de se reestudar o programa antes do seu início para promover uma meta mais ambiciosa em termos de velocidade, porque a banda larga está me parecendo, nos padrões que é anunciada pelo Governo, uma banda lesma, comparado àquilo que o próprio mercado oferece.

Pois não. Ouço o aparte do Senador Cristovam Buarque e da Senadora Gleisi Hoffmann.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Senador Aloysio, fico satisfeito de ouvi-lo propor um reestudo desse assunto, mas até amplio. Não adianta pensar a educação apenas como um pequeno item, como os equipamentos. Lógico que é bom que venha. Longe do senhor e de mim estar...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PDT – DF) – Mas sem uma visão mais ampla de todo o processo educacional, esse será um dinheiro, eu não diria per-

didado, mas com um impacto muito pequeno. Estou aqui apoiando sua proposta de que isso seja reestudado e se amplie para estudar todo o sistema educacional, como a gente quer fazer ou não, inclusive a ideia que defendo há tempos, de fazer a revolução na educação por cidades. Então, concentraria tudo que tem de melhor em algumas cidades este ano; depois, em outras, e, ao longo do tempo, chegamos a todo o Brasil.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e compartilho desses ideais que V. Ex<sup>a</sup> defende com tanto brilho e com tanta constância ao longo de toda a sua vida.

Senadora Gleisi Hoffmann, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**A Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann** (Bloco/PT – PR) – Muito obrigada, Senador Aloysio. Estava aqui ouvindo seu pronunciamento, e, de fato, essa questão da banda larga, o acesso à Internet, é algo que interessa a todos nós, é a inclusão digital de que falamos. Eu queria apenas fazer algumas considerações em relação ao que V. Ex<sup>a</sup> falou sobre a operacionalização do programa. Realmente, a Telebrás voltou a ser colocada nesse cenário como organizadora do processo, porque, se deixar só para o mercado, obviamente, nós vamos ter regiões no País, como acontece atualmente, em que não vai chegar a Internet, e, nessas regiões, principalmente as pessoas com mais dificuldades não vão ter acesso. O senhor sabe que o mercado não faz a justiça, o mercado é justo para ele, é uma justiça de mercado. A Telebrás surge nesse contexto exatamente para equilibrar essas relações. Ou seja, onde o mercado pode atuar com eficiência, fornecer um serviço barato e de qualidade, o mercado tem que fazê-lo, até porque estamos em um país capitalista. Agora, onde isso não chega, nós temos que ter, sim, institutos públicos que façam com que o mercado chegue ou deem condições a ele de chegar numa situação...

*(Interrupção do som.)*

**A Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann** (Bloco/PT – PR) – ...de também atender às pessoas menos favorecidas. Tenho certeza de que a Senadora Angela Portela está inscrita e vai falar muito sobre a situação de Roraima, que é muito exemplar. Então, é nesse contexto que a Telebrás é colocada para ajudar a operacionalizar a banda larga e está administrando as linhas de fibra ótica das empresas estatais, como Petrobras, Eletrobrás e a própria Telebrás, para que essas linhas, numa programação com as empresas privadas e numa parceria que o Governo possa fazer, barateiem seu custo. De fato, como o senhor se refere, nós também avaliamos que é lenta, mas, hoje, a realidade que temos é trágica. Por exemplo, o Ministro Paulo Bernardo esteve em

Manaus, fazendo, com o Governo, uma conversação sobre esse tema. Lá, 300kB eram R\$412,00. Utilizando a fibra ótica, com uma gestão junto ao governo da Venezuela, conseguiu-se reduzir esse montante para R\$39,90. Então, pode não ser o ideal, mas é um esforço, e precisamos andar para conquistar mais. Isso vai depender do esforço dos Estados na redução do ICMS, porque é uma parceria que todos nós temos de fazer.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, nobre Senadora. Agradeço seu aparte. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. O mercado não pode ser encarregado de prover tudo, porque há lugares onde ele não tem interesse comercial em investir. No entanto, estou apontando aqui alguns fatos que merecem uma reflexão, como de que empresas privadas estão oferecendo um serviço melhor e mais barato que o Plano Nacional de Banda Larga...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (PSDB – SP) – Eu não quero me referir aos nomes das empresas, mas os passo à senhora. Há pacotes que são oferecidos pela NET, por exemplo – vamos abrir -, que incluem banda larga a um preço mais competitivo que o oferecido pelo Governo.

De modo que essa é uma questão que tem que ser vista. Precisamos saber quais são as compensações que as empresas de telefonia vão receber do Governo para poder levar o serviço de banda larga a regiões onde não teriam interesse econômico em operar, porque elas não farão isso de graça, vão receber compensações. Quais as compensações. Podemos avaliar o custo e o benefício. Quem vai arcar com investimento e infraestrutura já que a Telebrás agora vai apenas coordenar o processo, como diz V. Ex<sup>a</sup>.

Bem, são essas questões que creio devemos analisar com cuidado para que possamos aproveitar essa oportunidade, essa disposição do Governo, que aliás foi uma proposta da Presidente Dilma, encampada por todos os candidatos à época à Presidência da República. Uma necessidade real do País para que possamos fazer realmente um serviço de qualidade e de alta velocidade. O povo brasileiro merece isso e nós podemos fazer isso. O Governo brasileiro e o povo brasileiro podem muito mais do que é oferecido.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, a Sra. Angela Portela deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.*

*Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda, em permuta com o Senador Eduardo Amorim.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Cyro Miranda.

Em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. A visita de Barack Obama ao Brasil neste próximo fim de semana acontece num momento bastante interessante para nós no cenário mundial. Na minha avaliação, nossa posição no mundo hoje é a mais favorável, a mais positiva e a mais promissora dos últimos sessenta anos.

Essa situação tem antecedentes que nos remetem ao processo de redemocratização nos anos 80 do século passado, coroado como foi aquele processo pela Constituição Cidadã de 1988. Todos os nossos Presidentes desde então – José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique e Luiz Inácio – contribuíram significativamente para a construção deste momento auspicioso nacional. É uma situação resultante de grandes lutas dramáticas nos anos 80, que foram mesmo as ações do processo de redemocratização em si.

Dos anos 90 até 2005, dramática foi a busca da estabilidade econômica. De 2005 para cá, a grande ação nacional volta-se para a retomada do desenvolvimento econômico, estrutural e social.

O fato é que hoje, Sr. Presidente, o mundo vê no Brasil não somente uma democracia consolidada, mas também um país de imigração e de investimentos, um polo de desenvolvimento de interesse mundial, junto com Rússia, Índia, China e África do Sul. E o Presidente Barack Obama sabe muito bem disso.

Aliás, os três Presidentes dos Estados Unidos que antecederam Obama – George Bush (pai), que nos visitou em 1992; Bill Clinton, que nos visitou em 1997; e George Bush (filho), que nos visitou duas vezes, em 2005 e em 2007 – também tinham noção da relevância do Brasil. Vemos, por sinal, que suas visitas ganharam certa regularidade. E essa regularidade talvez seja mais um indicador da crescente relevância do Brasil no cenário mundial. Em verdade, uma relevância que não vem de ontem apenas, vem de muito antes.

Desde a nossa independência política, Brasil e Estados Unidos têm sido parceiros implícita ou explicitamente. E o que determina tal parceria é não só a geopolítica, mas as histórias de cada um dos dois países e, ainda, a história mundial.

Não por acaso, os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecerem nossa independência, embora estivéssemos surgindo no cenário político como um grande império dinástico no padrão europeu. Com sua pioneira e gloriosa revolução de independência, os Estados Unidos estavam, então, imersos na construção de um império novo, agora do tipo republicano. Sua revolução originária, realizada no final do século XVIII, servia já de modelo para a instalação de regimes republicanos, constitucionais e democráticos, antes mesmo e acima da Revolução Francesa.

O Brasil continuou com seu império monárquico e dinástico até 1889, período em que manteve excelentes relações de amizade e comércio, salvo por um ou outro incidente menor, com os Estados Unidos. Nesse mesmo período do Brasil Império, os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia política sobre todo o hemisfério ocidental, aí incluída grande parte da bacia do Pacífico.

Na segunda década do século XIX, o Brasil descartou o regime monárquico, o Império dinástico, e adotou, finalmente, regime republicano, à imagem e semelhança dos Estados Unidos. Continuávamos sendo, então, uma nação de porte médio, agora uma república como os Estados Unidos, mas sem império. Uma república que teve como foco latente a busca da democracia, que só iria realizar-se com a Constituição Cidadã, já lembrada. Tomávamos, enfim, a trilha aberta pelos Estados Unidos, buscando, explicitamente e em primeiro lugar, a integração com nosso hemisfério.

Na década de 1930, os Estados Unidos redesenham sua política externa no sentido de leste-oeste, sentido agora predominante, para eles, sobre o sentido norte-sul, próprio do hemisfério ocidental, ou seja, próprio das Américas. Esse redesenho estratégico seguiu a compreensão de que o hemisfério ocidental tornara-se insuficiente para sua poderosa economia. E suas vitórias na Segunda Guerra Mundial demonstraram o acerto do novo direcionamento.

O Brasil lutou a Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos e alinhou-se com eles, mais uma vez, no período seguinte: o da Guerra Fria com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviética. Ecos desse estágio ainda ressoam entre nós, Sr. Presidente, conforme anoto a seguir.

Obama será recebido no Brasil por Dilma Rousseff. Em sua juventude, Dilma militou no campo socialista contra o capitalismo e contra o regime militar brasileiro, regime alinhado com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Esse, todavia, é um capítulo histórico já vencido, assim como está vencido o conflito entre socialismo e capitalismo, a marca registrada dos tempos da Guerra Fria.

Em recente artigo na imprensa, tive a oportunidade de escrever que tudo hoje é capitalismo, esse conceito como sinônimo do conceito de civilização. De uma forma ou de outra, o Brasil acompanhou os Estados Unidos, acalentando sempre o sonho de alcançá-los e ultrapassá-los, se não em tudo, em muitas partes.

Barack Obama seguramente sabe disso. Em seu pronunciamento sobre o Estado da União, feito ao Congresso dos Estados Unidos no dia 25 de janeiro último, ele descreveu o que está em jogo no mundo nos seguintes termos:

Está em jogo se os novos empregos e indústrias se plantarão neste País [os Estados Unidos] ou noutra país qualquer. Em jogo, se o trabalho duro e a indústria do nosso povo serão recompensados. Em jogo, se sustentaremos a liderança que fez [dos Estados Unidos] da América não apenas um lugar no mapa, mas uma luz para o mundo.

Obama descreveu o presente como sendo o “momento Sputnik da sua geração”, ou seja, um momento em que seu país precisa enfrentar desafios dramáticos. São desafios nas áreas da educação, da pesquisa e da tecnologia, na competição por empregos e por novas indústrias. O Brasil também está nesse processo e toma parte nesses desafios.

Hoje, China e Índia competem eficazmente não só com os Estados Unidos, mas com a Europa, com o Japão, com a Rússia, com o Brasil e demais países. Há um declínio relativo dos Estados Unidos, que teve início tão logo eles atingiram o topo do seu poderio, no fim da Segunda Guerra Mundial. Na esteira da crise do *subprime* em 2008, a China chegou a alcançar o posto de principal parceiro comercial do Brasil, desbancando temporariamente os Estados Unidos.

Isso quer dizer que os chineses estão mesmo chegando e que os Estados Unidos não têm como conter essa chegada sozinhos. Será, assim, fundamental que o seu parceiro secular também se fortaleça e se realize como polo de desenvolvimento global.

O mundo inteiro sabe disso e quer isso. E essa vontade é que torna esse momento do Brasil tão auspicioso no cenário mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, pela Liderança do PCdoB.

Senadora, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.



**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Regimentalmente, nós já ultrapassamos 16 minutos do início da Ordem do Dia. Então, apelo a V. Ex<sup>a</sup>.

Está aqui o Presidente Sarney. Nós temos apenas um Projeto de Decreto Legislativo para apreciar e deliberar, aprovado, hoje, na Comissão de Relações Exteriores, e podemos encerrar a Ordem do Dia.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, em virtude da proximidade da chegada do Presidente norte-americano ao Brasil, muitos dos meus colegas, dos meus pares, Senadores e Senadoras, estão usando a tribuna, para falar a respeito da vinda do Presidente. E o que vou fazer agora não é diferente também.

Mas quero aproveitar e abordar a vinda do Presidente norte-americano por outra ótica. Quero falar, neste momento, como coordenadora do Grupo Parlamentar Brasil Cuba, que existe há anos e que muitos Senadores, Deputados, ex-Governadores que passaram pelo Parlamento já coordenaram. E tenho a honra de, há mais de quatro anos, coordenar esse importante grupo, que se encontra agora numa fase de reestruturação.

Então, neste momento, quero tratar rapidamente da visita ao Brasil do Presidente Barack Obama, mas na condição de coordenadora do Grupo Parlamentar Brasil Cuba. E quero, aqui da tribuna, solidarizar-me com a mensagem que foi direcionada pela Associação Nacional Cubana de Residentes no Brasil José Martí ao Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

A Associação reuniu-se recentemente e decidiu por aprovar uma mensagem que será dirigida ao Presidente Barack Obama, no momento em que ele estiver no Brasil. E, no documento, a entidade centra o foco em duas questões fundamentais. A primeira delas é a exigência da libertação dos cinco cubanos presos, acusados de terrorismo nos Estados Unidos, matéria que vem sendo tratada por vários Srs. Parlamentares aqui e na Câmara Federal também.

E o segundo foco é a questão relativa à necessidade do fim imediato do bloqueio econômico norte-americano àquela pequena ilha, mas de uma gente brava, de uma gente lutadora.

E eu, Sr. Presidente, não poderia fazer nada melhor do que, daqui da tribuna do Senado, ler, tão somente ler a mensagem que foi redigida, aprovada e que será encaminhada pela Associação Nacional Cubana de Residentes no Brasil ao Presidente Barack Obama.

Passo, neste momento, a ler a mensagem dos cubanos residentes no Brasil, que será dirigida ao Presidente norte-americano:

Somos cubanos residentes no Brasil. Durante sua campanha presidencial, estivemos esperançosos de que o senhor realmente produziria as mudanças que, insistentemente prometia, em particular, aquelas relacionadas com nosso país. Porém, estamos cada vez mais e mais desiludidos, pois não se observa nenhuma mudança na política americana relacionada a Cuba, contra as expectativas da comunidade internacional e a opinião pública norte-americana

Por uma esmagadora maioria, no ano 2010 – uma vez mais e por 19 vezes consecutivas –, na Assembléia-Geral das Nações Unidas, a comunidade internacional recusou o criminal bloqueio que o governo americano tem imposto ao nosso país por mais de meio século e pediu o encerramento dessa política genocida.

O bloqueio econômico, comercial e financeiro, fecha mais e mais as suas garras, e o senhor não tem usado suas amplas prerrogativas constitucionais...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Vanessa, só para convidar todos os líderes para comparecerem ao plenário do Senado, pois temos matérias na Ordem do Dia, após o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

...que lhe permitiriam introduzir importantes mudanças passíveis de aliviar enormes necessidades que nosso povo vem sofrendo há muitos largos anos.

O governo dos Estados Unidos – o seu governo, Senhor Presidente Obama – continua dificultando as vendas de alimentos a Cuba por parte de empresas norte-americanas e não permite que essas vendas sejam realizadas conforme as normas e práticas regulares do comércio internacional. O bloqueio imposto ao nosso país não é um assunto bilateral; ele tem um marcante caráter extraterritorial que viola as leis internacionais e as regulamentações internacionais do comércio, é ofensiva à soberania de terceiros Estados e aos legítimos interesses de entidades e pessoas sob a sua jurisdição. Por outra parte, o senhor ignora os crescentes chamados desde cada canto



do mundo para que cesse a enorme injustiça perpetrada para encarcerar e submeter a desumanos maus tratos nossos Cinco Heróis Cubanos, depois de 12 anos de prisão devido a absurdas sentenças por crimes que não cometeram. A tarefa que eles realizavam era monitorar terroristas cubanos assentados em Miami, os quais representam um grande perigo não só para nosso país, mas também para os Estados Unidos. Estamos seguros de que isso é do seu conhecimento, Senhor Presidente. Portanto, com toda firmeza lhe demandamos: a eliminação do criminal bloqueio imposto ao nosso país; a imediata liberação dos nossos Cinco Heróis Cubanos. O senhor tem as possibilidades constitucionais para atender a este reclamo. Prove que o senhor, realmente, pode mudar!

Essa, Sr. Presidente – já concluo – é uma mensagem que considero extremamente oportuna para o momento e que tem o nosso inteiro apoio. Nosso inteiro e mais irrestrito apoio. Primeiro, porque é uma mensagem altamente respeitosa; segundo, que reforça um pedido que não são apenas dos cubanos, mas de todos os democratas do mundo, pela libertação de cinco presos que não são terroristas – longe disso –, contra os quais nenhuma prova existe, absolutamente nada, e estão presos há doze anos nos Estados Unidos, assim como a solicitação pelo fim desse embargo econômico, que não é condenado apenas por nós, mas, como diz a carta, por dezenove vezes consecutivas, ou seja, condenada há dezenove anos pelas Nações Unidas, Senador Mozarildo Cavalcanti. Isso porque falar, ninguém pode falar em defesa de direitos humanos se provoca um bloqueio econômico que leva muita necessidade, dificuldade, inclusive problemas com a manutenção da vida de uma nação e de um povo inteiro.

Por fim, quero enfatizar que o bloqueio afronta as leis internacionais e a vida de 11 milhões de cubanos nos últimos cinquenta anos. Considero o tal bloqueio a mais injusta, antiga e duradoura ação belicosa de um Estado em relação ao outro.

Quanto aos cinco prisioneiros políticos, o Parlamento brasileiro já solicitou... Aprovamos no ano passado, Senador Lindbergh, na Câmara dos Deputados, num debate acirrado, aprovamos em plenário, na Câmara, uma moção, pedindo o fim do bloqueio e pedindo a libertação imediata dos cinco inocentes que estão presos nos Estados Unidos da América.

Portanto, queremos aqui nos solidarizar com o povo cubano que, ao longo de sua história, acumulou diversos avanços. A mortalidade infantil naquele

país, por exemplo, é de 5,4% por mil nascidos vivos e a expectativa de medida de vida é de 77 anos, índice superior a países como os Estados Unidos, Japão e Dinamarca, segundo dados da própria Unesco. São marcas que indubitavelmente mostram os acertos da transformação política operada naquele país.

Sabemos que muitas modificações, reformas precisam ser feitas e estão em curso, mas o principal de tudo é que respeitemos a soberania daquele povo, a soberania daquele país que tem direito de, soberanamente, optar por qual seja o melhor caminho para o seu povo e para a sua gente.

Portanto, finalizo aqui, reforçando a reivindicação dessa associação de cubanos residentes no Brasil. E dizer que a reivindicação deles é a reivindicação também do grupo parlamentar Brasil-Cuba.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Vanessa Grazziotin, o Sr. Eunício Oliveira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Peço ao Sr. Secretário *ad hoc* que proceda à leitura de um requerimento da nossa Senadora Gleisi Hoffmann.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eunício Oliveira.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 235, DE 2011

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requerio dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2010.

Sala das Sessões, – **Gleisi Hoffmann**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O pedido de dispensa de interstício trata de um acordo. É matéria administrativa e pode ser votada antes da medida provisória.

O acordo é o seguinte: fica aprovado o texto do acordo sobre transporte marítimo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

Em votação o requerimento de dispensa de interstício.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que concordarem com a dispensa de interstício queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como se trata de matéria administrativa, determino sua inclusão em pauta e submeto a matéria à decisão do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 29, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2010, *que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.*

O parecer é favorável sob o número 42, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sendo relatora a Senadora Gleisi Hoffmann.

Pergunto à Relatora se deseja agregar algumas palavras ao relatório que fez. (*Pausa.*)

Discussão do projeto, em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que desejam usar da palavra podem fazê-lo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, para um encaminhamento rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendo que nesta sessão de quinta-feira estejamos votando esse acordo numa homenagem à presença do Presidente Barack Obama que virá, neste fim de semana, ao Brasil. Sua Excelência é muitíssimo bem-vindo, ele e a sua comitiva, como a nação americana é muito bem-vinda para as relações do Brasil.

O acordo que desde 2005 foi firmado tem para mim o aval da assinatura do Embaixador Roberto Abdenur, que à época exercia as funções de representante do Brasil nos Estados Unidos e que é um homem acima de qualquer suspeita e jamais aporia assinatura num acordo sobre o qual pairasse qualquer dúvida.

De modo que o meu Partido vota, em uma homenagem aos Estados Unidos, um acordo que deve ser benéfico ao Brasil, até pela articulação feita pelo então Embaixador Roberto Abdenur.

O nosso voto é favorável, é “sim”.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB também não se opõe à aprovação. É uma formalidade apenas que nós estamos cumprindo. Não há nenhum óbice à aprovação.

Portanto, o voto do Partido é favorável, é “sim”.

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – O PMDB encaminha o voto favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – PMDB, favorável; PSDB, favorável.

PT, para encaminhar.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PT é ultra-favorável, Sr. Presidente. Não vejo nem motivo para discordarmos.

Na realidade, é importante lembrar que esses são acordos que não só estabelecem caminhos para a reciprocidade – e essa é uma das questões centrais que, nos acordos, nos interessam sobremaneira –, nas áreas de cooperação científica e tecnológica, como também, neste particular, dizem respeito à operação desse tipo de sistema, particularmente no caso do transporte marítimo.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores é favorável à aprovação do acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O PT encaminha nesse sentido e recomenda a sua Bancada.

**A SRA. ANA AMELIA** (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senadora Ana Amelia.

**A SRA. ANA AMELIA** (Bloco/PP – RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Em nome do Partido Progressista, igualmente, votamos favoravelmente à aprovação desse acordo tão importante para o País.

Aproveito, Senador-Presidente, para dizer que, nesta reunião em que foi votado o acordo, foi sugerida a agilização dos procedimentos dos rituais das tramitações de acordos internacionais, não só deste, mas de todos que tramitam nesta Casa.

Aproveito para cumprimentá-lo pela PEC que dá um rito diferente à tramitação de medidas provisórias.

Muito obrigada.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Quero encaminhar pelo PTB favoravelmente ao acordo e dizer que é muito importante para o País.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O PTB encaminha favoravelmente.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que aprovam...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR encaminha também o voto favorável, dada a importância do acordo, de igual modo fazendo ecoar as palavras do Senador José Agripino.

Muito bem-vindo o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, essa figura de origem simples. De igual modo ocorre no Brasil hoje com suas autoridades que ascenderam ao poder, ele ascendeu ao poder e toda a sua juventude, essa lógica que se mudou a partir de sua eleição – e ele é muito bem-vindo ao Brasil – e a importância do acordo, meu Partido encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordarem com o acordo queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 29, DE 2010**

(Nº 1.810/2009, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resul-

tar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, é apenas para registrar a importância do ato que estamos aprovando e agradecer a todas as lideranças e a todos aqueles que se manifestaram e que votaram rapidamente e de forma unânime tanto na Comissão de Relações Exteriores quanto agora no plenário do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – No dia 15 de março do corrente, quando da apreciação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, o Senador Renan Calheiros apresentou consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, formalizada e entregue à Mesa na data de ontem.

Nos termos do inciso V do art. 101 do Regimento Interno, a Presidência tem de submeter ao Plenário se aprova ou não a consulta apresentada.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

A consulta vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aprovada.

É a seguinte a Consulta:

**QUESTÃO DE ORDEM**

(Do Líder do PMDB – Senador Renan Calheiros)

Considerando a tramitação, no Senado Federal do PLV nº 4, de 2011, que dispõe sobre sanções disciplinares para violação de sigilo fiscal;

Considerando o questionamento deste Senador na Sessão Plenária de 15-3-2011 do Senado Federal e a informação da Presidente da referida Sessão, no sentido de que a “Mesa aguarda a formalização” desse questionamento;

Considerando o artigo 62 da Constituição Federal, que trata das Medidas Provisórias, os dispositivos da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que versa sobre a tramitação das Medidas Provisórias, bem como os artigos 403 e seguintes do RISF, que dispõem sobre a Questão de Ordem;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento do processo de tramitação das Medidas Provisórias no Congresso Nacional;

Considerando o princípio da segurança jurídica que deve nortear o processo legislativo no Senado Federal e no Congresso Nacional;

FORMULO A SEGUINTE QUESTÃO DE ORDEM:

É possível transformar o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 4, de 2011, em projeto de lei, após deliberação parlamentar acerca da admissibilidade da respectiva Medida Provisória?

Brasília(DF), 15 de março de 2011

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 1** da pauta:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 508, DE 2010**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 508, de 2010, de autoria do Presidente da República, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382,00 (novecentos e sessenta e oito milhões, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.*

Transcorre, hoje, a segunda sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta as seguintes informações: não foram apresentadas emendas à Medida Provisória; a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados no último dia 15, tendo como relator o Deputado Gastão Vieira; o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período, pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 48; a Medida Provisória foi lida no Senado Federal no dia 16 de março de 2011.

Prestados esses esclarecimentos, passamos à apreciação da matéria.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há acordo para deliberação sobre esta Medida Provisória. O Líder do Governo Romero Jucá concorda que já há um entendimento de dois anos de que as medidas provisórias seriam votadas a partir do momento da sua leitura, com duas sessões subsequentes, para oferecer pelo menos um prazo limitado para apreciação e para apresentação do relatório.

Portanto, não há como deliberar sobre essa matéria hoje.

Creio que o Senado está iniciando uma reação necessária, e V. Ex<sup>a</sup> está apresentando, inclusive, uma proposta de emenda à Constituição para alterar

o sistema de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional.

Essa reação faz bem à imagem da instituição, contribui para que, aos poucos, possamos recuperar a credibilidade que perdemos, evitando essa submissão que deteriora a instituição parlamentar, apequenando-a diante da sociedade brasileira, estabelecendo o comprometimento do princípio fundamental de separação dos Poderes.

Portanto, nesta semana, por meio do acordo de lideranças, com a contribuição, inclusive, das lideranças do Governo, estamos levando ao Arquivo duas medidas provisórias. Acho que é um fato que tem de ser destacado, porque demonstra uma disposição política, a vontade política do Senado Federal de mudar o ritmo de deliberação das medidas provisórias.

É, sem sombra de dúvida, a esperança de que nós possamos, doravante, trabalhar para melhorar a imagem desta instituição. E V. Ex<sup>a</sup>, que assumiu esse compromisso ao assumir a Presidência da Casa, no dia 2 de fevereiro, certamente tem um papel fundamental a desempenhar para que esse objetivo de valorizar a instituição seja alcançado nesse novo período legislativo que recentemente iniciamos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Romero Jucá.

Depois, o Senador Itamar Franco. S. Ex<sup>a</sup> está inscrito em seguida.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar também, como fez o Líder do PSDB, que, pela Liderança do Governo não foi construído acordo. Nós já votamos, em outras situações, antes do interstício de dois dias.

Poderíamos votar, se fosse algo emergencial, mas entendemos que neste momento é importante marcar o posicionamento da Casa no que diz respeito à forma como as medidas provisórias estão chegando.

Então, dentro de um entendimento com o próprio Governo, vamos deixar cair a medida provisória. Portanto, não votaremos hoje essa medida provisória exatamente para que se defina e que se explicita, publicamente, que é preciso mudar o rito dessas medidas provisórias, da forma como elas estão chegando ao Senado, sem tempo de discussão, sem tempo de votação. Se fosse algo extremamente emergencial, nós quebraríamos o interstício e votaríamos emergencialmente, como já fizemos, mas não é o caso. E as Lideranças do Governo se juntam aos partidos para marcar essa posição, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que a posição agora reafirmada pela Liderança do Governo não só vem ao encontro daquilo que iniciamos aqui no dia 1º de março, com aquela experiência da Medida Provisória nº 503, como também reforça a posição assumida por V. Exª, desde aquele dia, em nome da Casa, tomando a iniciativa de materializar, eu diria até, um pouco das diversas posições e sintetizando em uma ação concreta, não como uma demarcação.

Acho importante o que coloca aqui o Líder Romero Jucá, e é bom que o Governo até assuma essa posição de, nesse caso específico, permitir que não apreciemos, mas deixando claro que, nesse particular, fica evidente que não há nenhum prejuízo, tampouco os efeitos jurídicos processados por essa medida provisória sofreriam qualquer solução de continuidade.

Mas não tenho a ideia do confronto, de deixar cair até aguardar a votação da própria PEC, encabeçada por V. Exª mas proposta por todos os Senadores, na mudança do rito processual de apreciação das medidas provisórias.

E gostaria muito até que V. Exª pudesse, em nome do Senado, já que me assustou muito e me preocupou – e inclusive comuniquei isso pessoalmente a V. Exª – a forma como na Câmara dos Deputados foi recebida essa proposta nossa. Primeiro, porque ela foi recebida de forma atravessada. O Senado não está propondo aqui a mudança, tampouco a retirada de prerrogativas da Câmara dos Deputados. Não queremos aqui, portanto, não podemos nem temos a intenção de propor do outro lado.

O que estamos fazendo exatamente é buscando devolver a prerrogativa ao Senado na linha do que, enquanto legisladores, fizemos naquela época: quando mudamos o rito processual, quando alteramos a apreciação para que ela ocorresse em cada Casa, foi exatamente no sentido de permitir que cada Casa pudesse fazer o debate. Só que erramos. E aí quero fazer este registro aqui: não mexemos no prazo como se cada Casa apreciasse. Fizemos a mudança para cada Casa, mas mantivemos o prazo como se ainda Congresso fosse, mantidos os 120 dias, sem estabelecer para cada Casa qual o período que cada Casa teria para apreciar.

Portanto, não é nenhuma acusação à Casa em que tive a oportunidade de participar e conviver durante quatro mandatos. Não se trata de mudar de Casa e agora mudar de opinião. Não é isso. Eu estou querendo simplesmente ter, manter a mesma prerrogativa que

tinha como Deputado e agora como Senador, de poder emendar, de poder apreciar, de poder discutir.

Então, o que nós estamos precisando é fazer esse diálogo, e o faço aqui de público, mas V. Exª é quem tem as prerrogativas e a autoridade para fazer esse diálogo com o nosso companheiro de Congresso e Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia: não há nenhuma provocação de choque entre as duas Casas, tampouco nenhum tipo de guerra estabelecida nas prerrogativas de cada Casa, mas, sim, resgatar ao Senado a possibilidade de fazer aquilo que tanto fiz quando Deputado e que hoje os Deputados fazem sobejamente bem. Nós queremos apenas contribuir também, de forma correta, na apreciação dessas matérias.

Seria importante que nós até acelerássemos o passo da apreciação desta matéria aqui e, de comum acordo com a Câmara dos Deputados, que o processo pudesse ter também um rito acelerado lá, para que, de uma vez por todas e de forma harmoniosa, todos pudessem apreciar as próximas medidas provisórias, tendo a oportunidade de com elas contribuir.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – V. Exª expressa o sentimento da Casa e também da Presidência aqui, que está concretamente apresentando uma emenda constitucional neste sentido da divisão dos prazos, conforme foi sugerido pelo Plenário.

Apenas eu queria pedir às Srªs e aos Srs. Senadores que colaborassem para que nós votássemos essa matéria com a maior celeridade.

Com a palavra o Senador Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG. Sem revisão do orador.) – Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, eu meditei muito em pedir a palavra a V. Exª. Todos os dias, estamos assistindo – V. Exª vai me permitir – à mesma história, às mesmas conversas. Esse acordo que foi feito aqui é um acordo inócuo, Sr. Presidente. É um acordo inócuo, em que a oposição não fica bem, porque esse dinheiro já foi gasto. Se essa medida provisória cair hoje, como tudo indica vai cair, o que vai adiantar? É meritória a aplicação da medida provisória? Sim. Mas veja V. Exª mais uma vez: ela ficou parada na Câmara 101 dias. Cento e um dias!

Sr. Presidente, a gente escuta isso aqui, mas ontem, ainda ontem, Sr. Presidente, por decorrência do Regimento, eu fui tentar presidir uma Comissão importantíssima, tanto para o Governo como para a Oposição, em relação ao BNDES. Sr. Presidente, só dois Senadores compareceram. Dois! Não houve quórum. Então, não adianta nós estarmos falando aqui se, na hora de cumprirmos as nossas obrigações, ninguém aparece.

Hoje vieram perguntar-me e eu disse o seguinte: e a Presidenta? Eu disse: a Presidenta não deve estar sabendo que os seus Senadores aqui não estão trabalhando, não estão cumprindo as suas obrigações. Eu não acredito que a Presidenta possa estar sabendo que os Senadores que defendem o seu Governo nesta Casa, com todo o respeito, não estão cumprindo as suas obrigações. Nenhum deles ontem apareceu, Sr. Presidente, para discutir uma matéria de importância para o Governo Federal e de importância para as oposições também.

Então, veja o caso aqui, nem vou entrar muito em discussão, nem vou analisar muito, porque a gente já vai cansando, já vai perdendo todo o elã – e Deus permita que eu não o perca enquanto aqui estiver –, mas veja que essa matéria sequer passou, e era obrigatório passar, de acordo com o art. 62, §9º da Constituição e o art. 2º, §6º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. Essa matéria, Sr. Presidente, deveria ter passado pela Comissão de Orçamento, que é uma comissão permanente. Era obrigatório essa ter passado lá. Ela não podia só ser analisada, como têm sido analisadas todas as medidas...

Sr. Presidente, vou encerrar. Eu queria apenas condescendência pelo menos por alguns minutos, já que o Colega que falou teve um pouco mais de tempo. Mas, se V. Exª quiser, eu encerro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª tem absoluta liberdade para continuar e concluir o seu pensamento.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG) – Então, Sr. Presidente, vou tentar ser breve, em atenção sempre à gentileza de V. Exª.

Veja, Sr. Presidente, esta Comissão com a qual foi feito acordo... É interessante, o Governo está certo. A oposição é que está errada, porque, se a oposição brasileira começar a fazer acordo, a se calar, ao Governo interessa, está tudo bem para o Governo. Tudo bem!

Agora, eu aqui gostaria de repetir o que estou dizendo: será que a Presidenta da República sabe que os seus Senadores não estão trabalhando, não estão indo às comissões mistas? Não sei se ela sabe disso, Sr. Presidente. Não tenho intimidade com a Presidenta para dizer a ela que os Senadores dela precisam trabalhar um pouco nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, esta seria uma matéria que eu iria levantar aqui – não vou precisar porque foi feito esse acordo –, da inconstitucionalidade, porque não passou pela Comissão de Orçamento.

Então, Sr. Presidente, vou encerrar. Eu sei que alguns Senadores já olham a gente de forma retorcida: “Lá vem o Sr. Itamar!” Mas, Sr. Presidente, se a gente

se calar em uma matéria dessa importância... Não o Governo, o Governo está no papel dele. O Governo não quer discutir, não quer debater. O Governo quer impor a sua maioria, e está impondo. Nós da oposição é que não estamos também, Sr. Presidente, cumprindo o que deveríamos fazer como oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de conceder a palavra a V. Exª, o Senador Itamar Franco levanta assunto da maior importância nesta Casa a que nós devemos dar uma solução. Eu já vou dizer a V. Exª que, nesta emenda que apresentei, estou buscando encontrar uma solução para esse ponto.

É que, na realidade, as comissões não funcionam. É uma instituição feita regimentalmente, mas, até hoje, não conseguimos reunir as comissões encarregadas de dar parecer para as medidas provisórias.

Durante todo o tempo em que são vigentes, nos vinte anos de medidas provisórias, apenas cinco vezes essas Comissões se reuniram. Nunca mais foram reunidas.

Neste caso presente, a Mesa tem o cuidado de mandar à Comissão de Orçamento. V. Exª deve ter comparecido e viu apenas a presença de dois Senadores, o que não deu condição de a Comissão emitir parecer.

Assim, na emenda que apresento, estou extinguindo a necessidade de comissão, porque no prazo que teremos, um prazo de 55 dias lá, poderemos ouvir as comissões ordinárias da Casa, nas quais as matérias receberão o devido parecer e o devido estudo.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou ouvindo com atenção V. Exª. V. Exª tem toda razão e, aliás, é com clareza que está falando para o Senado do que está acontecendo.

Agora, veja só, Sr. Presidente: a Comissão do BNDES termina o prazo hoje. Vai acontecer a mesma coisa. Vai para o Plenário da Câmara, o Presidente da Câmara nomeia um Relator. Ninguém toma conhecimento, de repente chega aqui no Senado em cima da hora para nós discutirmos matéria tão importante.

Mas muito obrigado pelos esclarecimentos que V. Exª dá, não a mim, mas à Nação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Na realidade, isso foi um dispositivo regimental que se tornou inócuo, e não há por que ele continuar

obrigando os Senadores a não realizar e a realizar as sessões sem ouvir Comissão nenhuma.

Eu concedo a palavra ao nobre Senador Vital do Rego.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra também pela ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito, e o Senador José Agripino também.

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – Sr.

Presidente, só para me associar, em nome do PMDB, à posição do Líder do Governo e dos Líderes da Oposição quando, de forma madura, demonstram claramente a posição do Senado Federal. E essa posição foi materializada. Por trás de V. Ex<sup>a</sup>, há uma PEC que todos os Senadores que chegam à Mesa se sentem motivados em subscrever, pela forma como V. Ex<sup>a</sup> sintetizou toda a nossa inquietude ou irresignação com relação à fluidez desses prazos de medidas provisórias.

A proposta de emenda à Constituição que V. Ex<sup>a</sup>, em nome de todos nós, apresenta, com a nossa subscrição comum, é, sem dúvida alguma, como esta votação agora, como esta manifestação agora, a forma mais clara de se dizer à Nação brasileira que o Senado não pode deixar de cumprir o seu papel constitucional.

Por isso, de forma objetiva, o PMDB se associa às lideranças que já demonstraram, igualmente, solidariedade a V. Ex<sup>a</sup> nessa conduta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Nós, em oito anos no Senado Federal, dificilmente nos reunimos. Senadores são da base, mas não são da Ministra, não são da Presidenta; eu sou Senador do Rio de Janeiro, há questões importantes do Rio de Janeiro para...

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Senador Crivella, eu queria só fazer um reparo.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Pois não, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Só os Senadores não devem receber essa culpa, porque essas comissões são mistas, de Deputados e Senadores. Deputados também não têm comparecido.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Sem dúvida, Sr. Presidente. Agora, é bom lembrar que cada um de nós é Senador pelo seu Estado, pelo povo do seu Estado. Ninguém aqui é Senador da Dilma, ou Senador do Sarney, ou Senador sei lá de quem for,

ou Senador do Lula, ou de que Presidente seja. Nós somos Senadores do povo do nosso Estado

Agora, Presidente, eu tenho uma preocupação. V. Ex<sup>a</sup>, no § 2º, colocou: “[...] as medidas provisórias que impliquem instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos no art. 153 [...]”.

Seria bom que medida provisória nenhuma aumentasse imposto ou criasse imposto. O ideal seria isso, que nós não tivéssemos criação de imposto por medida provisória. Que fosse discutido com o Congresso, que fosse um projeto lei, que nós pudéssemos debater amplamente - o senhor entendeu, Senador Cristovam Buarque? A carga tributária está muita alta, os juros também estão subindo. Criação de imposto por medida provisória não é bom. Já que estamos regulando a matéria... Aliás, foi debatido numa reunião que tivemos aqui, no passado, e o Presidente Lula tinha até aquiescido conosco: criar imposto por medida provisória não é bom. Aqui, no § 2º, diz assim:

Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos no art. 153, incisos I, II, IV e V, e 154, inciso II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editado.

Bom seria que não se criasse imposto com medida provisória. O povo brasileiro não aguenta mais imposto, carga tributária altíssima. Quem sabe a gente pudesse, aqui nesta PEC, que merece todo o nosso aplauso e que vai ser aprovada aqui, tenho certeza, por unanimidade, vai ser aclamada – queremos debater, discutir, é uma prerrogativa do nosso Senado, não podemos abrir mão –, quem sabe a gente pudesse aperfeiçoar. Deixo aqui esta minha contribuição: quem sabe a gente pudesse, através desta PEC, proibir criação de imposto por medida provisória. Isso traria uma tranquilidade para o povo brasileiro, para a nossa economia, sobretudo para as nossas pequenas e médias empresas, Senador Agripino, que estão sobrecarregadas. De repente, uma medida provisória criando um imposto, um a mais, quebra, é uma quebradeira.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, a minha contribuição. Tenho certeza de que tem o aplauso também do Senador Dornelles, que já foi homem da Receita, já foi o homem do Leão, ele sabe do fanatismo que tem na Receita. Se pudéssemos evitar criar imposto com medida provisória, faríamos um grande benefício ao País.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Crivella, quero dizer que, na emenda à Constituição que apresentamos em nome do Senado,



repetimos o que consta da Constituição, e essa proibição de que fala V. Ex<sup>a</sup>, já a Constituição, no seu § 2º, proíbe medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos. Agora, ela estabelece...

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Mas há exceções, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – ... que só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei...

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB –

AP) – ... até o último dia daquele em que foi editada.

Então, apenas repeti os textos da Constituição Federal.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Eu sei, querido amigo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Então, se V. Ex<sup>a</sup> quiser, também pode apresentar uma outra emenda...

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Posso apresentar uma emenda?

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – ... porque estamos nos restringindo à mecânica que o Senado quer adotar, para evitarmos o problema que estamos vivendo. Quanto à questão de mérito, evidentemente, os Srs. Senadores poderão fazer noutras oportunidades.

O que temos que resolver, e acho que já está dando o resultado mais efetivo que já vi nesta Casa, quando se tratou de medida provisória, foi este debate, porque já estamos chegando a uma conclusão e, já no dia de hoje, não estamos votando medida provisória porque a Casa não está aceitando que assim seja feito.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Presidente, V. Ex<sup>a</sup> com esta PEC tem nota 9; se tirar os impostos, leva 10.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Não, os impostos estão tirados pela Constituição. (Risos.)

Com a palavra, o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu acho que esta discussão é bastante oportuna, e a observação feita pelo Senador Itamar Franco, muito procedente.

Senador Itamar Franco, V. Ex<sup>a</sup>, que foi Presidente da República, tem toda a razão ao se queixar de, em presidindo uma comissão de Senadores encarregada de apreciar o seu relatório, relativo a uma medida provisória, ver o comparecimento perto de zero, ou insatisfatório.

Veja V. Ex<sup>a</sup>: estamos falando a propósito de uma MP objeto de um acordo. Acordo inócuo, completamente inócuo, por quê? Porque a MP que foi editada garantia recursos meritórios para merenda escolar e transporte escolar. Ela, editada, entrou em vigência imediatamente. O dinheiro foi gasto. Nesse caso, era uma medida provisória completamente meritória, porque era dinheiro para merenda escolar e transporte escolar.

Mas, Senador Vital, muitas medidas provisórias foram editadas ao longo do tempo em que estou nesta Casa, destinando recursos que não eram para objetivos urgentes, nem relevantes – e muitas vezes inconstitucionais. Senador Itamar, sabe qual é o problema que esta Casa enfrenta? É a enxurrada, a tonelada de medidas provisórias (MPs) que todo dia o Palácio do Planalto edita. Resultado: todos temos a incumbência de participar das comissões permanentes. Então, há uma responsabilidade adicional: a de averiguar o texto ou os termos de MPs que toda hora são editadas.

V. Ex<sup>a</sup> sabe qual é o grande caminho – com todo o respeito ao texto proposto pelo Senador Sarney? É sinalizar o Planalto que, se chegar aqui medida provisória que não seja urgente, relevante e constitucional, ela volta e não tem vigência. Como seria isso? A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara ou do Senado avaliaria em caráter prioritário – porque só se deve tratar, por MP, de assunto importante – a definição sobre urgência, relevância e constitucionalidade de matéria. Se ela for assim considerada, entra em vigência.

Se assim o for, o Governo Federal, que edita a MP, vai pensar uma, duas, três, dez vezes antes de editar uma MP que não trate de assunto nem urgente nem relevante, porque se desmoralizará ao chegar ao Congresso Nacional. Esse é o caminho que diminui, Senador Cristovam, a quantidade de medidas provisórias para esta Casa apreciar.

O que estamos fazendo, aqui e agora, é discutindo legítima defesa da Casa Legislativa chamada Câmara dos Deputados e Senado Federal. E o que V. Ex<sup>a</sup> coloca, Senador Itamar Franco, é a expressão da pura verdade, mas é a ponta do *iceberg*. A gente tem de ir à origem, a gente tem de mandar o recado para o Planalto: não mande matéria que não seja urgente, relevante e constitucional, porque a Casa derrubará na origem. A matéria só entrará em vigor e o dinheiro estará autorizado a ser gasto se a matéria for decretada urgente, relevante e constitucional. É facilímo, desde que as CCJs da Câmara e do Senado tenham essa incumbência adicional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?



**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN) – Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, Sr. Presidente, com muito prazer, até em deferência ao ex-Presidente da República, meu estimadíssimo amigo Senador Itamar Franco.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – No encaminhamento de votação, não pode haver aparte. Mas, em seguida, poderei dar a palavra ao Senador Itamar, depois do Senador Cristovam Buarque.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG. Sem revisão do orador.) – Não quero infringir o Regimento, mas eu só queria dizer ao nobre Líder que ontem tive a alegria de cumprimentá-lo pela sua eleição no seu Partido. S. Ex<sup>a</sup> tem razão. Eles mandam, Excelência. Eles mandam! Ainda ontem, estava dando um exemplo aqui de uma comissão importantíssima. Não apareceu ninguém. Então, o Governo está aqui, os Srs. Senadores estão aqui. Será que a Liderança do Governo não poderia comunicar à Presidenta que isso não pode continuar? Será que ela não sabe que eles não estão trabalhando? E o que vamos fazer? Porque não é ela, nem a Senhora Presidente, nem os Senadores, nós é que estamos ficando mal perante a opinião pública porque nós somos oposição, Excelência. Se nós começarmos a fazer esses acordos, toda hora cedendo, cedendo, cedendo... É o que o Governo quer, ao Governo interessa isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Presidente, pela ordem.

Primeiro, quero consultar se posso fazer uso, porque não é para encaminhamento da votação. Era uma questão ...

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Mas V. Ex<sup>a</sup> quer tratar da matéria? Nós estamos discutindo a matéria, V. Ex<sup>a</sup> pode usar da palavra.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. É coisa bem mais simples: apenas para pedir que seja colocado na pauta um requerimento meu para trazer de volta os projetos de lei que foram arquivados com o fim da Legislação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em seguida, está na nossa pauta, na Ordem do Dia, a votação desses requerimentos apresentados pelos Srs. Senadores.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Na realidade,

é só para colaborar um pouco com este debate, porque eu vi aqui o Líder do Governo encaminhando que nós não votaríamos a Medida Provisória, que ela cairia, não é mesmo? Acabamos de ter essa posição do Governo. E aí fui surpreendida com o Líder Agripino e também com o nosso Senador Itamar ao fazerem um discurso com tanta veemência em relação à questão das medidas provisórias.

Esta semana nós discutimos, nesta Casa, a importância de o Senado restabelecer o seu respeito em relação aos procedimentos e ao processo. Aliás, assinei uma PEC proposta pelo Senador José Sarney hoje que trata exatamente dessa matéria. Nós não podemos ficar com os últimos dias para discutir a medida provisória no Senado, enquanto a Câmara discute o processo.

Mas eu estou vendo aqui uma profunda crítica ao Governo sobre a utilização de medidas provisórias. Ora, isso está legitimado pela Constituição Federal. Os demais governos que antecederam o governo do Presidente Lula, o Governo da Presidente Dilma, inclusive o seu governo, utilizaram-se também disso, e nós não estamos aqui, em todos os momentos, fazendo acordo para votar. Ademais, existem temas que necessitam de agilidade.

Hoje nós votamos na Comissão de Relações Exteriores desta Casa um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, que foi firmado em 2005, Senador Agripino – 2005! Nós levamos todo esse tempo para discutir e votar esse acordo. Quantas matérias aqui nós levamos anos... Quantas matérias tramitam por anos e, muitas vezes, colocam programas ou situações importantes do Governo à mercê de decisões demoradas?!

Nós queremos o respeito da Casa, mas, talvez, nós tenhamos que nos dar o respeito, para agilizar, para ter procedimentos mais ágeis, para realmente fazer com que as matérias tramitem com velocidade.

Não é possível que um Senador pegue relatório de projeto e fique por um ano, dois anos no seu gabinete. Então, solte o projeto e dê parecer contrário. Mas acontece isso.

Nós temos que compreender também que o Governo tem respostas a dar. O tempo do Governo nem sempre é o tempo do Parlamento – nem sempre é o tempo do Parlamento. Eu concordo que temos de ser respeitados, que o procedimento de edição de medida provisória tem de ser muito bem estabelecido, que é para assuntos realmente urgentes. E aqui, desde que cheguei ao Senado, os assuntos que foram pautados neste plenário foram assuntos relevantes para o momento que estávamos vivendo.

Então, também acho que temos de mudar o procedimento, mas tenho ouvido insistentemente, neste plenário, os Senadores falarem sobre a questão de medida provisória, apontando o dedo para o Governo.

Eu queria fazer esse desabafo, porque realmente eu acho que a questão de respeito é recíproca. Nós temos que, sim, exigir o respeito, temos que nos dar o respeito e respeitar os processos legislativos, para que a gente possa trabalhar com celeridade.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senador Itamar Franco, pela ordem.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pediu, em primeiro lugar, o Senador Itamar Franco. Em seguida darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PPS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi a nobre Senadora, mas o que eu pergunto é o seguinte... Ela disse: “No tempo do senhor foi feito”. Sim, mandamos medida provisória. Agora o que eu estou aqui dizendo, Sr<sup>a</sup> Senadora, é que o Governo manda as medidas provisórias, mas onde estavam os líderes do Governo nesta Casa ontem que não compareceram à comissão mista? O Sr. Presidente do Congresso, Senador Sarney, disse muito bem. Há quanto tempo uma comissão mista não se reúne no Congresso Nacional?

Ninguém está se queixando que a Presidente está mandando menos ou mais medidas provisórias. Se a senhora quiser também o cálculo aritmético, nós podemos trazer o cálculo aritmético.

Agora, eu quero saber o seguinte da nobre Senadora: por que não compareceram ontem? Ela diz que o Governo está cumprindo as suas obrigações. É verdade. Tem projetos aqui – e nós não tivemos essa consciência – que estão levando nove, dez anos para serem aprovados, quando são aprovados. E o Executivo tem que ter a velocidade que ele quer dar. Agora, pergunto, nobre Senadora: por que não comparecem? Por que não compareceram ontem? Não foi anteontem não, foi ontem. Nenhum Senador do Governo esteve lá presente, nenhum Deputado do Governo esteve lá presente na comissão que vai examinar recursos para o BNDES, da maior importância para a oposição.

Então, nós temos, sim, senhora, a senhora vai me permitir, Excelência... Se nós da oposição não criticarmos o Governo, se não estivermos atentos ao que o Governo faz nesta Casa, é melhor nós irmos embora.

Eu hoje ouvi o Senador Demóstenes falar, de repente, lá, que é preciso fechar o Senado. Isso é problema. Agora, por favor, Senadora, eu tenho um grande respeito à sua pessoa. Mas seja, por favor, coerente e faça justiça à oposição. Nós estávamos presentes ontem lá. Onde estava o Governo? Onde está o Governo, Sr. Presidente? Onde está o Governo nesta Casa que não comparece às suas obrigações?

E eu repito: será que a Presidente da República está sabendo que eles não cumprem com as suas obrigações? Não sei.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, nós temos uma pauta a seguir, já tivemos o tempo da arenga.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu queria fazer um apelo ao plenário, porque há um acordo para não votarmos essa medida provisória, de maneira que os assuntos que são tratados já estão praticamente resolvidos.

Então, em seguida, após terminarmos a Ordem do Dia, Senador Agripino, teríamos imenso prazer em ouvi-lo. Está bem?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com muito prazer, Sr. Presidente. É só para esclarecer a Senadora Gleisi Hoffmann, que merece, pela colocação que fez, com muita propriedade, um esclarecimento.

A Senadora Gleisi Hoffmann colocou uma coisa absolutamente verdadeira: tem cabimento que um decreto proposto, firmado em 2005, só agora, às vésperas da chegada do Presidente da República da América, venha a ser aprovado para ser exibido num encontro formal? Tem toda razão. Tem toda razão. Agora, ela não tem razão no que se refere à quantidade de MPs que vem no atual Governo, herança do governo que acabou, que vem crescendo exponencialmente.

V. Ex<sup>a</sup> é Presidente do Congresso e é testemunha de que a exceção nos nossos períodos de trabalho é a não obstrução de pauta, visto a quantidade de MPs que chega à Câmara e ao Senado.

Estamos quase sempre com a pauta obstruída pela existência de medidas provisórias. Por que isso acontece? Porque a MP editada entra em vigência imediatamente. Se ele destina recursos para alguém, para algum órgão, aquele dinheiro que é objeto do texto legislativo é imediatamente, ou está autorizado imediatamente a ser transferido. É isso que temos que evitar.

A proposta que faço para valorizar o Poder Legislativo é a de estabelecer um filtro de urgência, relevância e constitucionalidade, para diminuir a quantidade.

Do contrário, vamos continuar com pauta obstruída o tempo todo. A tarefa de nós todos é encontrarmos um caminho para que o Senado e a Câmara trabalhem. Em vez de MP, existe um diploma legislativo: projeto de lei em regime de urgência urgentíssima, que tem os mesmos prazos de tramitação. É uma questão de o Congresso encontrar o caminho devido.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou submeter a votos a medida provisória. Peço ao Plenário que, se assim concordar, o possa fazer, votando conjuntamente o parecer preliminar pela relevância e urgência e, também, o mérito.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Recusado.

Com a palavra o Senador Wellington Dias, se é sobre a matéria.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para colaborar, concordando com a democracia deste debate.

Creio que isso nos chama a atenção para muitas coisas e uma delas é a nossa eficiência.

Mas eu queria aqui de citar apenas um exemplo ao Senador Agripino, a Medida Provisória nº 1.053, de 30 de junho de 1995, veio se transformar em lei em 14 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.192.

Cito isso para dizer que esse é um problema a que temos que dar solução. Mas não é de agora, não é do governo do Presidente Lula; isso não pode ser colocado como um problema meramente político no debate. Aliás, ele é político, mas não pode ser colocado como de responsabilidade de um governo.

De modo que acho que temos que tratar, com a urgência devida, essa situação incômoda. De um lado, para termos formas de dar agilidade às proposições existentes; de outro, para que tenhamos as condições de sair desse vexame já passado repetidas vezes, em relação à chegada, nos últimos prazos, da Câmara Federal.

Por isso, Presidente, a primeira prioridade é ver uma forma urgente de tratar essa proposta que V. Ex<sup>a</sup> apresentou.

Era isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 19, de 2011**, do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa o Projeto de Lei de Conversão nº 05, de 2011, que altera a lei de 02 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 19/11/PS-GSE

Brasília, de março de 2011

**Assunto:** Envio de PLV para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2011 (Medida Provisória nº 509, de 2010), do Poder Executivo, aprovado na Sessão Plenário do dia 16-3-2011, que “Altera a Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Remeto, em anexo o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Iremos, posteriormente, fazer a leitura dessa medida.

E, não havendo objeção do Plenário, quero colocar em votação, em globo, Requerimentos, que estão aqui na mesa, de nºs 168, 170, 177, 178, 179, 180, 181, 182 e 183 até 191, 192, 194 e 198, de 2011, que pedem o desarquivamento das propostas da legislatura que se encerrou.

É uma matéria muito simples que podemos votar tranquilamente.

Se os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras estiverem de acordo... *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

A Ata individualizará a especificação de cada um dos requerimentos que pediram desarquivamento.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

- **Requerimento nº 168, de 2011**, – Senadora Ana Amelia e outros Srs. Senadores, de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 49, de 2006. Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia.
- **Requerimento nº 170, de 2011** – Senadora Ana Amélia e outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 331, de



2006. Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria volta à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

– **Requerimento nº 177, de 2011** – Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004. Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria volta à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

– **Requerimento nº 178, de 2011** – Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2003. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo, posteriormente, à de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

– **Requerimento nº 179, de 2011** – Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores, de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2003. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– **Requerimento nº 180, de 2011** – Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2003. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à de Assuntos Sociais.

– **Requerimento nº 181, de 2011** – Senador Alvaro Dias e outros Srs. Senadores, de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2004. Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

– **Requerimento nº 182, de 2011** – Senador Randolfe Rodrigues e outros Srs. Senadores, de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2005. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– **Requerimento nº 183, de 2011** – Senador Alvaro Dias e outros Srs. Senadores, de desarquivamento das seguintes matérias:

– Propostas de Emenda à Constituição nºs 14 e 28, de 2003; 5, 29 e 30, de 2006; e

– Projetos de Lei do Senado nºs 310, de 1999; 374 e 461, de 2003; 141, 179, 224

e 364, de 2004; 3, 215, 266-Complementar e 309, de 2005.

As Propostas de Emenda à Constituição nºs 14 e 28, de 2003; 5, 29 e 30, de 2006; e o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

Os Projetos de Lei do Senado nºs 310, de 1999; 364, de 2004; 3 e 215, de 2005, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;

O Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2003, vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais;

O Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004, vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa;

O Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;

O Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2004, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

O Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2005, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Educação, Cultura e Esporte; e

Uma vez que já se encontra instruído pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

– **Requerimento nº 184, de 2011** – Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006. Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a matéria volta à Comissão de Assuntos Sociais.

– **Requerimento nº 185, de 2011** – Senador Inácio Arruda e de outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003. Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria volta à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, posteriormente, vai à de Educação, Cultura e Esporte.



- **Requerimento nºs 186 e 187, de 2011, respectivamente**– Do Senador Alvaro Dias e da Senadora Vanessa Grazziotin e de outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005. A matéria volta à Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo, posteriormente, à de Assuntos Sociais.
- **Requerimento nº 188, de 2011**– Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2005. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- **Requerimento nº 189, de 2011**– Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2005. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- **Requerimento nº 190, de 2011**– Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2004. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, vai à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.
- **Requerimento nº 191, de 2011**– Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2005. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
- **Requerimento nº 192, de 2011**– Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2005. A matéria volta à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, vai à de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.
- **Requerimento nº 194, de 2011** – Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2006. A matéria volta à Comissão de Educação e, posteriormente, vai à de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
- **Requerimento nº 198, de 2011** – Senador Magno Malta, de desarquivamento das seguintes matérias:
  - Propostas de Emenda à Constituição nºs 63, 83 e 90, de 2003; 29, de 2004;
  - Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2004;

- Projetos de Lei do Senado nºs 1, 310 e 459, de 2003; 121, de 2004; 417 e 419, de 2005; 59, 197 e 317, de 2006; e

- Projetos de Resolução do Senado nºs 36, de 2003; e 18, de 2005.

As proposições desarquivadas voltam a tramitar nos termos dos seguintes despachos:

Projetos de Lei do Senado nºs 1, de 2003; 419, de 2005; 59, 197 e 317, de 2006, voltam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;

O Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2004, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;

O Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003, uma vez que já se encontra instruído pela Comissão de Assuntos Econômicos, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;

O Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005, uma vez que já se encontra instruído pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, volta à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;

O Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2003, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo, posteriormente, à de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;

As Propostas de Emenda à Constituição nºs 63, 83 e 90, de 2003; e 29, de 2004, voltam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

O Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2004, volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e

Os Projetos de Resolução do Senado nºs 36, de 2003; e 18, de 2005, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que institui o novo Regimento Interno do Senado Federal; seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 2:**

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de ori-

gem, da Deputada Ana Corso e de outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna*.

Parecer sob nº 1.477, de 2010, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, que oferece a redação do vencido.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007**

(nº 5.741, de 2001 na casa de origem).

**Dispõe sobre a criação de comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os gestores federais, estaduais, distritais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) constituirão comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, morte materna é a que ocorre durante a gestação em até 42 (quarenta e dois), dias após o seu término, independentemente da duração ou da localização da gravidez, e seja devida a qualquer causa relacionada com a gravidez ou agravada pela gravidez ou por medidas relacionadas a ela.

Parágrafo único. Não é considerada morte materna aquela que, embora ocorra no período a que se refere o **caput** deste artigo, seja devida a causas acidentais ou incidentais.

Art. 3º Os comitês de que trata o art. 1º terão por objetivo:

I – identificar as mortes de mulheres em idade fértil com probabilidade de serem classificadas como maternas;

II – investigar as circunstâncias de cada morte materna dentro dos primeiros 30 (trinta) dias após a sua ocorrência;

III – identificar as responsabilidades técnicas ou administrativas pela morte materna;

IV – sugerir medidas para sanar os erros identificados, em consonância com os gestores e as autoridades sanitárias;

V – realizar estudos e análises para a identificação das causas e das circunstâncias da ocorrência de mortes maternas e para a definição das medidas destinadas a sanar as irregularidades detectadas;

VI – promover atividades educativas e de conscientização da comunidade e dos profissionais envolvidos na assistência à saúde da mulher;

VII – realizar outras atividades definidas em regulamento.

Art. 4º Os comitês de que trata esta Lei serão compostos por:

I – Representantes do gestor do SUS do respectivo âmbito de governo;

II – representantes do conselho de saúde do respectivo âmbito de governo;

III – representantes de serviços públicos e privados que prestam assistência ambulatorial ou hospitalar à saúde da mulher;

IV – representantes da sociedade civil;

§ 1º Poderão integrar os comitês;

I – especialistas em áreas relacionadas com a assistência à saúde da mulher;

II – profissional de saúde especialista em saúde pública;

III – professores universitários envolvidos com a assistência à saúde da mulher;

IV – representantes de movimentos ou conselho de mulheres;

V – outros, definidos em regulamento.

§ 2º Os membros dos comitês exercerão funções honoríficas, vedada a remuneração a qualquer título, exceto o ressarcimento de despesas decorrentes do exercício da função, definidas em regulamento.

Art. 5º A morte materna é evento de notificação compulsória.

Parágrafo único. O regulamento definirá o agente responsável, bem como o meio apropriado e os demais procedimentos que deverão ser observados na notificação.

Ar. 6º Deixar de notificar morte materna constitui infração à legislação sanitária federal e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 30 de agosto de 1977.

Art. 7º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 3:**

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante à Mesa.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir contra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Darei a palavra a V. Exª.

Em discussão o projeto e as emendas, em turno único.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ser bem sintético.

Este é um projeto que trata da Defesa Civil.

Quero dizer que várias iniciativas legislativas sobre o tema têm sido apresentadas por Senadores e Deputados. Os pronunciamentos nesta Casa, nas últimas semanas, tratavam dos temas. Tivemos incidentes na região serrana, no Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina.

Então, as intenções do Deputado Sandro Mabel, tenho certeza, foram as melhores possíveis. Só que a este projeto, na verdade, falta clareza, falta objetividade. Qual é o sentido do projeto? O projeto propõe notificação à Defesa Civil. Vou ler aqui o art. 2º, que é o centro do projeto – não quero me estender.

Diz o seguinte:

As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, ficam obrigadas a notificar os órgãos competentes de defesa civil, previamente, de quaisquer atos por elas praticados no curso dos seus empreendimentos ou atividades que impliquem potencialmente a necessidade de ações preventivas de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil.

É muitíssimo amplo. É preciso dizer que só 20% dos Municípios brasileiros têm Defesa Civil constituída. Hoje, quando qualquer pessoa física ou jurídica quer fazer uma obra ou um empreendimento, pede autorização à Prefeitura.

Então, estudamos aqui, e existem vários outros argumentos. As intenções são boas. Quero até, por economia processual, Sr. Presidente, já falar do próximo ponto, para tentar ganhar tempo.

Temos um requerimento do Senador Jorge Viana com a intenção de, em 90 dias, criar uma comissão temporária para sistematizar várias propostas que existem neste Senado Federal.

V. Exª sabe que a Presidente Dilma Rousseff, quando veio ao Congresso Nacional entregar sua mensagem, falou da necessidade de o Brasil construir um novo marco regulatório do Sistema Nacional de Defesa Civil, reconheceu a fragilidade que nós temos hoje. Então, eu já quero me adiantar, dizer que, não só pelas chuvas, Presidente Sarney, na próxima semana, este Senado Federal vai fazer uma comissão conjunta de três Comissões para discutir o tema da energia nuclear; uma audiência pública da Comissão de Infraestrutura, da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia, porque todo mundo está parando para pensar o seu projeto nuclear.

E confesso a V. Exª que, nesta hora de olhar o exemplo de Fukushima, o que mais chama a atenção na diferença entre nós e o Japão é a fragilidade desse Sistema Nacional de Defesa Civil, a fragilidade de um sistema nacional de prevenção a catástrofes. De forma que observamos a inconsistência do projeto. E já fui Prefeito de um Município que enfrentou, por diversos momentos, situações de calamidades pelas chuvas, e entendo desse problema, também pela questão da região serrana e por estar me detendo a este assunto. Então, devo dizer a V. Exª que, infelizmente, este projeto não tem efetividade. Por isso, nós vamos votar contra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Continua a discussão da matéria.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este é um tema recorrente no Congresso Nacional e, para nordestinos como eu, é mais recorrente ainda. E temos inúmeras peças, romances, crônicas tratando do tema. Há pouco, homenageamos uma das maiores escritoras do Brasil aqui no Senado da República, Rachel de Queiroz, que inicia o seu trabalho literário praticamente com uma peça extraordinária chamada *O Quinze*. *O Quinze* é uma catástrofe, uma estiagem de longo período que matou homens, mulheres e levou para um êxodo extraordinário milhares, ou milhões, de nordestinos, que passaram a viver em várias regiões e vários Estados do Brasil. Nós convivemos imensamente com as estiagens. Ao lado da estiagem, quando muitas vezes chove na nossa região, nós passamos a ter a catástrofe das chuvas, com as enchentes. No Sul e no Sudeste, se veem mais as enchentes. Há problemas variados e, talvez, a nossa Defesa Civil aja sempre de forma posterior, nunca preventivamente.

Lembro que, ainda em 2009, aqui no Senado já, dei entrada a um projeto que cria um fundo para tratar da questão da assistência na Defesa Civil, um fundo nacional. Ainda na Câmara, propus uma emenda constitucional e um projeto de lei tratando do processo de desertificação na nossa Região Nordeste, mas que abrange também o Brasil. Agora mesmo, estamos tomando a iniciativa de propor uma emenda constitucional que cria o Sistema Nacional de Defesa Civil e cria uma carreira de Defesa Civil e propõe, evidentemente, a criação da carreira, porque quem cria a carreira, quem vai ter que criar é o Executivo, que tem que mandar uma lei para cá, que cria o sistema. Então, vejo que, projetos dessa iniciativa, nós devêssemos tomar em nossas mãos, em conjunto, talvez até propor uma comissão mista do Congresso Nacional, que V. Ex<sup>a</sup> poderia propor.

Que nós pudéssemos juntar as iniciativas de lei ordinária com as emendas constitucionais e propor, então, uma decisão a respeito do programa e do Sistema Nacional de Defesa Civil, algo em conjunto, sem prejuízo de nenhuma iniciativa, porque as iniciativas dos Deputados e Senadores são louváveis, como é a do Deputado Sandro Mabel. São iniciativas louváveis. Mas nós temos um conjunto de iniciativas aqui no Se-

nado, na Câmara, que talvez nós devêssemos votar essas matérias em conjunto. Talvez apensar esse conjunto de matérias, para que pudéssemos apreciá-las de uma única vez.

Eu me lembro de uma matéria que, se estivesse sendo aplicada agora, pelos Srs. Prefeitos, se os Prefeitos tivessem regulamentado essa matéria, nós talvez não tivéssemos catástrofes como as do Rio de Janeiro: que é o Estatuto da Cidade, que está completando dez anos de vigência. Mas é uma lei federal que remete a legislações municipais. E muitas vezes o Município – como disse o Lindbergh, só 20% deles tem sistema de defesa civil – não cria as condições para que a gente possa efetivamente materializar a aplicação dessa lei.

Portanto, a minha opinião é que pudéssemos colocar tudo isso em uma ação conjunta; tudo que é lei ordinária nós pudéssemos conjugar para apreciar sem prejuízo da iniciativa do Deputado Sandro Mabel, muito menos de um Senador ou de outro Deputado que possa ter tomado iniciativa nessa área, que é muito importante.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em boa hora, a Mesa está recebendo um pedido de adiamento de discussão dessa matéria para o dia seguinte. Eu acho que é muito prudente. Em se tratando de medidas de socorro, assistenciais e de necessidade de ações preventivas, num momento deste, em que há tantos problemas relativos a esse da Defesa Civil, seria, de certo modo, imprudente, com um plenário quase sem número, que votássemos a matéria.

Assim, foi muito prudente o pedido de adiamento. Vou submeter o pedido de adiamento.

É o seguinte o requerimento:

#### **REQUERIMENTO Nº 236, DE 2011**

##### **Adiamento da discussão para determinado dia.**

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 a fim de ser feita na sessão de 28 de abril vindouro

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que



estejam de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Adiada a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – **Item 4:**

#### **REQUERIMENTO Nº 171, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta de onze membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de noventa dias, tendo como objetivo propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

E eu acrescentaria o Maranhão.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, para encaminhar. Sr. Presidente, para encaminhar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB - AP) – Eu pediria só que V. Ex<sup>a</sup> aguardasse a Mesa anunciar a discussão. Em seguida, dou a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Acho que essa medida anterior de postergar a decisão, adiar a decisão dessa matéria que vem da Câmara dos Deputados, que trata sobre calamidades públicas, sobre a defesa civil, foi bem-vinda, foi providencial. E esse requerimento do Senador Jorge Viana, eu quero cumprimentá-lo. Porque, na verdade, com esse requerimento, busca-se criar uma comissão para, dentro de 90 dias – há pouco, o Senador Lindbergh ainda teceu comentários em relação a isso –, compilarmos e vermos o que nós temos já tramitando na Casa ou no Congresso Nacional sobre essa matéria. Essa comissão vai tentar levantar e buscar alguma coisa.

Eu até gostaria de dizer que o próprio Senador Arruda tem uma proposta que está na Ordem do Dia na

Comissão de Assuntos Econômicos. Temos uma matéria, desde 2008, que apresentamos também na Casa e também já se encontra na CAE. O Senador Arruda aceitou apensarmos essa proposta. E tendo em vista o que ocorre no Brasil todo e que somos imprevidentes, vem em bom momento a constituição desta Comissão, para pensarmos em uma Defesa Civil no Brasil que seja mais previdente, que venha ao encontro das coisas – e como disse muito bem o Senador Lindbergh, o que vem ocorrendo no mundo até, não só no Brasil. Temos que pensar isso lá na frente. Temos que nos prevenir. Acho que a medida é providencial.

E até, Sr. Presidente, se eu puder – não sei se devo entregar à Mesa – participar desta Comissão para colaborar com isso, quero me colocar à disposição.

Eram essas as minhas considerações, ao encaminhar esse Requerimento nº 171, do eminente Senador Jorge Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – De acordo com a proporcionalidade, acho que o partido de V. Ex<sup>a</sup> poderá indicá-lo para fazer parte da Comissão. Ao mesmo tempo, em que peço desculpas, porque disse-lhe que era para discutir a matéria, quando, na realidade, em requerimento, o nosso Regimento proíbe discussão, e sim para encaminhar a matéria.

Não havendo mais oradores inscritos, vou submeter à votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senado Federal recebeu ofício da Câmara, que anunciei, com uma medida provisória convertida em projeto de lei de conversão, que vai ser lida pela Presidência. E comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para a apreciação da matéria encontra-se esgotado – uma vez mais –, e o de sua vigência foi prorrogado por ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional. (Pausa.)

Projeto de Lei de Conversão que altera a Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício de atividade de franquia postal.

É o seguinte o projeto de lei de conversão:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 5, DE 2011  
(Proveniente da Medida Provisória nº 509, de 2010)**

*Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquias fiscal.*

**ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão .....
- Medida Provisória original .....
- Mensagem do Presidente da República nº 597, de 2010 .....
- Exposição de Motivos nº 757/2010, do Ministro de Estado das Comunicações.....
- Ofício nº 19/2011, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado .....
- Calendário de tramitação da Medida Provisória .....
- Nota Técnica nº 18/2010, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados .....
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Ricardo Berzoini (PT-SP).....
- Folha de sinopse da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados .....
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 49, de 2010, prorrogando o prazo de vigência da Medida Provisória .....
- Legislação Citada.....

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2011  
(Proveniente da Medida Provisória nº 509, de 2010)**

Altera a Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

Parágrafo único. A ECT deverá concluir as contratações a que se refere este artigo até 30 de setembro de 2012.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A As novas Agências de Correios Franqueadas - ACF terão prazo de 12 (doze) meses para fazer as adequações e padronizações definidas pelas normas técnicas e manuais da ECT.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 509, DE 2010

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.

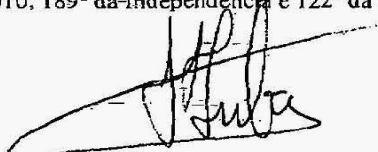
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A ECT deverá concluir as contratações a que se refere este artigo até 11 de junho de 2011.” (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de outubro de 2010; 189º da Independência e 122º da República:

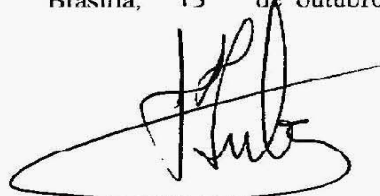


Mensagem nº 597, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 509, de 13 de outubro de 2010, que “Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal”.

Brasília, 13 de outubro de 2010.





**E M nº 757 /2010 – MC**

**Brasília, 13 de outubro de 2010.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

1. Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência, proposta de Medida Provisória que dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.
2. Como é de amplo conhecimento, a ECT, visando expandir sua rede de atendimento e suprir a carência de recursos para investimento no setor, implantou, a partir do início da década de 90, rede de atendimento postal conhecida como “franquia postal”. Hoje, a atividade de franquia postal é exercida por mais de 1.400 pequenas e médias empresas, que, juntas, geram mais de 20.000 postos de trabalho.
3. Em 2007, foi editada a Medida Provisória nº 403, publicada no D.O.U. de 27 de novembro de 2007 que normatizava as relações estabelecidas entre a ECT e as franquias postais, suas particularidades, vigência do contrato e, pela primeira vez, estabelecer procedimento prévio de licitação, oportunizando a participação de qualquer interessado que preencha os requisitos necessários.
4. A Medida Provisória nº 403, de 2007, foi convertida na Lei nº 11.668, de 2008, estabeleceu, em seu art. 7º, *caput*, que até que entrassem em vigor os contratos de franquia postal celebrados de acordo com o estabelecido na referida Lei, continuariam com eficácia aqueles firmados com as Agências de Correios Franqueadas que estivessem em vigor em 27 de novembro de 2007, dispondo, ainda, em seu parágrafo único, que a ECT teria o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação da regulamentação daquela Lei, editada pelo Poder Executivo, para concluir todas as novas contratações.
5. A partir da publicação da mencionada regulamentação da Lei nº 11.668, de 2008, pelo Decreto nº 6.639, de 7 de novembro de 2008, a ECT providenciou as medidas necessárias à realização das licitações, incluindo a submissão das minutas de edital e de contrato, bem como os estudos de viabilidade técnica-econômica, ao Tribunal de Contas da União, que os aprovou.
6. Durante esse processo, o Poder Judiciário concedeu liminares que suspenderam algumas licitações, atrasando a celebração dos novos contratos pela ECT.
7. Atualmente, existem 1.424 pontos de franquia postal no país. Destes pontos, 227 tiveram o processo de licitação concluído, com contratos assinados e vigentes, e 504 estão com as respectivas licitações em andamento. Entretanto, em 519 pontos os processos licitatórios estão suspensos por força de liminares.
8. Dessa forma, não há dúvidas quanto à relevância e à urgência do tema. Para garantir que população e a economia brasileira não sejam prejudicadas com o comprometimento de parte dos serviços atualmente executados pelas franquias postais e também para a conclusão das licitações em andamento, propomos a edição de medida provisória estabelecendo que a conclusão das contratações das novas franquias deverá ocorrer até 11 de junho de 2011.
9. Estas são, Senhor Presidente, em síntese, as razões que justificam a apresentação da proposta de Medida Provisória à Vossa elevada consideração, como forma de garantir que a população e a economia brasileira não sejam prejudicadas.

Respeitosamente,

*Assinado por: José Artur Filardi Leite*



Of. n. 19/11/PS-GSE

Brasília, de março de 2011.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador CÍCERO LUCENA  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de PLv para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 05, de 2011 (Medida Provisória nº 509, de 2010), do Poder Executivo, aprovado na Sessão Plenária do dia 16.03.11, que "Altera a Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,



Deputado EDUARDO GOMES  
Primeiro-Secretário

**MPV N° 509**

Publicação no DO	14-10-2010
Designação Prevista da Comissão	15-10-2010
Instalação Prevista da Comissão	18-10-2010
Emendas	até 20-10-2010
Prazo na Comissão	14-10-2010 a 27-10-2010 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	27-10-2010
Prazo na CD	28-10-2010 a 10-11-2010 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	10-11-2010
Prazo no SF	11-11-2010 a 24-11-2010 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	24-11-2010
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	25-11-2010 a 27-11-2010 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	28-11-2010 (46º dia)
Prazo final no Congresso	12-12-2010 (60 dias)
(*) Prazo final prorrogado	23-3-2011

(\*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 49, de 2010 – DOU (Seção 1) de 2-12-2010

<b>MPV N° 509</b>	
<b>Votação na Câmara dos Deputados</b>	16-3-2011
<b>Leitura no Senado Federal</b>	
<b>Votação no Senado Federal</b>	

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF**  
**NOTA TÉCNICA N° 18/2010**

**Subsídios para a apreciação da Medida Provisória n° 509, de 13 de outubro de 2010, quanto à adequação orçamentária e financeira.**

## **I – INTRODUÇÃO**

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece: “O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem n° 137/2010-CN (n° 597/2010, na origem), a Medida Provisória (MP) n° 509, de 13 de outubro de 2010, que “dá nova redação ao parágrafo único do art. 7° da Lei n°11.668, de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.”

## **II – SÍNTESE E ASPECTOS RELEVANTES**

A Lei n° 11.668, de 02 de maio de 2008, faculta o exercício pelas pessoas de direito privado da atividade de franquia postal, sem prejuízo das atribuições, responsabilidades e da ampliação da rede própria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, para desempenhar atividades auxiliares relativas ao serviço postal.

O artigo 7° desta Lei, de maio de 2008, assegura eficácia aos contratos firmados com as Agências de Correios Franqueadas que estiverem em vigor em 27 de novembro de 2007 e o Parágrafo Único deste artigo estabelecia então o prazo máximo de 24 meses para a conclusão destas contratações, contados a partir da publicação da regulamentação da Lei.

De acordo com a Exposição de Motivos n° 757/2010 – MC, que acompanha a Medida Provisória, a partir da publicação da mencionada regulamentação da Lei n° 11.668, de 2008, pelo Decreto n° 6.639, de 7 de novembro de 2008, a ECT providenciou as medidas necessárias à realização das licitações, incluindo a submissão das minutas de edital e de contrato, bem como os estudos de viabilidade técnica-econômica, ao Tribunal de Contas da União, que os aprovou. Durante esse processo, o Poder Judiciário concedeu liminares que suspenderam algumas licitações, atrasando a celebração dos novos contratos pela ECT.

Atualmente, existem 1.424 pontos de franquia postal no país. Destes pontos, 227 tiveram o processo de licitação concluído, com contratos assinados e vigentes, e 504

estão com as respectivas licitações em andamento. Entretanto, em 519 pontos os processos licitatórios estão suspensos por força de liminares.

A Medida Provisória (MP) nº 509/2010, em seu art. 1º, altera a redação do parágrafo único do art. 7º, ampliando o prazo de conclusão das contratações pela ECT até 11 de junho de 2011.

### III – COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que “dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, refere-se da seguinte forma ao exame da adequação orçamentária e financeira: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

Com respeito à **análise sobre a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira** com a legislação supramencionada vigente da MP nº 509/2010, **cumprе notar que a prorrogação da data de conclusão das contratações** com as Agências de Correios Franqueadas até 11 de junho de 2011 **não deverá ter reflexos sobre a receita ou despesa pública da União.**

Esses são os subsídios julgados pertinentes.

Brasília, 19 de outubro de 2010.

  
SILVANA LEDA LIMA  
Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira / CD

PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 509, DE 2010, E ÀS EMENDAS A ELA APRESENTADAS. (PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO)

**O SR. RICARDO BERZOINI (PT-SP.** Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 509, de 2010, foi editada para responder a uma questão importante relativa à atividade das Agências Franqueadas dos Correios.

Passarei a ler o relatório:

#### **"RELATÓRIO**

Vem ao Congresso Nacional, pela Mensagem nº 597, de 13 de outubro de 2010, da Presidência da República, a Medida Provisória nº 509, adotada naquela data e publicada no dia subsequente, que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal".

O art. 1º da referida Medida Provisória modifica a redação do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Parágrafo único. A ECT deverá concluir as contratações a que se refere este artigo até 11 de junho de 2011"*

A Lei nº 11.668, de 2 maio de 2008, resultante da conversão da Medida Provisória nº 403, de 2007, dispõe sobre as atividades de franquia postal e as cláusulas essenciais do contrato de franquia.



O *caput* do art. 7º determina que os contratos de franquia postal possam ser celebrados entre a ECT e o franqueado de acordo com as disposições da lei, permanecendo válidos os instrumentos anteriores que estivessem em vigor em 27 de novembro de 2007, até que isto ocorresse.

Na redação anterior do parágrafo único ora modificado, o prazo previsto para a adequação, pela ECT, dos contratos de franquia postal aos critérios da lei, era de 24 meses, contados a partir da data da publicação da regulamentação. Como tal regulamentação foi estabelecida pelo Decreto nº 6.639, de 7 de novembro de 2008, publicado em 10 de novembro de 2008, esse prazo se encerraria em 9 de novembro de 2010.

No prazo regimental, foram oferecidas à medida provisória quatro emendas:

Emenda nº 1, do nobre Deputado Edson Santos, que posterga a data para conclusão das contratações a que se refere a medida provisória até 14 de outubro de 2012, considerando que a postergação por 7 meses “não é suficiente para providenciar a licitação para a realização de novos contratos, gerando, desse modo, intranquilidade para os atuais franqueados e prejuízo para os usuários dos serviços postais”.

Emenda nº 2, da ilustre Deputada Rose de Freitas”, Vice-Presidente desta Casa, “que acrescenta novo artigo à Lei nº 11.668, de 2008, determinando que as licitações deverão respeitar o atual modelo de agências franqueadas.

Emenda nº 3, também da ilustre Deputada Rose de Freitas, que acrescenta novo artigo à Lei nº 11.668, de 2008, determinando que as novas agências franqueadas tenham 12 meses para fazer adequações e padronizações, definidas pela ECT em guias técnicos e manuais.

Emenda nº 4, do Deputado Cleber Verde, que estende aos empregados contratados pela ECT até 31 de dezembro de 1976 o benefício de complementação da aposentadoria de que trata a Lei nº 8.529/92, hoje restrito aos ex-estatutários oriundos do extinto DCT e incorporados à ECT em 1969.

É o relatório.

### **VOTO DO RELATOR**

#### **Da Admissibilidade**

A urgência e a relevância da Medida Provisória derivam do fato de que a não prorrogação dos contratos vigentes até a data de 11 de junho de 2011 implicaria o fechamento de centenas de franquias postais atualmente em funcionamento no País, comprometendo os serviços prestados à população.

Diante de tal quadro, nosso parecer é o de que os pressupostos de relevância e urgência da matéria estão claramente presentes, justificando-se a emissão da Medida Provisória ora em exame, nos termos do *caput* do art. 62 da Constituição Federal.

Assim, o nosso voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 509, de 2010.

#### **Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa**

No que tange à juridicidade, a Medida Provisória ora em análise guarda convergência com o ordenamento jurídico vigente no País.

Com relação à técnica legislativa, constata-se que a Medida Provisória nº 509/2010 guarda harmonia com as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001.

No que concerne às emendas, a Emenda nº 4 foi indeferida pela Presidência da Câmara dos Deputados por versar sobre matéria estranha. As demais emendas apresentadas não apresentam vícios relativos aos requisitos aqui analisados.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 509, de 2010, e das Emendas nº 1, 2 e 3 que lhe foram apresentadas.

#### **Da Adequação Financeira e Orçamentária**

A prorrogação dos contratos das franquias postais não se traduz em novos gastos para a administração pública, de tal sorte que a Medida Provisória nº 509, de 2010, não produzirá efeito sobre as receitas ou despesas da União.

Assim, a Medida Provisória em análise atende às normas orçamentárias e financeiras definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária da União para o atual exercício financeiro.

No que respeita às emendas oferecidas, também não se evidenciam vícios quanto à sua adequação orçamentária e financeira.

Diante do exposto, o nosso voto é pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 509, de 2010, assim como das emendas apresentadas.

#### **Do mérito**

A adoção do sistema de franquias foi iniciada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT em setembro de 1990, tendo sido regulada por norma interna daquela empresa, sem respeitar os procedimentos licitatórios usuais na legislação de compras e contratos governamentais, em particular os ditames posteriormente estabelecidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Tal procedimento deu lugar a questionamentos que resultariam na Decisão nº 601/94 do Plenário do TCU, de 21 de setembro de 1994, que determinou que se adotassem as providências para adequar tal situação ao disposto na Lei nº 8.666/93,

procedendo-se à licitação nos casos de novas franquias. A Decisão nº 701/94, de 30 de novembro de 1994, ressalvou as Agências de Correio Franqueadas — ACF já em operação e aquelas em processo de contratação à época.

Os contratos com as ACF foram sucessivamente prorrogados pela Medida Provisória nº 1.531-18/98, pela Lei nº 9.648/98 (conversão da Medida Provisória nº 1.531-18/98), pela Lei nº 10.577/02, pela Medida Provisória nº 403/07 e pela Lei nº 11.068/08 (conversão da Medida Provisória nº 403/07), sem que a ECT lograsse regularizar os contratos vigentes.

A Medida Provisória nº 509, de 2010, prorroga, portanto, os contratos de franquia postal por mais 7 meses.

As sucessivas prorrogações denotam que a ECT não tem sido capaz de proceder à transição dos contratos de franquia para os moldes recomendados. Até o momento, de acordo com a Exposição de Motivos, das 1.424 franquias em operação, apenas 227 tiveram processos de licitação conduzidos por completo. Outros 504 pontos de atendimento estão sendo licitados e, em 519 casos, os atuais franqueados obtiveram liminares que suspendem a licitação. Participam dessa rede cerca de 1.400 empresas de pequeno e médio porte, respondendo por mais de 20 mil postos de trabalho.

O sistema de franquias atende parcela importante da demanda dos clientes da ECT em condições técnicas adequadas, complementando a estrutura de atendimento que a ECT oferece em suas próprias agências. Para fazer frente a tal demanda, a ECT teria que investir um valor estimado entre 450 e 550 milhões de reais em instalações, equipamentos e pessoal de atendimento. Diante de tal desafio, parece bastante claro que o mero cancelamento dos contratos de franquia é impraticável, o que torna indispensável a sua prorrogação.



Em relação às emendas oferecidas à matéria, temos as seguintes considerações a oferecer.

A Emenda nº 1 estende a prorrogação a que se refere a medida provisória até 14 de outubro de 2012. Concordamos com o argumento do autor de que o prazo de 7 meses por ora assegurado será insuficiente para providenciar a licitação exigida e somos, pois, favoráveis à proposta, porém com a extensão do prazo de validade dos contratos até 30 de setembro de 2012.

A Emenda nº 2, determinando que as licitações deverão respeitar o atual modelo de agências franqueadas, cria restrição genérica ao pleito licitatório e impede que a ECT possa evoluir para modalidades de franquia ou designações de áreas de prestação de serviços mais ajustadas às necessidades do público. Somos, pois, pela sua rejeição.

A Emenda nº 3 determina que as novas agências franqueadas tenham 12 meses para fazer adequações e padronizações, definidas pela ECT em guias técnicos e manuais. Consideramos adequada a proposta da autora, tendo em vista a necessidade de uma disposição legal que obrigue as franquias postais a adotar as normas técnicas definidas pela ECT. Trata-se, pois, de dispositivo cuja inclusão na lei mostra-se oportuna, e votamos pela sua aprovação.”

Neste caso, há a preocupação de garantir que, nesse tempo, haja condições reais e efetivas de adequação das instalações às exigências definidas pela Empresa de Correios e Telégrafos.

“A Emenda nº 4 pretende estender aos empregados contratados pela ECT até 31 de dezembro de 1976 o benefício de complementação da aposentadoria de que trata a Lei nº 8.529/92. A proposição foi liminarmente indeferida pela Mesa da Câmara dos

Deputados, por versar sobre matéria estranha à proposição principal, em conformidade com a decisão da Presidência da Casa proferida à Questão de Ordem nº 478/2009.

O nosso voto, em suma, é pela aprovação da Medida Provisória nº 509, de 2010, na forma do Projeto de Lei de Conversão que ora oferecemos, pela aprovação parcial da Emenda nº 1, na forma do Projeto de Lei de Conversão, pela aprovação da Emenda nº 3, na forma do Projeto de Lei de Conversão, e pela rejeição da Emenda nº 2. Por fim, não nos manifestamos acerca da Emenda nº 4, em face do indeferimento liminar pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.”

#### **“PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo único. A ECT deverá concluir as contratações a que se refere este artigo até 30 de setembro de 2012.” (NR)*

Art. 2º A Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, passa a vigorar acrescida do artigo 7º-A, com a seguinte redação:

*“Art. 7º-A As novas ACF — Agências de Correios Franqueadas — terão prazo de 12 (doze) meses para fazer as adequações e padronizações definidas pelas normas técnicas e manuais da ECT.”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

É o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço a atenção de todos os Parlamentares.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

*Paruca aprovada em Plenário em 16/03/2011.*  
*S. M.*

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 509, DE 2010**

**(MENSAGEM Nº 597, DE 2010)**

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

**Relator:** Deputado RICARDO BERZOINI

### **I - RELATÓRIO**

Vem ao Congresso Nacional, pela Mensagem nº 597, de 13 de outubro de 2010, da Presidência da República, a Medida Provisória nº 509, adotada naquela data e publicada no dia subsequente, que “dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal”.

O art. 1º da referida Medida Provisória modifica a redação do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo único. A ECT deverá concluir as contratações a que se refere este artigo até 11 de junho de 2011.” (NR)*

A Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, resultante da conversão da Medida Provisória nº 403, de 2007, dispõe sobre as atividades de franquia postal e as cláusulas essenciais do contrato de franquia.

O *caput* do art. 7º determina que os contratos de franquia postal devam ser celebrados entre a ECT e o franqueado de acordo com as disposições da Lei, permanecendo válidos os instrumentos anteriores, que estivessem em vigor em 27 de novembro de 2007, até que isto ocorresse.

Na redação anterior do parágrafo único ora modificado, o prazo previsto para adequação, pela ECT, dos contratos de franquia postal aos critérios da Lei, era de 24 meses contados a partir da data de publicação da regulamentação. Como tal regulamentação foi estabelecida pelo Decreto nº 6.639, de 7 de novembro de 2008, publicado em 10 de novembro de 2008, esse prazo se encerraria em 9 de novembro de 2010.

No prazo regimental, foram oferecidas à Medida Provisória quatro emendas:

- Emenda nº 1, do nobre Deputado EDSON SANTOS, que posterga a data para conclusão das contratações a que se refere a MP até 14 de outubro de 2012, considerando que a postergação por sete meses “não é suficiente para providenciar a licitação para a realização de novos contratos, gerando, desse modo, intranqüilidade para os atuais franqueados e prejuízo para os usuários dos serviços postais”.
- Emenda nº 2, da ilustre Deputada ROSE DE FREITAS, que acrescenta novo artigo à Lei nº 11.668, de 2008, determinando que as licitações deverão respeitar o atual modelo de agências franqueadas.
- Emenda nº 3, também da ilustre Deputada ROSE DE FREITAS, que acrescenta novo artigo à Lei nº 11.668, de 2008, determinando que as novas agências franqueadas tenham doze meses para fazer adequações e padronizações, definidas pela ECT em guias técnicas e manuais.
- Emenda nº 4, do ilustre Deputado CLEBER VERDE, que estende aos empregados contratados pela ECT até 31/12/1976 o benefício de complementação da aposentadoria de que trata a Lei nº 8.529/92, hoje restrito aos ex-estatutários oriundos do extinto DCT e incorporados à ECT em 1969.

É o relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

### II.1 – Da Admissibilidade

A urgência e a relevância da MP derivam do fato de que a não prorrogação dos contratos vigentes até a data de 11 de junho de 2011 implicaria no fechamento de centenas de franquias postais atualmente em funcionamento no País, comprometendo os serviços prestados à população.

Diante de tal quadro, nosso parecer é o de que os pressupostos de relevância e urgência da matéria estão claramente presentes, justificando-se a emissão da Medida Provisória ora em exame, nos termos do *caput* do art. 62 da Constituição Federal.

Assim, o nosso voto é pela admissibilidade da Medida Provisória nº 509, de 2010.

### II.2 – Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

No que respeita à juridicidade, a Medida Provisória ora em análise guarda convergência com o ordenamento jurídico vigente no País.

Com relação à técnica legislativa, contata-se que a MP 509/2010 guarda harmonia com as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001.

No que concerne às emendas, a Emenda nº 4 foi indeferida pela Presidência da Câmara dos Deputados por versar sobre matéria estranha. As demais emendas apresentadas não apresentam vícios relativos aos requisitos aqui analisados.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 509, de 2010, e das emendas nº 1, 2 e 3 que lhe foram apresentadas.

### II.3 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A prorrogação dos contratos das franquias postais não se traduz em novos gastos para a administração pública, de tal sorte que a Medida

Provisória nº 509, de 2010, não produzirá efeito sobre as receitas ou despesas da União.

Assim, a Medida Provisória em análise atende às normas orçamentárias e financeiras definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária da União para o atual exercício financeiro.

No que respeita às emendas oferecidas, também não evidenciam vícios quanto à sua adequação orçamentária e financeira.

Diante do exposto, o nosso voto é pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 509, de 2010, assim como das emendas apresentadas.

#### **II.4 – Do Mérito**

A adoção do sistema de franquias foi iniciada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em setembro de 1990, tendo sido regulada por norma interna daquela empresa, sem respeitar os procedimentos licitatórios usuais na legislação de compras e contratos governamentais, em particular os ditames posteriormente estabelecidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Tal procedimento deu lugar a questionamentos que resultariam na Decisão nº 601/94 do Plenário do TCU, de 21 de setembro de 1994, que determinou que se adotassem as providências para adequar tal situação ao disposto na Lei nº 8.666/93, procedendo-se à licitação nos casos de novas franquias. A Decisão nº 701/94, de 30 de novembro de 1994, ressaltou as agências de correio franqueadas – ACF já em operação e aquelas em processo de contratação à época.

Os contratos com as ACF foram sucessivamente prorrogados pela Medida Provisória nº 1.531-18/98, pela Lei nº 9.648/98 (conversão da MP 1.531-18/98), pela Lei nº 10.577/02, pela Medida Provisória nº 403/07 e pela Lei nº 11.068/08 (conversão da MP 403/07), sem que a ECT lograsse regularizar os contratos vigentes.

A Medida Provisória nº 509, de 2010, prorroga, portanto, os contratos de franquia postal por mais sete meses.

As sucessivas prorrogações denotam que a ECT não tem sido capaz de proceder à transição dos contratos de franquia para os moldes recomendados. Até o momento, de acordo com a Exposição de Motivos, das 1.424 franquias em operação, apenas 227 tiveram processos de licitação conduzidos por completo. Outros 504 pontos de atendimento estão sendo licitados e, em 519 casos, os atuais franqueados obtiveram liminares que suspendem a licitação. Participam dessa rede cerca de 1.400 empresas de pequeno e médio porte, respondendo por mais de 20 mil postos de trabalho.

O sistema de franquias atende parcela importante da demanda dos clientes da ECT em condições técnicas adequadas, complementando a estrutura de atendimento que a ECT oferece em suas próprias agências. Para fazer frente a tal demanda, a ECT teria que investir um valor estimado entre 450 e 550 milhões de reais em instalações, equipamentos e pessoal de atendimento. Diante de tal desafio, parece bastante claro que o mero cancelamento dos contratos de franquia é impraticável, o que torna indispensável a sua prorrogação.

Em relação às emendas oferecidas à matéria, temos as seguintes considerações a oferecer:

- A Emenda nº 1 estende a prorrogação a que se refere a MP até 14 de outubro de 2012. Concordamos com o argumento do autor, de que o prazo de sete meses por ora assegurado será insuficiente para providenciar a licitação exigida e somos, pois, favoráveis à proposta, porém com a extensão do prazo de validade dos contratos até 30 de setembro de 2012.
- A Emenda nº 2, determinando que as licitações deverão respeitar o atual modelo de agências franqueadas, cria restrição genérica ao pleito licitatório e impede que a ECT possa evoluir para modalidades de franquia ou designações de áreas de prestação de serviços mais ajustadas às necessidades do público. Somos, pois, pela sua rejeição.
- A Emenda nº 3, determinando que as novas agências franqueadas tenham doze meses para fazer adequações

e padronizações, definidas pela ECT em guias técnicos e manuais. Consideramos adequada a proposta da autora, tendo em vista a necessidade de uma disposição legal que obrigue as franquias postais a adotar as normas técnicas definidas pela ECT. Trata-se, pois, de dispositivo cuja inclusão na lei mostra-se oportuna e votamos pela sua aprovação.

- A Emenda nº 4 pretende estender aos empregados contratados pela ECT até 31/12/1976 o benefício de complementação da aposentadoria de que trata a Lei nº 8.529/92. A proposição foi liminarmente INDEFERIDA pela Mesa da Câmara dos Deputados, por versar sobre matéria estranha à proposição principal, em conformidade com a decisão da Presidência da Casa proferida à Questão de Ordem nº 478/2009.

O nosso VOTO, em suma, é pela APROVAÇÃO da Medida Provisória nº 509, de 2010, na forma do Projeto de Lei de Conversão que ora oferecemos, pela APROVAÇÃO PARCIAL da Emenda nº 1, na forma do Projeto de Lei de Conversão, pela APROVAÇÃO da Emenda nº 3, na forma do Projeto de Lei de Conversão, e pela REJEIÇÃO da Emenda nº 2. Por fim, não nos manifestamos acerca da emenda nº 4, em face do indeferimento liminar pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em            de            de 2011.



Deputado RICARDO BERZOINI  
Relator



## PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2011

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo único. A ECT deverá concluir as contratações a que se refere este artigo até 30 de setembro de 2012.” (NR)*

Art. 2º A Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, passa a vigorar acrescida do artigo 7º-A, com a seguinte redação:

*“Art 7º-A As novas ACF – Agências de Correios Franqueadas – terão prazo de 12 (doze) meses para fazer as adequações e padronizações definidas pelas normas técnicas e manuais da ECT.”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em        de        de 2011.



Deputado RICARDO BERZOINI  
Relator

Resultado da pesquisa Projeto de Lei e Outras Proposições

## Consulta Tramitação das Proposições

**Proposição:** MPV-509/2010 Avulso  
**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 14/10/2010  
**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário  
**Regime de tramitação:** Urgência  
**Situação:** PLEN: Pronta para Pauta.

**Ementa:** Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.

**Explicação da Ementa:** Prorroga o prazo para contratação de franquia postal até 11 de junho de 2011.

**Indexação:** Alteração, lei federal, prorrogação, prazo, (ECT), conclusão, contratação, franquia, serviço postal.

**Despacho:**  
29/10/2010 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

**PLEN (PLEN )**  
MSC 597/2010 (Mensagem) - Poder Executivo

Legislação Citada

### Emendas

**MPV50910 (MPV50910)**  
EMC 1/2010 MPV50910 (Emenda Apresentada na Comissão) - Edson Santos  
EMC 2/2010 MPV50910 (Emenda Apresentada na Comissão) - Rose de Freitas  
EMC 3/2010 MPV50910 (Emenda Apresentada na Comissão) - Rose de Freitas  
EMC 4/2010 MPV50910 (Emenda Apresentada na Comissão) - Cleber Verde

### Pareceres, Votos e Redação Final

**MPV50910 (MPV50910)**  
PPP 1 MPV50910 (Parecer Proferido em Plenário) - Ricardo Berzoini

### Última Ação:

Data
29/10/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência (íntegra)
15/3/2011 - PLENÁRIO (PLEN) - Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

### Andamento

*Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.*

Data
14/10/2010 <b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.(íntegra)
14/10/2010 <b>CONGRESSO NACIONAL (CN)</b>

	<p>Prazo para Emendas: 15/10/2010 a 20/10/2010. Comissão Mista: 14/10/2010 a 27/11/2010. Câmara dos Deputados: 28/10/2010 a 10/11/2010. Senado Federal: 11/11/2010 a 24/11/2010. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 25/11/2010 a 27/11/2010. Sobrestar Pauta: a partir de 28/11/2010. Congresso Nacional: 14/10/2010 a 12/12/2010. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 13/12/2010 a 23/03/2011.</p>
14/10/2010	<p><b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Publicação inicial no DCD do dia 15/10/10 PÁG 40158 COL 01.(publicação)</p>
28/10/2010	<p><b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido o OF. nº 434/2010, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 509/2010. Informa, ainda que à medida foram oferecidas 4 (quatro) emendas e a Comissão Mista referida no caput do art. 2º da resolução nº 1 de 2002-CN não se instalou.. (íntegra)</p>
28/10/2010	<p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da Mensagem n. 597/2010, pelo Poder Executivo, que: "Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da MPV 509/2010, de 13 de outubro de 2010, que ' Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal".(íntegra)</p>
29/10/2010	<p><b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência (íntegra)</p>
29/10/2010	<p><b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Avulso Inicial</p>
3/11/2010	<p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por falta de "quorum".</p>
3/11/2010	<p><b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Publicação do despacho no DCD do dia 04/11/2010</p>
9/11/2010	<p><b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Despacho exarado nas emendas apresentadas à MPV 509/10: "Com fundamento no art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1/2002-CN, c.c. art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, indefiro liminarmente a Emenda n. 04, apresentada à Medida Provisória nº 509/2010, por versar sobre matéria estranha, tudo em conformidade com a decisão desta Presidência proferida à Questão de Ordem nº 478/2009. Publique-se. Oficie-se." DCD do dia 10/11/10 PÁG 41860 COL 02.(publicação)</p>
9/11/2010	<p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.</p>
9/11/2010	<p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.</p>
10/11/2010	<p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.</p>
10/11/2010	<p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.</p>
16/11/2010	<p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.</p>
16/11/2010	<p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 497/10, item 03 da pauta, com prazo encerrado.</p>
17/11/2010	<p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.</p>

17/11/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
23/11/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
23/11/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 495/10, com prazo encerrado.
24/11/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
24/11/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
30/11/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
30/11/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
1/12/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
1/12/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 501/10, com prazo encerrado.
8/12/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
8/12/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
21/12/2010	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo Srs. Líderes.
8/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
8/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV n.º 504, de 2010, com prazo encerrado.
9/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
9/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
22/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
22/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 502/10, com prazo encerrado.
23/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
23/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 503/10, item 01 da pauta, com prazo encerrado.



23/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
23/2/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
28/2/2011	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator, Dep. Ricardo Berzoini (PT-SP), para proferir parecer pela Comissão Mista a esta medida e às emendas a ela apresentadas.
1/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
1/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
2/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
15/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
15/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário e entregue à Mesa pelo Relator, Dep. Ricardo Berzoini (PT-SP), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta Medida Provisória, pela aprovação parcial da Emenda de n.º 1 e pela aprovação total da Emenda de n.º 3, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição da Emenda de n.º 2.(íntegra)
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discutiram a Matéria: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Dep. Vicentinho (PT-SP), Dep. Domingos Sávio (PSDB-MG), Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Dep. Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS) e Dep. Luiz Fernando Machado (PSDB-SP).
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação em turno único.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Otavio Leite (PSDB-RJ) e Dep. Edson Santos (PT-RJ).
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, ressalvados os destaques.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Emenda de nº 2, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.

16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Luiz Fernando Machado (PSDB-SP).
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitada a Emenda de n.º 2.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Ricardo Berzoini (PT-SP).
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 509-A/10)(PLV 5/11).
16/3/2011	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, ressalvados os destaques.

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 2010**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 509, de 13 de outubro de 2010**, que “Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 1º de dezembro de 2010



Senador José Sarney  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**LEI Nº 11.668, DE 2 DE MAIO DE 2008.**

Dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.

Art. 7º Até que entrem em vigor os contratos de franquia postal celebrados de acordo com o estabelecido nesta Lei, continuarão com eficácia aqueles firmados com as Agências de Correios Franqueadas que estiverem em vigor em 27 de novembro de 2007.

Parágrafo único. A ECT terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação da regulamentação desta Lei, editada pelo Poder Executivo, para concluir todas as contratações mencionadas neste artigo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A partir deste momento, a pauta está obstruída até a votação desse projeto de lei de conversão.

Encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº237, DE 2011**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 74 e do art. 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Temporária Externa, composta por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, com o objetivo de realizar visita *in loco* à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRO-NUCLEAR), em específico a Usina de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

**Justificação**

O Japão está sofrendo com um dos piores desastres naturais que se registrou em sua história após, o terremoto seguido de tsunami que vitimou mais de 5.000 pessoas, deixou mais de 450 mil pessoas desabrigadas e deflagrou a fragilidade da segurança dos reatores da central nuclear daquele país que devido à tragédia têm emitido altos níveis de radioatividade em um raio de extensão e impactos ainda indefinidos, dada a proximidade com outros países.

Diante do caráter imprevisível da crise nuclear vivida pelo Japão e do possível agravamento da situação, se faz necessário a análise dos procedimentos e das atividades nucleares realizadas nas Usinas de Angra I e II, com o objetivo de assegurar e dar a devida publicidade do trabalho ali desenvolvido. Ciente de que o Senado Federal é a instituição republicana que representa a federação, solicito a criação desta Comissão Externa quer servirá para informar a esta Casa a situação das citadas Usinas Nucleares, bem como, caso necessário, propor medidas efetivas para salvaguardar, acima de tudo o povo brasileiro

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias**.

SIGNATÁRIOS DO REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO COMISSÃO EXTERNA		2011 – SF
Nº	NOME DO SENADOR	ASSINATURA

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

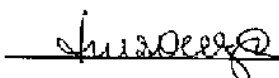
São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 238, DE 2011**

Requeiro nos termos do art. 332, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC Nº 107, de 2006, que acrescenta § 3º ao art. 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, visando à continuidade da sua tramitação.

Assinatura

Senador (a)

01. 

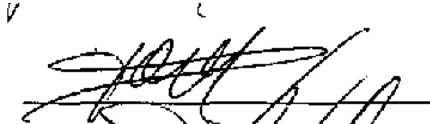
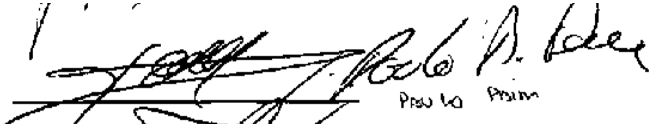



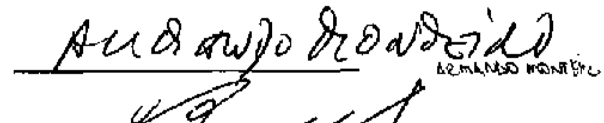
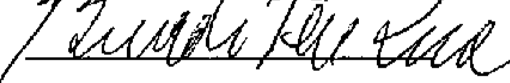
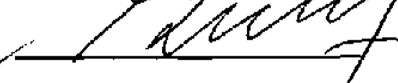
LÍDICE DA MATA

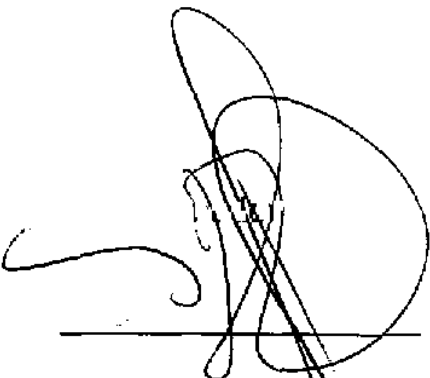

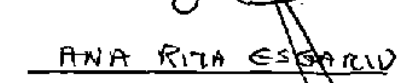

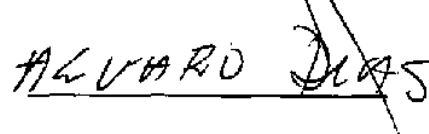
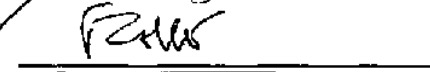
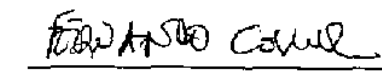

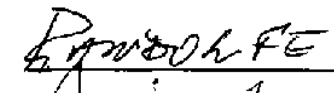
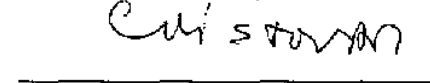
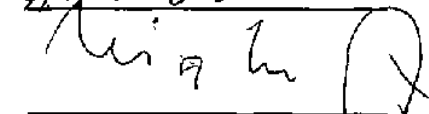

02. 

ANTONIO CARLOS VALADÃO

- 03. Reyilly / R. ROCCONBES REYILLY
- 04. [Signature] JOÃO PEDRO JOAO PEDRO
- 05. Jo [Signature] JOÃO ALBERTO SEUZA JOAO ALBERTO
- 06. [Signature] ANDRÉ DINIZ ANDRÉ DINIZ
- 07. [Signature] WALTER DINIZ WALTER DINIZ
- 08. [Signature] INGÊRIO CASTO INGÊRIO CASTO
- 09. [Signature] IVO CASSOL IVO CASSOL
- 10. [Signature] MÉDO CARMO MÉDO CARMO
- 11. [Signature] PEDRO SIMON PEDRO SIMON
- 12. BLAÍRO MAGGI [Signature] BLAÍRO MAGGI
- 13. [Signature] PAULO ZUCKER PAULO ZUCKER
- 14. [Signature] [Signature] CÉSAR
- 15. Marinho [Signature] MARINHO
- 16. SUPLEY [Signature] SUPLEY
- 17. [Signature] [Signature] ETELO AMARAL




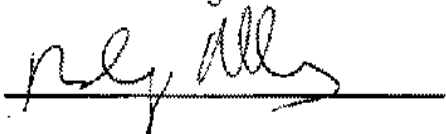
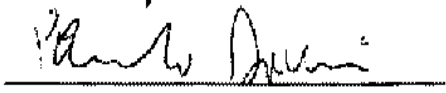

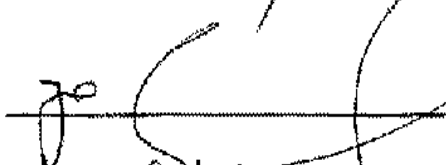
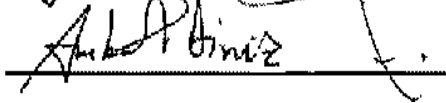
18.		 Paulo A. Toledo Paulo Toledo
19.		 Júlio Ribeiro
20.		 Auro Augusto Brandão Aurmando Brandão
21.		 Benedito

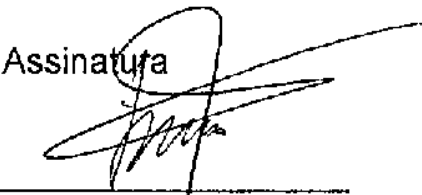
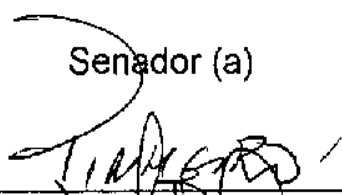
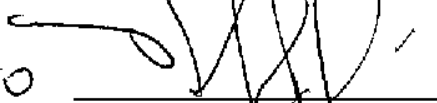

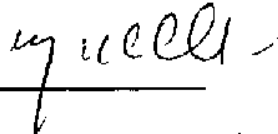

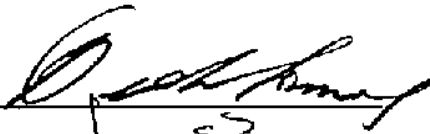
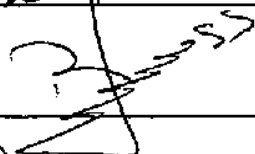
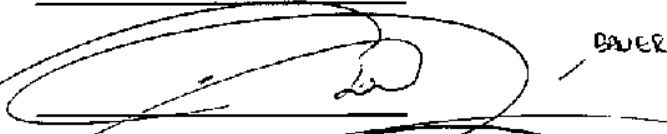

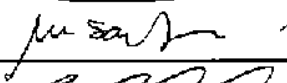
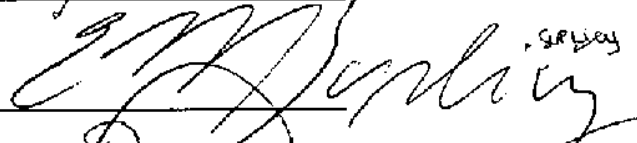
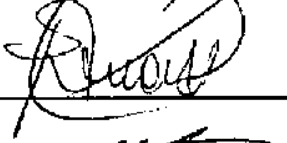
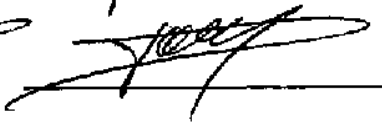
22.	VITAL DO REGO	 VITAL
23.	 ANA RITA	 ANA RITA ESPARIZ ANA RITA
24.	 ALVARO DIAS	 ALVARO DIAS
25.	 EDUARDO COELHO	 EDUARDO COELHO COELHO
26.	 CRISTOVAM	 RANSOLFE RANSOLFE
27.	 CRISTOVAM	 CRISTOVAM
28.	Ana Amélia	 ANA AMÉLIA

## REQUERIMENTO Nº 239, DE 2011

Requeiro nos termos do art. 332, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC Nº 5, de 2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais, visando à continuidade da sua tramitação.

Sala das Sessões, em


	Assinatura	Senador (a)	
01.		<u>LÍDICE DA MATA</u>	LÍDICE
02.		<u>R. ROLLEMBERG</u>	ROLLEMBERG
03.		<u>PAULO DAVIM</u>	PAULO DAVIM
04.		<u>JOÃO PEDRO</u>	JOÃO PEDRO
05.		<u>JOÃO ALBERTO</u>	JOÃO ALBERTO
06.		<u>AÉCIO DINIZ</u>	AÉCIO DINIZ

	Assinatura	Senador (a)	
07.			WALTER PINHEIRO
08.	VITAL DO REGO		VITAL DO REGO
09.		A. C. VALADARES	AUREO DIAS
10.	Ignacio Corção		MARCO CORRÊA
11.		IVO CASSOL	IVO CASSOL
12.	mar. 07	M <sup>te</sup> DO CARMO	M <sup>te</sup> DO CARMO
13.		PEDRO SIMON	PEDRO SIMON
14.		BLAÍRO MAGGI	BLAÍRO
15.	PAULO BAUER		BAUER
16.	CLELIO BOMFIM		CLELIO
17.	Marinho Mik		MARINONI
18.	SUTALOY		SUTALOY
19.	Edmarso Marinho		EDMARSO MARINONI
20.	Paulo P. Paim		PAULO PAIM

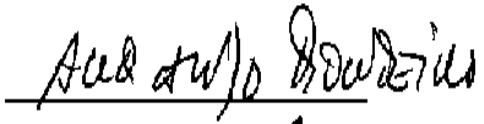
Assinatura

Senador (a)

21. 

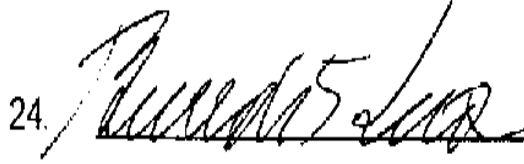
 JOÃO RIBEIRO -

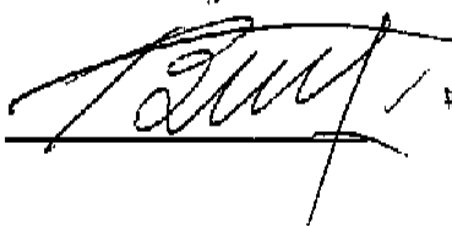
22. 

 ARMANDO MATTIA

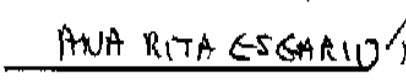
23. 

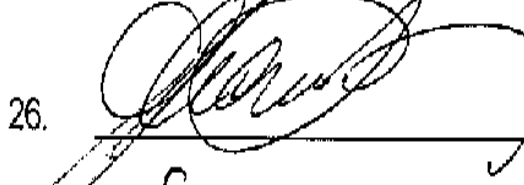
 LUIZ HENRIQUE

24. 

 BENEDITO DE GRA

25. 

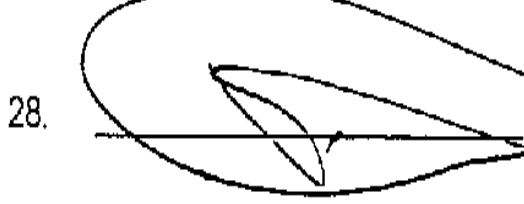
 ANA RITA ESCARID / ANA RITA

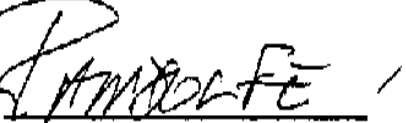
26. 

 ALVARO DIAS / ALVARO DIAS


27. 

 FERNANDO COLLOR / COLLOR

28. 

 PANDEUFE / PANDEUFE

29. ANA AMÉLIA

 ANA AMÉLIA




## REQUERIMENTO Nº 240, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, do dobro das despesas realizadas em Programas de Hospedagem para Lazer do Trabalhador, institui o vale-hospedagem e dá outras providências, de autoria do Senador Leonel Pavan.

Sala das Sessões,

  
Senador PAULO PAIM

SENADOR

  
\_\_\_\_\_

ALVARO DIAS  
\_\_\_\_\_

Marivá Senar  
\_\_\_\_\_

ASSINATURA

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

M. Senar  
\_\_\_\_\_

ILIAMAR FRANCO

RANDOLFE RODRIGUES

ANTONIO CARLOS VIANA

Antônio Diniz

João  
TINHEIRO

JOÃO PEDRO

EDUARDO BERRA

MOZARILDO

Walter Louf

BLAÍRO MAGGI

Waldemir Costa

Stu

Antônio Diniz

JOÃO ALB. SOUZA

Antônio

Cl.

Walter Louf

LINDBERGH FERREIRA

Yacine Coeto

ANA RITA

Ana Amélia

Angela Portela

Aloyso Nunes

CRISTOVAN

Guilherme  
mm. >

MARTA SUPLICY

RAMONA ROSENBERG

EDUARDO SUPLICY

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

FRANCISCO BONNELLES

Jarbas Vasconcelos

MARIN DO CARMO ALVES

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

## REQUERIMENTO Nº 241, DE 2011

Requeiro nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão no horário do Expediente do dia 03 de agosto de 2011, destinada a homenagear a passagem do 25º (vigésimo quinto) aniversário de falecimento do educador potiguar **LUÍS DA CÂMARA CASCUDO**.

### JUSTIFICAÇÃO

Escritor e folclorista, Luís da Câmara Cascudo, nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em dezembro 1898 e faleceu na mesma cidade, em 30 de julho de 1986. É um dos mais importantes pesquisadores das raízes étnicas do Brasil, sendo considerado o *Papa* do folclore brasileiro.


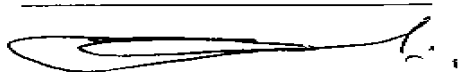
Cursou Medicina nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, até o 4º ano. Em 1928, formou-se pela Faculdade de Direito de Recife e concluiu também, no mesmo ano, o curso de Etnografia, na Faculdade de Filosofia, do Rio Grande do Norte.

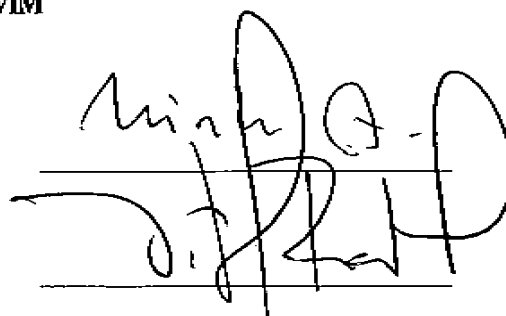
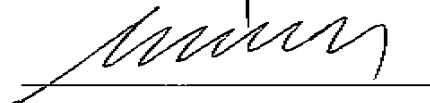
Foi colaborador de vários jornais de Natal e de algumas cidades do País. Manteve seções diárias nos periódicos *A República* e *Diário de Natal*, tendo publicado o seu primeiro livro aos vinte e três anos de idade.

Foi professor de Direito Internacional Público, na Faculdade de Direito do Recife e de Etnologia Geral, na Faculdade de Filosofia, em Natal.

Sala das Sessões, em 17 de março de 2011.

  
Senador PAULO DAVIM

  
  
Mozarildo



**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 242, DE 2011.**

(Senador Antonio Carlos Valadares)

Requerimento de voto de congratulação ao Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Deda e a Diretoria Executiva do Banco do Estado de Sergipe pelo desempenho alcançado por esta instituição no exercício de 2010.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Deda e a Diretoria Executiva do Banco do Estado de Sergipe pelo desempenho alcançado por esta instituição no exercício de 2010, devendo ser encaminhadas as devidas correspondências a sede do Governo do Estado de Sergipe e ao Banco do Estado de Sergipe.

**Justificação**

O Banco do Estado de Sergipe registrou este ano um patrimônio líquido de R\$ 177,3 milhões. A expansão de 19,4 % em um ano tem como origem a incorporação dos resultados gerados, influenciados especialmente pelo crescimento das operações de crédito.

Em 2010, o lucro líquido consolidado gerado foi de R\$ 54,5 milhões, 39,4% acima do resultado de 2009, desempenho resultante do crescimento das receitas de operações créditos, aumento nas receitas de prestações de serviços, e pela redução das despesas de captação e provisão para perdas nas operações de créditos. A relevância incontestável desses resultados, trata-se da evolução superior aos principais bancos atuantes no Brasil, exemplificando o crescimento de bancos como: Privados – Bradesco (25%), Itaú (32%), Santander (34%); Públicos – Banrisul (37%), Banco do Brasil (15%), Caixa (25%). A tratar de dados comparativos, o Banco do Estado de Sergipe se apresenta como um dos bancos de maior lucratividade no país.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Líder do PSB-SE.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será

encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 243, DE 2011**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pela Exmª Srª Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre os cortes anunciados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e o montante que vai redundar na redução do orçamento previsto para pavimentação da BR 364 entre os municípios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

**Justificação**

A fim de equilibrar as contas públicas, os ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Miriam Belchior, do Planejamento, anunciaram oficialmente o corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento da União, entre despesas obrigatórias e discricionárias. O corte suspendeu concursos públicos, nomeações de pessoas já aprovadas e aumento salarial do funcionalismo.

Ao contrário do que foi anunciado anteriormente, nem mesmo o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC ficou imune aos cortes.

Uma vez que o orçamento anunciado para a pavimentação da BR 364 provém do PAC, resta deduzir que os recursos destinados ao asfaltamento da rodovia também foram alvo de contingenciamento. Uma vez que a rodovia é considerada o elo fundamental da região do Juruá e adjacências ao restante do Estado e do país, e a conclusão da obra aguardada pela população local como verdadeira redenção socioeconômica da região, resta saber o quanto que o corte anunciado vai reduzir e retardar o término das obras.

Por isto mesmo, e visando, sobretudo, informar corretamente a população acerca dos cortes aplicados que vão resultar inevitavelmente no forte retardamento do cronograma de conclusão das obras da BR, vimos solicitar o montante esperado na redução dos recursos.

Sala das Sessões, – Senador **Sérgio Petecão**, Líder do PMN.

(À Mesa para decisão)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 244, DE 2011

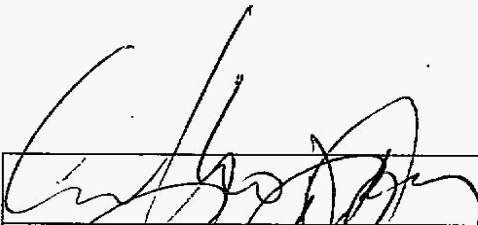


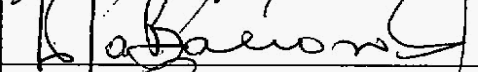

Nos termos do disposto do § 1º, do artigo 332, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos o desarquivamento do **Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2007**, que " *Acrescenta inciso no art. 104-C, do Regimento Interno do Senado Federal, Resolução nº 93, de 1970, alterado pela Resolução do Senado Federal nº 01, de 2007, para dispor sobre a apreciação de indicação de autoridade que menciona. (Dispõe sobre indicação de nomes de Presidente e Diretores de Agências Reguladoras do Setor de Telecomunicações)*"

Sala das Sessões,

  
 Senador Ricardo Ferraz  
 PMDB / ES

Requeremos o desarquivamento do Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2007

Senadores

1		EVANDRO BRAGA.
2		ROMERO JUCÁ
3		FLÁVIO RIBEIRO
4		JOSÉ PIMENTEL
5		CIRO NORONHA

6	<del>João Viana</del>	<del>JORGE VIANA</del>
7	PEDRO TAQUES	<del>FRANCISCO</del>
8	Luiz Inácio Lula da Silva	MARTA SUPRICH
9	<del>Luiz Inácio Lula da Silva</del>	1012 Juvina
10	ALVARO DIAS	<del>ALVARO DIAS</del>
11	INACIO	<del>INACIO</del>
12	<del>INACIO</del>	SERGIO FERREZ
13	<del>INACIO</del>	ALLALADARES
14	Edwards M. Suprich	Edwards M. Suprich
15	<del>Edwards M. Suprich</del>	<del>Edwards M. Suprich</del>
16	<del>Edwards M. Suprich</del>	DEMOSTEVES
17	<del>Edwards M. Suprich</del>	Bruno Oliveira
18	<del>Edwards M. Suprich</del>	LEONARDO

19	<del>Edwards M. Suprich</del>	VALDIR RAUPP
20	<del>Edwards M. Suprich</del>	Waldemar Costa
21	<del>Edwards M. Suprich</del>	Waldemar Costa
22	Edwards M. Suprich	marco cato
23	JOÃO VIANA	<del>JOÃO VIANA</del>
24	<del>JOÃO VIANA</del>	<del>JOÃO VIANA</del>
25	<del>JOÃO VIANA</del>	marco cato
26	<del>JOÃO VIANA</del>	NOZARILO
27	<del>JOÃO VIANA</del>	INACIO AKROUS
28	<del>JOÃO VIANA</del>	WALTER PINHEIRO
29	<del>JOÃO VIANA</del>	Blair M. Maggi
30	<del>JOÃO VIANA</del>	GM Argello
31	<del>JOÃO VIANA</del>	WALTER PINHEIRO
32	rep. nly	Rodrigo Rollemberg

repetido

repetido

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Voltamos à lista de oradores.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Humberto Costa, pela Liderança.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, estou aprendendo. Já leu a medida provisória e trancou a pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> queria falar pela ordem?

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Não, não. É que há um requerimento sobre uma comissão externa para as Usinas Angra 1 e Angra 2. Fica para o momento apropriado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

*O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu queria, na tarde de hoje, em nome da Liderança do PT, fazer dois registros importantes.

O primeiro é que, no dia de ontem, foi divulgado o número de empregos formais gerados no mês de fevereiro, que atingiu 280.800 empregos, configurando mais um recorde de geração de empregos no nosso País, demonstrando, inclusive, o acerto na continuidade da política econômica que o governo Lula desenvolveu e que é continuada agora pela Presidenta Dilma Rousseff.

Portanto, quero registrar isso e mostrar que o nosso País, apesar de todas as dificuldades que ora vivemos por conta as pressões inflacionárias hoje existentes, continua em um caminho correto de fazer com que o País cresça e se desenvolva.

E o segundo registro é para falar sobre o meu Estado de Pernambuco.

Pernambuco, ao longo desses últimos anos, está passando por uma profunda mudança em sua economia, em sua estrutura social e vem, inclusive, modificando o perfil econômico que secularmente o caracterizou.

Sempre tivemos uma forte tradição na agricultura, especialmente na área da cana-de-açúcar. A partir do governo Lula, que deu um grande impulso ao desenvolvimento regional e apoiou de forma decisiva os Estados nordestinos nesse objetivo de promover

a sua industrialização, nós agora abrigamos setores industriais modernos, como o polo petroquímico e o polo naval.

Esses dois ramos da indústria só foram possíveis em uma região pobre do Nordeste porque o governo Lula adotou uma política diferenciada em relação à Petrobras, no sentido de que ela deveria implantar novos investimentos na área do refino e, por outro lado, decidiu também que nós deveríamos, a partir das demandas da Petrobras, revitalizar a indústria naval brasileira.

E não foi à toa que o jornal *Folha de S.Paulo* recentemente, ainda no domingo de carnaval, publicou uma matéria em que caracterizava Pernambuco como “Locomotiva do Nordeste”. O texto falava dos R\$46 bilhões em investimentos públicos e privados, previstos até 2014, que o Estado deve receber e de como esses investimentos estão melhorando a vida dos pernambucanos.

A matéria dizia: “Os investimentos têm mudado não só a vida dos 8,7 milhões de pernambucanos, mas, sobretudo, têm permitido a volta dos retirantes que um dia caíram no mundo atrás de uma vida melhor”.

Esse cenário tão positivo em Pernambuco é fruto de uma política econômica e social que vem dando certo. Desde o início do Governo Lula, houve inversão de prioridades em relação ao Nordeste, tão esquecido por gestões anteriores, e que passou a ter o destaque que merecia.

O Presidente Lula em sua política econômica, em sua política de desenvolvimento, definiu claramente, até sem uma grande elaboração, ou sem uma grande formulação de princípios, mas definiu uma política de eliminação das desigualdades regionais, e o Nordeste foi, sem dúvida, uma das regiões mais beneficiadas por essa decisão.

Hoje um dos maiores polos de desenvolvimento de Pernambuco é o complexo de Suape. O porto, responsável pela atração de vários empreendimentos para a região, também está na liderança no que se refere à qualidade. Em 2010, o Instituto de Logística e suprimentos na cadeia de Supply Chain (Ilos) colocou o porto no topo da lista entre os portos brasileiros.

Para se ter uma ideia da importância de Suape hoje para a economia pernambucana, só no ano passado, a movimentação de carga chegou a nove milhões de toneladas. E esse número deve-se ampliar muito nos próximos anos. Com a previsão de novos investimentos para o nosso Estado, a expectativa é que a movimentação chegue a 40 milhões de toneladas.

O maior empreendimento dentro do complexo hoje é a Refinaria Abreu e Lima, que representa um investimento de US\$12,2 bilhões, que será capaz de produzir 230 mil barris de petróleo por dia, tendo a sua



inauguração prevista para 2013. E esse projeto deve gerar cerca de 130 mil empregos diretos e indiretos, sendo hoje já considerada uma das estações de refino mais avançadas do mundo.

Outro importante investimento para a região é o Estaleiro Atlântico Sul. O projeto deu um novo impulso à indústria naval brasileira e foi responsável pela descentralização do setor. O estaleiro já ajudou inclusive na atração de outras indústrias para o porto de Suape. Dois novos empreendimentos do tipo estaleiro estão sendo projetados para a região.

Ainda em Suape, merece destaque o polo Petroquímico. E aí pessoalmente tenho a satisfação de ter trabalhado de forma decisiva para que, mediante um trabalho junto à Petrobras, implantássemos duas plantas, uma de POY e outra de PTA para o Estado de Pernambuco, as quais, juntamente com uma planta de PET, formarão três unidades fabris que estão sendo erguidas em Suape, num investimento de R\$4 bilhões.

Por conta da criação da Petroquímica, outras fábricas de matérias-primas também começaram a se instalar em Suape para dar suporte ao polo, gerando uma cadeia de desenvolvimento.

Os avanços em Pernambuco, no entanto, extrapolam, e muito, os limites de Suape. Em todas as regiões, nós vemos setores de desenvolvimento, seja pela realização de obras de infraestrutura do porte daquela de transposição do São Francisco e da ferrovia Transnordestina, seja pela atração de novas empresas, como a Hemobras, empresa de produção de hemoderivados, e tive a honra de participar na decisão política de sua implantação no Estado de Pernambuco, na condição de primeiro Ministro da Saúde do Governo do Presidente Lula. Será em Goiânia, em outra região – aliás, está sendo porque ela já está a implantação –, onde a fábrica será erguida. A empresa terá a função de tornar o Brasil autossuficiente no setor de derivados do sangue foi definido, como eu disse, para a região, ainda em 2004, e deve representar um investimento de US\$330 milhões, trazendo grande desenvolvimento para a região, inclusive com agregação de inúmeras empresas do ramo da indústria farmacêutica produzindo biotecnologia e outras tecnologias avançadas.

Com tantos investimentos, Pernambuco vem crescendo nos últimos anos mais do que a média nacional. Em 2010, o crescimento registrado pelo PIB pernambucano atingiu a marca de 9,3%.

E, ontem, nós ouvimos os Parlamentares de Minas Gerais, com toda nossa admiração e respeito, falarem de crescimento mineiro acima de crescimento chinês. É verdade, mas Pernambuco também cresceu mais do que a China, só que com uma diferença de Minas Gerais: lá, eles partiram de um PIB negativo, em 2009, e

nós, em Pernambuco, partimos já de um PIB superior a 6%, em 2009, dando ideia do dinamismo que a economia pernambucana apresenta nos dias de hoje.

Estamos crescendo e, o melhor, dividindo o bolo: a forte expansão econômica do nosso Estado elevou a renda per capita a quase R\$10 mil, acima da média do Nordeste, mas ainda inferior à Renda Nacional.

O turismo e o setor de serviços também avançam em ritmo acelerado. Este ano o setor hoteleiro, por exemplo, teve uma média de ocupação de 99% nos dias de carnaval (período de 4 a 9 de março). No pré e pós-carnaval, o índice girou em torno de 85%. Calcula-se que meio bilhão de reais foram injetados na economia local durante o período carnavalesco, um incremento econômico de 20% em relação ao ano anterior.

Outro investimento importantíssimo para o desenvolvimento nos próximos anos no Estado é a construção da nova fábrica de automóveis da Fiat, que funcionará no Porto de Suape. Serão mais de R\$3 bilhões em investimento e 3,2 mil empregos diretos.

A vinda na nova fábrica da Fiat, que estava sendo disputada por outros Estados – e também pelo México – mostra que o Nordeste pode, sim, e cada vez mais vai abrigar investimentos desse porte. A nova indústria também deverá estimular a implantação de outras empresas na região, gerando ainda mais empregos e desenvolvimento.

Com tantas ações em nosso Estado e com a segurança de que a Presidente Dilma manterá os investimentos no Nordeste, tenho certeza que a locomotiva nordestina vai continuar acelerando o desenvolvimento.

Especialmente porque temos hoje, e desde de 2007, à frente do Governo Estadual, o Governador Eduardo Campos, que tem sido um exemplo de gestor público; tem sido capaz de produzir todas as condições para que esses empreendimentos possam se implantar; tem feito crescer a arrecadação do nosso Estado e tem investido fortemente na infra-estrutura do Estado de Pernambuco.

A nossa expectativa é que a Presidenta Dilma faça exatamente aquilo que nós temos pedido a ela, que continue a tratar Pernambuco da mesma forma que o Presidente Lula tratou o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Vital do Rego.*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rego. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Líder do PT, Humberto Costa.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rego. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra...

A pauta está trancada.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Não, não, conversei com a Claudia Lyra e é só para pedir inclusão na pauta do Requerimento nº 237, que já foi lido e cria uma Comissão Temporária Externa para visitar as instalações das usinas Angra I e Angra II.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rego. Bloco/PMDB – PB) – Com prazer, determino, pela importância do tema, a inclusão de pauta na reunião da próxima terça-feira, meu querido conterrâneo, Senador Lindbergh.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rego. Bloco/PMDB – PB) – Registro, para nossa honra, a presença do Vereador Givaldo Rodrigues de Moraes, da minha querida cidade de Princesa Isabel, na Paraíba. Seja muito bem-vindo!

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro; na sequência, a Senadora Angela Portela será a oradora.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, nesta tarde, chamar mais uma vez a atenção para o debate sobre fontes alternativas. É claro que o episódio que chocou todos nós, ocorrido no Japão, sem dúvida nenhuma, foi o fato, eu diria, detonador para que voltássemos ao debate de forma bem mais intensa. Primeiro, sobre a necessidade de um olhar no que diz respeito à preservação da vida, ao estabelecimento de plano de contingência. Agora há pouco, o meu companheiro de bancada Lindbergh Farias falava exatamente da criação de uma comissão na linha do que ocorreu na manhã de hoje na Comissão de Infraestrutura aqui do Senado. É óbvio que precisamos dotar o País dessas estruturas.

Há aproximadamente 30 dias, tive oportunidade de, representando o Senado, ir à Europa e visitar centros que chamamos de emergência, que aqui no Brasil não temos. O Rio de Janeiro inaugurou um centro – para o Município do Rio de Janeiro –, com algumas iniciativas, mas ainda não dotado, na sua plenitude, de condições para a própria questão da defesa, o envolvimento da estrutura de bombeiros, polícia civil e militar, saúde, Samu e coisas do gênero.

Tenho defendido – e já solicitei uma audiência na Presidência da República, para conversar com a Presidenta Dilma – que possamos implantar no Brasil uma política de centro único de emergência. Estamos

fazendo isso na Bahia. Neste exato momento, o Governador Jaques Wagner recebe uma empresa que tem a intenção, o interesse e o desejo de colaborar e fazer investimentos ali na Bahia. A ideia nossa é a consolidação desse centro único de emergência que possa trabalhar as questões de forma agregada, do ponto de vista da ação policial, do atendimento ao cidadão, a área da saúde, os nossos Samus, a área da regulação, os nossos hospitais, mas, principalmente, para essa questão de defesa civil, não só para se atender ao chamado, mas, principalmente, para a prevenção. Para isso, é necessária a consolidação de planos de contingência. Para isso, é necessário ajustarmos essas condições para que não convivamos com situações como a que temos experimentado.

Ontem, foi a crise de Santa Catarina. Hoje, é no Paraná, minha companheira Gleisi. Amanhã, talvez experimentemos não a crise provocada pelo excesso de água, mas pela escassez dessa água: os chamados efeitos da seca.

Portanto, para que isso não se processe dessa forma, é necessário que ações efetivas sejam adotadas. Lembro que, no episódio da região serrana, quando ainda não tínhamos estabelecido o funcionamento dos nossos trabalhos, uma comissão, ainda no recesso, tentou discutir algumas iniciativas. Naquele momento, até postei e fiz o debate público da necessidade de vincularmos os recursos do pré-sal a iniciativas dessa natureza.

De nada adianta, minha companheira Angela, só buscar no Ministério da Integração recursos para resolver problemas de casas que caíram das pirâmbeiras, das encostas; para resolver problemas no Espírito Santo, minha companheira Ana Rita, dos rios que subiram além do nível previsto pelo homem – é diferente da previsão da natureza – e que levaram casas que foram assentadas onde não deveriam, digamos assim. Passado isso, essas casas voltam para o mesmo local e, às vezes, com dinheiro público!

Então, por que não, aqui e agora, discutirmos uma medida para que esses recursos do pré-sal, por exemplo, sejam utilizados até para esse tipo de deslocamento? Estrutura urbana, moradia, locais dignos para que as pessoas possam viver.

Vi o sofrimento de um agricultor na região serrana que dizia assim:

Não só perdi vidas na minha casa, como perdi a oportunidade de continuidade da minha vida, porque o meu local de trabalho foi completamente destruído. De onde vou tirar, com o suor do meu rosto, o sustento para minha família e para os que ficaram? Como vou

reerguer minha vida? E daqui não posso sair. Só tenho esta terra.

Portanto, este debate é importante que façamos a partir exatamente da oportunidade de tratar as coisas não só na emergência, não para agora, não para ontem. Temos que nos antecipar.

Hoje, estamos num cenário em que todas as ferramentas, meu caro Presidente, são favoráveis a isso. Imaginem o monitoramento usando o que há de mais moderno, toda a tecnologia de satélite, toda a tecnologia de tratamento de imagem. Não é mais preciso nenhum sofisticado aparelho na mão. Com todo o respeito, em qualquer aparelho celular, por mais fuleiro que seja, pode-se colocar até um GPS. Temos tecnologia disponível. O que está faltando é juntarmos os diversos esforços, canalizar corretamente os recursos, priorizar essa questão.

Senti isso nas palavras proferidas pela nossa Presidenta quando aqui estive. Lembro-me, inclusive, da necessidade de agirmos nessa direção. Por isso, chamo atenção para o debate que estamos fazendo neste momento.

Agora, todo mundo é contra a energia das usinas nucleares. Precisamos, inclusive, tratar isso com muito cuidado. É lógico que me assusta! Se o Japão, com toda a sua capacidade de plano de contingenciamento, com toda a sua capacidade de uso de tecnologias na sua plenitude está convivendo com aquele drama, imaginem quem não alcançou ainda aquele patamar!

Mas também não podemos, de uma hora para outra, tomar uma decisão com um caráter satanizador dessa ou daquela matriz energética.

Acho que é importante que nós façamos o debate principalmente com um grau de responsabilidade. E é por isso que as Comissões de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e de Infraestrutura do Senado estão, as três, propondo uma audiência conjunta para ouvir não só o Governo, mas também especialistas, para que a gente se antecipe e para que, portanto, pensemos imediatamente em como agir num momento como este e onde canalizar.

E aí quero chamar a atenção: nós temos várias formas também de ir resolvendo esse problema da chamada necessidade de utilização de energia como fonte preponderante para o desenvolvimento, como fator decisivo para a infraestrutura, como elemento capaz de impulsionar, de deslocar esse ou aquele investimento.

Ora, minha cara Angela, por que muita gente não quer ir para Roraima? Porque as pessoas, quando discutem, de forma muito clara, o investimento e a perspectiva de tratar isso de ponto de vista de negócio, vários fatores são levados em consideração. A própria

questão do acesso à tecnologia, a possibilidade de mão de obra... Portanto, é por isso que termina indo para os centros mais avançados, onde as universidades estão, onde há grandes centros de produção científica. E outra coisa fundamental é que as pessoas vão para onde há a infraestrutura necessária para o desenvolvimento. Não é à toa que o Governo tem feito um esforço na geração de energia ali no norte do País, para propiciar àquela região condições para atração de investimentos. Agora, nós podemos fazer isso também em outra escala.

Então, eu quero deixar muito clara uma posição que eu já vinha defendendo há muito tempo. Eu sou um árduo defensor da utilização da energia eólica. Fiz isso ao longo da minha vida aqui, sempre ouvindo muita gente dizer, Senadora Angela, que não tem escala, não tem escala como a energia solar.

A Bahia está contratando, até 2014, meu caro Wellington, 34 usinas de energia eólica! O Nordeste, o nosso Nordeste, da Bahia até o nosso glorioso Piauí, do meu Índio, e mais o Maranhão do Presidente Sarney, que não pode ser excluído, senão daqui a pouco vão dizer que estou excluindo o Sarney disso – o Maranhão e o seu povo não podem ser excluídos –, então, na realidade, esse nosso Nordeste vai ser responsável por 50% de todo o potencial eólico que será implementado no nosso País. Cinquenta por cento! A Bahia ficará com 15% de todo o potencial nacional.

Agora, por exemplo, acabamos de lançar a pedra fundamental para a geração de 492 *megawatts*/ano na região da Bahia, que compreende os Municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí. Isso propiciará, meu caro Moka, a atração de mais investimentos e, ao mesmo tempo, a resolução de problemas locais. Com esse investimento aqui, para 492 *megawatts*, nós vamos ter a capacidade de atender trinta cidades. Trinta cidades!

Além disso, vamos ainda fazer mais duas outras intervenções, no mês de maio, nas cidades de Brotas de Macaúbas e de Morro do Chapéu, com uma geração, em Brotas de Macaúbas, de aproximadamente 90 *megawatts*/ano. E ainda há a cidade de Sobradinho, que também terá energia eólica.

E aqui chamo a atenção das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores: Sobradinho é a cidade onde temos o lago de Sobradinho.

A tese é muito simples, quando algumas pessoas reclamam esse negócio dos lagos. E por que temos falado? Por que há evaporação, por exemplo, de água? Quanto maior a lâmina d'água, maior a evaporação. Portanto, eu não estou aqui inventando a roda. Então, onde você faz um lago, além da agressão ao rio, meu caro cearense – temos uma parceria muito grande na



eólica –, meu caro Inácio, quando você faz a agressão, e o lago se estabelece, o lago é exatamente como se fosse um capacitor, numa linguagem para quem é do ramo. Um capacitor armazena energia. Eu não tenho como armazenar energia. Na energia gerada a partir da água, eu armazeno a água, não a energia. É por isso que se constitui o lago, e é por isso que se constitui, inclusive, a chamada barragem. Você segura a água. Se aquela água jorrasse o tempo inteiro, obviamente, o meu capacitor estaria jogando energia fora. É essa a tese. Só que, para essa tese, eu resolvo um problema de armazenamento de energia e gero um outro problema, que é o da evaporação de água. Quanto maior a lâmina, maior a evaporação.

Então, eu tenho uma evaporação de água do São Francisco, concentrada ali naquela Região Nordeste, ali em Xingó, no lago Itaparica, em Sobradinho e nos outros lagos espalhados pelo País afora, em outros rios.

Portanto, o debate sobre essa questão da matriz se faz mais do que urgente. E você vai ao encontro de uma coisa, meu caro Inácio Arruda, que é muito interessante. Eu sempre ouvia do sertanejo, na sua forma mais direta... O sertanejo falava algo que, se formos traduzir para o lado científico, é um pouco o inverso. Mas a sabedoria do sertanejo é muito maior do que a do pesquisador. Há muitos anos, no interior do Ceará, da Bahia, do Piauí, no nosso sertão, o sertanejo sempre dizia assim: “Quanto mais vento, mais seco; quanto mais seco, mais vento”. Essa era a tese. Por que é seco? Por que tem o vento? O que o vento faz que torna seco? Esse é o sentido: porque leva a chuva, Moka. O vento bate, a chuva não cai. O sertanejo conhece, a relação dele é com a queda d’água. Então, ele vai lá e diz: “Quanto mais seco, mais vento”. Porque é a experiência que ele está vivendo.

Então, na realidade, se é isso, por que não irmos ao encontro desse “quanto mais seco, mais vento” levando tecnologia, instrumento para aproveitar essa característica e gerar energia?

Com as 34 usinas a que me referi aqui antes, a Bahia vai ter oportunidade de promover a geração de energia na ordem de quase um milhão de *megawatts*. São 997,4 *megawatts*/ano, o que vai dar para atender aí, tranquilamente, quatro milhões de unidades, meu caro Inácio. Quatro milhões de unidades, com 34 usinas, usando o “quanto mais seco, mais vento”!

Portanto, não vamos queimar óleo, não vamos pôr em risco absolutamente nada, não vamos permitir que a lâmina d’água seja exposta e que a evaporação leve essa que é tão esperada pelo ribeirinho do São Francisco, pelo sertanejo, essa bichinha que corre lá

da Serra da Canastra e vai até a foz ali no Atlântico, a água que vem do São Francisco.

Então, portanto, trata-se inclusive de ajustar a essa região a chegada da matriz energética, para o cara ligar o seu motorzinho, fazer a sua farinha, botar para rodar sua roça e ter a oportunidade, efetivamente, de continuar usando esse padrão tecnológico para ser aplicado em cada local.

Inovação é isso, é ter oportunidade de levar esse conhecimento e essa novidade para todos os cantos. Na Bahia, inclusive, além da própria questão da chegada das usinas, vamos ganhar mais uma oportunidade de unidade de produção. Três empresas já se comprometeram, uma em construção, na instalação de unidades de fabricação de aerogeradores.

**O Sr. Inácio Arruda** (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – A Alstom, francesa, a Gamesa e a GE, gerando trabalho e gerando renda em toda a região. Isso se estabelece em tudo quanto é lugar. Portanto, precisamos aproveitar essas potencialidades.

Por isso, meu caro Inácio, eu acho que a gente tem que fazer deste momento o momento ímpar para extrairmos dele a energia para colocar as coisas para funcionar. Mais do que satanizar a energia a partir da fonte nuclear, a gente tem que discutir que há alternativas mais baratas, mais eficazes, e vamos caminhar na direção de implementar essas medidas.

Um aparte ao Senador Inácio Arruda.

**O Sr. Inácio Arruda** (Bloco/PCdoB – CE) – Estou adorando o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Nós iniciamos esse esforço com o primeiro mapa eólico do Brasil ali no Ceará. Foi dali que a gente começou a expandir para o Brasil e dar visibilidade a essa energia nova, extraordinária, que é complementar com o sistema de produção hidrelétrica do Brasil, porque, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo disse, quanto mais vento, mais seco; quanto mais seco, mais vento e mais energia eólica, e, quando está chovendo, há menos vento, menos energia eólica, mas há mais energia hídrica. Então, é complementar. Hoje nós podemos dizer que a eólica ainda é um pouquinho mais cara em função de ser ainda uma inovação. É uma tecnologia nova. Nós ainda estamos importando quase tudo da energia eólica, mas, daqui a pouco, nós vamos ter esse domínio completo. V. Ex<sup>a</sup> disse bem: as fábricas de aerogeradores, antes, todas ficavam fora. Hoje nós temos quase todas as grandes produtoras dessa área se instalando no Brasil. Agora mesmo, a Suzlon, que é a terceira maior fabricante de aerogeradores do mundo, está se instalando no Ceará. O senhor citou três grandes empresas que estão se instalando na Bahia para a produção desde pás até



aerogeradores e outros equipamentos para produção de energia eólica. Se nós baratearmos o aço no maior produtor mundial de ferro, no maior país de extração de ferro, um dos maiores do mundo, que é o Brasil, se a gente melhorar nossa produção de aço nessa área, também vamos ter uma capacidade de produção nessa área gigantesca. Nós temos jazidas extraordinárias no mar com potencial de produção de energia eólica. Então, V. Ex<sup>a</sup> está tratando de um tema importantíssimo, oportunidade ímpar, porque trata da energia nuclear. Então, há crise na energia nuclear, que nós devemos aproveitar como grande oportunidade. V. Ex<sup>a</sup> também está certo nessa área. E devemos introduzir essa energia nova, boa para o Brasil, que ainda tem muito peso no investimento. Gastamos muito para poder garantir recursos e meios para a produção, mas, à medida que ela for se instalando, à medida que for se ampliando por todo o Nordeste brasileiro, onde estão as maiores jazidas - depois vamos acumular, trazendo para outras regiões do Brasil -, não há dúvida, essa energia vai ficar barata, vai ficar um bom negócio para o nosso País. E não há nada melhor do que você ter o insumo básico para produção de qualquer coisa, que é a energia. Então, quero me associar a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento, colocar-me à disposição, porque, digamos assim, somamos uma certa experiência ali naquele Estado. E a experiência que acumulamos queremos espalhar por todo o Brasil, porque, cada um que se associa a este movimento fortalece também, dentro do próprio Governo, a ideia de que estamos no caminho certo da produção de energia eólica. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Com certeza. Obrigada.

Sr. Presidente, vou concluir e aí quero, mais uma vez, acentuar aqui esta questão da oportunidade

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Então, precisamos, neste momento, apontar exatamente qual o caminho que a gente pode trilhar nesta hora para que esta oportunidade não passe, pura e simplesmente, com a gente colocando posição só contra essa ou aquela alternativa que pode ser implantada aqui no Brasil. Mais concretamente, que a gente possa dizer que, para esta Nação, nós precisamos de um plano de defesa civil; para esta Nação, nós precisamos fazer chegar, em todos e quaisquer lugares, seja o mais longínquo ponto deste País, aquilo que o mundo já conhece como mais avançado.

O povo brasileiro merece ser tratado desse jeito, e esta é a percepção que tenho hoje do desafio e do compromisso assumidos pela nossa Presidenta Dilma não só em sua posse, mas, principalmente, durante a

campanha. E é isso que nossa Presidenta vem buscando implementar no nosso País.

Portanto, cabe a esta Casa dar a contribuição. E é por isso, Sr. Presidente, que as Comissões, na hora em que se juntam, na hora em que a gente prioriza tratar desta matéria, devem fazer, inclusive, o que propôs aqui hoje a Senadora Gleisi: apreciar as questões com um grau maior de agilidade, tentar focar esses debates, em vez de ficar numa romaria, discutindo se é ou se não é essencial.

Ora, já imaginou uma medida provisória vindo para cá, para tratar de momentos de crise, para tratar de problemas de defesa civil, e darmos o mesmo tratamento como todo e qualquer outro assunto? É óbvio que não.

Então, que façamos da oportunidade o momento ideal para a gente, apropriadamente, aplicar a medida correta para continuar atendendo e desenvolvendo o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rego. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Estamos alternando, na forma regimental, a participação dos Srs. Senadores com os Srs. Líderes. Pela ordem de inscrição, a liderança do PR, por intermédio do Senador Magno Malta, pediu a palavra. O Senador está ausente.

Tenho a satisfação de convidar à tribuna a professora colega Deputada e hoje colega Senadora Angela Portela.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente.

Queria, mais uma vez aqui, diante do Plenário do Senado Federal, dos Senadores e Senadoras, informar que, na manhã de ontem, quarta-feira, tivemos uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, em que o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, pôde falar sobre os projetos estratégicos para a área de comunicação em nosso País.

Com a presença de vários Senadores da Região Norte, essa audiência se concretizou na questão da universalização do acesso à Internet rápida por meio do Plano Nacional de Banda Larga, em razão das dificuldades enfrentadas pelos Estados da Amazônia.

Para minha felicidade, Sr. Presidente, e quero deixar registrado mais uma vez neste plenário, o Ministro Paulo Bernardo anunciou o atendimento do nosso pleito e confirmou que o Estado de Roraima será inserido no Plano Nacional de Banda Larga. É com muita alegria que recebemos essa informação do Ministro após três anos de luta.

As dificuldades que o nosso Estado enfrenta são grandes. A carência de uma internet de qualidade prejudica o funcionamento dos órgãos públicos, a prestação da justiça, a atividade educativa, de saúde, segurança pública e cidadania. Mais que isso, condena à exclusão digital milhares de roraimenses, que ficam alijados de uma das mais importantes ferramentas tecnológicas da atualidade.

Portanto, eu quero, nesta oportunidade, agradecer ao Ministro Paulo Bernardo a rapidez com que tratou esse nosso apelo, a forma atenciosa como olhou para o problema de Roraima, procurando entendê-lo e solucioná-lo.

A revisão do Plano Nacional de Banda Larga, com o objetivo de incluir Roraima, representará, sem dúvida nenhuma, um salto na qualidade da informação e do acesso ao conhecimento para a população do nosso Estado.

Com pouco tempo à frente do Ministério, o Ministro Paulo Bernardo, até pela experiência acumulada no Planejamento, demonstrou ser um profundo conhecedor do tema. Ele está bem informado sobre a situação de Roraima e dos demais Estados da Amazônia, é conhecedor da existência dessa rede de fibras ópticas que vem da Venezuela, atravessando todo o Estado de Roraima, e chega até Manaus, o que ficou explícito na audiência pública de ontem.

Então, o Ministro também afirmou, nessa oportunidade, que já se reuniu com a empresa Oi para, atendendo ao nosso apelo, pedir providências no sentido de melhorar a qualidade da conexão em Roraima, uma vez que não existe mais a justificativa por parte da empresa da ausência de infraestrutura de fibras ópticas.

O Ministro disse, inclusive, que cogitou a possibilidade de ir a Boa Vista para tentar resolver o problema. Fica aqui o convite para que ele visite o nosso Estado para dar início às operações de uma internet de qualidade, como fez no Amazonas semana passada.

Preferencialmente, que essa conexão ocorra por meio do Plano Nacional de Banda Larga, uma vez que já não temos qualquer motivo para esperar uma maior atenção por parte da operadora Oi.

Roraima, Sr. Presidente, é um Estado novo. Sua emancipação ocorreu na Constituição de 88. Temos muito a fazer ainda para corrigir enormes distorções políticas e econômicas. Nada disso será possível enquanto estivermos alijados dos mais importantes benefícios da modernidade. Nossa esperança é que o Governo Federal, o Governo da Presidenta Dilma, com a sua intenção de corrigir as desigualdades regionais, promova os investimentos que resgatem Roraima deste atraso injustificável nos dias de hoje. Isso já começou

a ser feito no Governo do Presidente Lula, com várias conquistas para o nosso Estado.

Destaco aqui, Senador Mozarildo, transferência das terras, a criação da zona de processamento de exportações e das áreas de livre comércio, entre outras conquistas que tivemos para o nosso Estado.

Temos todos os motivos para acreditar que o Governo da Presidenta Dilma continuará atuando fortemente para corrigir essas diferenças que nos afastam tanto dos benefícios já disponíveis nas outras regiões do País.

Senador Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senadora Angela, inicialmente, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela atuação que tem tido nesse pouco tempo de Senadora, mas que é uma decorrência da atuação de V. Ex<sup>a</sup> como Deputada Federal. Realmente, é muito importante que a gente diga: não dá para acreditar que a fibra ótica vinda da Venezuela passa por Roraima, de norte a sul, para beneficiar o Estado do Amazonas e, lá em Roraima, só meia dúzia de pessoas são atendidas. Isso nós temos de cobrar, de maneira muito forte, da Operadora Oi. Acho que realmente é um grande momento que o Estado vive, como disse V. Ex<sup>a</sup>, de inserção do nosso Estado na modernidade. É inacreditável pensar em um Estado que tem várias universidades, uma federal e uma estadual, uma virtual, um instituto federal de ensino tecnológico, várias instituições particulares, e que não tem uma Internet de banda larga, que serve não só para pesquisa, mas para tantos fins, e nós estamos fora disso. Quero também aproveitar uma deixa que V. Ex<sup>a</sup> colocou. Realmente foi uma luta muito grande a questão das transferências das terras. Foi um trabalho feito a várias mãos, desde quando o Famarion foi Governador, passando pelo Neudo, o Otomar, até que finalmente foi feita a transferência. Só que me preocupo, porque os indícios que nós temos é de que essas terras transferidas para o Estado estão sendo... Ontem, o Deputado Messias, lá em Boa Vista, denunciou e eu já denunciei que, na verdade, a finalidade está sendo desvirtuada, porque essas terras são para serem tituladas para as pessoas que já têm suas propriedades e para estimular investimentos de maneira transparente. E, pela informação que nós temos, está havendo um trabalho de se beneficiarem grupos para ficarem com a hegemonia das terras em Roraima. Portanto, acho que nós dois temos de fazer, inclusive, um trabalho vigilante, de cobrar do Incra, de cobrar do Ministério Público Federal que se aprofunde nessas questões, porque, realmente, está cheirando muito mal essa questão das terras em Roraima. Mas parabéns pelo trabalho de V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que pode contar comigo em qualquer dessas atuações.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigada, Senador Mozarildo. Certamente, teremos de ficar vigilantes para que a transferência das terras da União para o Estado não seja motivo de desvio de recursos públicos, de terras públicas para a mão de pessoas que lutam com interesse pessoal, lutam favoravelmente aos seus interesses pessoais e não aos interesses da coletividade, não aos interesses da população de Roraima. Então, nós vamos estar atentos, vigilantes para evitar que ocorra mais essa distorção no nosso Estado.

Mas eu queria, Senador Mozarildo, destacar aqui que o Plano Nacional... Foi lançada a Internet banda larga em Roraima, em 2009, com a presença de políticos mostrando, ali que, a partir daquele momento, a população teria acesso à Internet banda larga. Infelizmente, um ano após o lançamento, com festa e comemoração, apenas quatro mil residências em Roraima têm acesso. E, para o cidadão obter, ele precisa comprar um aparelho fixo Oi Velox e ficar em uma lista de espera – e está esperando até hoje, porque, nesse ano todo, a evolução foi muito pouca. Estão em quatro mil residências. O Plano foi lançado no Amazonas, há cerca de 15 ou 20 dias, e já colocaram quarenta mil pontos de acesso de Internet rápida, e com preço muito mais acessível do que o do nosso Estado de Roraima.

Então, por isso, usamos esta tribuna importante para o nosso País, no Senado Federal, para denunciar e para não admitir que Roraima seja prejudicada, uma vez que a estrutura de fibra ótica passa pelo nosso Estado e vai atender o Estado vizinho. Ficamos muito felizes de que o Amazonas seja contemplado, mas não podemos ficar no meio do caminho, com o pires na mão, sem atendimento.

Por essa razão, ficamos muito felizes de ter esta aceitação do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Ficou muito evidente, Senador Mozarildo, nessa audiência pública ontem, que prontamente seremos atendidos. Nosso apelo será atendido, Roraima será incluída no Plano Nacional de Banda Larga e teremos os estudantes, o empresariado, o serviço público de nosso Estado atendido. É inconcebível que, em pleno século XXI, fiquemos alijados do processo de Internet, de comunicação.

Então, queria dizer aqui que ficarei na expectativa e vigilante para que essas providências sejam tomadas imediatamente. Confiamos, sinceramente, na agilidade, na competência e no compromisso do Ministério das Comunicações e do nosso querido Ministro Paulo Bernardo.

Muito obrigada a todos.

*Durante o discurso da Sra. Angela Portela, o Sr. Vital do Rego deixa a cadeira da*

*presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Petecão.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Passo a palavra ao Senador Vital do Rego, pela Liderança do PMDB.

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador acriano Sérgio Petecão, saúdo V. Ex<sup>a</sup>. Quero transmitir ao povo do Acre o trabalho, o empenho, a luta que V. Ex<sup>a</sup> vem desenvolvendo, aqui na Casa, em favor do restabelecimento da vontade popular do povo do Acre quando definiu o seu horário. Para muitos, Senador Petecão, para os que não estamos vivendo o dia a dia daquela comunidade, daquela sociedade, pensamos que é um assunto de menor relevância, mas quem acorda uma hora a menos para trabalhar, quem tem que chegar uma hora a mais em um compromisso, quem tem encurtado o seu tempo de sono, os seus tempos funcionais sabe muito bem o esforço que V. Ex<sup>a</sup> desempenha aqui, e venho acompanhando dia após dia, para o restabelecimento da vontade popular, através do referendo. Que possamos agora, por caminhos comuns, meu queridíssimo Gilvam Borges, estabelecer de forma suprapartidária, com o comando de V. Ex<sup>a</sup>, o horário que o povo verdadeiramente quer, meu querido conterrâneo Mozarildo!

Trago dois assuntos para conhecimento desta Casa. O primeiro é agradecer ao Governo a sua sensibilidade. E venho trazendo uma nota técnica da Caixa a respeito de uma questão que foi tema de discussão pelo Brasil afora a respeito das alterações no programa Minha Casa Minha Vida.

Todos sabemos da importância desse programa, que adquiriu, nos últimos dois anos, uma força vital no combate ao déficit habitacional no País. O aumento da oferta de crédito para a população de baixa renda foi uma das principais marcas do Governo Lula.

E no setor habitacional essa oferta se deu principalmente por força do programa Minha Casa Minha Vida. Não à toa mas pontualmente, esse programa recebeu da Presidente Dilma Rousseff a maior atenção quando candidata e agora recebe na condição de Presidenta.

Desde 2009, milhares de famílias foram beneficiadas pelo programa e tiveram suas casas próprias financiadas em condições justas e razoáveis. Foi assim no seu Amapá, foi assim na sua Roraima, foi assim na nossa Paraíba, Mozarildo, na minha cidade de Princesa Isabel – meu Vereador está aqui visitando todos nós.

Além de beneficiar as famílias, o programa também agitou a construção civil em todo o País, gerando renda e trabalho para milhares e milhares de trabalhadores.



**O Sr. Gilvam Borges** (Bloco/PMDB – AP) – Senador Vital do Rêgo.

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – Fale, Gilvam.

**O Sr. Gilvam Borges** (Bloco/PMDB – AP) – Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se há possibilidade de me conceder um aparte assim que achar oportuno.

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – Seu aparte engrandece o meu discurso e V. Ex<sup>a</sup> tem uma facilidade, por força da sua competência e da nossa amizade, de me interromper a qualquer hora.

A qualquer hora, sempre será bem-vindo. Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Gilvam Borges** (Bloco/PMDB – AP) – Senador Vital, impressiona-me sempre que V. Ex<sup>a</sup> assume a tribuna - e já estou nesta Casa há algum tempo. Quero congratular-me com as sempre oportunas e sempre pertinentes matérias e assuntos que V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa. Impressiona-nos a sutileza e a leveza na utilização do verbo, nos mais altos interesses da Paraíba e do Brasil. Portanto, quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pela capacidade de abordar grandes temas, alinhavados devidamente com raciocínio lógico e preciso, que elevam ao glorioso e valoroso povo da Paraíba a voz do Senador Vital, o qual sem dúvida tem engrandecido esta Casa. Portanto, receba essas palavras verdadeiras, de coração e de mente, solidarizando-me com V. Ex<sup>a</sup> e congratulando-me ao mesmo tempo. Portanto, Senador Vital, sentimo-nos muito honrados e felizes por ter um companheiro como V. Ex<sup>a</sup> utilizando sempre a tribuna desta Casa, agindo junto aos Ministérios, defendendo os interesses da Paraíba e do Brasil. Tenha sempre esse olhar penetrante e essa voz retumbante!

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Gilvam, meu querido Senador. V. Ex<sup>a</sup> sabe da admiração, do respeito, do carinho, do afeto que eu tenho por V. Ex<sup>a</sup>. Sou leitor assíduo das suas colunas, dos seus editoriais publicados na imprensa nacional. Comungo com as suas ideias, participo dos seus sonhos, divido as suas angústias e estou com o senhor nas suas esperanças, sempre pelo bem do povo da Paraíba e do Amapá.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia 11 de fevereiro, a Caixa Econômica Federal introduziu uma série de importantes modificações normativas no financiamento do programa Minha Casa Minha Vida.

Tais inovações – e eu as considero importantes – introduziram mudanças nos critérios de aceitação dos imóveis, em particular na exigência de pavimentação da rua, causando grande apreensão aos empresários da construção civil.

Referidos normativos estabeleceram novos pressupostos para a carta de crédito do FGTS, tanto no

programa Minha Casa Minha Vida quanto no Programa Nacional de Habitação Urbana, criando exigências relativas às condições de infraestrutura, como pavimentação asfáltica, esgoto, energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento pluvial, louças e metais devidamente instalados e outros.

Eu considero, Sr. Presidente, importante essa preocupação da Caixa.

Segundo as novas regras, a partir de então, a Caixa só financiaria imóveis construídos em áreas que tivessem infraestrutura básica já instalada, Moka. E dessa preocupação nós comungamos, mas a ansiedade da construção civil, que foi pega de surpresa, fez com que, várias vezes desta tribuna, solicitássemos à Caixa Econômica uma reavaliação sobre o componente técnico e social das novas medidas.

O programa Minha Casa Minha Vida, portanto, não financiaria mais imóveis construídos em ruas sem asfalto, sem rede elétrica instalada, sem rede de água e esgoto.

Em suma, os novos normativos instalaram uma preocupação no mercado imobiliário voltado para a baixa renda e obrigaram a Caixa a suspender, temporariamente, os financiamentos.

Eu considero, particularmente, meu caro Governador do Piauí, a maior liderança daquele Estado que eu considero, aprovado nas urnas e comprovado com a sua eleição, Wellington – V. Ex<sup>a</sup>, que foi um dos maiores estimuladores do programa Minha Casa Minha Vida no seu Estado quando governante, sabe muito bem disso. Considero esse instrumento legítimo e adequado à nova política de obtenção, de ocupação do solo, principalmente em um planejamento urbano responsável. Hoje nós somos vítimas do mau planejamento, da favelização, porque simplesmente deixamos de ter planejamentos estratégicos e urbanos condizentes.

No entanto, argumentam os sindicatos da construção civil e dos corretores de imóveis de todo o Brasil, do modo que foram implantadas, as novas regras pegaram todos de surpresa.

Vários projetos que já estavam em andamento, sobretudo nas periferias das grandes cidades, ficaram prejudicados, haja vista a inexistência, nesses locais, de asfalto e de saneamento básico.

Vieram, assim, os estudos, e hoje posso dividir com os senhores, com tantos quantos se preocuparam comigo, que a Caixa, com essa nova norma técnica, traz-nos alguns benefícios nessa transição até 30 de julho.

Antes de detalhar, ouço V. Ex<sup>a</sup>, meu querido Governador, Senador do Piauí.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço, Senador Vital do Rêgo. Quero dizer que, com



certeza, o povo da Paraíba tem a grande sorte de ter um Senador como V. Ex<sup>a</sup> representando-os aqui nesta Casa tão bem, defendendo interesses reais da população, como esse da habitação. Quero aqui somar-me ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, pela importância desse programa. Acho que está correta a nossa Presidente Dilma Rousseff, que antes, ainda como Ministra, tinha a tarefa de coordenar esse programa e agora, como Presidente, dá a ele a função de colocar para o Brasil inteiro. Aliás, nas medidas tomadas, há uma também que eu considero importante. Antes, havia uma restrição muito grande às cidades com menos de 50 mil habitantes – e vejam, certamente a Paraíba deve ter umas cinco, seis cidades com mais de 50 mil habitantes...

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – Exatamente oito.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Com 222 Municípios...

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – Com 223.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Com 223; o Piauí, com 224, tinha apenas 5 também. Então, essas medidas também estão sendo tomadas por uma decisão da Presidente Dilma. Ela vai levar em conta a demanda, o déficit habitacional, com isso definindo, portanto, um percentual maior para essas cidades. Embora houvesse essa regra anterior, eu também reconheço que tanto o Ministro Mário Negromonte, como Maria Fernanda, Presidente da Caixa, Inês Magalhães, que está lá também na área de habitação do Ministério da Cidade, Jorge Hereda, Carlos Borges, toda essa equipe tem toda uma preocupação para garantir a eficiência. Quero aqui louvar V. Ex<sup>a</sup> exatamente por lembrar este ponto: fazer uma casa com a infraestrutura já adequada. Certamente, ao reabrir o sistema, nós teremos isso, e creio que uma medida intermediária para não haver a paralisação tem todo o nosso apoio. Quero aqui parabenizar pelo tema que traz a esta Casa. Muito obrigado.

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Essa medida intermediária já aconteceu. Estou de posse da nota técnica da Caixa Econômica, que vou detalhar em instantes.

Mas tenho a honra de agradecer...

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco/PMDB – MS) – Não sei se V. Ex<sup>a</sup> está concedendo aparte para Senador que não seja do Nordeste. Estou tentando inserir-me aqui nesse corporativismo que eu vejo...

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> sabe que o problema é em nível nacional e V. Ex<sup>a</sup>, a cada ano, apaixonou-se mais por João Pessoa, apaixonou-se mais pela Paraíba e paraibano começa a ser como eu.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>, Senador Moka.

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco/PMDB – MS) – Senador Vital do Rêgo, quero dizer, inicialmente, que considero a capital do seu Estado uma das cidades mais aprazíveis e confesso que eu e minhas filhas vamos sempre lá. É quase um compromisso. Mas eu quero apenas e tão somente associar-me ao seguinte: o critério é importante. Há realmente o critério de os financiamentos serem nos locais com infraestrutura – acho que é um avanço. Agora, o que não pode, e acho que já houve... Havia uma regra e, quando anunciaram, muitos começaram a fazer investimentos, investimentos até razoáveis. Eu sei de pequenos empreendedores que venderam suas propriedades para investir nesse mercado, que, aliás, está aquecido. É algo que todo mundo percebe: esse financiamento é o sonho da maioria dos brasileiros. Então, eu quero, muito rapidamente, muito brevemente, dizer que tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> pensa do mesmo jeito. É médico como eu e sabe da importância do saneamento, da infraestrutura. Agora, é claro que tinha que haver uma transição, e eu acho que isso foi resolvido. Não sei se até julho seria importante. Mas, de qualquer forma, quero reafirmar que, também no meu Estado, Mato Grosso do Sul, fui procurado e a solução, pelo menos que se apresentou, foi realmente de transição. E repito o que o grande Governador do Piauí, Senador, já disse. Quando foi iniciado, lembro que o nosso Secretário de Habitação, Marun, veio para cá, foi o principal assessor do Líder Henrique Eduardo Alves, para que pudéssemos fazer exatamente aquilo, porque, no Mato Grosso do Sul, com aquele critério, seriam apenas duas ou três cidades; a maioria esmagadora é de cidades com menos de 50 mil habitantes. É o aparte que faço a V. Ex<sup>a</sup>, mais no sentido de homenagear este que, sem dúvida nenhuma, representa tão bem o povo paraibano.

**O SR. VITAL DO REGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Moka, com enorme alegria ouço V. Ex<sup>a</sup>, que participou comigo – e esta Casa aprovou, como Casa revisora à época, a medida provisória – da criação do Minha Casa, Minha Vida. Estávamos juntos no gabinete do Líder Henrique Eduardo Alves quando houve a sugestão para que os Municípios abaixo de 50 mil habitantes, Wellington, pudessem receber também. A excelência do Programa Minha Casa, Minha Vida está exatamente na grandiosidade da sua repercussão para Municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Na Paraíba, duas mil pessoas com a regra anterior da Caixa seriam atingidas, dois mil compradores. Existiam financiamentos já para dois mil imóveis que sofreriam ruptura por força dessa regra anterior que, afortunadamente, a Caixa revisou e ofereceu um prazo até 30 de junho para permanecerem em vigor as regras

anteriormente negociadas, apenas para empreendimentos já realizados e que ainda não haviam recebido o financiamento. Nesses casos, as casas podem estar localizadas em rua sem pavimentação, todavia, é necessário que haja pelo menos o acesso para essas ruas e que esteja em boas condições, atestado pela Caixa Econômica Federal.

Depois de 30 de junho, o entendimento é que os normativos deverão ser aplicados na sua totalidade, que é o entendimento do sanitarista, é o entendimento do médico, é o entendimento do homem preocupado com a ocupação do solo, com o planejamento urbano ordenado, para evitar favelização com recursos públicos, o que aconteceu Brasil afora durante muitos e muitos anos.

Nesse sentido, tudo o que poderia ser feito a Caixa fez. E agradeço ao meu gabinete que, nessa interlocução permanente diária, trabalhou incansavelmente junto com os órgãos do meu Estado, os sindicatos. Recebemos permanentes manifestações de solicitação de apoio. E, graças a Deus, de posse dessa nota técnica, queremos agradecer penhoradamente à Caixa Econômica Federal, nas pessoas da Dr<sup>a</sup> Maria Fernanda, da Dr<sup>a</sup> Joselita Sandra, do Dr. André Ricardo de Souza, que foram vitais na concepção desse objetivo.

Encerro, reafirmando a minha confiança de que as novas regras para o Programa Minha Casa, Minha Vida serão determinantes para, num futuro próximo, a garantia das qualidades de vida dos nossos projetos habitacionais financiados com o dinheiro público.

Resta, portanto, o compromisso com aqueles que foram parceiros na primeira hora, na elaboração do programa, além de protagonistas essenciais para a concretização das ambiciosas metas de governo, no que concerne à política habitacional levada a cabo pela Presidenta Dilma Rousseff.

Era o que tinha a dizer, com a gratidão penhorada aos meus apartes, que ilustraram e engrandeceram este pronunciamento.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Com a palavra a nobre Senadora Ana Rita. Em seguida, a Senadora Ana Amelia e, depois, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Registro a presença do Prefeito de Cruzeiro do Sul, a segunda cidade mais importante do meu Estado, Vagner Sales, que está aqui correndo atrás das emendas; do Prefeito Randson, do Município de Thaumaturgo, e do nosso primeiro suplente de Senador, o professor Carlos Augusto Coelho, que nos está dando o prazer de sua visita nesta sessão de quinta-feira.

Esta Presidência prorroga a sessão por mais uma hora.

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria aqui de parabenizar nosso Senador Walter Pinheiro. Ele não está aqui neste momento, mas fez uma belíssima fala, considerando a conjuntura atual que estamos vivenciando com relação às chuvas que ocorrem em nosso País.

Quero, neste momento, dirigir-me ao povo do Estado do Espírito Santo e às pessoas que nos assistem pelos canais de comunicação desta Casa, manifestando minha opinião e meus sentimentos com relação às chuvas naquele Estado, que estão bastante intensas. Então, venho a esta tribuna manifestar minha solidariedade às mais de 150 mil pessoas que sofrem com as chuvas que castigam meu Estado, o Espírito Santo, principalmente o sul, e deixar registrado meu compromisso, como Senadora da República, de envidar todos os esforços para garantir ajuda federal a esses Municípios para sua recuperação, bem como investimentos em prevenção.

É necessário, com certeza, investirmos na prevenção. Mas, quando acontecem as catástrofes, precisamos ser solidários e buscar os recursos necessários para salvar a vida de tantas pessoas, famílias e crianças que realmente ficam em situações de muitas dificuldades. Os números são terríveis: mais de 5,8 mil casas foram danificadas, há quase 2.500 desabrigados – famílias que perderam tudo e precisam de abrigos – e quatro mil desalojados, cujas casas estão em áreas de risco e, por isso, não podem mais voltar para suas residências.

Até o momento, 25 Municípios foram afetados. O Estado tem 78 Municípios e 25 foram afetados, dos quais 14 decretaram situação de emergência em razão das chuvas que caíram sobre o Estado no final de semana pós-carnaval. Os mais atingidos são: Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Bom Jesus do Norte, Marechal Floriano e Domingos Martins.

A notícia boa é que a Defesa Civil do Estado nos informa que a situação geral já começa a se normalizar, com pontos de risco isolados nos Municípios de Guaçuí e Fundão, onde ainda encontramos deslizamentos de encostas.

Devo lembrar, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, que, no final de 2010, nos últimos dias do ano, as chuvas geraram grandes estragos e prejudicaram 32 Municípios. Os Municípios afetados naquele período foram: Linhares, Itapemirim, Nova Venécia, São José do Calçado, Apiacá, Domingos Martins, Castelo, Alegre, Jerônimo Monteiro, Marechal Floriano, Afonso Cláudio, Brejetuba, Iúna, Ibitirama, Santa Leopoldina, Ibatiba, Bom Jesus do Norte, Colatina, Baixo Guandu, Cacho-

eiro de Itapemirim, Itarana, Itaguaçu, Muqui, Mimoso do Sul, Santa Maria de Jetibá, Laranja da Terra, Fundão, Vitória, Vila Velha, o meu Município, onde moro, Cariacica, Viana e Serra.

Quero dizer, nem bem os capixabas se recuperaram da chuva, da destruição de 2010, novamente fomos vitimados pelas chuvas. Algumas pessoas que reconstruíram suas vidas, mais uma vez terão que recomeçar, mas garanto, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, que o povo do Espírito Santo, o povo capixaba pode contar com a nossa ajuda, com a minha ajuda, com o auxílio do Governo Federal e do Governo Estadual para reconstruírem suas casas e suas vidas.

Só no Município de João Neiva, os prejuízos ultrapassam R\$400 mil. O Rio Ubás subiu cinco metros, destruindo pontes e plantações.

A chuva causa prejuízo nas cidades e no campo. Além das estradas, das casas, das ruas danificadas, as plantações também sofrem. Já temos informações de que plantações de milho, café e feijão foram bastante atingidas.

No norte do Estado, a situação é mais grave nos Municípios de Governador Lindenberg e Rio Bananal. No primeiro, no Município de Governador Lindenberg, 625 casas já foram danificadas, cerca de oitocentas pessoas encontram-se desalojadas e setecentas desabrigadas. Além disso, quinze pessoas foram internadas em hospitais, em decorrência das chuvas, que já afetaram, direta ou indiretamente, 3,5 mil pessoas.

Sr. Presidente, apesar da situação emergencial e de calamidade, quero aqui, desta tribuna, parabenizar a atuação do Governo Estadual, que, em nenhum momento, se omitiu em auxiliar esses Municípios.

Felizmente, a ajuda está chegando a essas cidades, e, apesar do nível de destruição imposto pelas chuvas, o serviço de recuperação das estradas pelo Governo do Estado está sendo realizado de forma incansável, para garantir a trafegabilidade em todos os Municípios do Estado. Dessa forma, a ajuda está chegando aos desabrigados, facilitando assim o acesso ..

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Senadora Ana Rita.

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Sim, Senador João Pedro.

**O Sr. João Pedro** (Bloco/PT – AM) – Primeiro, quero parabenizá-la pela sensibilidade e pelo empenho de V. Ex<sup>a</sup> em juntar força política e mobilizar o Governo, os parceiros, enfim, o Governo Estadual, para enfrentar essa calamidade.

Quero, no aparte, prestar minha solidariedade ao povo do Espírito Santo. Quero aproveitar, porque, nessa região toda, Santa Catarina, Paraná, são milhares de pessoas, de famílias com óbitos inclusive, com

prejuízos. Enfim, essa região vem sofrendo, nesses últimos anos, com tragédias de chamar a atenção de todos nós, não só do Estado de V. Ex<sup>a</sup>, mas do País, no sentido de mitigarmos, no sentido de adotarmos providências por conta dessas tragédias mais constantes que estamos vivendo; ora a estiagem, ora a chuva no Sul, no Sudeste, no Nordeste, na minha região, na Amazônia. Nós precisamos, além da solidariedade imediata com as famílias, com jovens, com trabalhadores, com mulheres, adotar nesta Casa mecanismos, providências no sentido de construirmos políticas públicas para diminuir, para enfrentar tragédias como essa que V. Ex<sup>a</sup> está registrando no pronunciamento, com muita responsabilidade, com muita solidariedade, com muita preocupação em fazer o enfrentamento. Quero aproveitar para dizer que conheço o Governador Renato Casagrande, que saiu há bem pouco tempo daqui, conheço o espírito público, humanístico do Governador e quero prestar minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, aos políticos, às famílias que estão sofrendo com as chuvas e me colocar à disposição para ajudar esse belo povo, esse belo Estado do Espírito Santo. Muito obrigado.

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Senador João Pedro, muito obrigada pela solidariedade de V. Ex<sup>a</sup>. É muito bom quando encontramos esse apoio, essa solidariedade por parte dos colegas aqui.

Quero dizer que essas chuvas que ocorrem no Estado e no País nos chamam a atenção para uma grande questão a que o Senador Walter Pinheiro se referia na sua fala, a do planejamento das nossas cidades. Nós precisamos repensar a forma como planejamos nossas cidades, para evitarmos situações como essa.

Acho que vivemos momentos importantes, e este ano, mais do que nunca, a Campanha da Fraternidade, que a CNBB está coordenando e está promovendo, possibilita-nos fazer, com mais profundidade, essa reflexão. Acho que são as várias instituições públicas e a sociedade civil, juntas, repensando, realmente, o modelo de cidade que nós temos, para que, de fato, a gente possa garantir maior dignidade às nossas famílias, especialmente nesses momentos de muita chuva ou de muita estiagem.

Conforme eu ia dizendo, o Governo do Estado tem procurado atender às necessidades, melhorando as vias, as estradas, para que o auxílio às pessoas chegue o mais rápido possível.

O único ponto que chegou a ficar interditado no Estado foi a rodovia 483, já próximo a Guaçuí, devido a uma cratera que se abriu na pista, por força das águas. O DER já instalou uma passarela para pedestres, com o intuito de minimizar os impactos causados à comunidade.



O Comitê de Emergências Climáticas do Governo do Estado se reuniu tão logo a situação emergencial foi observada, para avaliar os danos causados e traçar estratégias emergenciais de atendimento aos Municípios. De imediato, o Governo destacou técnicos para prestarem atendimento aos Municípios mais atingidos, como é o caso aqui do Município de Alegre.

A missão desse Comitê é oferecer a melhor resposta ao desastre provocado pelas chuvas, agindo com a seguinte prioridade: preservar vidas; estabilizar os desastres, minimizando seus efeitos; preservar o meio ambiente e os sistemas coletivos; proteger propriedades. Então, essas são as prioridades definidas pelo Comitê responsável pela situação de oferecer ajuda aos Municípios.

O Comitê é formado pelos seguintes órgãos estaduais – acho que é importante a gente dizer aqui que não é uma ação isolada, mas que o Governo do Estado está buscando integrar todas as secretarias do Governo para, juntos, oferecerem essa ajuda: Coordenação Estadual de Defesa Civil (Cedec); Corpo de Bombeiros Militar; Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seadh); Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER); Secretaria de Estado de Saúde (Sesa); Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb); Secretaria de Estado da Agricultura (Seag), e Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), que é responsável pelo o abastecimento de água no Estado.

Cada órgão, dentro de sua esfera de atribuição, está elaborando um planejamento estratégico que detalha as ações de resposta diante das grandes chuvas. Os órgãos também vão disponibilizar técnicos para compor equipes de atendimento nas situações de emergência e estabelecer escala de plantão. Todos os órgãos vão atuar integrados à Coordenação Estadual de Defesa Civil.

Durante a reunião do Comitê, ficou decidido que o Banestes (Banco do Estado do Espírito Santo) e o Bandes (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo) elaborarão propostas de financiamento facilitado para a população das áreas atingidas e que a Sedurb vai trabalhar para levar o Programa Minha Casa, Minha Vida, emergencialmente, aos Municípios afetados.

Nesse ponto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, coloco-me à disposição e estou articulando junto ao Ministério das Cidades uma ação emergencial do Minha Casa, Minha Vida no Estado, com o fim de facilitar o acesso dos atingidos aos benefícios do Programa, para que possam ter um lar novamente, o mais rápido possível.

O Governador Renato Casagrande já está articulando auxílio federal junto ao Ministério da Integração Nacional, para alocação de recursos para a recuperação dos danos causados pelas enchentes. Após as calamidades de 2010, o Governo Federal disponibilizou R\$22 milhões aos Municípios atingidos pelas enchentes. Sei que a Presidenta Dilma está sensível às necessidades de nossos Municípios e destinará recursos extra para a reconstrução de nossas cidades.

O Governador determinou a ativação do Plano Estadual de Contingência para Desastres, que foi criado para oferecer auxílio rápido e eficaz em situações de emergência causadas por desastre, para que seus integrantes e pontos focais estejam em alerta para qualquer eventualidade, e monitorando os alertas meteorológicos e hidrológicos, de forma a avisar a população em situação de risco da iminência de enchentes ou deslizamentos e, assim, consigamos salvar vidas. Em consonância com as defesas civis municipais que estão monitorando as áreas de risco.

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Sim, Senador.

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco/PMDB – MS) – Senadora, quero ser solidário ao povo do Espírito Santo, em especial ao Governador Renato Casagrande – imagino a dificuldade – , que foi meu colega na Câmara dos Deputados. E quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que até hoje, na Comissão de Infraestrutura, já protocolei um requerimento pedindo ao Ministro da Integração Nacional que comparecesse à Comissão de Infraestrutura. É claro que agora é uma emergência, como V. Ex<sup>a</sup> está falando, e Mato Grosso do Sul passa pelo mesmo problema. É inundação, é cheia, é gente desabrigada, desalojada, e é preciso um atendimento rápido. Tenho certeza de que o Ministro Fernando Bezerra, a própria Presidenta Dilma, nos atenderá. Mas, quero aqui reforçar o que V. Ex<sup>a</sup> já disse e é o que pretendemos na Comissão de Infraestrutura. Daqui para frente, há que se pensar em uma política realmente preventiva. Temos que fazer obras e o Ministério da Integração tem que gastar muito mais recursos em obras de infraestrutura que previnam essas questões, porque a cada 7 centavos de real que você investe na prevenção, você vai economizar 7 reais na hora que tiver que recuperar. Então, é um aparte apenas e tão somente, primeiro, para me solidarizar e, segundo, para começarmos a pensar, nesta Casa, que é fundamental, que o Ministério da Integração Nacional destine cada vez mais recursos no sentido da prevenção. Tenho certeza de que, com uma política nesse sentido, vamos evitar – evitar é difícil – mas vamos diminuir, minimizar muito o que tem acontecido



em vários Estados do nosso País. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> e com a população do seu Estado.

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senador.

E quero aqui dizer também que o Estado está tomando as providências para orientar os Municípios de como proceder nesse momento. Então, os Municípios afetados que precisarem da ajuda do governo estadual devem fazer uma Notificação Preliminar de Desastre e encaminhá-la à Cedec – Coordenaria Estadual de Defesa Civil. Além disso, o Município deve encaminhar à Cedec ofício relatando o tipo de ajuda e a quantidade de benefícios – como cestas básicas, kits de limpeza, colchões e cobertores.

A ação do Estado incluiu o Departamento de Estradas de Rodagem, que montou um plantão permanente para conserva das estradas nos trechos atingidos, e a Secretaria de Assistência Social e Direito Humanos, que está prestando atendimento às necessidades básicas da população, distribuindo água, cestas básicas, roupas aos desabrigados.

A Defesa Civil estadual está se fazendo presente nos Municípios atingidos pelas chuvas, para auxiliar no trabalho de formulação dos pedidos de decreto de situação de emergência, além de fazer o atendimento social e de prevenção aos desastres naturais.

Faço coro à Defesa Civil em solicitar aos Prefeitos que estruturem suas Defesas Civas Municipais, que possam articular uma ação integrada com a Defesa Civil Estadual, além de dar uma resposta mais rápida para a população atingida por desastres, prestando auxílio praticamente no momento em que a tragédia ocorre, não precisando esperar que o Estado envie auxílio.

Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, venho apresentar os números da tragédia, o drama pelo qual milhares de capixabas passam para que toda a sociedade brasileira conheça. Enquanto os jornais se sensibilizam com a situação dos japoneses, que sem dúvida passam por uma tragédia inominável, quero mostrar que aqui, em nosso País, também estamos sendo vitimados por tragédias. Não foi só na região serrana do Rio, há pessoas em situação de risco no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em São Paulo, no Espírito Santo, no Paraná, enfim há muitos brasileiros necessitando de um olhar do Governo, da solidariedade dos brasileiros para encaminhar ajuda.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

Sr. Presidente, mais dois minutinhos para eu concluir, é possível? Precisamos enviar auxílio para essas famílias brasileiras que também perderam tudo, que também foram vítimas dos que muitos chamam fúria do meio ambiente. Precisamos de doações de alimen-

tos não perecíveis, preferencialmente os que não necessitam ir ao fogo para serem consumidos, além de produtos de higiene pessoal, roupas para crianças e adultos, roupa de cama, colchões e travesseiros, para atender as vítimas que estão desabrigadas, ocupando provisoriamente escolas, ginásios e outros espaços disponibilizados pelas Prefeituras.

Não acredito, Sr<sup>as</sup> Senadoras...

Sim, Senadora Ana Amelia?

**A Sr<sup>a</sup>. Ana Amelia** (Bloco/PP – RS) – Eu queria apresentar, Senadora Ana Rita, solidariedade aos seus conterrâneos do Espírito Santo e lhe dizer que também no meu Estado, o Rio Grande do Sul, a cidade de São Lourenço do Sul ficou debaixo d'água, uma das piores enchentes da sua história, e que a população daquele Município, como de Turuçu e Rio Grande, também estão passando por dificuldades semelhantes às que os seus conterrâneos vivem neste momento. Portanto, fica cada vez mais renovada a necessidade de medidas preventivas a essas calamidades. É o que está sendo proposto aqui no Senado Federal e eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por este pronunciamento.

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora. Com certeza, a população capixaba se sente muito feliz com essas manifestações de apoio e solidariedade.

Conforme eu ia dizendo, Sr. Presidente, eu não acredito que estejamos sendo vítimas de uma vingança da natureza. Muito pelo contrário, é apenas a lei de ação e reação. A natureza apenas está devolvendo as agressões que vem sofrendo do homem há anos, e é isso que a Campanha da Fraternidade nos chama à atenção, para que façamos essa reflexão.

*(Interrupção do som)*

E aí eu quero dizer, Sr. Presidente, finalizando mesmo, nesta semana, Sr. Presidente, nós realizamos sessão solene para comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade, que tem como tema “Fraternidade e a Vida no Planeta”, como os seres humanos se relacionam com o meio ambiente, quer dizer, como as mudanças climáticas estão colocando em risco a vida no planeta. O que ocorre hoje em nossos Municípios nada mais é que fruto dessas mudanças climáticas. Mas não apenas isso. É também fruto de grave negligência por parte de sucessivos governos, que não se preocuparam com o desenvolvimento urbano e acabaram por permitir o crescimento das cidades sem o devido planejamento de risco.

Hoje precisamos repensar o desenvolvimento urbano, inserindo dois componentes que durante anos foram negligenciados: o desenvolvimento social e os impactos ambientais. Garantir aos indivíduos moradia

digna em local apropriado e livre de riscos, somado à reduzida pressão sobre o meio ambiente causado pela sua presença, com a proteção dos mananciais, da vegetação de encostas, áreas de escoamento de águas nas cidades, de forma que os ciclos naturais não sejam interrompidos, que eles tenham condições de se concluírem.

Não podemos continuar convivendo com calamidades como esta. Precisamos investir em prevenção, em conscientização e num novo olhar para o meio ambiente. Devemos tratar a natureza com respeito e tentar ao máximo minimizar os impactos negativos de nossa vida cotidiana sobre o meio ambiente.

Finalizando, Sr. Presidente, e pedindo desculpas pelo tempo, quero aqui manifestar a minha solidariedade e a solidariedade de todos os colegas, Senadores e Senadoras, ao povo capixaba, ao povo paulista, paranaense, mineiro, fluminense, catarinense, enfim, todos os que sofrem com as chuvas. Que Deus os proteja, e contem com nossa luta por apoio e por medidas que busquem minimizar os problemas com as enchentes.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer, e mais uma vez me desculpar pela demora. Mas, com certeza, a população do Brasil está feliz pelas manifestações de solidariedade e apoio desta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir a palavra pela Liderança do Governo, para um breve comunicado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Com a palavra o Líder Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer o registro de uma importante reunião ocorrida hoje no meu gabinete com a estrutura do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda, comandada pelo Secretário de Política de Pessoal, Dr. Duvanier, que trata da questão dos planos de saúde para os servidores federais dos ex-Territórios, Roraima, Amapá, Acre e Rondônia.

Nessa reunião, definimos que, ainda este ano, os servidores dos quatro ex-Territórios, desses quatro Estados, deverão ser atendidos com o plano de saúde do Geap. Estamos trabalhando nisso há bastante tempo e, sem dúvida nenhuma, é algo extremamente importante para os servidores federais de Roraima, meu Estado, no caso de V. Ex<sup>a</sup>, de inativos do Acre, e para os servidores de Rondônia e também do Amapá.

Além de resolvermos a questão, no que diz respeito aos planos de saúde para esses quatro Estados, resolvemos também a questão do credenciamento e da

identificação desses servidores federais. Os policiais civis dos ex-Territórios receberão carteira de identificação do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, já que são policiais, e os servidores civis dos outros setores da administração pública dos ex-Territórios serão identificados através de documento do Ministério da Fazenda, das GRA's.

Portanto, foi uma reunião bastante promissora e importante, que define um respeito e atendimento aos servidores dos ex-Territórios. Participaram dessa reunião parlamentares federais dos ex-Territórios e também membros dos sindicatos e das associações de servidores, no caso de Roraima, do Sinpol, o Sindiler e também o Coronel Maia, representando a Polícia Militar.

Então, eu queria fazer esse registro, porque é um trabalho que venho procurando fazer já há algum tempo e que agora o estamos coroando de êxito, com a questão do atendimento de planos de saúde, podendo ser encaminhado, este ano, por meio da Geap.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa, eu queria lhe parabenizar pela sua luta pelos servidores e, em nome dos acreanos que serão contemplados, desde já fazer os agradecimentos. Obrigado, Senador.

Com a palavra a Senadora Ana Amelia e, em seguida, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Eu queria também aproveitar a oportunidade para prestar a nossa solidariedade ao povo do Espírito Santo, por esse momento difícil que está passando por conta das enchentes. No meu Estado também, no Município de Tarauacá, o povo do Estado do Acre está passando por uma situação muito difícil.

Então, eu queria aproveitar a oportunidade para prestar a solidariedade do povo acreano a todo o povo do Espírito Santo, por esse momento tão difícil que atravessa agora.

Com a palavra a Senadora Ana Amelia.

**A SRA. ANA AMELIA** (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Sérgio Petecão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, volto ao plenário, a esta tribuna, melhor dizendo, movida pelo o que foi acompanhado pelo País inteiro – e V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, ontem, fez referência ao problema –: a denúncia apresentada pelo jornalista Giovani Grizotti, no programa Fantástico deste domingo.

A reportagem do jornalista Grizotti encontrou provas de uma fraude que todos os brasileiros lamentam muito e até são penalizados por ela: a instalação de lombadas eletrônicas, radares e pardais, que, em

vez de assegurarem a segurança no trânsito do nosso País, acabaram sendo até um fator de lesão ao bolso dos contribuintes, dos usuários das principais rodovias brasileiras.

O repórter conseguiu essas informações graças ao seu talento investigativo, Senador, fazendo se passar por funcionário de uma prefeitura interessada na instalação de equipamentos, e contou, claro, com a ajuda de um ex-funcionário público com experiência em licitações na área de trânsito.

As conversas que o repórter teve com representantes de empresas fornecedoras dos equipamentos de controle de velocidade, que foram gravadas com o auxílio de câmeras especializadas, revelam que as fraudes envolvendo a instalação dos equipamentos acontecem de várias maneiras e em todas as etapas do processo, da licitação à execução da obra: primeiro, na realização de estudos técnicos de viabilidade, que são uma fajutagem – as lombadas não estão onde deveriam; estão em lugares absolutamente inadequados; no direcionamento de licitação pública; no pagamento de propina a autoridades; e na retirada de multas do sistema.

A primeira fraude acontece, Sr. Presidente, durante a realização de estudos técnicos para a instalação dos tais controladores de velocidade, que foram admitidos pela Resolução nº 146, de 2003, do Contran – Conselho Nacional de Trânsito, alterada pela Resolução nº 214, de 2006, do mesmo órgão, que prevê que sejam realizados estudos de viabilidade técnica nos locais onde são instalados os equipamentos.

Esses estudos devem comprovar a necessidade de fiscalização e acompanhar os resultados depois da instalação dos referidos equipamentos.

Compõem o referido estudo dados sobre o número de acidentes, velocidade média dos veículos, passagem de pedestres e ciclistas, nível de risco da rodovia, entre outros fatores que impactam ou que devem ser levados em conta nesses estudos. Além do estudo prévio, Sr. Presidente Sérgio Petecão, deve ser feito o acompanhamento da eficácia da instalação dos equipamentos, pela análise dos resultados, que devem indicar a redução do número de acidentes.

Mas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a reportagem que foi mostrada no Fantástico comprova que, em muitos casos, esses estudos de viabilidade foram fraudados. No caso específico mostrado pelo repórter Grizzoti, foi a instalação de equipamentos em uma rua sem pavimentação, sem fluxo de veículos e sem sinalização. A rua não tinha sequer as mínimas condições que justificassem a instalação de um radar, muito menos de lombada ou de qualquer outro tipo de equipamento. Mesmo assim, as empresas contratadas e contatadas

para a elaboração dos estudos técnicos se propunham – veja só, Sr. Presidente – a fornecer o laudo de viabilidade técnica para este edital.

A outra fraude, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acontecia na montagem dos tais editais. Tanto os editais de contratação das empresas de engenharia fornecedoras do laudo quanto os editais de contratação das empresas fornecedoras dos tais equipamentos eletrônicos de controle de velocidade são direcionados.

De acordo com as palavras de um dos envolvidos, ao ser perguntado sobre como seria o procedimento para o direcionamento da licitação, já que a empresa vencedora é a que apresenta o orçamento menor preço, deslavadamente, a explicação, Sr. Presidente: “Sem problemas, tenho mais duas empresas que trabalham comigo”. Ou seja, fraude completa. Isso significa que um mesmo grupo, detentor de razões sociais diferentes, envia os orçamentos fictícios durante o processo de licitação, para, assim, definir previamente que empresa será a vencedora.

A terceira parte da fraude acontece na cobrança do valor da prestação dos serviços. Como a licitação é fraudulenta, os envolvidos cobram valores exorbitantes, permitindo o oferecimento de propina aos agentes públicos – claro, para facilitar, criam dificuldades para vender facilidades.

As propostas de propina descobertas pela reportagem variam de 10% a 15%, chegando até a R\$60 mil. Mas um dos representantes de uma empresa investigada ofereceu o valor livre, isto é, o agente público faz o seu preço, que é somado, claro, ao valor da proposta.

Mas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando parece que a denúncia está no seu final e que, depois de fraudados os estudos, a licitação, os orçamentos e depois de distribuída a propina, não há mais espaço para irregularidades, é que vem a denúncia derradeira: as empresas fornecedoras de equipamentos eletrônicos admitem a possibilidade de “apagar” as multas de condutores infratores, Sr. Presidente – como V. Ex<sup>a</sup> falou ontem desta tribuna. Isso significa que nem todos são iguais perante a lei e que, de acordo com a proximidade com o operador do equipamento ou autoridade pública, é possível anular pontos e multas oriundos de infração cometida por excesso de velocidade ou outra infração.

Há uma série de prejuízos à sociedade nesse processo fraudulento, Sr. Presidente. Além dos custos, pois está evidenciadas a má utilização dos recursos públicos, com serviços superfaturados, pagamento de propina e gastos desnecessários, há questões de segurança envolvidas. Como eu disse, o radar ou a



lombada não é colocada no lugar de maior incidência de acidentes.

Um equipamento instalado sem a devida análise da viabilidade ou necessidade acarreta dois graves problemas: enquanto equipamentos podem estar causando acidentes pela instalação indevida, locais que necessitam dos controladores estão desprotegidos ou sem os tais equipamentos.

Evidenciada esta fraude envolvendo prefeituras municipais ou agentes privados, aqui no Senado precisamos ter a certeza de que esse tipo de procedimento não está acontecendo no âmbito da União.

E por isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com base nos termos do art. 216 e 217 do Regimento Interno desta Casa, combinado com o art. 71, incisos IV e VII da Constituição Federal, tomei a iniciativa de requerer que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de uma auditoria nos contratos firmados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV).

Justifico essa minha iniciativa, Sr. Presidente, já que o PNCV prevê a instalação de 2.696 equipamentos em 5.392 faixas de trânsito, pelo prazo de cinco anos, ao custo de R\$773,3 milhões. Esses controladores estão sendo adquiridos por meio de 12 contratos, sendo que 11 já foram firmados, alguns deles com empresas denunciadas nessa reportagem.

Portanto, eu solicito a V. Ex<sup>as</sup>, colegas de plenário, em nome do princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que norteiam a administração pública, o requerimento seja aprovado, o que pode acontecer na próxima terça-feira.

Concedo o aparte ao Senador Jayme Campos.

**O Sr. Jayme Campos** (Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia, quero cumprimentar a V. Ex<sup>a</sup> pelo belo pronunciamento quando fala da indústria da roubalheira das lombadas eletrônicas. É uma vergonha o que tem acontecido em nosso País, é lamentável. Diante da matéria a que V.

Ex<sup>a</sup> acabou de se referir, mostrada no Fantástico, da Rede Globo, quero dizer que algumas providências têm que ser tomadas, não só nos Municípios, nos Estados, mas sobretudo pelos órgãos federais, como o Dnit. Percebe-se hoje que foi montada uma indústria de fraude, de licitações com negociatas de 10%, 15%, e que algo teria que ser feito. É muito oportuna e pertinente a matéria que a Rede Globo mostrou no Fantástico, que já vinha sendo anunciada na sexta ou no sábado. Espero que alguma coisa seja feita. Parece-me que a matéria mostrada no programa ocasionou algumas prisões em alguns Municípios, em alguns Estados. Então, apenas para dar um dado a V. Ex<sup>a</sup>:

só no Estado de São Paulo, tem mais de 4 mil lombadas. Virou um verdadeiro caça níquel. E eu espero que as providências sejam tomadas, não só pelos tribunais de contas dos Estados e os dos Municípios, mas também pelo Tribunal de Contas da União, porque existe também caça níquel em lombadas eletrônicas implantadas pelo Dnit, do Ministério dos Transportes. Portanto, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> que já fez um requerimento. Gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estou também com disposição de subscrever o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, ser também um dos signatários. Acho-o muito importante, para nós coirmos, de uma vez por todas, essa indústria. Em Mato Grosso, em 2002, o Deputado Sérgio Ricardo ingressou na Justiça e lá o Poder Judiciário concedeu uma liminar suspendendo as lombadas eletrônicas nas vias municipais e nas rodovias estaduais do próprio Estado. Está comprovado que isso virou verdadeiramente uma indústria da roubalheira. Portanto, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que tem a minha solidariedade. Espero que alguma providência seja tomada pelos poderes, sobretudo pelo Ministério Público, pelos tribunais de contas e pelo próprio Poder Judiciário. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. ANA AMELIA** (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pela valiosa contribuição, Senador Jayme Campos. Eu acrescentaria ao que V. Ex<sup>a</sup> disse que, além da auditoria que estou solicitando ao Dnit, já soube pelo Diretor do Dnit, Hideraldo Caron, que houve um acompanhamento e houve arquivamento de todo o trabalho feito. Mas penso que, à luz dessa grave denúncia, é necessária a renovação de uma auditoria sobre tais contratos, a relação deles e qual o critério usado para instalação de tais equipamentos, sejam eles lombadas, pardais ou os outros tipos de controle de velocidade no trânsito. Imagino que o Governo tem interesse também nesta matéria, para mostrar a lisura desses contratos que envolvem uma soma espantosa de recurso público. É preciso que o Denatran, por outro lado, também crie normas mais rigorosas nesse processo e se manifeste publicamente a respeito dessa questão clamorosa. A sociedade merece, a sociedade que paga a conta, sufocada por uma carga tributária pesada, em que as multas formam também uma espécie de indústria que está tirando recursos do bolso dos contribuintes.

Então, espero que o Senado aprove, na próxima terça-feira, esse meu requerimento de solicitação de auditoria, entendendo que ele é preciso a bem do próprio Governo.

Sr. Presidente Sérgio Petecão, eu sou de oposição ao Governo do meu Estado do Rio Grande do Sul, administrado pelo Governador Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores. Nós perdemos a eleição naquele



Estado, mas tenho, como oposição, a responsabilidade de reconhecer um ato correto adotado no âmbito do Detran/Daer, órgão do Estado do Rio Grande do Sul que cuida desse setor, de ter destituído dos cargos, exonerado dos cargos e aberto sindicância na mesma hora em que apareceu a denúncia, além de ter suspenso, por meio do Secretário de Infraestrutura, o Deputado Beto Albuquerque, a licitação de 93 novas lombadas e radares, previstos já numa licitação que estava sendo aberta. A iniciativa é louvável, e é essa atitude que se espera de um administrador público. Então, como aconteceu esta iniciativa imediata a partir da denúncia, também espero que, no âmbito do Governo Federal, desde que sejam constatadas irregularidades, elas sejam apuradas e punidas com o rigor da lei.

Agradeço muito, Sr. Presidente, a oportunidade de manifestar aqui a minha posição e a minha opinião a respeito desta matéria clamorosa.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Senadora Ana Amelia, eu queria parabenizá-la pela sua coragem em trazer este debate aqui, na nossa Casa. Ontem, fiz um pequeno pronunciamento sobre o assunto. Fiquei estarelecido porque lembro que lá, no meu Estado, em Rio Branco, nossa capital, participei de várias reuniões com alguns taxistas e mototaxistas, nas quais eles já chamavam a atenção para o excesso de radares, pardais, lombadas. Rio Branco é uma cidade pequena, e o que me chocou foi que uma daquelas empresas que estava envolvida também presta serviço lá no meu Estado. E muitas pessoas que vivem daquela profissão de taxista, de mototaxista, lutando, suando, ralando, botando a sua vida em risco, na verdade, estavam sendo ali extorquidas, roubadas mesmo - acho que o termo certo é roubado.

Então, eu queria parabenizá-la pela sua coragem em trazer este assunto aqui, porque as imagens apresentadas pelo Fantástico foram muito fortes, e também quero parabenizar o jornalista que fez aquela reportagem.

Parabéns, Senadora.

Eu queria fazer aqui um registro especial, da presença da Vereadora Liduina Leite, lá de Quixeramobim, nosso querido Ceará, que está aqui, acompanhada de seus assessores, seus amigos. Fique à vontade.

Com a palavra, a nobre Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito bem, obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, estive visitando o meu Estado, junto com o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho.

Fomos visitar a região litorânea do Paraná que sofreu com as chuvas recentes. Aliás, esse tema tem sido recorrente nesta tribuna; vários Senadores têm se posicionado, se pronunciado sobre o estado de calamidade em vários Estados brasileiros.

Infelizmente, também tivemos essa experiência, Senador Moka, lá no meu Estado, no litoral. Nunca tínhamos visto uma coisa tão expressiva. Estivemos lá com o Governador do Estado, com lideranças, sobrevoamos a região, conversamos com os moradores, descemos em algumas áreas. O litoral paranaense é o que abriga a maior faixa contínua de Mata Atlântica preservada do Brasil, e é muito triste olhar para aqueles morros e ver a mata toda descendo, descendo a madeira e mais triste ainda ver que isso tudo caiu em cima de pessoas, de casas, destruiu, causou dor, causou pânico. Então, é uma cena muito dolorosa. Eu me entristeci muito ao ver as pessoas em abrigos, perto do local onde aconteceu a tragédia, olhando para as suas casas no pé do morro, sem poderem ir lá. Casas que ainda estão de pé, que não caíram, mas os morros apresentam um risco muito grande de desabamento. Uma senhora chorando dizia: “Meus documentos estão todos lá dentro, eu não posso pegar roupas...” E claro que a Defesa Civil tem razão, não pode deixar as pessoas irem. Uma das pessoas resistiu a sair e acabou falecendo.

Então é lamentável, quero de novo manifestar a minha solidariedade, mas, ao mesmo tempo, também quero fazer um reconhecimento aqui: primeiro, do espírito solidário do povo do Paraná, do povo do litoral. Impressionante como as pessoas se mobilizam, como elas se solidarizam com a dor das outras: mobilizam alimentos, roupas, remédios e vão lá ajudar. Há muitas crianças em abrigos. Então há muitas professoras e meninas que vão lá brincar com as crianças e ajudar. É muito legal!

Também reconheço aqui a forma como ocorreu o atendimento, já no início, do próprio Governo do Estado, que foi muito rápido e firme. Só para se ter uma ideia, a Defesa Civil estadual retirou de uma área 147 pessoas de helicóptero. Imaginem quantas viagens, porque estavam ilhados! Não tinha como ser diferente. Houve pronto atendimento com estrutura.

Não posso deixar de reconhecer também o trabalho da Mineropar, que salvou centenas de vidas. De dois técnicos especificamente eu queria aqui fazer um registro: Rogério e Diclécio. Esses dois técnicos foram chamados pelo Prefeito de Antonina. Quando começou a chover, ele ficou muito preocupado com o volume da água e pediu para que eles fossem fazer uma avaliação do morro – há os morros na cidade onde existe adensamento populacional. E os técnicos disseram:

“Retirem as pessoas, porque vai haver desabamento”. E foi o aconteceu: eles retiraram as pessoas no final da tarde; e, no início da noite, desabou. A única pessoa que resistiu e ficou faleceu. Olhem como é importante ter condições de antever um problema como esse. Então, quero aqui homenagear o Rogério e o Diclécio, que são heróis anônimos, não aparecem; mas, se não fossem eles, poderíamos ter tido uma tragédia muito maior.

Assim também, a atuação do Centro de Apoio Científico a Desastres Nacionais, da Universidade Federal do Paraná, nossa gloriosa universidade, a mais antiga do Brasil, de referência internacional; quero aqui reconhecer o trabalho que fizeram, antecedendo as tragédias e agora ajudando, como também a Unidade da Universidade Federal do Paraná no litoral, onde temos uma extensão. Falo aqui do Professor Valdo Cavallet. Eles estão aproveitando essa oportunidade para colocar os alunos numa situação de risco e emergência e já prepará-los e treiná-los também para antever esses processos; mas, mais do que isso, para atender às pessoas. Toda a universidade está mobilizada – e isso é muito legal – em projetos de reconstrução da cidade. Os técnicos da universidade, Senador Moka, estão lá, fazendo projetos nas áreas de calçamento, asfalto, casas. Isso vai facilitar e agilizar muito a apresentação aqui do plano emergencial por parte do Estado e dos Municípios, além de facilitar a liberação de recursos.

Eu não poderia deixar de reconhecer a Defesa Civil do meu Estado, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, que, com a maior presteza e dedicação, estão lá, dando apoio às vítimas e fazendo com que as coisas aconteçam para minorar um pouco o sofrimento das pessoas. Faço isso nos nomes do Coronel Castilho, nosso Coordenador da Defesa Civil do Estado do Paraná, e do Major Rieder. Os dois estão o tempo inteiro no litoral do Estado, prestando atendimento. Acho que isso é muito importante porque, nessas horas, a gente vê o valor dessas pessoas, Senador Wellington, de dedicação, firmeza, solidariedade e profissionalismo sobretudo. Então, tanto o Corpo de Bombeiros quanto a Polícia Militar e a Defesa Civil estão de parabéns.

Registro também a eficiência do pronto atendimento do nosso Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho. Ligamos para ele já no sábado e no domingo – tanto eu quanto o Governador. Na terça-feira nós já estávamos aqui com os Prefeitos, representantes do Governo do Estado numa audiência e, ontem mesmo, na quarta, ele já nos acompanhou, visitou as áreas, esteve lá, sabendo quais eram os problemas maiores e já se comprometeu com o Estado em fazer alguns encaminhamentos. Primeiro, a Defesa

Civil Nacional, o Coronel Humberto, que é coordenador da Defesa Civil Nacional também esteve conosco e já está prestando os primeiros socorros às vítimas; o Exército já está mobilizado; a Marinha; há ponte nova resgatando os caminhos que foram atingidos; o Ministro já se comprometeu em liberar uma quota extraordinária do Programa Minha Casa, Minha Vida, de 400 a 500 unidades, para já fazer a realocação das pessoas em área de risco e reconhecer a decretação de calamidade pública feita pelo Estado. Isso facilita para que a gente, junto ao Ministério do Trabalho, libere o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Enfim, nós tivemos um exemplo ontem de solidariedade, mas sobretudo de união, das autoridades, das forças empresariais, políticas do Estado do Paraná que eu quero aqui reconhecer. Na audiência com o Ministro aqui em Brasília tivemos a presença dos nossos Deputados Federais, independentemente das questões partidárias, e foi muito importante isso porque num momento como esse nós temos que unir todas as nossas forças.

Uma das questões que me chamaram muito a atenção nessa situação do Paraná, de deslizamento de terra, de desmoronamento, foi a situação dos nossos agricultores, Senador Moka, principalmente dos pequenos agricultores. Nós temos lá muito plantio de banana, mas também de hortifruti, enfim, de frutas; o litoral tem muitas pequenas propriedades voltadas à produção de alimentos que têm um peso importante no abastecimento do Estado.

É desolador porque as propriedades foram dizimadas: a lama não leva apenas o produto, não leva apenas aquilo que foi plantado, da agricultura, mas toda a camada de solo que já estava trabalhada, que já estava preparada, fertilizada. Então o prejuízo desses agricultores é muito maior, não é só perder a produção da sua propriedade, a sua casa, os seus equipamentos, mas também, muitas vezes, o tempo que passaram preparando aquela terra, se dedicando à agricultura, ao cultivo da terra. É uma situação muito triste.

Concedo um aparte ao Senador Moka.

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Gleisi, primeiro quero dizer que conheço a competência da Senadora desde a época em que V. Ex<sup>a</sup> juntamente com o Ministro Paulo Bernardo estiveram participando da administração do Governo do meu Estado. É uma alegria, uma satisfação aqui trabalhar com V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Obrigada.

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco/PMDB – MS) – Ao mesmo tempo em que quero me solidarizar também com a população do Paraná. Objetivamente falando,

os três Senadores e os oito Deputados Federais por Mato Grosso do Sul estamos defendendo uma posição, uma postura, um pleito. E talvez a gente pudesse contar também, nesse pleito, com o que está ocorrendo no Paraná em relação a toda essa dificuldade dos produtores, da população, mas especificamente dos produtores rurais. O Conselho Monetário Nacional se reúne agora no dia 31 de março. Nós já tivemos experiências anteriores em que o Conselho Monetário Nacional votou uma resolução que dava autonomia aos bancos oficiais e a produtores. O que vai acontecer? Não colhe a safra, não tem como honrar o compromisso. E aí nós já estamos falando de um compromisso que está perdido. Nós temos que nos preocupar, então, exatamente com que esses produtores possam continuar adimplentes junto a esse sistema para poder, na próxima safra, recuperar o seu prejuízo. Então, nesse sentido, a bancada de Mato Grosso do Sul... E hoje, inclusive, o Senador Delcídio Amaral conversava com o Presidente do Banco Central sobre essa resolução. Nós já temos o apoio, a solidariedade do Ministro Wagner Rossi e também do Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Eu também quero dizer aqui que ele foi rápido, que logo esteve lá nos atendendo, visitando o Mato Grosso do Sul. Evidentemente, esperamos agora essa ajuda do Governo Federal para minimizar o sofrimento sobretudo daquelas pessoas que estão desabrigadas, sem casa, porque perderam sua casa. Não quero me prolongar, mas devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que essa talvez pudesse ser uma forma de nos unirmos no sentido de conseguir essa resolução, aí sim, dando condições para que o Banco do Brasil e outros bancos pudessem realmente renegociar numa condição de excepcionalidade naquelas áreas em que o prefeito decretou estado de emergência. É o aparte que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Com certeza.

Agradeço, Senador, e acho que é muito oportuna essa proposta, porque, de fato, vem numa situação extraordinária, precisando ser tratada de forma diferenciada. Quero me somar e apoiar, porque, com certeza, isso também vai beneficiar os agricultores do meu Estado, o Paraná, que, como o Mato Grosso do Sul, um Estado por que tenho muito carinho e admiração, porque vivi lá, é um Estado que tem uma base agrícola muito forte.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> e aos Senadores que estou apresentando à Casa um projeto de lei que altera o art. 8º da Lei nº 12.340, que dispõe sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, o Funcap, aprovado pelo Congresso Nacional em 2010, no final do ano passado, para que ele atenda também o agricultor familiar.

Então, entre os vários aspectos de atendimento do Funcap, que coloquemos especificamente a finalidade de custear ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres e incluamos expressamente ações para o restabelecimento da qualidade do solo, compreendendo a aquisição de insumos para fertilização dos solos que tenham sido devastados por catástrofes, a distribuição de sementes, com foco principalmente nos agricultores familiares, que encontram maiores dificuldades.

Penso que, dessa forma, podemos, junto com essas medidas todas que vêm sendo adotadas pelo Governo Federal e também pelos interesses que tem esta Casa, pelos vários pronunciamentos de Senadores que aqui se manifestaram hoje em relação a essas questões, colocar também para que o Fundo de Catástrofes possa, exatamente numa situação como essa, atender o nosso pequeno agricultor nessas questões de solo, de semente e das estruturas, para que ele possa recolocar-se na produção e no cultivo da terra.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Senadora Gleisi.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Wellington.

**O Sr. Wellington Dias** (Bloco/PT – PI) – Senadora Gleisi, quero reiterar não só a minha solidariedade, mas, creio, também a desta Casa, também a do povo do Piauí e também a do povo nordestino ao povo do Paraná, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul, dessas regiões que vivem essa situação e parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por essa iniciativa. Eu lhe dou um testemunho. Como Governador, eu vivi uma situação em que uma barragem na região de Cocal do Piauí rompeu. Choveu 142 milímetros num período de seis horas – era uma região alta, na divisa do Ceará com o Piauí –, essa água desceu e arrebentou com uma barragem. Morreram nove pessoas, uma situação dramática. Nessa parte de habitação, apesar de todo o trauma, todo o drama, a gente conseguiu achar a solução. Para quem ficou esse grande drama, porque não um amparo como esse? Exatamente para os agricultores. Ou seja, é possível até se prorrogar o financiamento, é possível, em alguns casos, onde tem o Pronaf, o Proagro Mais; é possível perdoar aquele financiamento. Mas, e a recuperação do solo, da propriedade rural? Enfrentei, como Governador, ações judiciais me obrigando a indenizar as pessoas. Mas não tinha esse amparo. Quero parabenizá-la e dizer que V. Ex<sup>a</sup> vai contar com o nosso apoio e nosso trabalho para a aprovação dessa importante matéria. Muito obrigado.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Muito obrigada. Agradeço muito, Senador Wellington,



a sua contribuição e também a sua atuação nesta Casa em razão desse tema. Já o ouvi fazendo vários pronunciamentos da tribuna não só se solidarizando com os demais Estados, mas também lutando muito para que as catástrofes acontecidas na região Nordeste pudessem ser encaminhadas e ter solução.

Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Parabéns, Senadora Gleisi Hoffmann. Eu queria também, em nome do povo acriano, prestar a nossa solidariedade ao povo paranaense por este momento difícil.

No Acre, também nos deparamos com situações muito difíceis. É uma região em que chove muito e o rio Acre nos traz muitos transtornos. Mas, graças a Deus, este ano está tranqüilo.

Assim, eu queria prestar, neste momento, nossa solidariedade a todo o povo paranaense.

Parabéns pela sua sensibilidade.

Com a palavra o nobre Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, ontem, a bancada do Mato Grosso do Sul se reuniu com o Ministro da Agricultura, Ministro Wagner Rossi, para discutir a situação da agricultura do Mato Grosso do Sul, cuja safra de grãos está comprometida por causa das chuvas dos últimos dias.

Na verdade, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o meu Estado passa por um momento muito difícil, exigindo ações firmes e imediatas do Governo Federal. Mas ontem a bancada do Mato Grosso do Sul deixou a reunião com o Ministro Wagner Rossi confiante de que o Governo vai atender os pleitos do setor produtivo e, principalmente, dos Prefeitos.

Outra boa notícia que trago aos produtores de grãos do Mato Grosso do Sul diz respeito à renegociação das dívidas rurais.

O Banco do Brasil, por meio do seu Diretor de Agronegócio, Sr. José Carlos Vaz, se comprometeu a elaborar até a próxima sexta-feira, portanto, amanhã, normas para facilitar a renegociação dos débitos dos produtores rurais atingidos pelas últimas chuvas em Mato Grosso do Sul.

É bom deixar claro que essas medidas vão alcançar apenas os produtores cujas propriedades estiverem dentro dos Municípios afetados pelas chuvas e cujo prefeito tenha decretado estado de emergência.

E aí quero chamar a atenção, porque, embora tenhamos lá vinte Municípios que decretaram estado de emergência, os Municípios produtores chegam, no máximo, a oito ou dez. Então, trata-se realmente de

uma ação muito localizada. E quando o Banco do Brasil se compromete, aí tem toda uma burocracia.

Então, espero que o Banco do Brasil possa facilitar e fazer com que esses produtores possam renegociar.

Eu gostaria de explicar isto para aqueles que nos ouvem, porque é muito comum você ouvir que o produtor tem suas dívidas perdoadas. Na verdade, não se trata disso. Se não tivesse acontecido o que aconteceu em Mato Grosso do Sul, o Estado ia colher uma das maiores safras dos últimos anos.

Senador Wellington, cheguei a ver a soja lá em Maracaju, em Sidrolândia e em São Gabriel do Oeste. A produtividade este ano estava estimada em, aproximadamente, 60 sacas por hectare. E hoje você vê com tristeza um produtor que tem sua safra comprometida. Não dá para entrar... Choveu 11 ou 12 dias direto. As máquinas, as colheitadeiras não conseguem adentrar. E o pior: o grão, a vagem da soja brota. É uma coisa que, confesso, é difícil, mas a semente começa a germinar. Realmente, além de diminuir a produção, quando o produtor vai deixar sua soja, ele ainda tem outro prejuízo, porque a soja diminui a qualidade, tornando-se soja ardida – é esse o termo usado pelo produtor. E, na hora de vender seu produto, colheu lá duas mil sacas, o cerealista diz que se deve dar um desconto naquilo. Ele entrega mil, mas vai receber, por exemplo, por setecentos, porque ele tem um prejuízo em função da qualidade.

Diante de tudo isso, quero dizer e vou insistir: já informei desta tribuna que Mato Grosso do Sul terá uma perda de 50% aproximadamente da sua safra, e isso é muito para um Estado que tem a sua economia calcada, que depende fundamentalmente da pecuária e da agricultura.

Então, a expectativa da classe política, do Governador André Puccinelli, é de que as medidas que serão tomadas pelo Banco do Brasil sejam suficientes para resolver a situação dos produtores sul-matogrossenses, não este ano, porque isso está perdido, mas que eles possam continuar adimplentes e podendo receber recursos para que a próxima safra possa ser plantada. Senão, além de tudo, além do prejuízo deste ano, Mato Grosso do Sul poderá ver a sua área do ano que vem comprometida, porque os produtores não terão recurso para continuar esse seu trabalho. Então, essa é a nossa expectativa.

Agora, eu disse ainda há pouco, num aparte para a brilhante Senadora do Paraná, Senadora Gleisi, que, caso isso não ocorra, nós temos um pleito junto ao Conselho Monetário Nacional, de aprovarmos uma resolução dirigida aos produtores dessas regiões, insisto, onde o Prefeito decretou estado de emergência,



no sentido de excepcionalizar medidas que facilitem a renegociação dos produtores rurais junto ao Banco do Brasil.

O Ministro Wagner Rossi se dispôs a interceder junto à equipe econômica para que essas medidas sejam tomadas o mais rápido possível para minimizar os prejuízos dos produtores de soja. E é bom lembrar também que o Ministro da Integração Nacional, que compareceu lá no Estado do Mato Grosso do Sul semana passada, também já havia se comprometido com a bancada federal no sentido de também, juntos, eles que fazem parte desse Conselho Monetário Nacional, defender a posição de, se o Conselho Monetário Nacional entender, baixar essa resolução. E não é a primeira vez que isso acontece. Vários Estados já usaram dessa resolução para que pudessem ter uma solução negociada.

Outra decisão, que me informou hoje o chefe de gabinete do Ministro Wagner Rossi, o Dr. Alfredo, é que o Ministro da Agricultura assina amanhã uma norma em que regulamenta as regras para as Zonas de Alta Vigilância Sanitária, as chamadas ZAV.

Mato Grosso do Sul, há um tempo, em função de ter aparecido um foco de aftosa, teve toda uma região – na verdade, 13 Municípios de Mato Grosso do Sul localizados próximos à fronteira com o vizinho Paraguai – considerada área de risco. Portanto, criou-se uma Zona de Alta Vigilância, e esses Municípios não podiam ter a sua carne exportada.

Em fevereiro deste ano, a Organização Internacional de Epizootias, a chamada OIE, já concedeu ao Mato Grosso do Sul ser considerado Zona de Livre Exportação, com vacinação, inclusive liberando esses Municípios dessa área de fronteira.

Amanhã, o Ministro Wagner Rossi, depois de consultar o seu departamento jurídico, deverá assinar essa norma que vai realmente, de fato e de direito, liberar Mato Grosso do Sul, especialmente esses 13 Municípios, da chamada Zona de Alta Vigilância, para que Mato Grosso do Sul possa exportar nessa região, porque nós já exportamos, mas especificamente a proibição desses 13 Municípios será liberada.

Eu quero finalizar, dizendo que o Mato Grosso do Sul é o maior produtor de carne bovina do País. Embora não tenhamos o maior rebanho, é, sem dúvida nenhuma, o Estado que mais contribui para, inclusive, a carne que é exportada do Brasil.

Nesse sentido, nós realmente esperamos que amanhã a gente possa comemorar, de fato, que Mato Grosso do Sul venha ter essa liberação por parte do Ministério da Agricultura.

Eu quero agradecer à Presidente Dilma, pois ela nos atendeu prontamente, tendo recebido o Governador

André Puccinelli. Tivemos a visita, como já disse, do Ministro da Integração Nacional, e tivemos o atendimento do Ministro Wagner Rossi, da Agricultura. E é exatamente isto que nós esperamos, os prefeitos, sobretudo, desses Municípios atendidos: que o Governo Federal possa nos auxiliar.

Quero insistir: é claro que, neste momento, nós precisamos de recursos para reconstruir estradas, pontes, moradias e atender os desabrigados. Mas eu sou um daqueles que acha que o Ministério da Integração Nacional tem que investir, cada vez mais, em obras de prevenção, para que a gente possa pelo menos minimizar essas tragédias que têm acontecido muito ultimamente no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Parabenizo o Senador Waldemir Moka pelo seu belo pronunciamento.

Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como último orador desta sessão, eu queria trazer um tema que acredito ser de grande importância para o Brasil. Eu gostaria de discutir um assunto que tem afetado a vida de muitos brasileiros e brasileiras: os concursos públicos.

Recentemente, o Governo Federal, por intermédio da Presidente Dilma, anunciou um corte de R\$50 bilhões no Orçamento, fazendo um ajuste. Por mais que isso tenha repercussões, como já fui Governador, entendo que ajustes como esses devem ser, exatamente, para poder adequar a previsão correta da receita à previsão das despesas. É um ajuste que se faz no começo de um mandato. Nesse caso, tenho parabenizado por se preservarem alguns pontos que são importantes, como aquilo que estava previsto no Plano de Metas para a Educação, como ouvimos aqui do próprio Ministro da Educação; há poucos dias, também o Ministro da Saúde reafirmou da mesma forma; na área social, programas e projetos, enfim, na área da erradicação da miséria e da redução da pobreza, as obras do PAC.

E veja qual é o ponto, então: a medida que o Governo coloca em relação ao concurso, ou seja, um decreto que impede a contratação de concursados.

Repito, novamente, como quem já foi Governador, muitas vezes, há uma situação que não comporta o aumento de despesas de pessoal de uma forma normal. Mas também, nessas horas, você precisa fazer uma análise de áreas que estão extremamente fragilizadas. O interesse público, naquele momento, está colocado em desafio.

Então, qual é o pleito que estou fazendo? É que possa a Presidente Dilma autorizar a Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, que está recebendo de todas as áreas informações sobre esses concursos e esses concursados, a estabelecer, a partir daí, o que é inadiável.

Tenho citado inclusive, no diálogo que tenho tido com áreas do Governo, que o próprio Parlamento, há bem pouco tempo, reconhecendo isso, situações particulares, aprovou aqui, já depois desse decreto, depois dessa medida do corte dos R\$50 bilhões, um projeto de interesse do Governo que abriu, por exemplo, 1.061 vagas, 500 vagas para médicos do INSS, para médicos e peritos, para que possamos fazer funcionar 720 agências que estão sendo construídas no Brasil, inclusive uma parte no meu Estado, no Piauí. Tenho certeza de que também no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, no Acre, e em outras regiões do Brasil.

Pois bem, o que quero dizer é que, fazendo esse levantamento, é possível saber o que é inadiável, o que é prioridade. Depois que avaliarmos o que é prioridade, que olharmos a outra situação.

Vejam, as pessoas fazem um concurso. Eu já vivi isso na minha vida – fui aprovado em alguns, para o Banco do Estado do Piauí e para a Caixa Econômica Federal – e sei a dedicação de quem estuda, muitas vezes com o dinheirinho curto da família, com o apoio dos amigos. Sei a dedicação de um estudante, de uma pessoa que está desempregada ou que tem um emprego provisório e gasta ali o seu dinheirinho para pagar a mensalidade de um cursinho, para comprar livros, para muitas vezes viajar para fazer um concurso fora do seu Município. Quando sai o resultado, você não imagina a alegria de ver o nome ali publicado em um jornal, no *Diário Oficial*, com aquele resultado! É uma alegria na família! Você comemora, faz festa, enfim, ali nasce a expectativa de um emprego, ainda mais na área pública.

Cito isso para dizer que essa pessoa não pode ser frustrada. É uma relação do Estado com a sociedade nesse instante.

Pois bem, o que quero avocar aqui? A seguinte situação: se há um concurso, que tem uma norma legal, todo um regramento legal, e ele estabelece que o prazo de validade será de um ou dois anos, prorrogável por tal período, no momento em que há um decreto desse suspendendo o chamamento, na minha opinião, congela-se o prazo de contagem do concurso. É uma tese simples.

Vamos imaginar: se um concurso foi feito no ano de 2010, foi divulgado em janeiro e tem validade de 2 anos, ele vai até dezembro de 2011. Ora, se há um decreto, no mês de fevereiro, dizendo que não pode

mais convocar nenhum concursado, susta-se nesse instante a contagem do tempo desse concurso.

Nós temos situações inúmeras no Brasil. Agora ouvíamos aqui sobre as enchentes. Alguém fez um contrato de empréstimo. Esse contrato de empréstimo tem os prazos de carência e os prazos de pagamento. Em uma situação como essa de enchente, que é imprevisível, revê-se esse contrato, prorroga-se o prazo.

Então, eu acho que, para atos administrativos como um concurso, vale, na minha opinião, a mesma regra. E tenho certeza de que o Judiciário tem esse entendimento nessa área.

São muitas as áreas. Quer dizer, quase todos os dias, aqui no plenário do Senado, nos gabinetes, seja dos Senadores, seja dos Deputados e, tenho certeza, de outros membros do Governo, as pessoas estão fazendo esse apelo.

Então, estou encaminhando um apelo dirigido à própria Presidente Dilma e à Ministra Miriam Belchior, no sentido de que possam encontrar essa alternativa.

O que é possível chamar agora – estamos falando aqui de concursos da ABIN, da Comissão de Valores Mobiliários, do Ministério da Fazenda, da Embratur, que ainda não foram homologados. Então, nesse caso, é homologar e dar um prazo.

O problema é no ano de 2011? Em 2012, tenho certeza, o País vai continuar crescendo, as receitas vão crescer e teremos condição de suprir essas necessidades, aproveitando os concursados.

No próprio Ministério do Planejamento, o Ministro Paulo Bernardo, que conhece bem de economia, há pouco fez um apelo para que cem analistas de planejamento e orçamento possam ser chamados. Ele, hoje no Ministério das Comunicações, também sente a necessidade de chamar concursados. Pessoas da Receita Federal, concursadas em 2009: dos 1.061 aprovados, faltam só 89.

A pergunta que eu faço é: o chamamento desses, assim como dos auditores da Receita, vai significar ou não vai significar muito mais receitas do que despesas? Com certeza, combatendo sonegação, combatendo um conjunto de outras formas de redução de receitas, acho que medidas como essas têm de ser analisadas.

Em relação aos auditores, por exemplo, do concurso de 2010, faltam só 14. Em relação ao Banco Central, o concurso é de 2009, e também ali há essa necessidade para completar quadros de aposentadorias deste ano. Essa é a justificativa do Banco Central. Temos o Ministério do Turismo, o da Defesa, o Ministério da Cultura, o da Pesca, o Departamento Nacional de Produção Mineral... É uma das prioridades da Presidente trabalhar todas essas áreas.

Enfim, cito aqui esses exemplos e, repito, a minha própria experiência, porque sempre buscava chamar os concursados, quase sempre todos os classificados, exatamente para não haver essa frustração.

Quero, com essas palavras e para não me alongar, citar o exemplo, que eu citava há pouco, do Ministro Paulo Bernardo, que, numa entrevista hoje ao *Correio Braziliense*, traz a informação de que pediu essa autorização à Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, para convocar os concursados da Anatel.

A ideia do Ministro é justamente a que defendo aqui: convocar os concursados para ocuparem as vagas abertas pela Agência com a reativação da Telebrás, para onde retornaram mais de 70 servidores, de forma a não ter que gastar muito mais dinheiro com a realização de um novo concurso.

Da mesma forma, o Estado economiza, não tendo que realizar um outro concurso, havendo pessoas que possam suprir essa necessidade.

É por essa razão, Sr. Presidente, que quero aqui fazer este apelo, que, creio, é por uma causa justa: aquilo que for necessário e possível contratar agora, que vence e não tem mais jeito, mas para o restante fazer uma prorrogação.

Repito: usar o argumento de que, no momento de um decreto que susta a convocação, susta-se a contagem do tempo. Se faltar, por exemplo, um ano, seis meses, nove meses para o vencimento do concurso no ato do decreto, então, esse concurso, no ano de 2011, quando encerrar a validade do decreto, passará a ter quatro meses, seis meses, nove meses, onze meses, enfim, o tempo que faltava no momento do decreto.

Eu tenho certeza de que isso não só trará a alegria de muitos, brasileiras e brasileiros que, com muito sacrifício, se viram vitoriosos, aprovados na relação de um concurso público, na divulgação de um resultado como aprovados e classificados, como também, ao mesmo tempo, será uma economia para o povo brasileiro.

Eram essas as minhas palavras. Espero que possamos ter o atendimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Quero parabenizar nosso Governador, Senador Wellington Dias. Hoje, tive a oportunidade de participar com o senhor na Comissão de Direitos Humanos, e para mim está sendo um aprendizado. E nesse seu discurso, o senhor está mostrando a sua sensibilidade e o seu sentimento de justiça. Eu acho que o tema que o senhor levantou aqui é um tema importante que tenta corrigir injustiças. Então, quero parabenizá-lo por seu brilhante discurso nesta noite de hoje.

Passo a Presidência dos trabalhos ao nobre Senador Acir Gurgacz.

*O Sr. Sérgio Arruda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como orador inscrito, passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Acir, que é inclusive Presidente da nossa Comissão de Agricultura, do agronegócio, grande Senador, que chega do Estado de Rondônia para brilhar no Brasil.

Sr. Presidente, nobres colegas, trago um tema que para nós, catarinenses, e, claro, para o Brasil, eu acho que tem seus interesses. À primeira vista, parece arrojado, mas, se analisarmos com calma, é factível, é viável. Nós temos que pensar longe, temos que olhar um pouco além daquilo que vemos com os olhos, temos que ver um pouco além do horizonte. Eu acho que essa é a ideia do tema que vou expor aos colegas.

É do conhecimento de todos que nosso País já alcançou a autossuficiência na produção de petróleo – é o tema que vou analisar. Em 2010, foram 2.155.419 barris de petróleo por dia, além de 69 milhões de metros cúbicos/dia de GLP (gás liquefeito de petróleo), incluindo extrações em mar e terra, provenientes das operações da Petrobras no Brasil e no exterior.

No entanto, ainda não somos independentes na produção de derivados. Quer dizer, produzimos essa quantia, no ano passado, de 2 milhões e pouco de barris e petróleo por dia, mas nos derivados, nós não somos autossuficientes – depois da produção bruta de petróleo, ainda precisamos fazer os derivados. Importamos QAV, que é o querosene de aviação, GLP, que é o gás liquefeito, e, principalmente, óleo diesel, que responde por cerca de 40% de nossas vendas internas. Trata-se do principal combustível do transporte da produção industrial brasileira – que é o óleo diesel.

Segundo informações da Petrobras, Sr. Presidente e nobres colegas, com a construção de novas refinarias em Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará e no Rio de Janeiro, com investimentos da ordem de US\$ 73 bilhões – além da ampliação de refinarias já existentes, por volta de 2014 seremos independentes em diesel e, conseqüentemente, em derivados. As informações são do Plano de Negócios 2010-2014 da companhia. Serão mais de 2,3 milhões de barris de petróleo/dia processados no Brasil, chegando a aproximadamente 3,2 milhões de barris por dia em 2020. Essa é a projeção.



Atualmente, nossas refinarias estão operando no máximo de sua capacidade. Para citar um exemplo, a produção da Refinaria do Paraná, que é a Repar, é de 32 milhões de metros cúbicos, ou 200 mil barris de petróleo por dia – o equivalente a 12% da produção nacional. A empresa planeja investir na ampliação da Repar, passando dos atuais 32 milhões de metros cúbicos por dia para 50 milhões, esse é o projeto da companhia.

Nossa proposta é a construção de uma nova refinaria no Estado de Santa Catarina – uma vez que toda a nossa demanda é atendida em parte pela Refinaria do Paraná, no Município de Araucária, e em parte pela Refinaria Refap, em Canoas, no Rio Grande do Sul. A refinaria catarinense poderia ser instalada em um dos Municípios de nosso litoral, porque temos quinhentos e poucos quilômetros de Costa Atlântica e, sem dúvida alguma, com a projeção dos portos e assim por diante, seria extraordinário e as possibilidades são muito grandes.

São muitas as vantagens, não só para Santa Catarina, mas para o Brasil. Inicialmente, nosso Estado oferece mão de obra técnica e de engenharia fortemente capacitada. Neste aspecto, vale lembrar que o mercado fornecedor de mão de obra na região do Paraná encontra-se saturado pelas atuais obras de melhoria da qualidade do combustível da Repar.

Quer dizer, a mão de obra que está em Araucária, na Refinaria de Araucária, está esgotada, está toda tomada, e a ideia do Paraná é de fazer o investimento para ampliar, mas existem propostas diferentes que vamos, na sequência, deixar claras.

Santa Catarina teria, ainda, um considerável incremento na arrecadação de ICMS, além de beneficiar-se com a geração de milhares de postos de trabalho nas fases de construção e operação da unidade.

O Brasil ganha, ainda, Sr. Presidente, com a significativa melhoria da logística de processos de exploração anteriores ao refino e também no processo de logística, como a distribuição em função do pré-sal de Itajaí, do terminal da Transpetro em São Francisco do Sul e toda a rede portuária catarinense, com os portos de Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul, Itapoá e Imbituba.

Destaco, colegas, que é sempre menos dispendioso e mais seguro investir numa nova refinaria do que ampliar uma existente, devido a interferências com sistemas e instalações em operação – os técnicos é que dizem isso, não sou eu, não é o Casildo, os técnicos é que dizem isso.

As refinarias que hoje estão em operação no Brasil foram projetadas para processar o petróleo do Oriente Médio – quer dizer, à época operavam o petróleo do Oriente Médio que vinha, porque não tínhamos essa produção – e não para o petróleo brasileiro. Então, essas são as existentes hoje, tornando o processo de refino menos eficiente. Uma nova refinaria em nosso Estado nasceria com o perfil do petróleo brasileiro – além de poder produzir apenas diesel 10 ppm (partícula de enxofre por milhão), já especificado para o mercado europeu. Quer dizer, já poderia produzir para uma nova refinaria moderna, com as especificações que já existem hoje, produzir um petróleo que sirva para o mercado europeu inclusive, porque as nossas refinarias que recebiam o petróleo do Oriente Médio, elas produziam um petróleo que, para colocá-lo no mercado internacional, havia dificuldades.

Teremos um considerável impulso no processo de eliminação da dependência do País pelo diesel e querosene de aviação hoje importados por nós. São os derivados que importamos.

Para que este sonho venha a se tornar realidade, precisamos da elaboração de um Estudo de Viabilidade Técnica-Econômica conceitual, do próprio projeto conceitual e, finalmente, da aprovação da diretoria da Petrobras.

Portanto, nobres colegas, estamos agendando um encontro com o Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para solicitar informações mais detalhadas sobre os projetos de expansão da Petrobras e para formalização desta proposta. Por isso que, inclusive, convido, desde já, os colegas representantes de Santa Catarina, os Senadores Luiz Henrique da Silveira e Paulo Bauer, para juntos levarmos adiante este pleito tão importante para o nosso Estado e, em consequência, para o Brasil.

Pela relevância de Santa Catarina no cenário econômico nacional, que, com apenas 1,1% do território nacional, ostenta o sexto lugar no PIB do Brasil, tenho certeza de que contaremos com o apoio de todos os colegas e a devida atenção do Governo Federal.

Sr. Presidente, nobres colegas, parece arrojado, como disse no início, mas é uma proposta que vem ajudar porque, hoje, temos, praticamente, cinco portos em condições nos quinhentos e poucos quilômetros da nossa Costa Atlântica.

Há a questão do petróleo que surge na região toda, que, hoje, é refinado no Paraná, mas que, na época, se refinava o petróleo que vinha do Oriente, que, para ser colocado na Europa, não servia.



Há a questão da refinaria em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Se adaptarmos uma moderna e econômica, de acordo com os padrões para se produzir petróleo, os derivados, o querosene, enfim, todos os pormenores do óleo bruto, vamos, sem dúvida alguma, fazer com que o Brasil alcance suas metas e ajude em demasia. Isso ajuda sem dúvida alguma, e é uma das grandes funções.

Estou levantando este debate, trazendo à Casa esta proposta, e vamos levar avante para pensarmos em olhar, como disse no início, não só até onde nossos olhos veem, mas além do horizonte. Essa é a meta. Temos de ser um pouco arrojados. Aliás, o Brasil tem de ser arrojado já que é um País em desenvolvimento, é um País que faz parte do Bric, é um País que o mundo vê e é um País que tem condições de se desenvolver e crescer.

Esse é um dos temas – das *commodities*, da produção de petróleo e seus derivados – sumamente importante. As condições de infraestrutura existem em Santa Catarina, existem nos portos e existem em todos os lugares. Há mão de obra técnica para isso. Quer dizer, a viabilidade de facilitar com essa estrutura toda, sem dúvida alguma, vem ajudar.

Então, é a exposição que faço, Sr. Presidente e nobres colegas.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Casildo. O senhor traz um tema da máxima importância para nosso País. Neste momento de crescimento e de desenvolvimento, é importante o Brasil pensar na sua infraestrutura. Isso realmente é um tema muito importante para o desenvolvimento do País.

Não havendo nenhum Senador inscrito para usar a tribuna neste momento, faço um registro sobre uma audiência pública que tivemos hoje, pela manhã, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para discutir os usos e a gestão da água no Brasil. A audiência marcou também a passagem do Dia Mundial da Água, que será no próximo dia 22 de março, e foi feita em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente do Senado. Entendemos que a Comissão de Agricultura precisa debater esse assunto de meio ambiente juntamente com a produção agrícola do nosso País. É muito importante que façamos isso junto com a Comissão de Meio Ambiente.

Portanto, foi uma audiência pública da maior relevância para o nosso País. Tivemos a presença dos Senadores da Comissão de Agricultura, dos Senadores da Comissão de Meio Ambiente, e do Presidente da

Comissão de Meio Ambiente, Senador Rollemberg, esteve junto conosco – dividimos a presidência. De modo que foi uma audiência pública muito proveitosa.

Assim queremos caminhar com a agricultura brasileira: junto com os ambientalistas. Entendemos que tanto os produtores rurais do Brasil quanto os ambientalistas têm a mesma preocupação que todo o povo brasileiro com relação ao cuidado da água no Planeta. Todos queremos água limpa e alimentos para a população brasileira.

Peço para que seja considerado, na íntegra, o meu pronunciamento.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ACIR GURGACZ**

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tivemos hoje pela manhã uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para discutir os usos e a gestão da água no Brasil. A audiência marcou também a passagem do Dia Mundial da Água, que será no próximo dia 22 de março, e foi feita em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Foi um momento de importância singular e de um simbolismo especial, pois duas comissões vistas por muitos como antagônicas se juntaram para discutir um tema comum: a ÁGUA que usamos todos os dias.

Nada mais natural, portanto, que discutamos nossas necessidades e pontos de vista buscando aquilo que é melhor para o meio ambiente, para as nossas águas e também para agricultura. Afinal, todos precisam de água, de recursos naturais e de alimentos para sobreviver.

Durante muito tempo o nosso paradigma foi o de ENFRENTAR a natureza e hoje precisamos aprender a CONVIVER com ela, com os seus fenômenos e limites.

Então, caros Senadores, as respostas para o desafio das águas no Brasil serão encontradas possivelmente na adoção de um modelo de gestão de recursos hídricos integrado, compartilhado, tendo as bacias hidrográficas como unidades de gerenciamento, os comitês de bacias como os “Parlamentos das Águas, levando em conta os ambientes rurais e urbanos, e todas as atividades econômicas neles desenvolvidas, com a devida aplicação dos instrumentos de gestão consagrados pela Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei 9.433/97, também conhecida como a Lei das Águas.

Sem esquecer, evidentemente, das relações com outras políticas que regulam o uso do solo, das florestas e da própria água, como a política do Saneamento, os zoneamentos ecológicos e econômicos e também dos ajustes necessários no Código Florestal.

E para que esta gestão seja realmente integrada, cada setor usuário de nossas águas superficiais e subterrâneas precisa fazer a sua parte, ter o seu uso regulamentado. No que diz respeito a agricultura, Srs. senadores, muito embora sejamos o principal usuário da água bruta entre as atividades econômicas do país, ainda nos falta uma política de IRRIGAÇÃO para a atividade agrícola.

Uma proposta de política para a IRRIGAÇÃO inclusive já tramitou nesta casa como PSL 6.381/2005, foi aprovada neste plenário em 2005, mas ainda está em trâmite na Câmara dos Deputados. Precisamos resgatar esse projeto, agilizar a sua tramitação e promover o alinhamento necessário das novas normas para a irrigação com as outras políticas setoriais e da agricultura, bem como elaborar um mapa estratégico da agricultura irrigada no Brasil, que hoje ocupa uma área de aproximadamente 3,44 milhões de hectares, o que corresponde 5,9% da área total plantada no País. Eu já conversei com o líder do PDT na Câmara dos Deputados, meu companheiro Giovanni Queiroz, e com assessoria legislativa daquela casa e vamos dar agilizar a aprovação de uma política de IRRIGAÇÃO para o Brasil.

Água temos em abundância, Srs. Senadores, o que falta são normas, regras para os usos de cada setor, e uma gestão integrada dos múltiplos usos para que tenhamos água para todos em qualidade e quantidade suficiente para o desenvolvimento de nossas atividades econômicas e cotidianas.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Sr<sup>a</sup> Senadora Maria do Carmo Alves e os Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA DO CARMO ALVES** (Bloco/DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje são 17 de março e gostaria de registrar aqui o aniversário de Aracaju, Capital do meu Estado. Comemoramos na data de hoje a transferência da Capital de Sergipe, da cidade de São Cristóvão para Aracaju, há 156 anos.

Foi uma decisão que contrariou muitos são-cristovenses e surpreendeu outros sergipanos, que não vislumbraram a indicação visionária do Governador

da Província, Inácio Barbosa, ao eleger o pequeno arraial de pescadores no Povoado de Santo Antônio do Aracaju para Capital.

Era visionária porque se tratava de uma nova época que florescia, na qual o padrão ideal de cidades, que levava em conta uma localização de difícil acesso e construções fortificadas, dava espaço às cidades portuárias, localizadas à beira-mar, acessíveis, por onde a modernidade das máquinas a vapor reconhecera a pujança econômica que vivenciava Sergipe durante o Ciclo do Açúcar. E não era pouca coisa, Srs. e Sr<sup>as</sup>. Senadores, a expressão nacional da exportação do açúcar produzido pelos engenhos sergipanos no Vale do Cotinguiba.

Inácio Barbosa via a oportunidade de instalação de um porto no Rio Cotinguiba, hoje chamado Sergipe, como imprescindível para o transporte e a circulação das riquezas abundantes da Província. A localização era exata, porque a barra do Cotinguiba gerava os mais volumosos fluxos de exportação, sendo superior em quatro ou cinco vezes às demais barras de rio por onde se escoava a mercadoria local.

Inácio sonhava com a instalação da Capital à margem direita do Cotinguiba, lugar onde estava Aracaju, e não poupou esforços pra ver sua idéia concretizada.

Colhidos de surpresa para uma convocação extraordinária realizada em uma das poucas casas existentes em Aracaju, os deputados sergipanos elevaram o povoado à categoria de cidade e, numa estratégia política de Inácio Barbosa que surpreendeu a muitos, também, imediatamente, à Capital da Província.

Assim se fez a história de Aracaju, a cidade que já nasceu Capital e cuja marca de ousadia a faz protagonizar as principais mudanças políticas, econômicas e culturais do Estado no correr do tempo.

Gostaria de parabenizar, Sr. Presidente, não só os Aracajuanos, mas todos os sergipanos que se orgulham de sua bela e próspera Capital, pelos 156 anos dessa jovem cidade, hoje uma das Capitais mais aprazíveis do Nordeste.

Era isso que gostaria de registrar, Sr. Presidente, obrigada.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, Aracaju, capital de meu Estado, completa 156 anos de existência, assim sendo, à sua população e às suas famílias, nossos sinceros e merecidos parabéns!

Embora modesta em demografia e em espaço urbano, Aracaju se destaca pela organização urbana de suas praias, pela estética de suas calçadas, pelo

circuito turístico de suas paisagens. A capital sergipana abriga cerca de 530 mil habitantes.

Tranquila, segura, aconchegante e acolhedora, está potencialmente preparada para acolher o volumoso fluxo do mercado turístico, uma vez dotada de diversificados atrativos naturais – praias, rios e manguezais. Além disso, montada numa excelente infraestrutura urbana, dispõe de uma saborosa gastronomia regional aromatizada principalmente por sabores do mar.

E não é só isso. A população local e os visitantes podem lançar mão de imensa diversidade de equipamentos culturais e de lazer, a exemplo de museus, galerias de arte, centro de convenções, teatros, parques, casas noturnas e de espetáculos. Mediante um sistema de transporte público integrado, é possível conhecer toda a capital sergipana com um único bilhete, que permite que o passageiro pegue quantos ônibus desejar. Isso tudo para não mencionar uma rede hoteleira de qualidade, com bares e restaurantes à disposição do turista. E para quem gosta de pedalar, Aracaju lhe reserva nada menos que 50 quilômetros de ciclovias.

Sr. Presidente, toda essa engrenagem não surge do nada. Em 2009, o PIB de Aracaju alcançou a marca dos sete bilhões de reais, superando outras capitais brasileiras, como Palmas no Tocantins e Rio Branco no Acre. A partir dos anos 2000, com o incentivo das políticas sociais implementadas pelo Governo Lula, as capitais nordestinas se depararam com alavancas muito concretas de crescimento. Dotadas de poder aquisitivo mais robusto, as famílias da capital sergipana se sentiram mais confiantes nas demandas por bens duráveis, consumindo mercadorias em escala jamais vista.

Quero nesta oportunidade também ressaltar o sucesso do Banco do Estado de Sergipe que registrou este ano um patrimônio líquido de R\$ 177,3 milhões com expansão de 19,4 % em um ano. Em 2010, o lucro líquido consolidado gerado foi de R\$ 54,5 milhões, 39,4% acima do resultado de 2009, desempenho resultante do crescimento das receitas de operações créditos, aumento nas receitas de prestações de serviços, e pela redução das despesas de captação e provisão para perdas nas operações de créditos. A relevância incontestes desses resultados, trata-se da evolução superior aos principais bancos atuantes no Brasil, exemplificando o crescimento de bancos como: Privados – Bradesco (25%), Itaú (32%), Santander (34%); Públicos – Banrisul (37%), Banco do Brasil (15%), Caixa (25%). A tratar de dados comparativos, o Banco do Estado de Sergipe se apresenta como um dos bancos de maior lucratividade no país.

Sinal dos novos tempos, empresários de múltiplos ramos têm buscado em Aracaju o refúgio ideal para seus empreendimentos. A CVC que está expandindo seus negócios para o ramo da hotelaria, vai entrar no mercado das classes C e D. Segundo os diretores, vai investir no primeiro “resort popular” em área nobre: a praia do Mosqueiro, em Aracaju.

Assim, devemos exaltar a verdadeira revolução que acontece em Aracaju sob a forma de transformações modernizadoras de suas instituições, de seus costumes e de sua conscientização política democrática. Nosso povo aposta nos processos progressistas de modernização urbana, destinando a Aracaju um devir alvissareiro, seja pela válvula do turismo, seja pela válvula da indústria.

Por fim, Sr. Presidente, não há como arrefecer minha emoção ao celebrar os 156 anos da capital sergipana, na convicção de que não sobram mais espaços políticos para o arcaísmo tacanho das economias conservadoras. Aracaju acompanha os ventos da modernidade, se adequando aos desafios contemporâneos da globalização dos mercados. Em suma, seu presente prepara, hoje, um futuro de muita prosperidade num amanhã bem próximo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o tema que me traz a tribuna no dia de hoje é um dos mais gratificantes de toda minha trajetória de homem público: os 21 anos de criação do Código de Defesa do Consumidor. Tenho esta ligação com o tema exatamente por ter tido a honra, como Ministro da Justiça, de ajudar a tirar do papel o Código que revolucionou as relações de consumo e passou a defender a parte mais frágil e sempre a mais lesada: o consumidor.

O Código existia, fora criado e aprovado pelo Congresso Nacional, mas se assemelhava a outras leis que eram elogiadas, mas não saíam do papel. O Código do Consumidor, naquele momento, claudicava com poucos e enfraquecidos Procons e algumas outras entidades que atuavam em defesa do cidadão. Ele se ressentia da falta de um dínamo institucional, de uma força política para se afirmar e se fazer respeitado em todo o Brasil.

Naquela oportunidade tive a honra de ser indicado pelo meu partido, o PMDB, para dirigir o ministério da Justiça, posto que já fora ocupado por respeitados juristas brasileiros.



A pasta era – e ainda é – muito complexa com competências múltiplas e díspares. Estavam lá vários órgãos: Denatran, responsável pela política nacional de trânsito, a Fundação Nacional do Índio, o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, atuando no equilíbrio do mercado, e a Secretaria de Direitos Humanos, entre outros órgãos. Mas lá havia duas secretarias muito relevantes e esquecidas: a Secretaria de Direito Econômico – SDE – e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, DPDC. Ambas com responsabilidades muito além de suas tímidas estruturas físicas e funcionais.

Como um exército de Brancaleone passamos a atuar, junto com o DPDC e a SDE, no mercado das relações de consumo e, graças a postura do Ministério, graças a este suporte público, o Código de Defesa do Consumidor pegou.

O Código é, inquestionavelmente, a maior contribuição do direito privado brasileiro para o mundo. Sinto-me particularmente honrado porque participei da aprovação do Código como deputado federal e, como ministro de Estado da Justiça, pude colaborar com ações pontuais no sentido de que o Código fosse respeitado em todo o País.

O Código de Defesa do Consumidor é uma legislação – ainda hoje – de vanguarda e abrangente, que definiu responsabilidades e mecanismos eficazes de reparação de danos nas relações de consumo. O Brasil é uma das poucas nações do planeta a conferir o status de código ao assunto, o que, certamente, fortaleceu sua aceitação social. Por isso nosso código foi e está sendo ponto de partida para vários países que pensam em adotar legislações semelhantes.

Muitas ações do Ministério da Justiça neste renascimento do Código foram rumorosas, motivos de debate na televisão, jornais e rodas de conversas em todo o Brasil.

A primeira delas, respeitada ainda hoje, acabou com a farra desrespeitosa pela qual as administradoras de cartões de crédito enviavam cartões não solicitados aos consumidores e por eles passavam a cobrar anuidade.

Esta prática, desleal, acabou depois de sucessivas punições a todas as bandeiras que despachavam cartões sem anuência do consumidor. As próprias administradoras acabaram concordando que a prática era abusiva e, compreendendo uma nova realidade social e legal no Brasil, passaram a não enviar cartões sem o consentimento do consumidor.

Posteriormente, veio a batalha dos preços nos produtos dos supermercados. O Código exigia e ain-

da exige que o preço fosse colocado no produto e não apenas nas gôndolas, como era praxe, ou no código de barras. Não era um capricho. É uma exigência legal e ninguém, obviamente, era contra o código de barras que agiliza os procedimentos comerciais.

Argumentávamos, então, que o código de barras deveria conviver harmonicamente com o preço do produto e, enquanto estivemos à frente do ministério, a determinação legal foi acatada.

Mas o Código do Consumidor não é um instrumento que estimula e gera o conflito entre consumidores e fornecedores. Ao contrário. A toda iminência de um ruído nesta relação, o Código oferece a alternativa civilizada do acordo. E foi através dos famosos termos de ajustamento de conduta (TEC) que evitamos muitos conflitos e milhares de ações judiciais que podiam estar entulhando a justiça ainda hoje.

Recordo muito bem de dois exemplos: na crise cambial de 1998, quando o dólar explodiu, muitos consumidores perderam as condições de honrar prestações de automóveis indexadas à moeda norte-americana.

As financeiras de leasing não tinham nenhum interesse em retomar tamanha quantidade de veículos financiados de eventuais inadimplentes. Era um impasse. Mas, através de um Termo de Ajustamento de Conduta, os contratos foram esticados. Sentamos na mesma mesa: as financeiras, bancos de montadoras, consumidores e, desta forma, os compradores puderam honrar os pagamentos num prazo mais longo e evitou-se um trauma econômico no Brasil.

O mesmo ocorreu com os fabricantes que vendiam lâmpadas inadequadas para a voltagem da rede brasileira, que diminuía a vida útil das lâmpadas.

Foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta e o problema foi solucionado sem a necessidade de litígio. Fico apenas com estes episódios mais rumorosos para não cansar, tamanha é minha atenção com o Código do Consumidor.

Mas, como sabido, as leis se subordinam à ação deteriorante do tempo. Novas relações de consumo surgiram com a rede mundial de computadores e muitos outros conflitos não estão suficientemente abrangidos. Por isso foi criada, em dezembro último, uma comissão de juristas, sob a presidência do especialista no assunto, ministro Herman Benjamin, para atualizar o Código de Defesa do Consumidor.

Para os mais desconfiados é bom que fique bem claro: é uma Comissão para atualizar, não para reformar ou descaracterizar o Código. Uma comissão que não vai mexer um milímetro nos direitos dos consumidores.



Pelo contrário, a Comissão tem a diretriz de ampliar os direitos do consumidor com muita responsabilidade.

Neste aspecto, é importante sublinhar que o chamado e-mercado, ou o comércio eletrônico, precisa de regras claras a fim de proteger o consumidor e garantir a credibilidade desta modalidade de consumo que cresce em todo o mundo.

Outra preocupação dominante da comissão é o fortalecimento dos Procons, a fim de se evitar o excesso de litígio nas relações de consumo.

Todos nós aguardamos ansiosos o ante-projeto que deve ser sugerido pela Comissão até o final deste semestre, para que possamos aprimorar o Código de Defesa do Consumidor. Código que, nunca é demais lembrar, foi concebido, elaborado e votado pelo Congresso Nacional. Não seremos nós a mexer nos direitos conquistados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

*(Levanta-se a Sessão às 20 horas e 14 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR CASILDO MALDANER NA SESSÃO DO DIA 03 DE MARÇO DE 2011, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Pedro Taques, nobres colegas, antes de entrar no assunto propriamente dito, quero fazer apenas uma referência ao pronunciamento que o Senador catarinense, Luiz Henrique, fez há pouco. Eu estava lá fora e, no carro, sintonizado com o Senado, ouvi que o tema que ele abordava era descentralização.

O Senador Luiz Henrique da Silveira fala com propriedade, porque, no nosso Estado, Santa Catarina, ele implantou esse sistema de descentralização, criando 36 secretarias regionais, fazendo com que elas tivessem o mesmo poder, praticamente, que a da grande Florianópolis, a capital.

O Governo é descentralizado, com os secretários regionais e os gerentes de todas as áreas decidindo o orçamento descentralizado, e discutindo isso, quer dizer, uma região distante tem os mesmos valores e os mesmos direitos que a regional de uma grande cidade, ou coisa que o valha, dignificando, facilitando, melhorando, prestando serviços onde se encontram os cidadãos.

Então, essa tese é um modelo que muitos estão indo conhecer em nosso Estado e que acho que até serve como um modelo para o Brasil, para descentralizar as questões e o poder central ser mais regulador e não arrecadador, daqui saindo as decisões para que os Prefeitos, principalmente, venham buscar os recursos. Descentralizar, quer dizer, ser o normatizador das questões do Brasil.

Essa é a tese catarinense que, há pouco, o Senador Luiz Henrique abordou. Com certeza, ele vai voltar várias vezes para defender essa tese.

Nobre Presidente, caros colegas, tive a honra de ser conduzido, ontem, como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, juntamente com o colega de V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Jayme Campos, como Presidente.

Nessa Comissão, vamos ter diversos temas para serem abordados no decorrer dos próximos anos ou meses. São temas que, no Brasil vivenciamos todos os dias. Quero, para reflexão, Sr. Presidente, nobres colegas, fazer algumas ponderações em relação à verdadeira inclusão social, e vou me referir mais aos que são deficientes por um mal ou outro, e eu não sabia, até, e os dados que me chegaram são de ficar... É extraordinário: nós temos no Brasil cerca de 24 milhões de pessoas com um defeito ou outro, de uma maneira ou outra têm uma deficiência: ou é auditiva, ou é visual, ou é física, ou é dessa forma ou daquela, representando cerca de 14% da população brasileira. É uma loucura, é muita gente. A gente vê aqui e acolá, às vezes, um deficiente e a gente não se apercebe, mas, se analisarmos os dados e os números, a gente vê isso, que é muita gente no Brasil enfrentando problemas dessa ordem. Então eu trago algumas considerações em relação a isso.

De acordo com o Censo do IBGE – isso eu falo de 2000, porque eu não tenho os dados de 2010, que devem estar aí, mas eu não consegui compilar; os de 2000, os dados de 2010 ainda não estão disponíveis, eu não consegui – o Brasil tem 24,5 milhões de portadores de deficiência, o que equivale a 14,5% da população do País. Desses cidadãos, 22,9% com deficiência motora, 16,7% com deficiência auditiva, 8,3% com deficiência mental e 4,1% com deficiência física.

A Constituição brasileira garante direitos fundamentais dos portadores de deficiência. Isso quer dizer que há um dispositivo constitucional que dá essas garantias, além de estabelecer competências específicas para Estados e Municípios.

Avançamos, é verdade, temos vagas em concursos públicos para portadores de deficiências, espaços em estacionamentos, adaptações urbanos de acessibilidade em algumas cidades, atendimentos especializados

em algumas escolas da rede pública; ainda em nossa legislação, isenção de IPI para aquisição de automóveis para portadores de deficiência e a possibilidade de dedução do imposto de renda para aquisição de equipamentos para deficientes – mas dentro da cota de despesas médicas do Imposto de Renda.

Aqui peço licença para fazer um “parênteses”: tudo isso é lei, há bastante tempo, e no entanto as políticas públicas e sua aplicação efetiva ainda não são, infelizmente, exceções na maior parte dos Estados e municípios brasileiros, quando deveriam ser regra absoluta. Refiro-me ao atendimento de qualidade, com capacitação específica, para portadores de deficiência nas redes públicas de ensino e saúde. Isso pra não falar das regras de acessibilidade, que são cumpridas à guisa da vontade de cada um. Quer dizer, fica a vontade de cada um para atender.

Sei que há Senadores nesta Casa, e cito o exemplo do colega Paulo Paim, que lutam por uma legislação voltada ao portador de deficiência, ainda mais inclusiva e abrangente. Cito também projeto de lei do Deputado Federal Gonzaga Patriota, de Pernambuco, que propõe a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Importação, para aquisição de equipamentos.

Ofereço-me, nobre colegas, para unir forças neste bom combate. Na Comissão de Assuntos Sociais, presidida, como disse antes, pelo nosso colega Jayme Campos e onde, conforme frisei, fui eleito vice-presidente, não pouparemos esforços para levar adiante todos os projetos que possam representar avanços em nossa legislação. Neste momento quero apresentar também minhas contribuições.

Sabemos que hoje há produtos e equipamentos que podem melhorar a vida de portadores de deficiências, utilizando a mais alta tecnologia.

Imaginem, caros Senadores, a mudança na vida de uma pessoa que, com acesso a uma moderna prótese para membros inferiores, poderá voltar às suas atividades normais. Ou uma órtese que permitirá que um deficiente se alimente sozinho, utilize um computador ou simplesmente escreva. Parece pouco, mas acreditem, é uma verdadeira transformação! Há mais, muito mais: equipamentos para portadores de deficiências auditivas, visuais, motoras, físicas e mentais, softwares, computadores, próteses, órteses, cadeiras de rodas especiais; enfim, coisas que podem significar revoluções na vida desses 24,5 milhões de brasileiros

Ocorre que a boa parte desses equipamentos e o desenvolvimento das tecnologias é realizado no exterior e, mesmo quando têm fabricação nacional, alcançam preços proibitivos.

Portanto, trago duas propostas distintas, que poderão contribuir para a resolução das vertentes dos principais problemas: Produção e Aquisição.

No lado da produção, proponho a isenção total de impostos para a pesquisa, para o desenvolvimento de equipamentos voltados aos portadores de deficiência, visando o estímulo à inovação tecnológica brasileira no setor.

Na outra ponta, temos a triste realidade do acesso a esses equipamentos. Salvo exceções em que os familiares ou o próprio portador dispõem de recursos financeiros,...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Eu apressaria um pouco, Sr. Presidente.

A imensa maioria dos brasileiros depende da caridade – a imensa maioria – de entidades sem fins lucrativos ou de governos estaduais e municipais, sempre com escassez de recursos.

São longas esperas, filas e, no mais das vezes, humilhação, para obter uma simples cadeira de rodas. Quando há necessidade de equipamentos mais complexos e modernos, estes estão praticamente inacessíveis.

Proponho que se crie, então, uma lei de incentivo fiscal para o portador de deficiência, nos moldes das já consagradas Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) ou Lei de Incentivo ao Esporte, em que a pessoa física ou jurídica poderá abater um percentual determinado de seu imposto de renda devido para aquisição de equipamentos para portadores de deficiências, para uso próprio ou doação a terceiros.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco/PMDB – SC) – Vou concluir.

Evidentemente que tais doações devem sofrer rigorosa fiscalização, para que não deságuem na vala comum do assistencialismo barato, nem tampouco sejam vítimas de intenções e ações de interesses escusos.

Concluindo, Sr. Presidente, com estas medidas, nobres colegas, incentivaremos a pesquisa científica nacional, a produção de equipamentos específicos para os portadores de deficiências e, em última análise, uma profunda mudança em nossa sociedade. Poderemos ter, inclusive, o surgimento de uma cadeia produtiva, com capacidade para gerar empregos no País.

Daremos uma contribuição efetiva de cidadania, de verdadeira inclusão social para esses brasileiros tão especiais, que querem apenas uma coisa: tornarem-se iguais, com respeito às suas diferenças.

Muito obrigado Sr. Presidente e nobres colegas.

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

# **Emendas**

**AO**

**PROJETO DE LEI**

**N.º 1, de 2011**

**MENSAGEM**

**N.º 00015/2011 – CN**

**(Nº 00049/2011, na origem)**

**Ementa:** "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 755.000.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

## Índice de Emendas PL 001/2011 - EMENDA

Total por Parlamentar

<b>FÁBIO FARIA</b>	00020	1
<b>FÁTIMA PELAES</b>	00021	1
<b>JOÃO DADO</b>	00011 a 00015	5
<b>ROBERTO DE LUCENA</b>	00022	1
<b>SANDRO MABEL</b>	00019	1
<b>SERGIO ZVEITER</b>	00016 a 00018	3
<b>WILSON SANTIAGO</b>	00001 a 00010	10
<b>Total de Emendas:</b>		<b>22</b>



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00001**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
00049/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

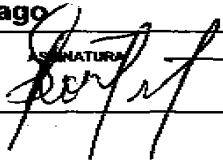
Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55101 - FNAS  
Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza  
GND 3                      Fonte 151                      MA 41                      Valor 15.000.000,00

**CANCELAMENTO**

Órgão: 55000 –Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Funcional Programática 08.244.1335.8442.0030  
Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Sudeste  
GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos que objetivam Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza, em especial, no estado da Paraíba que conta com mais de 180.000 famílias inscritas no Programa.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	SIGNATURA		
			

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00002**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
00049/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

### ACRÉSCIMO

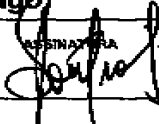
Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55901 - FNAS  
Funcional Programática 08.243.0068.2060.0025  
Título do Projeto Atividade: Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho – No Estado da Paraíba  
GND 3                      Fonte 151                      MA 41                      Valor 500.000,00

### CANCELAMENTO

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020  
Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Nordeste  
GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos de Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho – No Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00003**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
00049/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55901 - FNAS  
Funcional Programática 08.243.0068.8662.0025  
Título do Projeto Atividade: Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho – No Estado da Paraíba  
GND 3                      Fonte 151                      MA 90                      Valor 500.000,00

**CANCELAMENTO**

Órgão: 55000 –Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020  
Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Nordeste  
GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos para a Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho no Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00004**  
**PL 001/2011-CN**  
 Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

### ACRÉSCIMO

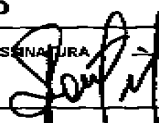
Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 Unidade Orçamentária: 55901 - FNAS  
 Funcional Programática 08.243.0073.2383.0025  
 Título do Projeto Atividade: Serviço de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes  
 Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias – No Estado da Paraíba  
 GND 3                      Fonte 151                      MA 41                      Valor 500.000,00

### CANCELAMENTO

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
 Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020  
 Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de  
 Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Nordeste  
 GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos de Serviço de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias – No Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00005**  
**PL 001/2011-CN**  
**Mensagem 0015/2011-CN**  
**00049/2011**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55901 - FNAS  
Funcional Programática 08.243.0152.8524.0025  
Título do Projeto Atividade: Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas – No Estado da Paraíba  
GND 3                      Fonte 151                      MA 41                      Valor 500.000,00

**CANCELAMENTO**

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020  
Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Nordeste  
GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas – No Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00006**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

### ACRÉSCIMO

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55901 - FNAS  
Funcional Programática 08.243.8034.20B8.0025  
Título do Projeto Atividade: Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos – No Estado da Paraíba  
GND 3                      Fonte 151                      MA 41                      Valor 500.000,00

### CANCELAMENTO

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020  
Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Nordeste  
GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos de Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos – No Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00007**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55901 - FNAS  
Funcional Programática 08.244.1384.2A60.0025  
Título do Projeto Atividade: Serviços de Proteção Social Básica às Famílias – No Estado da Paraíba  
GND 3                      Fonte 151                      MA 41                      Valor 500.000,00

**CANCELAMENTO**

Órgão: 55000 –Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020  
Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Nordeste  
GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias – No Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00008**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

### ACRÉSCIMO

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55901 - FNAS  
Funcional Programática 08.244.1384.2A61.0025  
Título do Projeto Atividade: Serviços Específicos de Proteção Social Básica – No Estado da Paraíba  
GND 3                      Fonte 151                      MA 41                      Valor 500.000,00

### CANCELAMENTO

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020  
Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Nordeste  
GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos dos Serviços Específicos de Proteção Social Básica no Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00009**  
PL 001/2011-CN  
Mensagem 0015/2011-CN  
00049/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

**ACRÉSCIMO**

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55901 - FNAS  
Funcional Programática 08.244.1385.2A69.0025  
Título do Projeto Atividade: Serviços Específicos de Proteção Social Especial – No Estado da Paraíba  
GND 3                      Fonte 151                      MA 41                      Valor 500.000,00

**CANCELAMENTO**

Órgão: 55000 –Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020  
Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Nordeste  
GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos dos Serviços Específicos de Proteção Social Especial no Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO	NOBRE DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00010**  
**PL 001/2011-CN**  
 Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 001/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

### ACRÉSCIMO

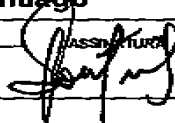
Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 Unidade Orçamentária: 55901 - FNAS  
 Funcional Programática 08.244.1385.2A69.0025  
 Título do Projeto Atividade: Serviços Específicos de Proteção Social Especial – No Estado da Paraíba  
 GND 3                      Fonte 151                      MA 31                      Valor 500.000,00

### CANCELAMENTO

Órgão: 55000 –Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome  
 Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 Funcional Programática 08.244.1335.8442.0020  
 Título do Projeto Atividade: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza E extrema Pobreza (Lei nº 10.836 de 2004) Na Região Nordeste  
 GND 3                      Fonte 100                      MA 90                      Valor 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Assegurar, através da suplementação orçamentária, a realização de Projetos dos Serviços Específicos de Proteção Social Especial no Estado da Paraíba, de acordo com a funcional aprovada na LOA para 2011.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00011**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
00049/2011

<b>INSTRUÇÕES NO VERSO</b>	<b>PROJETO DE LEI</b> 01/2011-CN	<b>PÁGINA</b>
----------------------------	-------------------------------------	---------------

**TEXTO**

**ACRÉSCIMO:**

No Crédito Suplementar nº 01/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:  
55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
08.244.1335.8442.0030 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial – Votuporanga - SP  
GND: 03  
Modalidade de Aplicação: 41  
Fonte: 100  
Valor: R\$100.000,00

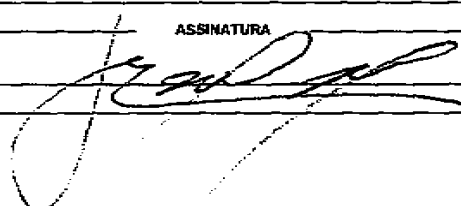
**CANCELAMENTO:**

Como cancelamento compensatório indica-se o seguinte item constante desse crédito:  
55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
08.244.1335.8442.0030 – Transferência de Renda Diretamente às famílias em condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10836, de 2004) na Região Sudeste  
GND: 03  
Modalidade de Aplicação: 90  
Fonte: 100  
Valor: R\$ 100.000,00

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa assegurar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial – Votuporanga – SP. Não tem sentido o cancelamento de emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso Nacional, e a utilização de recursos no Programa Bolsa Família, retirando do parlamento a possibilidade de contemplar entidades assistenciais de reconhecidos e relevantes serviços prestados ao país. Portanto, esta emenda visa restaurar a nossa emenda destinada às entidades assistenciais de Votuporanga – SP, cujo veto da mesma, pela presidenta Dilma Rossef, ainda se encontra pendente de ratificação, ou não, pelo Congresso Nacional.

<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DO PARLAMENTAR</b> João Dado	<b>UF</b> SP	<b>PARTIDO</b> PDT
---------------	---	-----------------	-----------------------

<b>DATA</b>	<b>ASSINATURA</b> 
-------------	---

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00012**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
00049/2011

<b>INSTRUÇÕES NO VERSO</b>	<b>PROJETO DE LEI</b> 01/2011-CN	<b>PÁGINA</b>
----------------------------	-------------------------------------	---------------

**TEXTO**

**ACRÉSCIMO:**

No Crédito Suplementar nº 01/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:  
55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
08. 244. 1384. 2830. 0738 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Penápolis - SP  
GND: 03  
Modalidade de Aplicação: 41  
Fonte: 100  
Valor: R\$100.000,00

**CANCELAMENTO:**

Como cancelamento compensatório indica-se o seguinte item constante desse crédito:  
55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
08.244.1335. 8442.0030 – Transferência de Renda Diretamente às famílias em condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10836, de 2004) na Região Sudeste  
GND: 03  
Modalidade de Aplicação: 90  
Fonte: 100  
Valor: R\$ 100.000,00

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa assegurar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Penápolis – SP.  
Não tem sentido o cancelamento de emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso Nacional, e a utilização de recursos no Programa Bolsa Família, retirando do parlamento a possibilidade de contemplar entidades assistenciais de reconhecidos e relevantes serviços prestados ao país.  
Portanto, esta emenda visa restaurar a nossa emenda destinada às entidades assistenciais de Penápolis – SP, cujo veto da mesma, pela presidenta Dilma Rossef, ainda se encontra pendente de ratificação, ou não, pelo Congresso Nacional.

<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DO PARLAMENTAR</b> João Dado	<b>UF</b> SP	<b>PARTIDO</b> PDT
<b>DATA</b>	<b>ASSINATURA</b> 		



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00013**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

<b>INSTRUÇÕES NO VERSO</b>	PROJETO DE LEI <b>01/2011-CN</b>	PÁGINA
----------------------------	-------------------------------------	--------

**TEXTO**

**ACRÉSCIMO:**

No Crédito Suplementar nº 01/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:  
 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 08. 244. 1384. 2930. 0740 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Américo de Campos - SP  
 GND: 03  
 Modalidade de Aplicação: 41  
 Fonte: 100  
 Valor: R\$100.000,00

**CANCELAMENTO:**

Como cancelamento compensatório indica-se o seguinte item constante desse crédito:  
 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 08.244.1335. 8442.0030 – Transferência de Renda Diretamente às famílias em condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10836, de 2004) na Região Sudeste  
 GND: 03  
 Modalidade de Aplicação: 90  
 Fonte: 100  
 Valor: R\$ 100.000,00

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa assegurar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Américo de Campos – SP. Não tem sentido o cancelamento de emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso Nacional, e a utilização de recursos no Programa Bolsa Família, retirando do parlamento a possibilidade de contemplar entidades assistenciais de reconhecidos e relevantes serviços prestados ao país. Portanto, esta emenda visa restaurar a nossa emenda destinada às entidades assistenciais de Américo de Campos – SP, cujo veto da mesma, pela presidenta Dilma Rossef, ainda se encontra pendente de ratificação, ou não, pelo Congresso Nacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR <b>João Dado</b>	UF <b>SP</b>	PARTIDO <b>PDT</b>
DATA	ASSINATURA 		

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00014

PL 001/2011-CN

Mensagem 0015/2011-CN

00049/2011

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 01/2011-CN	PÁGINA
---------------------	------------------------------	--------

TEXTO

**ACRÉSCIMO:**

No Crédito Suplementar nº 01/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:

55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

08.244.1335.8442.0030 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Jales - SP

GND: 03

Modalidade de Aplicação: 41

Fonte: 100

Valor: R\$100.000,00

**CANCELAMENTO:**

Como cancelamento compensatório indica-se o seguinte item constante desse crédito:

55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

08.244.1335.8442.0030 – Transferência de Renda Diretamente às famílias em condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10836, de 2004) na Região Sudeste

GND: 03

Modalidade de Aplicação: 90

Fonte: 100


Valor: R\$ 100.000,00

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa assegurar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Jales – SP.

Não tem sentido o cancelamento de emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso Nacional, e a utilização de recursos no Programa Bolsa Família, retirando do parlamento a possibilidade de contemplar entidades assistenciais de reconhecidos e relevantes serviços prestados ao país.

Portanto, esta emenda visa restaurar a nossa emenda destinada às entidades assistenciais de Jales – SP, cujo veto da mesma, pela presidenta Dilma Rossef, ainda se encontra pendente de ratificação, ou não, pelo Congresso Nacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR João Dado	UF SP	PARTIDO PDT
DATA	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00015**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

<b>INSTRUÇÕES NO VERSO</b>	PROJETO DE LEI 01/2011-CN	PÁGINA
----------------------------	------------------------------	--------

**TEXTO**

**ACRÉSCIMO:**

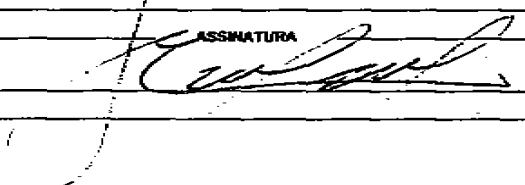
No Crédito Suplementar nº 01/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:  
55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
08.244.1384.2B30.0744 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Votuporanga - SP  
GND: 03  
Modalidade de Aplicação: 41  
Fonte: 100  
Valor: R\$100.000,00

**CANCELAMENTO:**

Como cancelamento compensatório indica-se o seguinte item constante desse crédito:  
55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
08.244.1335.8442.0030 – Transferência de Renda Diretamente às famílias em condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10836, de 2004) na Região Sudeste  
GND: 03  
Modalidade de Aplicação: 90  
Fonte: 100  
Valor: R\$ 100.000,00

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa assegurar a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Votuporanga – SP. Não tem sentido o cancelamento de emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso Nacional, e a utilização de recursos no Programa Bolsa Família, retirando do parlamento a possibilidade de contemplar entidades assistenciais de reconhecidos e relevantes serviços prestados ao país. Portanto, esta emenda visa restaurar a nossa emenda destinada às entidades assistenciais de Votuporanga – SP, cujo veto da mesma, pela presidenta Dilma Rosset, ainda se encontra pendente de ratificação, ou não, pelo Congresso Nacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR João Dado	UF SP	PARTIDO PDT
DATA	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00016**  
PL 001/2011-CN  
Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
01, de 2011 - CN

PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

Inclua-se no Programa de Trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o seguinte subtítulo:

**ACRÉSCIMO:** 08.243.0073.2383.0033 – Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias – No Estado do Rio de Janeiro.

GND – 4  
MOD – 30  
VALOR – R\$ 2.000.000,00

**CANCELAMENTO:** 08.244.1335.8442.0040 – Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condições de Pobreza e Extrema Pobreza - na Região Sul.

ESF – S  
GND – 3  
RP – 1  
MOD – 90  
IU – 0  
FTE – 100  
VALOR – R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda busca dar um melhor atendimento assistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social de violações de seus direitos, por ocorrência de violência, abuso e exploração sexual, dando também assistência às famílias do envolvidos. Hoje em dia os índices de exploração sexual vêm crescendo desordenadamente, sendo necessária uma maior atuação do Estado na assistência às famílias atingida. Tais recursos serão destinados aos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que vem sofrendo sérias consequências com a violência sexual em detrimento do alto número de turistas que visitam a região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Sérgio Zveiter

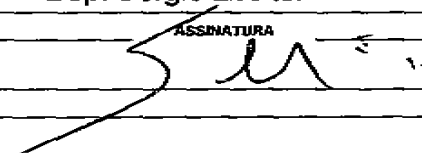
RJ

PDT

DATA

ASSINATURA

16/03/2011





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00017**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 01, de 2011 - CN	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	---	------------------

TEXTO

Inclua-se no Programa de Trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o seguinte subtítulo:

**ACRÉSCIMO:** 08.243.0068.2060.0033 – Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho – no Estado do Rio de Janeiro.

GND - 4  
MOD - 30  
**VALOR - R\$ 2.000.000,00**

**CANCELAMENTO:** 08.244.1335.8442.0040 – Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condições de Pobreza e Extrema Pobreza - na Região Sul.

ESF - S  
GND - 3  
RP - 1  
MOD - 90  
IU - 0  
FTE - 100  
**VALOR - R\$ 2.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda busca dar um melhor atendimento assistencial às Crianças e Adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, sem acesso aos serviços públicos ou mesmo com frágil vínculo afetivo. Atualmente crianças e adolescentes estão vivendo em total abandono por parte de seus familiares, que muitas vezes não tem condições mínimas de dar assistência afetiva e educacional necessária a formação psicológica e educacional. Tais recursos serão destinados aos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que não dispõe de recursos suficientes para tratar desta faixa populacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Dep. Sérgio Zveiter	UF RJ	PARTIDO PDT
DATA 16/03/2011	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00018**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
01, de 2011 - CNPÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Inclua-se no Programa de Trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o seguinte subtítulo:

**ACRÉSCIMO:** 08.243.0152.8524.0033 – Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - no Estado do Rio de Janeiro.

GND - 4  
MOD - 30  
**VALOR - R\$ 2.000.000,00**

**CANCELAMENTO:** 08.244.1335.8442.0040 – Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condições de Pobreza e Extrema Pobreza - na Região Sul.

ESF - S  
GND - 3  
RP - 1  
MOD - 90  
IU - 0  
FTE - 100  
**VALOR - R\$ 2.000.000,00**

## JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda busca dar um melhor atendimento assistencial aos Adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, sem acesso aos serviços públicos ou mesmo com frágil vínculo afetivo.

Busca também dar acesso e usufruto de direitos humanos e sociais, proporcionando a estes adolescentes a melhoria da qualidade de vida e a preservação dos vínculos familiares.

Tais recursos serão destinados aos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que não dispõe de recursos suficientes para tratar desta faixa populacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. Sérgio Zveiter	RJ	PDT
DATA	ASSINATURA		
16/03/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00019**  
PL 001/2011-CN  
Mensagem 0015/2011-CN  
00049/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 01/2011 - CN

PÁGINA  
01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO do Projeto de Lei nº 01/2001 - CN

1335.8442.0050 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condições de Pobreza e Extrema Pobreza (lei nº 10.836. de 2004) - Na Região Centro-Oeste

GND: 03

FTE 100

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

CANCELAMENTO

1335.8442 0040 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condições de Pobreza e Extrema Pobreza (lei nº 10.836. de 2004) - Na Região Sudeste

GND: 03

FTE 100

Valor: 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

JUSTIFICAÇÃO

A referida Emenda ao Projeto de Lei nº 01/2011 - CN, Cancela recurso da região sudeste brasileiro por ser a região mais desenvolvida do País e possui índices sociais elevados: o segundo maior IDH do Brasil, 0,824, perdendo apenas para a região Sul, e o maior PIB per capita do país, R\$ 21.182,68, com os menores índices de pobreza do Brasil, além de possuir as melhores e mais abrangentes oportunidades de emprego e renda. Partindo destes dados, solicitamos a suplementação dos recursos para a região centro-oeste, tendo em vista que a sua população é mais carente, necessitando ainda mais destes recursos. Visando aumentar o número de atendimento as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde de qualidade, aumentando a inclusão social.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SANDRO MABEL	GO	PR

DATA	ASSINATURA
16/03/2011	

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00020**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
00049/2011

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 01/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

**SUPLEMENTAR**

**Órgão: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**Funcional Programática: 08. 244.1384.2B30.0080**  
**Ação: Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Secretaria de Estado do Trabalho da Habitação e da Ação Social - No Estado do Rio Grande do Norte**  
**GND 3; MOD 90; Fonte 100; RP 2**  
**Valor: R\$ 1.000.000,00**

**CANCELAR**

**Órgão: 99000 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA**  
**Unidade: 90000 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA**  
**Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105**  
**Ação: Reserva de Contingência - Fiscal**  
**GND 9; MOD 99; Fonte 100; RP 0**  
**Valor: R\$ 1.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

**Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para aplicação na estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica no Estado do Rio Grande do Norte, visando o incremento no desenvolvimento de ações sócio-educativas fundamentais para melhoria do atendimento da população que vive em situação de vulnerabilidade social.**

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2409	FÁBIO FARIA	RN	PMN
DATA	ASSINATURA		
16/03/2011			



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00021**  
**PL 001/2011-CN**  
Mensagem 0015/2011-CN  
**00049/2011**

<b>INSTRUÇÕES NO VERSO</b>	<small>PROJETO DE LEI</small> <b>PLN 001, de 2011</b>	<small>PÁGINA</small> <b>01 DE 01</b>
----------------------------	--	--

TEXTO

**Suplementar**  
 ÓRGÃO: 55000-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
 UNIDADE: 55101-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
 Funcional Programática: 08.306.1049.8458.0072  
 Ação – Apoio à Agricultura Urbana, Periurbana e Sistemas Coletivos de Produção para o Autoconsumo-nos Municípios do Estado do Amapá - AP  
 GND 4; MOD 40; Fonte 100;  
 Valor R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

**Cancelar**  
 ÓRGÃO: 55000-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
 UNIDADE: 55101-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
 Funcional Programática: 08.244.1335.8442.0030  
 Ação – Transferência de Renda Diretamente às Famílias em condição de Pobreza e Extrema Pobreza (lei nº 10.836, de 2004) – Na Região Sudoeste  
 GND 3; MOD 90; Fonte 100;  
 Valor R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda destina tais recursos para projetos na Área de Agricultura Urbana e Periurbana, com o objetivo específico de aumentar a renda familiar e a subsistência das famílias do Estado do Amapá.

<small>CÓDIGO</small> <b>012</b>	<small>NOME DO PARLAMENTAR</small> <b>FÁTIMA PELAES</b>	<small>UF</small> <b>AP</b>	<small>PARTIDO</small> <b>PMDB</b>
-------------------------------------	--	--------------------------------	---------------------------------------

<small>DATA</small>	<small>ASSINATURA</small> 
---------------------	--

**EMENDA - 00022**  
**PL 001/2011-CN**  
 Mensagem 0015/2011-CN  
 00049/2011

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
 DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
 E ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº   01   /   2011   - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Suplementa-se o seguinte subtítulo:  
 08.306.1049.8457.0001 – Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais – Nacional

Fonte: 100

MA: 90

GND: 3

Valor: R\$ 20.000.000,00

Cancela-se o seguinte subtítulo:

99.999.9999.0998.0105 – Reserva de Contingência Fiscal

Fonte: 100

MA: 99

GND: 9

Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa contribuir para reduzir os índices de desnutrição e fome entre os povos indígenas, principalmente da comunidade xavante do estado do Mato Grosso. Os veículos de comunicação tem noticiado diariamente o crescimento da fome e desnutrição do povo xavante e de comunidades indígenas e nos deparamos com um orçamento ínfimo para esse fim no valor de R\$ 3 milhões de reais/ano. Quero por meio desta emenda reduzir esse déficit alimentar e nutricional dos povos indígenas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROBERTO DE LUCENA	SP	PV
DATA	ASSINATURA		
16/03/11			

## **PARECER Nº 1, DE 2011-CN**

Da **COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**, sobre o Aviso nº 10/2006-CN (nº 403-GP/TCU, de 10/04/06, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a **Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União, relativa ao exercício de 2005.**”

**Relator: Deputado GERALDO SIMÕES**

### **I- RELATÓRIO**

1. Trata-se do Aviso nº 10/2006-CN (nº 403-GP/TCU, de 10/04/2006, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2005.
2. O citado Relatório contém a síntese das ações desenvolvidas pelo TCU com vistas a cumprir suas competências constitucionais e legais no transcorrer de 2005 e decorre do preceito constitucional da publicidade dos atos de administração e da observância do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
3. De acordo com o Relatório apresentado, a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2005 consignou ao TCU a dotação de R\$ 782.640.654,00, dos quais foram liquidados R\$ 769.601.917,71, do seguinte modo: R\$ 679.024.802,46 com pessoal e encargos, R\$ 85.635.812,72 com outras despesas correntes, e R\$ 4.859.513,63 com despesas de capital.
4. A atividade com a fiscalização de recursos públicos federais representou a maior parte das despesas executadas, seguidas de perto pelo pagamento de aposentadorias e pensões.

Esses dois dispêndios juntos corresponderam a mais de 86% de todas as despesas realizadas pelo TCU.

5. No tocante às ações de controle externo, a Corte de Contas apreciou, conclusivamente, 5.892 processos no período em exame.<sup>1</sup> Foram julgados, também, 2.911 processos de contas anuais e especiais dos quais 1.109 foram pela irregularidade (38%). Disso resultou o encaminhamento de 754 cópias de processos ao Ministério Público da União para ajuizamento das ações civis e penais pertinentes.

6. No ano, o TCU encaminhou aos órgãos responsáveis pela execução judicial 1.512 processos, cujo montante alcançou a cifra de R\$ 422.970.882,74 oriundos de débitos (R\$ 412.121.565,36) e multas (R\$ 10.849.317,38).

7. O TCU examinou, para fins de registro, a legalidade de 79.181 atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Desse total, 3.546 atos apresentaram indícios de ilegalidade. Também, apreciou 1.593 recursos no exercício de 2005.

8. Quanto às obras públicas, o TCU realizou 415 fiscalizações, que resultou na constatação de irregularidades que recomendavam a paralisação de 81 obras.

9. Relativamente à avaliação de programas de governo, houve o julgamento dos seguintes programas:

- a) Banco de Alimentos;
- b) Ações de Atenção à Saúde Mental;
- c) Sistema Único de Segurança Pública;
- d) Assistência a Vítimas e Testemunhas Armeçadas;
- e) Assistência Jurídica Integral e Gratuita;

---

<sup>1</sup> Neste número, não se incluem os atos de pessoal e recursos.



- f) Desenvolvimento da Bovideocultura;
  - g) Plano Nacional de Qualificação.
10. Foram, ainda, iniciadas a avaliação dos programas a seguir:
- a) Manutenção de Hidrovias;
  - b) Segundo Tempo;
  - c) Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos;
  - d) Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase;
  - e) Programa Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários;
  - f) Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água;
  - g) Ações Pesquisa sobre Populações Indígenas e Fiscalização de Terras Indígenas;
  - h) Ação Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental;
  - i) Ação Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra.
11. No que tange às contas do Governo, o relatório e pareceres prévios foram aprovados pelo Plenário do TCU em 14/6/2005 e entregues, tempestivamente, ao Congresso Nacional. Somente as contas prestadas pelo Presidente da República receberam ressalvas.
12. Relativamente ao relacionamento com o Congresso Nacional, consta do Relatório que o TCU vem buscando aperfeiçoar o atendimento às demandas do Parlamento, bem como vem fornecendo recursos humanos para apoiar os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito.
13. Com referência ao quadro de pessoal, as Secretarias do TCU contavam com 2.320 cargos efetivos, dos quais 2.237 estavam ocupados no final de 2005. A distribuição de pessoal acusava 56,4% dos servidores lotados na área fim.
14. Quanto aos quadros e demonstrativos que compõem a prestação de contas, cabe mencionar a observância dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere a despesas com pessoal e serviços de terceiros. Também respeitou-se as normas da LRF para a inscrição de restos a pagar.
15. É o relatório.

**II – VOTO**

16. Os documentos examinados revelam que o TCU vem desempenhando satisfatoriamente suas funções e atribuições, de acordo com as competências constitucionais e legais a ele estabelecidas.

17. Diante disso, **VOTO** no sentido de que esta Comissão:

- a) tome conhecimento da prestação de contas dos gestores do TCU, nos termos do Relatório de Gestão apresentado, bem como dos programas e ações desenvolvidos no exercício de 2005;
- b) declare a regularidade e adequação das Contas encaminhadas pelo TCU, referentes ao exercício de 2005, conforme art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo;
- c) autorize o arquivamento dos autos.

Sala da Comissão, em        de        de 2010

  
Deputado **GERALDO SIMÕES**

Relator

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº        , de 2010**

Declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** As Contas encaminhadas pelo do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2005, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentam-se regulares e adequadas às normas legais vigentes.

**Art. 2º** Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2010.

  
Deputado **GERALDO SIMÕES**

Relator

## CONCLUSÃO

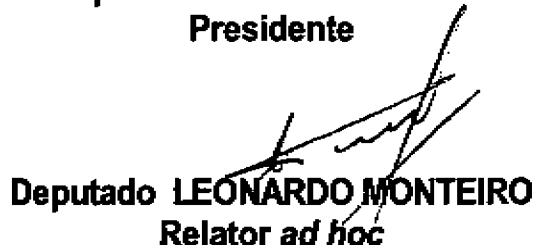
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Nona Reunião Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2010, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado LEONARDO MONTEIRO, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Geraldo Simões), que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à APROVAÇÃO do **Aviso n.º 10/2006-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União, relativa ao exercício de 2005". Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 15 a 19/7 e de 1º a 10/8/2010 - 15 (quinze) dias, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Deputados Waldemir Moka, Presidente, Eduardo Sciarra, Segundo Vice-Presidente, Ademir Camilo, Ana Arraes, Carlos Abicalil, Carlos Brandão, Chico Lopes, Cida Diogo, Colbert Martins, Dilceu Sperafico, Edio Lopes, Eduardo Barbosa, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Giacobbo, Guilherme Campos, Jaime Martins, José Guimarães, José Maia Filho, José Rocha, Júlio Cesar, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Leonardo Quintão, Lira Maia, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Pedro Fernandes, Professor Setimo, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rômulo Gouveia, Virgílio Guimarães, Senadora Lúcia Vânia, Primeira Vice-Presidente, e os Senadores Inácio Arruda, Terceiro Vice-Presidente, Adelmir Santana, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Gim Argello, Ideli Salvatti, Jefferson Praia e Marisa Serrano.

Sala de Reuniões, em 1º de dezembro de 2010.



**Deputado WALDEMIR MOKA**  
Presidente



**Deputado LEONARDO MONTEIRO**  
Relator *ad hoc*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº                   , de 2010**

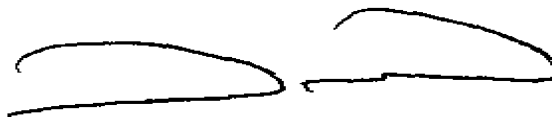
Declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Contas encaminhadas pelo do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2005, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentam-se regulares e adequadas às normas legais vigentes.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                    de dezembro de 2010.



**Deputado WALDEMIR MOKA**  
Presidente



**Deputado LEONARDO MONTEIRO**  
Relator *ad hoc*



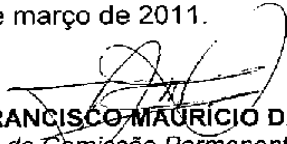
<b>Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney</b> <b>17-3-2011</b> <b>quinta-feira</b>	12h – Recebe o Senador Rodrigo Rollemberg acompanhado dos membros da Frente Parlamentar Mista para a Reforma Política com Participação Popular
11h30 – Recebe o Senhor Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria	<b>Sala de Audiências</b> 16h – Ordem do Dia
<b>Sala de Audiências</b>	<b>Plenário</b>

**COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS**  
**(Ato do Diretor-Geral nº 846/2000)**

**TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**  
**Nº 1/2011**

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de 2011, a Secretaria de Arquivo do Senado Federal, de acordo com o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 1/2011 e Listagens de Eliminação de Documentos nºs 5, 6 e 7, da **SEEP** (300 caixas); nº 6, da **SAFIN** (92 caixas); nº 3, da **STELE** (13 caixas); nº 1, da **SCOM** (1 caixa); nº 1 da **COMINFRA** (1 caixa); nº 1, da **SCEXEC** (1 caixa); nºs 1 e 2, do **Jornal do Senado** (10 e 8 respectivamente); nº 1, da **SIDOC** (1 caixa); nº 1, da **SSADFI/ILB** (1 caixa); nº 2, da **DGER** (1 caixa); nºs 1, 2, 3 e 4, da **SPOL** (13, 7, 7, 16 respectivamente); nº 2 da **SAMS** (4 caixas); nº 2, da **SCLCN** (1 caixa) e nº 1, da **SSETEC** (41 caixas) aprovadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional, publicada no Diário do Senado Federal, de 15 de agosto de 2001, procedeu à eliminação de 518 caixas de arquivo, o equivalente a 93,24 metros lineares de documentos relativos às listagens acima referidas, referentes ao período compreendido entre 1953 a 2009.

Brasília, 17 de março de 2011.

  
**FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ**  
*Presidente da Comissão Permanente de Avaliação  
de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional*

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

## Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

## Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*\*

## Maranhão

**PTB** - Epitácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

## Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**PSOL** - Marinor Brito\*\*

## Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

## São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PT** - Marta Suplicy\*\*

## Minas Gerais

**Bloco-PR** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**PPS** - Itamar Franco\*\*

## Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-DEM** - Demóstenes Torres\*\*  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*

## Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

## Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amelia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

## Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

## Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rego\*\*  
**Bloco-PMDB** - Wilson Santiago\*\*

## Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

## Piauí

**PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

## Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

## Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

## Alagoas

**PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

## Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

## Amazonas

**Bloco-PT** - João Pedro\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

## Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*

## Acre

**Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PMN** - Sérgio Petecão\*\*

## Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSDB** - Marisa Serrano\*  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

## Distrito Federal

**PTB** - Gim Argello\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

## Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

## Tocantins

**Bloco-DEM** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-PR** - João Ribeiro\*\*  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*\*

## Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PMDB** - Gilvam Borges\*\*  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

## Roraima

**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

## Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

## **COMPOSIÇÃO**

### **COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

#### **1) CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.03.2011)

**Leitura:** 16/03/2011

## **COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

### **1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE: VAGO** <sup>(1)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO** <sup>(2)</sup>  
**RELATOR: VAGO**

**Leitura:** 05/03/2008  
**Instalação:** 06/11/2008  
**Prazo prorrogado:** 30/06/2009  
**Prazo prorrogado:** 31/08/2009  
**Prazo prorrogado:** 22/12/2009  
**Prazo prorrogado:** 17/07/2010  
**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

---

### **MEMBROS**

---

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

---

**Notas:**

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\* Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiofficio@senado.gov.br



## 2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

**Finalidade:** Averiguar, in loco, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

**Número de membros: 5**

---

### MEMBROS

---

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

---

Senador Aníbal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>

---

Senador Jorge Viana (PT) <sup>(1)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

---

Senador Sérgio Petecão (PMN) <sup>(4)</sup>

---

Senador Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )**

---

**Notas:**

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

## REFORMA POLÍTICA - 2011

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Designação:** 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rego (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 61 33034638

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

## PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\* . Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Baer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) <sup>(2,4)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello

### Notas:

\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*.. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

1. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)



## **2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(7)</sup>
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) <sup>(7)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) <sup>(7,9)</sup>
Jorge Viana (PT) <sup>(6)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) <sup>(8)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(3,4)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(2)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(5)</sup>
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(13)</sup>
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(14)</sup>
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) <sup>(10)</sup>
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(11)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\* . Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- \*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
- \*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
  3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
  4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
  5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
  6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
  7. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
  8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
  9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
  10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
  11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
  12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
  13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
  14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

**Número de membros:** 5 titulares

---

#### TITULARES

---

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

Eduardo Suplicy (PT)

---

##### **Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

Vital do Rego (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) <sup>(1)</sup>

---

##### **Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )**

Cícero Lucena (PSDB)

---

**Notas:**

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomcej@senado.gov.br



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rego (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2.
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

**Notas:**

\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-3498

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(3)</sup>**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rego (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>	
	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

**Notas:**

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rego (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO <sup>(1)</sup>	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(2)</sup>	1.
	2.
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1.

### Notas:

\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\* . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

### **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### **6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### **6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rego (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

### Notas:

\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\* . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Gim Argello

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*.. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(3)</sup>
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

## **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## **10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar. ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Fernando Collor
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\* . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argello, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**  
**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**Fax:** 3303-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 01/02/2011

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

## **2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)*

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

---

**Atualização:** 01/02/2011

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

### **3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

**Atualização:** 01/02/2011

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

### **4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 02/02/2011

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

---

### MEMBROS

---

#### PMDB

---

---

#### PT

Gleisi Hoffmann (PR) <sup>(6)</sup>

---

#### PSDB

Lúcia Vânia (GO)

---

#### PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(4)</sup>

---

#### DEM

Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(5)</sup>

---

#### PR

---

#### PP

Ciro Nogueira (PI) <sup>(1)</sup>

---

#### PDT

---

#### PSB

Lídice da Mata (BA)

---

#### PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>

---

#### PSOL

Marinor Brito (PA) <sup>(2)</sup>

---

#### PRB

Marcelo Crivella (RJ)

---

#### PSC

---



---

Eduardo Amorim (SE)

**PPS**

**PMN**

Sérgio Petecão (AC)

**PV**

Paulo Davim (RN)

---

**Atualização:** 24/02/2011

**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 23/03/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

---

### MEMBROS

---

#### PMDB

Waldemir Moka (MS)

---

#### PT

---

#### PSDB

---

#### PTB

---

#### DEM

---

#### PR

---

#### PP

Ivo Cassol (RO) <sup>(6)</sup>

---

#### PDT

---

#### PSB

---

#### PC DO B

Inácio Arruda (CE) <sup>(3)</sup>

---

#### PSOL

---

#### PRB

Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>

---

#### PSC

Eduardo Amorim (SE) <sup>(2)</sup>

---

#### PPS

---

---

**PMN**

---

Sérgio Petecão (AC) <sup>(4)</sup>

---

**PV**

---

Paulo Davim (RN) <sup>(5)</sup>

---

**Atualização:** 16/03/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 086/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 16/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 16/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Pedro Simon (RS) <sup>(6)</sup>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
<b>PP</b>
Ana Amelia (RS) <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(2)</sup>
<b>PPS</b>

---

**PMN**

---

Sérgio Petecão (AC) <sup>(3)</sup>

---

**PV**

---

Paulo Davim (RN) <sup>(5)</sup>

---

**Atualização:** 16/03/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. n° 087/2011-GSMC, de 11/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. n° 54, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. n° 118, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. n° 06, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. n° 53, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. n° 73/2011, de 16/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. n° 13/2011, de 16/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br



## 8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Casildo Maldaner (SC) <sup>(6)</sup>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(4)</sup>
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC)
<b>PV</b>

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 088/2011-GSMC, de 11/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 16/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 16/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do mesmo dia.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

#### Composição

**Grão-Mestre:** Senador José Sarney (PMDB-AP)

**Chanceler:** Deputado Marco Maia (PT-RS)

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Marco Maia (PT-RS)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Marta Suplicy (PT-SP)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> João Ribeiro (PR-TO)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Júlio Delgado (PSB-MG)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB-AL)

(Atualizada em 15.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

**Composição**

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

## **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

### **COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)



## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

### Composição

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

### SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

### MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

**Secretário:** Antônio Ferreira Costa Filho

**Telefones:** (61) 3216-6871 / 3216-6878

**Fax:** (61) 3216-6880

**E-mail:** cpmc@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms)

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

### Composição

Presidente: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

### SENADO FEDERAL

<b>Líder da Maioria</b>	
<b>Líder da Minoria</b>	
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b>	Fernando Collor (PTB-AL)

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

<b>Líder da Maioria</b>	
<b>Líder da Minoria</b>	Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b>	Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO)

(Atualizada em 15.3.2011)

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: [scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)



**PODER LEGISLATIVO**  
**SENADO FEDERAL**  
**SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL**  
**PREÇO DAS ASSINATURAS**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>
--------------------	-----------------------

**EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>	<b>COD. - 70815-1</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

**CNPJ: 00.530.279/0005-49**



Edição de hoje: 224 páginas

OS: 2011/10887